

Escrever para não morrer

retórica da imortalidade no epistolário de Damião de Góis

Luiz César de Sá Júnior

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

HVMANITAS SVPPLEMENTVM • ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

Apresentação: esta série destina-se a publicar estudos de fundo sobre um leque variado de temas e perspectivas de abordagem (literatura, cultura, história antiga, arqueologia, história da arte, filosofia, língua e linguística), mantendo embora como denominador comum os Estudos Clássicos e sua projeção na Idade Média, Renascimento e recepção na atualidade.

Breve nota curricular sobre o autor

Luiz César de Sá Júnior doutorou-se em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017. Atualmente é bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com financiamento da CAPES. Dedicou-se a estudos sobre a história das práticas letradas na Europa moderna.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

ASSISTENTES EDITORIAIS
EDITORIAL ASSISTANTS

João Pedro Gomes
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Maria Cecília Coelho
Universidade Federal de Minas Gerais

Margarida Lopes Miranda
Universidade de Coimbra

Maria José Ferreira Lopes
Universidade Católica Portuguesa

Santiago López Moreda
Universidad de Extremadura

Sebastião Tavares de Pinho
Universidade de Coimbra

Virgínia Soares Pereira
Universidade do Minho

Escrever para não morrer

retórica da imortalidade no epistolário de Damião de Góis

Luiz César de Sá Júnior

Universidade Federal de Juiz de Fora

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

ESCREVER PARA NÃO MORRER: RETÓRICA DA IMORTALIDADE NO EPISTOLÁRIO DE DAMIÃO DE GÓIS
A PATH TO IMMORTALITY: THE USE OF RHETORICAL DEVICES IN DAMIÃO DE GÓIS' EPISTLES

AUTOR AUTHOR

Luiz César de Sá Júnior

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto CONTACT

imprensa@uc.pt

Vendas online ONLINE SALES

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial EDITORIAL COORDINATION

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica GRAPHICS

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia INFOGRAPHICS

Nelson Ferreira

Impressão e Acabamento PRINTED BY

Impressões Improváveis, Lda.

Annablume Editora * Comunicação

www.annablume.com.br

Contacto CONTACT

@annablume.com.br

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
POCI/2010



Projeto UID/ELT/00196/2013 -

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade
de Coimbra

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-1529-5

ISBN Digital

978-989-26-1530-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1530-1>

Depósito Legal LEGAL DEPOSIT

445820/18

© Setembro 2018

Annablume Editora * São Paulo

Imprensa da Universidade de Coimbra

Classica Digitalia Unversitatis Conimbrigenis

<http://classica.digitalia.uc.pt>

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

da Universidade de Coimbra

A ortografia dos textos é da inteira responsabilidade dos autores.

Trabalho publicado ao abrigo da Licença This work is licensed under
Creative Commons CC-BY (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/pt/legalcode>)

ESCREVER PARA NÃO MORRER:
RETÓRICA DA IMORTALIDADE NO EPISTOLÁRIO DE DAMIÃO DE GÓIS
A PATH TO IMMORTALITY:
THE USE OF RHETORICAL DEVICES IN DAMIÃO DE GÓIS' EPISTLES

AUTOR AUTHOR

Luiz César de Sá Júnior

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O livro trata do epistolário de Damião de Góis a partir da constituição retórica de seu prestígio público e da representação de sua *auctoritas*, avaliando a dimensão das relações sociais por ele estabelecidas desde sua estadia na Flandres a serviço da coroa até seu retorno a Portugal, cerca de duas décadas mais tarde (1525-1545). Nesse período, investiga-se como pode ter desenvolvido os aspectos técnicos de sua escrita epistolar, assim como seu uso na interação com importantes dignitários e homens de letras de seu tempo. Demonstra-se que sua imagem pública foi formulada a partir de diferentes *etbe* compostos diante das necessidades específicas dos diferentes contextos em que atuou. Representando-se ora como o obsequioso intérprete das gestas ultramarinas de seu reino, ora como o persuasivo diplomata pronto a interferir nas querelas letradas e religiosas de então, e, ainda, como o especialista capaz de se apresentar como *auctor* digno de imitação e emulação futura, Góis procurou entrelaçar o louvor à coroa ao reconhecimento de seu próprio prestígio, esperando, com isso, atrelar seu destino à imortalidade então providencialmente associada ao reino português.

PALAVRAS-CHAVE

Damião de Góis; retórica da imortalidade, *auctoritas*, humanismo.

ABSTRACT

The book deals with the epistolary of Damião de Góis from the perspective of the rhetorical constitution of his public prestige and the representation of his *auctoritas*, evaluating the dimension of the social relations that he established from his stay in Flanders in the service of the crown until his return to Portugal, around two decades later (1525-1545). During this period, we investigate how he could have developed the technical aspects of his epistolary writing, as well as its uses in the interaction with important dignitaries and men of letters of his time. It is demonstrated that his public image varied according to the specific circumstances in which he acted. Representing himself as the obsequious interpreter of the overseas deeds of his kingdom, the persuasive diplomat ready to interfere in the literary and religious quarrels of the time, and as the expert capable of presenting himself as a scholar worthy of imitation and future emulation, Góis sought to intertwine the praise of the crown to the recognition of his own prestige, hoping thereby to tie his destiny to the immortality then providentially associated with the Portuguese kingdom.

KEYWORDS

Damião de Góis; rhetoric of immortality; *auctoritas*; humanism.

AUTOR

Luiz César de Sá Júnior doutorou-se em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017. Atualmente é bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com financiamento da CAPES. Dedicar-se a estudos sobre a história das práticas letradas na Europa moderna.

AUTHOR

Luiz César de Sá Júnior earned his PhD in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro in 2017. He is currently a postdoctoral fellow at the Graduate Program in History of the Federal University of Juiz de Fora, funded by CAPES. His research interests lie in the cultural history of scholarly practices in early modern Europe

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - PRECEITOS RETÓRICOS E ITINERÁRIOS SOCIAIS	33
Diplomacia epistolar na feitoria de Flandres	35
O comércio e as Letras	42
Fundamentos para a arte epistolar e o <i>ethos</i> do intérprete	56
CAPÍTULO II - PRESTÍGIO PÚBLICO E REPÚBLICA DAS LETRAS: DAMIÃO DE GÓIS NA “QUERELA DO CICERONIANISMO”	93
Erasmus e a publicação do <i>ciceronianus</i>	97
Damião de Góis e o <i>ethos</i> do diplomata	105
<i>Sermo humilis</i>	122
Paz ciceroniana, guerra erasmiana: as escolhas epistolográficas de Damião de Góis	146
CAPÍTULO III - MEMÓRIA DE PAPEL: COMÉRCIO EPISTOLAR COMO DISPOSITIVO DE AUTORREPRESENTAÇÃO	159
Os usos da amizade e o <i>ethos</i> do especialista	163
Os usos da inimizade: Damião de Góis contra Paolo Giovio e Sebastian Münster	188
Os usos da posteridade: Damião de Góis, Bonifacius Amerbach e o espólio de Erasmo	203
Obra epistolar: <i>Aliquot opuscula</i>	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
ANEXO – CORRESPONDÊNCIA LATINA GOISIANA	247
INDEX LOCORVM	253
INDEX NOMINVM	254
INDEX RERVM	256

(Página deixada propositadamente em branco)

Agradecimentos

Alexandre Mansur Barata, Andrea Daher, Antoine Lilti, Beatriz Domingues, Cristiane Nascimento, Delfim Leão, Felipe Charbel, Maria José Ferreira Lopes e Silvana Barbosa.

Camila Martins, Bruno Martins, Bruno Stigert, Edú Levatti, Felipe Ribeiro, Heitor Loureiro, Helenice Moreira, Natália Ribeiro, Nathani Paiva, Nittina Bianchi, Rafael Bara, Raphael Sanchez, Rhuan Gomes e Rodrigo da Silva.

Angela, André, Helena.

Renata, Cesar e Cristina.

Para Cássio Fernandes.

Com o coração dilacerado, Orfeu viu Eurídice desaparecer no abismo. Entretanto (conta Virgílio), ele percebeu a terrível importância desse momento e quis dizer muitas coisas: “multa volentem dicere”. Outros autores recordam as palavras que teria pronunciado o herói; seriam estas: “Desde o instante em que deixamos de ver uma pessoa, ela entra no passado. Todo passado está igualmente longe. Se eu espiasse seus profundos corredores, antes de encontrar Eurídice, contemplaria talvez o rapsodo Anfião, que conseguiu verdadeiros prodígios com a lira, ou surpreenderia Mercúrio no processo de inventar a música, ou me deslumbraria com o sol da primeira manhã”. Porque seu amor era muito grande, Orfeu não esmoreceu, e os deuses, que premiam a perseverança, deixaram-no chegar até as portas do passado. Para cruzá-la devia-se adivinhar uma fórmula. O herói exclamou: “Todo passado está igualmente perto”. (Varões antigos lhe disseram que as coisas, como o deus Jano, têm duas faces e que o último termo é, em certo sentido, o primeiro). Empurrou a pesada porta. Abriu. Esperando-o estava Eurídice.

Adolfo Bioy Casares, *Orfeu*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Albercht Dürer. *São Jerônimo* (1521). Óleo sobre madeira de carvalho. 59,5 cm X 48,5 cm – Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga. Foto: Wikimedia Commons. (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albrecht_Dürer_035.jpg).

Figura 2. Albrecht Dürer. *Erasmus de Rotterdam* (1526). Gravura. 25 cm X 29 cm - Washington, National Gallery of Art. Foto: Wikimedia Commons. ([https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albrecht_Dürer_-_Erasmus_of_Rotterdam_\(NGA_1943.3.3554\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albrecht_Dürer_-_Erasmus_of_Rotterdam_(NGA_1943.3.3554).jpg)).

Figura 3. Herman Posthumus. *Landscape with Roman ruins* (1536). Óleo sobre tela. 96 cm X 141 cm – Viena, Liechtenstein museum. Foto: Wikimedia Commons. (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herman_Posthumus_001.jpg).

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTT – Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNF – Bibliothèque Nationale de France

CLG – Correspondência Latina Goisiana

CLG A – Correspondência ativa

CLG B – Correspondência passiva

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

CÁSSIO FERNANDES¹

Na definição de um dos importantes estudiosos do Renascimento no século XX, Paul Oskar Kristeller, a palavra *humanista*, cunhada no século XVI para definir o professor ou estudioso das disciplinas humanísticas, deriva de termo mais antigo, *studia humanitatis*, já em uso por escritores latinos como Cícero e Aulo Gélcio, mas ressurgido no âmbito de eruditos italianos no século XIV. Segundo Kristeller, na primeira metade do século XV, os *studia humanitatis* definiam um ciclo de disciplinas douradas formado pela gramática, retórica, história, poesia e filosofia moral, que comportava regularmente a leitura e interpretação dos autores antigos latinos e (em escala menor) gregos. À definição de Kristeller pode ser imputada a crítica de haver se concentrado nos escritos, reservando um lugar secundário às imagens produzidas no âmbito dessa unidade formada pela erudição renascentista. Porém, sua definição portava um sentido que permanece como um dado basilar na compreensão do termo *humanista*: seu caráter universal, cosmopolita.

É nesse sentido que se deve compreender a pesquisa desenvolvida por Luiz César de Sá Júnior a respeito do epistolário latino do humanista português, Damião de Góis. Para além das formulações de cunho nacionalista, que conferiram a Damião de Góis o papel (decerto não imerecido) de português mais cosmopolita do século XVI, o estudo que compõe este livro concentra-se em sua atividade fora dos limites de Portugal, integrando-a na universal *Respublica literarum*. O período da vida de Damião Góis que interessa nesta pesquisa é exatamente aquele que vai desde o abandono, por parte do humanista, do posto de tesoureiro da Casa de Índia de Lisboa, a serviço de D. João III, ocorrido em 1533, até o seu retorno a Portugal, em 1545, para se instalar na corte, ainda sob D. João III. Portanto, o foco, como dissemos, é sua atuação fora de Portugal.

Com alto nível de erudição e refinado manejo da escrita, somados a uma considerável capacidade de penetrar nos detalhes presentes nas fontes, a investigação põe no centro a função das práticas letradas nos círculos humanísticos em que participa Damião de Góis, atentando para seu esforço na construção de uma imagem pública que lhe conferisse o almejado posto da imortalidade. O intuito é percorrer os caminhos através dos quais o humanista português, numa

¹ Cássio Fernandes é Professor Adjunto do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, onde atua na disciplina História da arte do Renascimento.

mescla de artifícios retóricos e domínio erudito das autoridades antigas (mediante os princípios em voga da imitação e emulação), forja seu lugar na “República das Letras”. Sua correspondência permite, então, perceber o alcance de sua atuação, assim como suas escolhas epistolográficas possibilitam compreender os artifícios utilizados para responder a situações específicas. Trata-se de uma investigação que, de um lado, incide sobre a função da prática epistolar como reprodução de hierarquias sociais nos altos círculos letrados do século XVI; de outro, lida com uma série de problemas no âmbito do saber humanístico dessa época, tais como o manejo das tópicos retóricas, o conhecimento e utilização dos escritores antigos, além da própria noção de “Antigo”.

O epistolário latino de Damião de Góis permite observar o erudito português em contato com personagens centrais da “República das Letras” no século XVI, tais como Erasmo de Rotterdam, Bonifacius Amerbach, Pietro Bembo, Lazzaro Buonamico, Cristoforo Madruzzi, Luís Vives, Clenardo, Filipe Melanchton, Cornelius Grapheus, entre outros. Permite localizá-lo em trânsito, em estadias de estudo em sedes fundamentais para o saber humanístico ao norte e ao sul dos Alpes, imerso no aprendizado do latim e do grego, participe em polêmicas de importância central em sua época, seja de cunho retórico, como a “querela ciceroniana”, seja de viés religioso, como aquela empreendida entre o Cardeal Sadoleto e Melanchton. O epistolário possibilita também traçar detalhes do contato erudito mais desejado por Góis, ou seja, sua busca e seu encontro com Erasmo, a permanência ao lado do mestre, em Friburgo, o prolongamento dessa relação à distância, a polêmica com Bonifacius Amerbach a respeito do legado de Erasmo, a disputa pela *bios* de Erasmo. Tudo isso, no entanto, desenvolvido por Damião de Góis em acordo com a preocupação de construir a fortuna de seu nome na forma de *auctoritas*, como busca da imortalidade. Assim, suas cartas latinas, escritas a partir de marcos da instituição retórica, testemunham sua atuação entre letrados que participaram na frente das discussões eruditas no Quinhentos, bem como sua posição na busca de sintonia entre a *auctoritas* antiga e os humanistas contemporâneos que as emulam.

O estudo que aqui se apresenta penetra, então, corajosamente nos meandros desse amplo quadro de relações eruditas, que solicitam incursões na profundidade da obra de autores antigos e modernos, e, para mais, no âmago da relação conflituosa, estabelecida pelo saber humanístico, entre texto e modelo, mediante os princípios de imitação e emulação. E quais as posições tomadas por Damião de Góis nesse contexto, são perguntas desenvolvidas com pertinência e refinamento analítico.

Então, a retórica, que já aparece no título como tema central do livro, não se resolve em si mesma. Funciona como fio condutor de um entrelace histórico que busca descortinar o *status* social do letrado num contexto em que a Corte vai gradativamente assumindo o *locus* de sua atuação e o palco de sua encenação. Mesmo lançando sua voz da republicana Confederação Suíça, estando em

Basileia ou em Friburgo, portanto movendo-se num ambiente citadino e urbano, Erasmo mira (não somente em seus tratados de comportamento) o homem de corte. Mira uma Corte universal, formada pela *Respublica literarum*. Assim, a relação entre letrado e político se dava não só quando o primeiro prestava serviço oficial ao segundo, mas também por meio de dedicatórias, de cartas prefácio/posfácio, transformando a correspondência em instrumento de constituição de redes de poder, de círculos de amizade e de prestígio. A função das práticas letradas nessa Corte universal acaba sendo o amálgama que une o erudito aos príncipes, que estabelece um tipo específico de mecenato, onde o *status* do letrado cumpre também um papel simbólico proeminente nesse enlace.

É assim que o próprio Damião de Góis atua também como comitente, ao lado de outros letrados de alto nível. Ele aparece em Antuérpia como encomendante de iluminuras e pinturas aos artífices locais. Prática que o coloca em posição de destaque na tarefa de construção do *ethos* letrado que o capacite a participar dos mais prestigiados círculos de sociabilidade.

Deste modo, ao lançar luz sobre a correspondência latina de Damião Góis, o presente estudo reconstrói uma parte não suficientemente considerada do debate humanista que gravita em trono da figura de Erasmo de Rotterdam. Reconstituindo em sucessivas releituras os textos produzidos naquelas circunstâncias discursivas, ou seja, trazendo-os de novo para os contextos de sua produção e compreendendo-os em seu caráter de práticas letradas, no âmbito do alto mundo das Letras no século XVI, o livro de Luiz César de Sá Júnior é certamente uma importante contribuição.

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Ao narrar, o letrado enxerga duplamente. Vê nas pegadas do animal o rastro do ser empírico que foge do caçador e a besta mitológica fadada a perecer sob sua lança. Em seu reto juízo, não distingue entre a imagem mental produzida pelo relato da caça e o abundante acervo de lugares-comuns que são as próprias formas de contá-la. Em sua pena, sociedade e teatro são um só, pois o futuro é variação do passado que os engenhosos, se iluminados pela graça divina, podem perscrutar.² Assim, caça e caçador efetivamente *representam*³ o mundo como miniatura aguda, jogo decisivo⁴ para a glória monárquica. Nesta época, em que uma história do futuro não é só verossímil como inevitável, a besta caçada também é o Javali de Erimanto, e o rei também é Hércules⁵.

Eis a razão pela qual, ao lermos um poema de Don Luís de Góngora sobre a caça do rei Felipe de Espanha, vemo-lo matar o animal duas vezes. Sua arma atravessará a fera empírica moderna para vaziar o javali alegórico antigo,

² Como explicam Marcello Moreira e João Adolfo Hansen, “Nos poemas em que cenas de caça são representadas, as ações prévias ao encontro e embate entre caçador e fera são tomadas como elementos episódicos conhecidos de todo cortesão e homem de armas, que – assim como quando vêm encenar peças, cujo argumento, para ser entendido, demanda o conhecimento prévio de um conjunto de obras poéticas, históricas etc. ‘autorizadas’ – refazem mentalmente o circuito de ações que finda com a penetração do estoque na besta”. Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 266.

³ Entendemos a noção de representação segundo os seguintes parâmetros: “1. O uso particular, em situação, de signos que tornam presente outra coisa ausente. [...] Os signos são recortados em uma matéria – verbal, gestual, pictórica, plástica, arquitectônica etc. – como imagens de conceitos produzidos na substância espiritual da alma participada pela substância metafísica de Deus. 2. A aparência ou a presença da coisa ausente na forma produzida na substituição. 3. A formalização retórico-poética da forma da presença da ausência. 4. A posição hierárquica encenada na forma como adequação à posição social e tensão, competição e conflito de representações.” Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 266.

⁴ O caráter indistintamente lúdico e sério dos jogos da caça não escapou a Huizinga, que se serviu desse exemplo para sustentar o caráter agonístico do jogo. Huizinga, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2007. P. 53.

⁵ “O príncipe, desse modo, ao caçar, era encenado pelos poetas como o análogo de um semideus, procedimento de figuração repetido durante os séculos XVI e XVII para a amplificação do louvor. A ideia do local de matança do animal como lugar de encenação de virtudes varonis do príncipe, que já se tornara lugar-comum nos tratados de caça e de montaria, é figurada em Góngora como ‘teatro’ da natureza, fero palco em que o príncipe intervém ordenando-o humanamente para torná-lo espetáculo em que possa atuar com reta medida.” Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 267.

carregando ao futuro a memória de seu nome ao emular ato realizado por todos aqueles que gozaram de autoridade em matérias de caça e de governo.

Afinal, no lugar onde este discurso originalmente circulou, o letramento resultava da imitação e da emulação. O letrado deveria ponderar os lugares comuns disponíveis à situação de seu interesse, em seguida dispostos segundo os preceitos retórico-poéticos de sua predileção. Tratava-se de buscar elementos em letrados excelentes no gênero que se queria praticar a fim de mostrar-se tão excelente quanto eles ou mesmo superior. Para não ser acusado de mero imitador servil dos escritos de outrem, deveria descobrir as propriedades fundamentais que justificavam o sucesso de quem emulava. De posse desse conhecimento, compunha diferenças nele, esperando que os leitores discernissem em seu escrito a variação decorosa de uma espécie consagrada. Novidade significava, então, perspicácia e versatilidade num gênero. Nesse sentido, Felipe II é equiparado a Hércules porque a analogia expressava o conhecimento decoroso dos *eikona*, verossímeis poéticos⁶.

Outro *topos* desponta quando Góngora canta o rastreamento da fera-javali nas margens do rio Manzanares, distante afluente do Tejo, que vai se transfigurando em Nova Caledônia à medida que é tocado pela coorte real:

Teatro espacioso su ribera
El Manzanares hizo, verde muro
Su corvo margen, y su cristal puro
Undosa puente a Calidonia fiera.

En un hijo del Céfito la espera
Garzón real, vibrando un fresno duro,
De quien aun no estará Marte seguro,
Mintiendo cerdas en su quinta esfera.

Prestes a cumprir com o rito destinado a se inscrever na memória de sua vida como acontecimento que prefigurou vitórias futuras, Felipe depara-se com um animal que, sabendo-se diante de homem poderoso, compraz-se em ser morto por ele. A glória do monarca é transmitida ao animal, que, mesmo não dispondo de linguagem, tem ciência dos mecanismos de sua preservação:

Ambiciosa la fiera colmilluda,
Admitió la asta, y su más alta gloria
en la deidad solicitó de España.

⁶ Hansen, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, São Paulo, Nº 71, 2006. P. 88.

Muera feliz mil veces, que sin duda
 Siglos ha de lograr más su memoria
 Que frutos ha heredado la montaña⁷.

O javali percebe realeza em seu assassino, e, morrendo por suas mãos, tem a certeza de que viverá, pois ambiciona a glória maior de ter sido abatido por Hércules de Espanha, concedendo-lhe seu corpo em troca de memória eterna.⁸

Tudo isso torna evidente o cerne analogista⁹ das representações quinhentistas exemplificadas aqui pela caça de Felipe II, organizadas metafisicamente como emanações da substância divina a interligar pessoas, eventos e a natureza, produzindo conveniências e semelhanças de acordo com os códigos letrados que foram praticados nas várias durações da instituição retórica¹⁰ e mediante as instâncias hierárquicas que distribuíam os seres em graus de semelhança perante a Causa Primeira¹¹. Propor semelhanças como analogia e alegoria não equivalia, portanto, somente a um procedimento linguístico destinado a dar exemplo de engenho e virtude, mas também ao ato de identificar a “linguagem muda das coisas criadas”, como diria Santo Agostinho¹². Por força desse parentesco, a

⁷ Góngora y Argote, Luís de. De um jabalí que mató en el pardo el Rey nuestro señor. In: *Poesías completas*. Madrid: Aguilar, 1956. P. 518. Citado por Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 267-268.

⁸ “O animal, ao enfrentar o rei, reconhecendo-lhe a realeza, mais do que isso, a deidade – pois na caça se encena como um deus –, entrega-se à morte pelas mãos reais como forma de ganhar fama, glória e memória duradouras pelo descante poético que tomará a cena de caça como matéria do poeta”. Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 268.

⁹ Aderimos, aqui, à noção de “instituição retórica”, que regulava os discursos letrados modernos a partir do substancialismo aludido, e à noção de “ontologia analogista”, pensada por Philippe Descola para descrever de maneira mais ampla as consequências dessas práticas para as sociedades quinhentistas europeias. Descola, Philippe. *Les vertiges de l’analogie*. In: *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005. P. 280-320. Para a noção de “instituição retórica”, cf. Hansen, João Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. *Matraga*, rio de janeiro, v.20, n.33, jul./dez. 2013.

¹⁰ Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 291-294.

¹¹ De acordo com João Adolfo Hansen, essa metafísica previa que “[...] o atributo do Ser divino se aplica às coisas da natureza e aos eventos da história, tornando-os convenientes e semelhantes, e, simultaneamente, diversos e diferentes entre si. Todos são convenientes ou semelhantes pela sua ordenação em relação ao Um ou Máximo, como então se diz com Santo Tomás de Aquino, pois todos são seres criados como efeitos pela mesma Causa Primeira. Por participarem em sua Causa, todos são análogos a Ela e, em cada um deles, como análogo, a Unidade divina é posta como definição que os hierarquiza. Assim, todas as palavras que figuram os conceitos dos seres se correspondem pela semelhança que os liga como conceitos de seres criados pela mesma Coisa, podendo valer umas pelas outras como seus signos reflexos”. Hansen, João Adolfo. *Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra*. *Ellipsis*, N° 12, 2014. P. 100-101.

¹² Hansen, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra, 2006. P. 111-112.

constituição da *auctoritas* letrada, representada como “imortalidade”, partia de *exempla* que assinalavam o acordo entre o engenho do letrado, os feitos gloriosos que exaltava e a vontade divina.

É a esta leitura do texto de Góngora que aderimos; ela sinaliza para o cerne das práticas letradas quinhentistas, encampadas por letrados que, nos jogos analógicos da montaria, da poesia, da guerra e da conquista, defrontavam-se com o portal último que haveriam de atravessar antes de estabelecer morada na posteridade, convivendo em equidistância com os testemunhos antigos que haveriam de ladeá-los através dos tempos.

Este livro tenta dar respostas regionais a uma questão de teor geral¹³: diante da finitude e da fragilidade da memória humana, o que fazer para não morrer? As formas de pensar a imortalidade foram debatidas recorrentemente por letrados da época moderna europeia¹⁴. Vistos à distância, seus textos refletem um vivo interesse pela lembrança dos vindouros, a lembrança a que prestavam homenagem eles mesmos, rememorando outros que os precederam e figurando até mesmo entes não humanos, como o animal do poema gongorino¹⁵. Sua resposta aos desafios despertados pela irrefreável degradação da memória estava nas páginas manuscritas, mas também nas folhas de papel que começavam a despontar dos aparelhos de impressão.

No penúltimo capítulo da *Crônica da Tomada de Ceuta* (c. 1468), de título *Como o autor mostra que todas as cousas deste mundo falecem, senão a escritura*, o guarda-mor da Torre do Tombo Gomes Eanes de Zurara escreveu:

Que cousa pode melhor ser entre os vivos que a escritura pela qual seguimos diretamente o verdadeiro caminho das virtudes, que é o prémio da nossa bem-aventurança. Esta é aquela que nos mostra quais serão os nossos galardões depois do trespassamento desta vida e outras muitas cousas que

¹³ Levi, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo* (UFF), vol. 20, 2014. P. 1.

¹⁴ “Forjar memoria de las cosas, de las ideas y de las personas por medio de la transmisión del conocimiento de sus hechos, sentimientos y pasiones era uno de los objetivos principales de la escritura en los siglos XVI e XVII [...]”. Bouza Alvares, Fernando. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Sociedad española de historia del libro, 1999. P. 16.

¹⁵ O efeito de imortalização do animal não se limita a Góngora, contudo. Tratava-se de uma tópica muito popular em sonetos de caça hispânicos dos séculos XVI e XVII. “O *topos* do feito do príncipe que abre as portas da fama, da perpétua vida, para o animal abatido recorre em quase todos os sonetos de caça e evidencia o caráter memorativo de todos os feitos reais.” Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 269.

propriamente pertencem à alma das quais não curamos muito falar em este lugar, porquanto nossa intenção não é mostrar em este capítulo outra cousa, senão como todas as boas obras deste mundo se perderiam, se a escritura não fosse¹⁶.

Zurara reportava-se aos letrados greco-romanos, responsáveis por prolongar as vidas dos nobres capitães, dos homens públicos e dos sábios como *exempla* para o futuro. Afinal, argumentava, qual “[...] é a mais segura sepultura, para qualquer príncipe ou barão virtuoso, que a escritura que representa o claro conhecimento de suas obras passadas”¹⁷? Poderosa habilidade, a escrita preparava o terreno para a imortalidade, retomada por Zurara nos termos com que a descrevia Lucano: “Cá morrer para viver é bem-aventurada cousa [...]”¹⁸.

Revolvendo os mistérios em torno à persistência da vida possibilitada pelas Letras, Zurara provavelmente pensou ter compreendido os princípios garantidores da imortalidade. Ela não se originava meramente do acaso, mas do engenho e do “[...] eloquente estilo [...]”¹⁹, que, empregados com prudência, levariam à instrução dos leitores vindouros: “e, tanto é esta indústria mais perfeita virtude, enquanto reforma o homem à sua duração até fim da vida dos homens, cuja clara memória sempre traz aprazível deleitação aos corações aparelhados e dispostos a seguir honra”²⁰.

Mas não apenas aos homens ilustres estaria garantida a posteridade. Afinal, a tarefa de construir imagens de honra e glória, de transgredir as fronteiras da vida rumo à eternidade possível no mundo terreno, isto é, a existência até o Juízo Final, também cobriria de renome seu artífice. É graças ao letrado, argumentava Zurara, que os feitos do gênero humano poderiam aspirar à sobrevivência. “E por certo não é o nosso pequeno encargo, quando, por nosso trabalho, os virtuosos homens justamente hão seu merecimento de seus grandes feitos”²¹. Assim, se a história era a mestra da vida, não poderia ser desprezível o lugar relegado àqueles que a escrevem.

Dos antigos convocados por Zurara para justificar suas pretensões e seu elogio à arte da escrita e ao mérito do letrado, Lucano²² é aquele que aparece

¹⁶ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Europa-América, 1992. P. 292.

¹⁷ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 292-293.

¹⁸ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 293.

¹⁹ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 293.

²⁰ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 293-294.

²¹ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 293-294.

²² De fato, a *Farsália* de Lucano pode ter servido de modelo a Zurara, pois nela são descritos os momentos dramáticos da história romana em torno do enfrentamento de César e Pompeu, razão pela qual o texto ficou também conhecido pelo nome “Guerra Civil”. Em seu livro, Lucano compôs retratos morais dos dois líderes, nuancando os motivos pelos quais seus nomes haveriam de se recobrir de glória no futuro a despeito

em destaque: “Oh santo e grande trabalho’, dizia Lucano, segundo Zurara, ‘dos autores historiais; como tolhes à morte todas as cousas que achas e as guardas em memória que não esqueçam nem moiram e dás aos homens mortais idade que lhes dure sempre”²³. Também Cícero é convocado a defender tal posição, recorrendo-se a um antigo tratado seu sobre a velhice, além de outros escritos, como aquele no qual há similar defesa dos cantores das “gestas historiais”. Na famosa defesa do poeta Árquias, Cícero não hesitou em proclamar aos juízes uma razão definitiva para que se lhe fosse outorgada a inocência: os poetas eram os verdadeiros guardiães da memória:

Quantos cronistas dos seus feitos esse grande Alexandre não teve consigo, segundo se conta! E, contudo, ao passar no Sigeu, à beira do túmulo de Aquiles, exclamou: ‘venturoso jovem, que encontraste em Homero o pregoeiro da tua virtude!’ E com razão: se não tivesse existido a famosa *Iliada*, o mesmo túmulo que lhe cobrira o corpo ter-lhe-ia também sepultado o nome²⁴ (*Pro Archia*, X, 24).

Por que a prevalência do registro escrito da memória proposta por Lucano e Cícero e retomada por Zurara provou-se tão persuasiva e válida mais de um milênio depois de sua confecção? A primeira resposta, geral, relaciona-se ao arrefecimento da oralidade no mundo antigo. Como sustenta Florence Dupont, em torno do século IV a.C as atividades escriturárias sofrem mudanças notáveis. Antes voltadas a usos estritamente rituais, calcando-se num regime de inscrições, como nas marcas ainda hoje visíveis em estelas funerárias, elas passam a incorporar um sentido de transcrição, catalogando as palavras dos vivos para usos públicos posteriores. Esses desdobramentos coincidem com a passagem de atividades outrora complementemente orais, como a filosofia e a poesia, ao registro escrito. Quando os escritos deixam de se restringir a tais usos, como a leitura de um papiro para concluir uma conjuração, inicia-se, de modo decerto

das grandes diferenças entre os personagens. Pompeu, “[...] no declinar dos anos, mais tranquilo pelo uso da toga, entregue à paz, esquecerá já o saber do general e, ávido de fama, fazia largas concessões ao vulgo, todo ele arrastado pela aura popular e pelo prazer dos aplausos no teatro que erigira sem cura de refazer novas forças, confiante na fortuna de outrora”. Quanto a César, “[...] não era o nome tão grande, nem a fama de chefe militar, mas tinha uma coragem que não sabia deter-se; vergonha, para ele, era só não vencer na guerra; ardoroso e indómito; onde a esperança e a fúria o chamassem, levava seu braço, e nunca poupava o ferro sangrento. Amontoa êxitos sobre êxitos, força o favor dos deuses, feliz por fazer caminho à custa de ruínas”. (*Farsália*, I. 126-155). Cf. Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana: antologia da Cultura Latina*. 6. Ed (aumentada). Lisboa: Guimarães, 2010. P. 255.

²³ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 294.

²⁴ Cícero, Marco Túlio. Defesa de Árquias. Trad. Carlos Alberto Louro Fonseca. In: Ramalho, Américo da Costa (org.). *Cícero*. Lisboa: Verbo, 1974.

descontínuo, a institucionalização do registro letrado, que prevê um acordo tácito entre o *auctor* disposto no texto como ausência e os receptores dos escritos abrigados sob sua autoridade²⁵.

A época moderna assiste a um abrangente processo de emergência de uma “economia escriturária” possibilitada pela ampla circulação de manuscritos e impressos²⁶. Mas seria incorreto romper com a alteridade que nos separa daquele tempo ao postular que esses escritos pudessem ser lidos sem o conhecimento dos procedimentos por meio dos quais as práticas letradas funcionavam, isto é, retoricamente. O argumento de Zurara, que falava da “memória escrita” como “aquela que nos mostra quais serão os nossos galardões depois do trespassamento desta vida e outras muitas cousas que propriamente pertencem à alma [...]”²⁷, leva-nos a pensar na *necessidade* da preservação da memória tanto como instrumento de manutenção dos feitos humanos dignos de persistir quanto como reação ao evanescimento da memória natural, mas não nos revela os procedimentos técnicos que tornavam essa expectativa possível.

O interesse que inúmeros letrados modernos externaram em relação à morte é, nesse sentido, melhor descrito quando reconhecemos seu núcleo bifronte: era tributário dos critérios expressivos legados pela antiguidade e da perspectiva ocidental da finitude da vida. Se, como sugere François Hartog, a obsessão da morte “transformou o historiador ocidental moderno em homem da dívida”²⁸, cumpre explicar como esta foi paga em cada circunstância histórica em que os atos de fala voltados à produção de imortalidade foram enunciados.

Por isso, ao relermos Zurara, precisamos pensar na evocação de Lucano e Cícero como dispositivos retóricos calçados nos princípios de imitação e emulação, ou seja, o aprendizado dos ensinamentos antigos e a tentativa de superá-los. Entendia-se que a melhor maneira de atingir aquilo que julgavam ser a imortalidade das Letras era construir escritos que garantissem *auctoritas* aos letrados que os escreveram. A *auctoritas* consistia, nas palavras de Eduardo Sinkevisque, na própria condição de expressividade daquilo que hoje chamamos de “autor”:

Nos séculos XVI e XVII não há um ‘autor subjetivado’, mas uma *auctoritas*, ou seja, a autoridade no uso de um modelo, que é sempre a emulação da memória

²⁵ “La rhétorique d’un texte littéraire impose, en effet, un type d’énonciation très particulier préexistant grâce à l’institution littéraire et qui seul donnera vie à l’énoncé. Le texte va persuader le lecteur qu’il appartient à la littérature, qu’il mérite d’être conservé une foi lu, afin d’être relu.” Dupont, Florence. *L’invention de la littérature: de l’ivresse grecque au texte latin*. Paris: La Découverte, 1998. P. 15.

²⁶ Daher, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 19.

²⁷ Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta...* P. 294.

²⁸ Hartog, François. As primeiras escolhas. In: *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 [2005]. P. 19-36, cit. à P. 22.

de casos já utilizados. Nesse sentido, é anacrônico chamar o letrado de ‘autor’, no sentido psicológico e autonomizado da expressão hoje. Não há obra autônoma, mas emulação de um gênero²⁹.

Portanto, quando Zurara fala do esforço despendido para trazer à tona memórias dessa antiga tarefa, que buscava, por sua vez, assumir, ele recuperava, como imitação, preceitos antigos que se propunha a emular, confirmando sua autorrepresentação como a de um letrado atento às regras do gênero que queria empregar e, assim, merecedor de ser, ele próprio, imitado e emulado no futuro.

João de Barros, no Prólogo da *Primeira Década da Ásia*, reportava-se ao rei a partir de preocupações semelhantes às de seu antecessor: “Todaldas cousas muyto poderoso Rey e senhor nósso, tem tanto amor a conservaçam de seu próprio ser: que quanto lhe é possível, trabalham em seu módo por se fazerem perpétuas”³⁰. Barros prosseguia afirmando que a natureza também se degrada, mas ela conta com “virtudes generativas” que fazem com que tudo aquilo que pereceu renasça. Os produtos da ação do homem, sem poder contar com tais virtudes, simplesmente feneceriam com a brevidade da vida de seus criadores. Para evitar tamanha desdita, eles “[...] buscaram huum divino artificio que representásse em futuro, o que elles obrávam em presente”. Apesar de a muitos autores se reputar tal descoberta, foi Deus quem teve a maior responsabilidade na concessão dos caracteres aos homens³¹. De todo modo, a escrita multiplicaria a memória dos feitos humanos com tamanho sucesso, que superaria mesmo as habilidades da natureza, sendo essa a razão pela qual Barros afirma ter decidido escrever a história do povo português, pouco inclinado às letras memoriais, estando, por conseguinte, severamente ameaçado pela passagem do tempo:

E aiinda quis que este módo de elucuçam artificial de letras: per beneficio de perpetuidade precedesse ao natural da fála. Porque esta, sendo animada nam tem mais vida que o instante de sua pronunciaçam, & passa a semelhança do tempo que nam tem regresso: & as letras sendo huus characteres mórtos & nam animádos, contem em sy espírito de vida, pois a dam a cerca de nós a todaldas cousas. Lá ellas Sam huus elementos que lhe dam assistência: & as fazem passar em futuro com sua multiplicaçam de annos em annos, per módo mais excellento do que faz a natureza. Pois vemos que esta natureza pera gerar algua cousa, corrompe & altera os elementos de que é compósta, & as letras

²⁹ Sinkevisque, Eduardo. *Historiarum copia*, história seleta: o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita. In: Sebastião da Rocha Pita: *Tratado Político* (1715). São Paulo: EdUSP, 2014. P. 25.

³⁰ Barros, João de. *Ásia de João de Barros: Primeira Década (fac-símile)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. P. 2 [fl. 1 r.]. P. 1.

³¹ Barros, João de. *Ásia de João de Barros...* P. 1-2[fl. 1 r.].

sendo elementos de que se compõem, & fórma a significação das cousas, nam corrompem as mesmas cousas nem o intendmento (posto que seja passiuo na intelligencia dellas pelo módo de como vem a este) mas vanse multiplicando na parte memoratiua per vso de frequentaçam, tam espiritual em hábito de perpetuidade, que per meyo dellas no fim do mundo, tam presentes seriam áquelles que entam forem nêssas pesoas feitos & ditos, como oje per esta custódia literal, e vino o que fizeram & disseram os primeiros que fõram no principio delle. [...] E vendo eu que nesta diligencia dencomendar as cousas a custódia das letras (cõservadores de totalas obras) a naçam Portuguesa é tam descuidada de sy [...].³²

Os escritos são perpétuos porque não dependem mais do corpo que os concebeu, mas da imposição de sua vontade. Assim, escrever torna-se a tarefa mais importante de todos aqueles que quiserem custodiar suas experiências ao tempo, para que delas se possa aproveitar “o bom exemplo”³³, de maneira que os grandes feitos não se pudessem perder “[...] da memória dos hómeems que viérem depois de nós”³⁴.

Aqui, é de salientar o paralelo com outro texto vinculado à questão da imortalidade. Hartog nos introduz a preceitos que remontam ao *auctor* Heródoto:

Desde o início de suas Histórias, Heródoto, o pai da história ocidental, estabelece, de fato, que ele pretende salvar do esquecimento as marcas (pelo menos, as “grandes”) da atividade dos homens (*erga megalá*). Diante da imutabilidade da natureza e à imortalidade dos deuses, a palavra/fala [parole] do historiador assume o encargo desses vestígios fundamentalmente efêmeros, os quais são fixados por sua escrita. Sucessor do aedo épico, ele aspira a se apresentar como “senhor” da imortalidade³⁵.

Zurara e Barros ligaram sua escrita a certos *topoi* aparentados, e, como se vê, eles dependiam fortemente de tópicos e técnicas tiradas dos antigos greco-latinos. Além disso, nos modernos, com a presença suprema da história cristã e do livro revelado, predominava a ideia de valorização da memória coletiva por meio da fixação histórica dos grandes homens e feitos, garantida pela escrita. Ademais, percebemos em Zurara o quão imprescindível era o *ethos* do próprio redator das histórias, naquilo que claramente se percebe como um eco da célebre proposição de Cícero: “a história, que é testemunha dos tempos, luz da verdade,

³² Barros, João de. *Ásia de João de Barros...* P. 2 [fl. 1 r.]. Devo a sugestão da passagem de Barros a Osório, Jorge. *Humanismo e História. Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993. P. 470-471.

³³ Barros, João de. *Ásia de João de Barros...* P. 2.

³⁴ Barros, João de. *Ásia de João de Barros...* P. 2.

³⁵ Hartog, François. *As primeiras escolhas...* P. 26.

vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado”, e a sua conclusão, frequentemente esquecida³⁶: “[...] que outra voz, que não seja a do orador, a torna imortal?” (*De oratore*, II, 9.36)

Tendo em vista esse panorama, caberia perguntar como os mecanismos descritos funcionavam nas práticas letradas modernas e, em particular, nas portuguesas. Para tanto, pode-se ir além dos registros do gênero “história”, alcançando outros tão importantes para a produção de *auctoritas* e de imortalidade quanto. O gênero epistolar, que também remontava aos preceituários antigos, e que se impunha não só como meio de comunicação, mas, igualmente, como meio de autorrepresentação, isto é, como instrumento de prestígio, revela-se, nesse sentido, decisivo.

Dentre os diversos letrados que recorreram a ele sistematicamente, um se destacou. Recoberto pela pátina de vária leitura historiográfica, lembrado desde o século XVIII de Diogo Barbosa Machado como um “homem ilustre de Portugal”, e depois caracterizado por muita historiografia dos séculos XIX e XX como emblema da “era de ouro da nação”, pouco se sabe sobre ele dentro da primeira legibilidade normativa que regulava o funcionamento de seus escritos. Esse letrado, responsável por um epistolário muito rico, é Damião de Góis.

Góis (1502-1574) foi um destacado diplomata da corte portuguesa e também conhecido letrado em seu tempo. Serviu à corte de D. Manuel como moço da câmara até 1523³⁷, quando viajou, já sob o reinado de D. João III, rumo a Flandres, para exercer o cargo de escrivão na feitoria das Índias ao lado de Rui Fernandes de Almada³⁸. Realizou várias missões diplomáticas³⁹, tendo se aproveitado da oportunidade de locomoção para entrar em contato com figuras notórias de seu tempo, em especial Lutero e Melanchton, aproximando-se perigosamente do ideário da Reforma⁴⁰. Em 1534 viveu, já livre

³⁶ Teixeira, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da História. *Varia Historia*, v. 24. Belo Horizonte: Jul./Dez. 2008. P. 4.

³⁷ Serrão, Joaquim Veríssimo. *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal...* p. 45

³⁸ Trata-se de um personagem importante para Góis, que chegou a dedicar-lhe um de seus trabalhos posteriormente (a tradução do *Livro de Ecclesiastes*). Earle, T. F. *Introdução*. In: Salomão. *O livro de Ecclesiastes*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. [1538] p. 8. Para maiores informações sobre o feitor Almada, cf. Barata, Maria do Rosário Themudo. *Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI*. 2 v. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1971; como um complemento à detalhada biografia de Themudo Barata, ver Answaarden, Robert van. *O testamento de Rui Fernandes de Almada, diplomata do século XVI*. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: s.2, v.7 (1), 1992. p. 27-41.

³⁹ O itinerário detalhado de Góis pode ser lido em Marques, A. H. de Oliveira. *Damião de Góis e os mercadores de Danzig*. In: Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal Quinhentista* (ensaios). Lisboa: Quetzal, 1987. p. 46-48

⁴⁰ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. [1571-1572]. p. 70-71.

da função na feitoria, com Erasmo de Rotterdam⁴¹; estudou na Universidade de Pádua entre 1534 e 1538, sob os auspícios dos cardeais Bembo e Sadoletto, exímios epistológrafos⁴², além de Lazaro Buonamico. Nos anos seguintes esteve em Louvain, onde se casou, e, além disso, dedicou-se à publicação de escritos relevantes. Uma tradução de Cícero, de um livro da Bíblia, opúsculos sobre as gestas lusas no Oriente, sobre a fé dos etíopes, uma breve história da *Hispania*, além de cartas a letrados, a homens de negócio e mesmo ao papa de então, Paulo III.

Com o retorno a Portugal, em 1545, ganhou destaque ao se instalar na corte, e alguns anos mais tarde tornou-se Guarda-mor da Torre do Tombo. Por outro lado, foi observado com desconfiança por aqueles que temiam que os anos como um total “estrangeirado” pudessem ter corrompido a fé de Góis no reino luso e no reino de Cristo. Essas desconfianças levaram a que fosse denunciado ao Santo Ofício lisboeta.

Finalmente, propôs-se a redigir um opúsculo sobre a história da cidade de Lisboa e uma crônica sobre o reinado do príncipe D. João, ao mesmo tempo em que o cardeal D. Henrique lhe solicitou a redação de uma crônica sobre o reinado de D. Manuel, *o Venturoso*. Os três textos foram redigidos de modo a compor uma historiografia elogiosa para o império português, e sua construção dependeu fortemente do período em que Góis traçou seus itinerários pela Europa e coletou notícias sobre o ultramar. Veio a falecer em 1574, depois de ser preso e posteriormente libertado pelo Santo Ofício em função das acusações que recuperavam seus antigos contatos com protestantes e Erasmo.

Uma breve análise dos vestígios históricos vinculados a Góis confirma algumas de nossas expectativas. Dedicado ao estudo das técnicas retóricas, seguramente tinha em seu horizonte os problemas sugeridos aqui. Diplomata de carreira, seguramente voltava seus olhos à ascensão de seu nome. Redator de opúsculos e cartas, buscou aprimorar seus artifícios em cada gênero visitando e se correspondendo com os principais letrados de seu tempo. Seu epistolário em língua latina é amplo; restam cerca de 40 cartas assinadas por ele, além de outra centena de epístolas que recebeu ou que o mencionavam. Entre os correspondentes, constam nomes como os de Erasmo e Luís Vives, e também de especialistas na escrita epistolar, como o cardeal Pietro Bembo. Tudo isso faz da trajetória epistolar de Góis ponto de vista privilegiado para propor respostas as nossas indagações.

⁴¹ Aubin é da opinião de que Góis foi um erasmiano antes de temperamento que de formação. Cf. Aubin, Jean. *Damião de Góis dans une Europe évangélique. Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vols. XXXI-XXXII, 1979-1980. p. 198

⁴² Cf., dentre outros, Burckhardt, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [1867] p. 174.

Sugerir questões, todavia, é insuficiente. É igualmente necessário construir instrumentos metodológicos que nos auxiliem a mapear as cartas latinas redigidas por Góis. Assim, convém estabelecer como se dará a busca pela autoridade e pela imortalidade que aparecem em seu epistolário.

“A memória”, sustentou Paolo Rossi, “sem dúvida tem a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro”⁴³. Ela distancia-se da história por seu caráter fragmentário, demasiadamente parcial, largamente emotivo⁴⁴, e aproxima-se dela por seu pendor à sobrevivência, por seu apelo à imortalidade e porque aquele sobre quem recai a responsabilidade do registro também deseja ser lembrado.

Como vimos, para criar laços com o futuro era indispensável aos letrados reconstituir *exempla* antigos. Fosse pela curiosidade, fosse pelo serviço a um monarca, fosse pela busca de prestígio pessoal⁴⁵ – como veremos, esses elementos se imbricavam – as forças dos letrados voltavam-se tanto aos textos greco-latinos que guiavam a escrita quanto aos *exempla* fornecidos pelas trajetórias ilustres dos letrados associados a eles.

Porque o princípio ontológico que vincula memória, identidade e futuro não esgota os sentidos específicos que nos motivaram a redigir este livro, a melhor maneira de tonificar essa indagação e harmonizá-la com o contexto verossímil de produção e consumo dos discursos a analisar é aproximar a ideia de preservação da memória pessoal da noção de construção do prestígio público no âmbito da República das Letras. Para fazê-lo, há que avaliar o problema do prestígio público diante da fundamentação retórica em conjunto com a reconstituição verossímil das circunstâncias vividas por Góis. Assim, caberá ler as cartas tentando equilibrar seu teor técnico e comunicacional, recombinao hipoteticamente os dados da instituição retórica às possíveis escolhas e associações feitas por Góis tendo em vista as relações que cultivou.

Anthony Grafton esboçou uma penetrante interpretação da República das Letras⁴⁶. Ele sugere que a única forma de compreender adequadamente a relação

⁴³ Rossi, Paolo. Lembrar e esquecer. In: *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: UNESP, 2010 [1991]. P. 24.

⁴⁴ Rossi, Paolo. Lembrar e esquecer... P. 28

⁴⁵ A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. In: Pires, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos*: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009. P. 277-329.

⁴⁶ Desde já não podemos desconsiderar um alerta. A República das Letras a que se fará menção numerosamente neste trabalho não guarda qualquer sentido de comunidade institucionalizada. Pierre Mesnard deu breves e contundentes explicações anos atrás: “[...] quand on parle de république des lettres, ce n’est quand même pas une société des nations. C’est une métaphore heureuse, intéressante, qui permet de coiffer un certain nombre de faits.” Mesnard, Pierre. Discussion de la deuxième journée. In: Mesnard, Pierre et al. *Individu et société à la Renaissance*: colloque international. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1967. P. 174.

entre letrados que viviam em todas as partes da *Respublica Christiana* era pensar nas noções de imaginação e movimento. Afinal, de acordo com Grafton, os habitantes dessa república naturalmente se reconheciam não importando onde vivessem, e consideravam-se, unidos, mestres de sua civilização. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, tal organização não dispunha de nenhuma constituição, nenhum senhor, nenhuma fronteira; nenhuma terra, nenhuma capital. Os confederados não compartilhavam nenhuma atividade, nenhuma profissão em particular, nenhuma língua natal; nenhum sonho coletivo⁴⁷ grassava entre eles senão o de reformar toda a sociedade⁴⁸.

Dentre as características marcantes da república das letras, estavam a defesa teórica (frequentemente ignorada na prática) de uma sociedade igualitária, o uso de uma língua franca de comunicação – o latim –, o pendor por outros idiomas que refletissem valores de culturas antigas admiradas pelos humanistas, a consciente valorização da sociabilidade como forma de aprendizado e ganho de prestígio e o respeito aos aparatos retóricos que tanto concediam aportes para as formas de escrita quanto norteavam os letrados do ponto de vista dos valores éticos-poéticos a seguir⁴⁹.

Ausentes, na maior parte dos casos, locais específicos nos quais toda a comunidade pudesse se reunir⁵⁰, restava aos humanistas lançar mão da imaginação e de constantes deslocamentos para manter seus contatos com os demais e sustentar a representação de uma República das Letras em pleno funcionamento. A imaginação a que se refere Grafton está, antes de tudo, calcada nos modelos escritos que se difundiram entre eles – escrever de maneira semelhante aos demais e, por vezes, de modo hermético aos vulgares. Também as descrições de colóquios refletiam seu desejo de manter e representar contínuo contato. Finalmente, o aparato imagético era igualmente importante para a criação de identidade; com efeito, os retratos em grupo ou individuais circulavam entre

⁴⁷ A questão da ideia de reforma defendida por tantos humanistas, sobretudo no século XV, mas também no XVI, foi discutida por Rico, Francisco. *El sueño del humanismo: de Petrarca a Erasmo*. Barcelona: Ediciones Destino, 2002. [1993] Maxime P. 74-76; 100-112; 126-137.

⁴⁸ Grafton, Anthony. A sketch map of a lost continent. The Republic of Letters. In: *World made by words: scholarship and community in the modern west*. Cambridge: Harvard University Press, 2011 [2009]. P. 9-34

⁴⁹ Grafton, Anthony. A sketch map of a lost continent: The Republic of Letters... P. 18-22.

⁵⁰ O aparecimento de academias e a aglomeração de grupos de humanistas em universidades são fenômenos a considerar aqui. Para o primeiro caso, cf. Grafton, Anthony. A sketch map of a lost continent: The Republic of Letters... P. 16-17. Para o segundo, cf. o exemplo da criação do Colégio das Artes em Coimbra, local onde puderam se reunir diversos intelectuais antes dispersos pelo continente em Ramalho, Américo da Costa. O Humanismo (depois de 1537). In: Coxito, Amândio; Ramalho, Américo da Costa; Castro, Aníbal Pinto et al. *História da Universidade em Portugal*. Vol. I. Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra, Calouste Gulbenkian, 1997. P. 695-720.

diversos membros da República das Letras como forma de manter próximos os ausentes, assim como representações dos antigos que emulavam.

Como inserir uma investigação sobre Damião de Góis no vastíssimo panorama dessas práticas? Uma análise inicial de sua trajetória sugeriu que o fio condutor deveria ser a constituição de laços com letrados de grande prestígio, uma vez que seus escritos decorreram da interação com eles; assim, interessa-nos discutir como Góis teve que conciliar sua lealdade aos reis portugueses, aos valores da República das Letras e à fé católica. Elementos de âmbitos distintos, mas confluentes. A atividade letrada de Góis e particularmente seu contato epistolar com a República das Letras entrelaçou-se àquela de seus serviços ao reino de Portugal e ao ato de contar a história de sua expansão⁵¹.

Além disso, a ideia de movimento salientada por Grafton conduz-nos a outros caminhos.

Mobilidade, comunidade, identidade. Se associarmos a república das letras às correntes incessantes de trocas de informações que mobilizavam alianças e rivalidades, a conquista e a perda de prestígio, deveremos pensar, ainda segundo Grafton, em deslocamentos físicos. A viagem – recurso a que Góis recorreu por mais de uma década – funcionava para os letrados como uma peregrinação em busca de reconhecimento. Um jovem que visitasse um erudito residente em Roma, Paris ou Basileia com sucesso, ou seja, garantindo alguma demonstração de respeito e generosidade por parte dele, assegurava vantagem na competição por postos e reconhecimento em sua terra natal⁵². Todavia, é possível ir além. Se a comunidade imaginada em torno dos humanistas nada mais era do que um “imenso caleidoscópio de livros, homens e objetos em movimento”⁵³, o que dotaria essa comunidade de um sistema circulatório capaz de colocar diversos personagens em contato constante? As obrigações que muitos deles tinham em igrejas, postos régios e universidades nem sempre eram compatíveis com viagens constantes. A República das Letras, portanto, precisava se interligar por meio de uma rede epistolar.

As cartas foram o mais importante instrumento a possibilitar a comunicação na república das letras, e constituíram o mecanismo privilegiado de autorrepresentação. As cartas também eram úteis na criação de sínteses sobre dado conhecimento ou para intervenção na vida pública, permitindo a um erudito residente em uma pequena cidade opinar em assuntos gerais com boas chances de ser lido. Finalmente, eram elementos de mediação para contenciosos, instrumento poderoso para a divulgação dos sucessos letrados. Acima de tudo, as cartas constituíam artefatos retóricos eficazes.

⁵¹ A biografia de Góis por Hirsch continua válida ao mostrar essa teia de relações. Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...*

⁵² Grafton, Anthony. *A sketch map of a lost continent...* P. 19.

⁵³ “The Republic of Letters existed, first and foremost, as a kaleidoscope of people, books, and objects in motion”. Grafton, Anthony. *A sketch map of a lost continent...* P.18.

Consideradas as proposições elencadas, ficamos diante de um quadro geral de pesquisa e um *corpus* circunscrito. Investigaremos as cartas latinas⁵⁴ de Damião de Góis – portanto, aquelas mais ligadas à *Respublica literarum* – diante dos vários temas que poderemos encontrar nelas e, de forma particular, do ponto de vista da construção da imagem pública com vistas à perpetuação de seu nome e escritos enquanto *auctoritas*. Esse esforço concentrava-se no âmbito da república das letras, e dependia do uso adequado de preceitos retórico-poéticos que norteavam as representações da imortalidade.

Nesse sentido, Cícero e Erasmo foram as principais referências de Góis. Do primeiro, traduziu o *De Senectute* (1538), além de ter estudado outros escritos dele⁵⁵. Do segundo, obteve diversos conhecimentos por meio da troca de cartas, da leitura de alguns livros (como, provavelmente, o opúsculo de Erasmo sobre a escrita epistolar e, certamente, o *Ciceronianus*) e do convívio que mantiveram quando Góis mudou-se para a casa de Erasmo em Friburgo. Ali, certamente travou diálogos sobre o conhecimento greco-romano e bíblico, deparando-se com figuras como São Jerônimo e Santo Agostinho. Talvez por sugestão de Erasmo, veio a traduzir o livro bíblico de *Eclesiastes* algum tempo depois, em 1538. Exploramos a relação de Góis com esses repertórios nos dois primeiros capítulos, argumentando que a representação de eventos ocorridos nesse período emula aspectos da autorrepresentação de Erasmo.

No primeiro capítulo, Góis é situado no contexto de sua atuação diplomática a serviço de d. João III, momento que precedeu sua decisão de voltar-se aos estudos de forma prioritária. Também reconstruímos a genealogia de seus primeiros contatos com humanistas como Cornelius Grapheus, seu tutor de latim, e as fórmulas que foram importantes para sua posterior atividade epistolar. O capítulo é encerrado com a descrição e análise da *Brevíssima arte de escrever cartas*, de Erasmo, observando as regras do gênero.

No segundo capítulo, acompanhamos a atuação de Góis nos círculos eruditos da República das Letras. Esta é relacionada à prevalência da retórica nos escritos de diversos letrados ligados direta e indiretamente a Góis, o que podemos demonstrar a partir da rede de contatos costurada por meio das epístolas. O pano de fundo dessas relações é a “querela ciceroniana”, uma das mais importantes controvérsias letradas do século, em capítulo aberto por Erasmo com a publicação do diálogo *Ciceronianus*, e, ainda, as polêmicas religiosas em torno às tentativas do cardeal Jacopo Sadoletto de reaproximar Melanchton dos católicos. Fornecemos uma interpretação para as posições de Góis em relação a

⁵⁴ Utilizamos algumas cartas em português escritas por Góis no primeiro capítulo com o único propósito de contextualizar sua estadia no posto diplomático de Flandres.

⁵⁵ Lopes, Maria José Ferreira. *Damião de Góis e os clássicos: vestígios culturais e literários latinos nos Commentarii de Góis*. P. 5-6. Agradeço muito à autora por ter-me cedido o texto, ainda não publicado.

essas circunstâncias, identificando os modos de representação epistolar empregados.

No terceiro capítulo, passamos aos temas das cartas latinas divididos segundo alguns tópicos sugeridos por Grafton. Assim, entram em pauta a formação de amizades e de inimizades por meio das cartas como formas de criar vínculos essenciais na República das Letras. Também descrevemos as tentativas de Góis de construir seu prestígio por meio da edição das obras completas de Erasmo após sua morte. Por fim, discutimos as diversas cartas voltadas à divulgação dos textos escritos por Góis e a coletânea de suas correspondências mais ilustres que fez publicar em 1544. Tentamos, com isso, sincronizar as missivas pertinentes e o conjunto epistolar veiculado como livro para explicitar os espaços de construção de sua *auctoritas*.

CAPÍTULO I

PRECEITOS RETÓRICOS E ITINERÁRIOS SOCIAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

DIPLOMACIA EPISTOLAR NA FEITORIA DE FLANDRES

Quando as últimas notícias sobre a movimentação dos exércitos turcos na Hungria chegaram ao prédio da feitoria portuguesa na rua Kipdorp, os diplomatas reagiram prontamente, enviando ao rei d. João III uma carta sobre esse e outros assuntos. As cartas desse entreposto eram diligentemente preparadas e ansiosamente aguardadas, uma vez que por ali passavam, além dos produtos trazidos do oriente, mercadores, cortesãos, religiosos e militares de toda a Europa, ou seja, portadores de informações vitais na arquitetura da estratégia política e comercial a ser adotada pelo monarca e seus conselheiros.

Não somente da Antuérpia, contudo, corriam notícias tão relevantes. O contínuo contato epistolar com Lisboa era realizado em diversas partes do orbe, de variadas maneiras e velocidades. Elas eram geralmente remetidas por meio de correios capazes de fazer o percurso entre Roma e Lisboa em cerca de quinze dias⁵⁶, a que se seguia o tempo de espera dos servidores no aguardo de instruções até o regresso dos mensageiros. Muito mais difícil se afigurava a situação dos diplomatas lotados nos territórios de além-mar. Destinadas a cobrir distâncias imensas, as epístolas iam e vinham ao cabo de meses. Isso, contudo, não diminuía sua importância; afinal, as empresas ultramarinas teriam fadado ao fracasso sem esses instrumentos de coordenação, motivo pelo qual é lícito denominar as monarquias ibéricas, com toda a propriedade, de “governos de papel”⁵⁷.

Era comum que cartas aparentemente irrelevantes se cobrissem de códigos destinados a ofuscar de olhos indesejados o verdadeiro teor dos textos. Dom Miguel da Silva, célebre embaixador português em Roma desde 1514, e que viria a se tornar bispo de Viseu em novembro de 1526⁵⁸, empregava o vocabulário exótico das especiarias – ainda desconhecido para muitos – e outras referências para cifrar suas missivas; em 1516, Maximiliano I era nomeado “a pérola”, enquanto o monarca francês recebia o apelido de “cobre”. Quanto ao ainda príncipe d. João, tivera seu nome disfarçado sob o termo “Brasil”⁵⁹.

⁵⁶ Pereira, António dos Santos. *Portugal: o império urgente (1475-1525)*. Quadros mentais e aspectos do quotidiano. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003. P.7.

⁵⁷ Raminelli, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercê”. In: *Viagens Ultramarinas*. Monarcas e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. P. 42.

⁵⁸ P. Cardoso, Arnaldo Pinto. *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal, 2001. 64-65. A principal referência para o estudo da vida e da obra do bispo continua a ser Deswarte-Rosa, Sylvie. *Il “perfetto cortegiano” D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni, 1989.

⁵⁹ Para os exemplos acima, cf. Couto, Dejanirah. Spying in the Ottoman Empire: sixteenth-century encrypted correspondence. In: Bethencourt, Francisco; Egmond, Florike. *Cultural Exchange in Early Modern Europe: Correspondence and cultural exchange in Europe – 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. P. 294

Apesar disso, os sistemas de encriptação vigentes nos reinados de d. Manuel I e d. João III eram bastante rudimentares se comparados aos de outros potentados. O perigo de espionagem era iminente, e a inquietação em relação à Espanha de Carlos V⁶⁰, bastante familiarizada com as técnicas de codificação e decifração desde o século XV⁶¹, se impunha; essas dificuldades não passaram despercebidas a d. Miguel da Silva. Os apelos do embaixador foram ouvidos, de modo que, a partir de 1517, houve tentativas de utilizar e aprimorar os códigos, ora numéricos, ora de memorização. Todavia, apenas depois de 1550, período no qual a atuação diplomática portuguesa se tornou mais incisiva, passou-se a codificar a correspondência oficial da chancelaria d. João III criteriosamente⁶².

Desapetrechados de instrumentos desse gênero, os cônsules da rua Kipdorp valeram-se da concisão e de correios marítimos confiáveis para evitar a espionagem. Naquele dia, seis de Janeiro de 1527, eles comunicaram ao rei os desdobramentos da questão húngara. Com a morte do soberano Luís II em batalha contra os turcos no ano anterior, dois sucessores disputavam o poder. Sob a proteção dos Habsburgo, Fernando I, irmão de Carlos V, sagrou-se rei. Ao mesmo tempo, dizia-se detentor da coroa o conde João de Beida, João Zapolya⁶³, voivode aliado dos adversários de Carlos V na região. A missiva testemunha a tensão entre os partidários de cada pretendente ao cargo:

Senhor – Depois de termo esprito a vosalteza as novas da Jtalya e de alemanha nos vieram oje cartas de xxbj de dezembro per que nos espreuem como o comde Yoã de beyda que emlegeram por Rey de Vmgrya mandou tres embaixadores ao Jfante dom fernando com grande trumfo o Jfante os quys ouuyr em pomtefiqua e em pruuiquo e quando emtraram na salla nom se aleuantou nem lhe quys dar a mão ao costume da terra nem receber a carta de cremça começaram a falar em vumgro sua embaixada e nom nos quys ouuyr senom que lhe falassem em latim [...].⁶⁴

Os redatores da missiva fizeram notar as tentativas de diversos soberanos de participar da querela. O principal interventor deveria ser o rei da Polônia, Segismundo I, pois mantinha boas relações com os dois rivais. Caso resolvessem a questão, “[...] serya gramde bem pera crystandade [...]”, porque “[...]

⁶⁰ Segundo Couto, Dejanirah. Spying in the Ottoman Empire... P. 297, “se o imperador Maximiliano I estava usando a cifração por volta de 1510, seu neto Carlos V fê-lo desde então mais extensivamente. Vinte e quatro códigos ainda estão preservados nos arquivos de Viena, elaborados de acordo com a estatura de seus correspondentes e a relevância de seus reinos”

⁶¹ Couto, Dejanirah. Spying in the Ottoman Empire... P. 296-300.

⁶² Couto, Dejanirah. Spying in the Ottoman Empire...P. 294-296.

⁶³ O *corpus* analisado nas próximas páginas encontra-se em Bell, Audrey F. G. *Um humanista português: cartas portuguesas de Damião de Góis*. Trad. António Álvaro Dória. Lisboa: Editorial Império, 1942. P. 41, nota 1.

⁶⁴ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português... P. 41.*

nom averyam medo do turquo ne de nynguem [...]”⁶⁵. Por outro lado, os turcos perdiam soldados e tempo mergulhados nas próprias desavenças. “Do turco ja temos esprito a vosalteza como deixou çerta gemte nas fronteiras e nos castellos fortes que tinha tomados de vumgrya [...]; um paremte do turquo cõ ajuda do cofy fez ao turquo muyto mall [...]”⁶⁶. Parte das tropas instaladas no território da cristandade se engajava em lutas fratricidas pelo poder, abrindo espaço para uma oportunidade que, no entender dos portugueses residentes em Antuérpia, não deveria ser perdida.

Ainda que as beligerâncias internas dos turcos atrasassem o eventual confronto, havia razões de sobra para temer sua presença. A ocupação turca de territórios húngaros avançou depois das campanhas de 1529 e 1532, algo mencionado por várias missivas. A ambição de Solimão, o magnífico crescia em direção aos territórios italianos sob tutela de Carlos V, à época governados pelo vice-rei de Nápoles, Charles de Lannoy, e cada vez mais parecia que o destino das civilizações cristã e otomana seria decidido nas terras de Otranto⁶⁷. Jogo delicado, já que os recursos cristãos naquela localidade para organizar um empreendimento militar eram incipientes, dadas as campanhas no norte da África, a expansão rumo às Índias e as disputas que apartavam Francisco I e Carlos V. Os otomanos, por seu turno, consideravam regiões do sul da península Itálica, particularmente a Puglia, extensão do território islâmico, o *dâr al-Islâm*. E, para justificar suas pretensões, evocavam a história. Lembravam-se de que, não muitos anos antes, em 1480 e 1481, o comandante Ahmet Gelik Pacha, no ocaso do governo de Mehmet II, ocupara as terras de Otranto⁶⁸, decapitando cerca de oitocentos habitantes da cidade *in odium fidei*⁶⁹. Chegara a hora de reconquistá-las.

Essa memória em particular era de conhecimento dos portugueses, pois fora com seu apoio naval que a vitória sobre Gelik Pacha se concretizou. A vitória contra os muçulmanos em Otranto foi eternizada pelo bispo de Évora d. Garcia de Meneses que, em 1481, narrou, diante do papa Sisto IV, todos os detalhes das escaramuças, da formação da armada e do valor dos navegadores lusitanos.

Meneses destacou as vitórias de Afonso V e seu filho, o príncipe D. João, nas batalhas contra os muçulmanos em África. Além disso, esclareceu as ligações de familiares seus com as vitórias e o governo das praças conquistadas,

⁶⁵ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 44-45

⁶⁶ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 45.

⁶⁷ Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman: La terre d’Otrante (1529-1532). In: *Le latin e l’astrolabe*. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. V. II. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2000. P. 93-127.

⁶⁸ Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman... P. 95.

⁶⁹ Tommasino, Pier Mattia. Otranto and the self. *I Tatti Studies in the Italian Renaissance*, Vol. 18, N° 01, 2015. P. 147.

reunindo o louvor ao reino ao prestígio pessoal. Nas palavras de Américo da Costa Ramalho, “[...] prosseguindo no seu discurso, D. Garcia de Meneses recorda ao papa que é, graças aos portugueses, que o poderio turco não atacou ainda a Europa, a partir do reino de Granada, seu aliado”⁷⁰. Meneses enfatizou, por fim, que a vitória em Granada, caso ocorresse, teria grande parte de seus méritos justamente atribuída aos portugueses, que impediam a chegada de reforços aos infiéis por meio do patrulhamento da passagem marítima entre o norte da África e a península.

No mesmo discurso, d. Garcia de Meneses elogiou o soberano de Portugal, celebrou as vitórias de sua família e reforçou o estatuto do reino diante das ameaças vindas de Castela. Tudo isso nos mostra como em torno de batalhas como a de Otranto travavam-se, de fato, verdadeiros combates pela memória, memórias erigidas por orações, opúsculos e cartas. Simultaneamente, o caso expõe a simbiose formada entre a vida cortesã e a diplomática.

“A terra de Otranto de fato apresenta todas as características de uma fronteira”. Uma linha de defesa, postos de vigília e, acima de tudo, “[...] um clima de desconfiança e de confluência de complexas relações humanas”⁷¹. Jean Aubin não poderia ter colocado melhor: a expectativa de um confronto nas terras meridionais representava também um microcosmo das relações institucionais, religiosas e mercantis então vigentes.

A seis horas de barco, a província de Avlona⁷², do outro lado do Adriático, projetava a sombra do Turco a envolver a desarmada cidade de Brindisi, que passava por enormes dificuldades financeiras e perdera grande parte de sua população nos últimos anos⁷³. Mais ao sul, barcos de corsários berberes⁷⁴ mostravam que, se a reconquista de porções do espaço magrebino por espanhóis e portugueses lograra algum avanço, ela não mitigara suficientemente as forças muçulmanas. Por fim, havia Veneza. O embaixador de Carlos V na República de Veneza, Rodrigo Niño, acreditava ser aquela cidade o melhor posto para espionagem das ações turcas. Mas a grandeza dessas esperanças era frequentemente soçobrada pela dura realidade da diplomacia: embora a manutenção de boas relações com Carlos V estivesse no topo da pauta, negligenciar a paz com o sultão estava fora dos planos de Veneza. Assim,

⁷⁰ Ramalho, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. *Humanitas*. Coimbra: 1991-1992. P. 17-19

⁷¹ [La Terre d'Otrante présente bien tous les caractères d'une frontière: ligne de défense et d'échange, de postes de vigie et de points de trafic, où s'élaborent dans un climat de méfiance et de connivence des relations humaines complexes] Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman... P. 105.

⁷² Hoje chamada Vlorë, faz parte do território albanês.

⁷³ Brindisi, que chegou a contar com cerca de 800 fogos - sendo 50 de judeus - no final do século XV, caíra para 400 nas cercanias de 1530. Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman... P. 112.

⁷⁴ Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman... P. 104.

Niño tivera de se contentar com vestígios em documentos dispersos, porções de relatos de mercadores e sussurros palacianos, ciente de que “[...] nós sabemos o que eles [os venezianos] querem que saibamos”⁷⁵. Verdadeira balança daquele frágil equilíbrio, Veneza, em nome da prosperidade dos negócios, também fazia um rígido controle do espaço marítimo, valendo-se para tanto de seu importante protetorado de Corfu⁷⁶, hoje uma ilha grega.

Os desafios internos da diplomacia nos territórios cristãos impediam a organização da luta contra os turcos. Os cônsules portugueses, ainda no ano de 1527, relataram as tentativas de negociação entre as forças de Carlos V na Itália e o papa Clemente VII. Alerta quanto às consequências de uma eventual aliança entre eles, o rei da França movia-se em direção à Suíça; seus embaixadores tentavam apoios que permitissem “[...] estrouar a empreza dos alemães [...]”⁷⁷.

Em outubro do ano seguinte, escreveram uma carta que procurava fazer um balanço dos rumos políticos de todo o mundo ocidental, destacando o agravação das relações entre Carlos V e Francisco I, dizendo que “de paaz nom há qua nenhua noua por o presente. Deus a ordene”⁷⁸. As tropas do imperador avançavam pelo território de Nápoles, e aproveitavam-se do enfraquecimento dos franceses, em decorrência da peste, para intensificar os ataques. Gênova, Milão, Veneza, toda a Puglia e outros territórios serviam de palco às batalhas. Os diplomatas ainda procuravam alertar quanto ao estado dos homens ilustres envolvidos na guerra. A carta em questão nos revela por onde andavam os generais de Francisco I, como o conde de Saint-Pol, e os de Carlos V, como o conde de Pavia, Antonio de Leiva, para além de duques, capitães e representantes de confederações mercantis⁷⁹.

Nas pegadas do relato do andamento das guerras, é possível constatar opiniões bastante incisivas. Ao comentar o estado das guerras na Itália, os embaixadores não hesitavam em deixar claro de que lado estavam:

[...] Asy que as cousas de Itallya vão prosperas por o emperador em grande maneira quis Deus que elRey de França pague quanto mall tem feyto, elle esta em Parys e não muyto contente destas nouas comtudo manda agora fazer mais gente de nouo vay toda a reste de sua nobreza e o duque dallbanya por capitão jerall e todos os seus pryuados e o allmyrante pação cremos que farão a fym que fezerão os outros pois Deus nom he por elles⁸⁰.

⁷⁵ “avec tout cela, je suspecte que nous ne savons que ce qu’ils veulent qui se sache”. Aubin, Jean. *Une frontière face au péril Ottoman...* P. 118.

⁷⁶ Aubin, Jean. *Une frontière face au péril Ottoman...* P. 118.

⁷⁷ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 46-47.

⁷⁸ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 52.

⁷⁹ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 48-50.

⁸⁰ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 51.

Desesperançados no que diz respeito à paz na *Respublica Christiana*, ao menos podiam celebrar as tréguas na região da feitoria. A paz entre Carlos V e os Gueldres era iminente, o que concorria para a ampliação do comércio e o escoamento dos produtos portugueses para os mercados da França e dos territórios germânicos. Os diplomatas não deixam de avaliar a situação nessas localidades: “as cousas de Allemanha estão bem e pacificas; elRey dom Fernando esta em Boemea quer lançar huum trebutto nouo no Reyno sobre as mercadorias [...]”⁸¹. Quanto à Inglaterra, não havia grandes novas, exceto pelas discussões em torno à polêmica do divórcio de Henrique VIII. No momento da redação da carta, um emissário do papa Clemente VII encaminhava-se àquele reino para tentar um acordo. Aproveitando a oportunidade, lembraram ao rei d. João III que o “[...] o papa esta firme na mizade do emperador tee agora”⁸². Já na Hungria, “nom esta tudo bem”, e aqui os diplomatas não se constrangeram em subir o tom. Conquanto os comentários sobre as disputas diplomáticas – especialmente referentes às críticas ao soberano francês – parecessem se alinhar à orientação régia, nos problemas comerciais prevaleceu o parecer dos representantes da Antuérpia, que não se esquivaram de questionar opiniões vindas da corte:

Em Vmgrya nom esta tudo bem; os vmgros estam mall contentes dos governadores e chamão por ElRey sera força que vaa lla pera pascoa en todas maneiras he de temer que avera allgum mall por que entrementes o seu contrato viuer nom ade estar seguro do Reyno elle esta com elRey de Polonya, o quall trabalha por fazer seu apontamento; parecenos que não aproueita por que elRey nom quer ouuir falar nelle asy que as cousas da Vmgrya não estão bem, pelo quall o despacho das especyaryas perece e vallem pouco crea Vosallteza que entrementes esta Vmgrya naom esteuer em paaz que numqua as especyaryas amde ter muyto despacho e digua cada huum o que quyger que esta he a verdade⁸³.

Também discutiram um assunto que lhes importava enormemente: as notícias comerciais. Na carta anterior, de 1527, afirmavam ter alguma esperança no bom andamento do comércio da Antuérpia, esperança que lhes faltaria para as vendas a leste em 1528: “Item as galles dos venezeanos que vem de barute sam vymdas as quaes trazem muyto poucas especearyas ou nada vem”⁸⁴. Parcamente abastecidos de mercancias, os venezianos relataram que havia inúmeros produtos disponíveis em Alexandria. Como não chegavam aos reinos ocidentais, a vantagem passou para as mãos da feitoria de Flandres, bem fornida pelos navegadores

⁸¹ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 53.

⁸² Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 53-54.

⁸³ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 53.

⁸⁴ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 47.

portugueses. Os diplomatas ponderavam se caberia uma subida nos preços, lembrando que o único entrave a essa decisão viria de certo feitor da cidade, que poderia colocar empecilhos. Interessados em saber o que o rei desejaria fazer quanto ao problema, despediram-se, aguardando ordens⁸⁵.

Assinaram todas as cartas os principais responsáveis pelos negócios portugueses em Flandres: os feitores João Brandão e Rui Fernandes de Almada e, além deles, o escrivão Damião de Góis.

⁸⁵ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 48.

O COMÉRCIO E AS LETRAS

A vocação da feitoria portuguesa em Flandres, ou, como era chamada, da “Casa da Índia”, era certamente comercial. Tendo superado Bruges na aurora do século XVI, a Antuérpia destacava-se por ter se tornado um ponto privilegiado de revenda e escoamento de produtos. Mercadores da Hansa, ingleses e portugueses concentravam tantos esforços na distribuição de suas mercadorias naquela cidade que estes, em 1508, construíram ali uma importante feitoria, orientada para a negociação de especiarias orientais. No trato cotidiano, estabeleceram sólidos vínculos com poderosas famílias, como as germânicas Fugger (Augsburgo) e Welser (Nuremberg)⁸⁶. No século XVI, chegou a haver 150 portugueses residindo na cidade; os ingleses chegavam a 400; os germânicos da Liga Hanseática, a 300⁸⁷.

Em um centro tão cosmopolita como a Antuérpia, verdadeira sucessora de Veneza, no que se refere ao trato comercial das especiarias, e antecessora de Amsterdam e Londres⁸⁸, florescia, ao lado das atividades políticas e comerciais, um mercado de luxo bastante requisitado pelos soberanos dos diplomatas que ali viviam. Dos muitos dividendos auferidos nas vendas de especiarias, parte se alocava na compra de objetos religiosos suntuosamente ornamentados, pinturas, esculturas e livros iluminados.

É o testemunho que nos presta outro contato da feitoria portuguesa com Lisboa. O principal responsável pela compra de objetos valiosos para a casa real de d. João III devia ser Damião de Góis, único a assinar a correspondência. “Per esta armada mamdo as cousas que per suas imentas mandou pedir aquellas se poderam achar, e a tapeçarya tenho toda mandado fazer por se nam achar nada feyto [...]”⁸⁹. Nessa carta, escrita em 22 de agosto de 1530, Góis procurava levar ao conhecimento régio os motivos pelos quais era necessário obter mais recursos para garantir a compra de objetos que fizessem jus ao monarca. As tapeçarias, argumentava, estavam sob os cuidados do “[...] melhor oficial da tera, o qual tira

⁸⁶ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI: reflexões sobre o mercado de luxo a partir do tríptico de Jan van Dornicke do MASP. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Nº 06. São Paulo, dez. 2006. P. 45-46.

⁸⁷ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI... P. 46.

⁸⁸ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI... P. 46-47.

⁸⁹ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 59.

e poem nelles ho necesareo [...]”⁹⁰. Ele, além de tudo, garantia de que a oficina do artista se colocara plenamente à disposição de d. João III.

Naquela ocasião, Góis ainda remeteu a Lisboa um dos livros que se “[...] tem mandado fazer [...]”, livro cuja “[...] folha da Ilumynadura vay asaz bem ffeita [...]”⁹¹. A qualidade da caligrafia havia, porém, caído, pois o copista falecera antes de finalizar o trabalho e teve de ser substituído pelo filho. Prometeu outro livro, quase concluído, bastando arrematar as iluminuras. Mas nem tudo corria bem: o famoso iluminador Simão de Bruges, o “mestre symão”, se indispusera com Góis [... estaa muy mal comtemte de mym ...]” porque este não lhe pagara aquilo que considerava justo pelos livros encomendados. Comprometera-se a não assumir outros serviços em virtude do pedido de d. João, e agora passava por dificuldades devido ao atraso nos pagamentos⁹².

Ainda que Góis não tenha mencionado os nomes dos livros iluminados que o rei ordenara adquirir, podemos ter alguma ideia do volume das compras e de sua tipologia ao analisar as listas de livros da biblioteca régia portuguesa nas três primeiras décadas do século XVI. Em termos de edições iluminadas, encontramos nas listas de d. João III um “Briuiayro romão, gramde, illuminado e no começo delle a imagem de [Cristo] do meio pera cima com ho mundo na mão em tauoas, cuberto de coyro vermelho com guarniça de cobre de rosas e charneyras, a guarnição solta do liuro e metida em huua fumda de panno velho e outro de coyro bayo”⁹³. Também havia um “Misall, de letra de mão, iluminado, em tauoas, cuberto de coyro branco com correas e na sua guarnição de copos de llatam”, bem como outras obras que apresentavam ornamentos de valor. Na livraria de dona Catarina, rainha consorte de d. João III e irmã, dentre outros, do recentemente finado d. Luís II da Hungria e do imperador Carlos V, abundavam livros repletos de detalhes em ouro e outros materiais preciosos. Por meio de sua lista ficamos a saber de uma edição das *Morales* de Sêneca, de um *Bello Judaico* de Josefo, dos *Tryunfos* de Petrarca, de uma edição em romance das *Décadas* de Tito Lívio, além de Plutarco, Curcio e César e escritos religiosos. Também é de se salientar que a biblioteca da rainha estava repleta de obras relativas a letrados ainda ativos, particularmente Erasmo. É possível que seus textos em latim estivessem, desse modo, disponíveis para estudo dos jovens membros da corte portuguesa⁹⁴.

Podemos imaginar que a vocação dessas bibliotecas reflete, ao menos em parte, o trabalho dos cônsules portugueses na Antuérpia. Tendo crescido na

⁹⁰ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 60.

⁹¹ Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 60.

⁹² Bell, Audrey F. G. *Um humanista português...* P. 61.

⁹³ Viterbo, Sousa. *A livraria real: especialmente no reinado de d. Manuel – memória apresentada à Academia real das ciências*. Lisboa: Academia real das ciências, 1901. P. 26.

⁹⁴ Ramalho, Américo da Costa. *O Humanismo (depois de 1537)...* P. 705.

corte, servindo ao rei d. Manuel como moço de câmara⁹⁵, Góis certamente esteve próximo dos textos de sua livraria, e recebeu educação cuidadosa⁹⁶, para não mencionar sua facilidade de trânsito no território flamengo em virtude de sua ascendência⁹⁷. Além disso, o feitor, Rui Fernandes de Almada⁹⁸, morava em Antuérpia desde ao menos 1510⁹⁹, e travava contato regular com letrados e impressores dos quais poderia ter conseguido obras latinas em edições refinadas. De todo modo, a produção livreira na Antuérpia se destacou desde seus primórdios, quando Mathias van der Goes publicou o primeiro incunáculo da região, em 1481. Desde então, “[...] no período entre 1500 e 1540 cerca da metade dos livros produzidos provinham dos prelos daquela cidade”¹⁰⁰.

Quanto aos livros iluminados, o trabalho de encomendá-los devia manter estreitas ligações, no âmbito da atividade da feitoria, com os esforços voltados à formação daquela que seria chamada “Leitura Nova”. O termo “Leitura Nova” designa uma série de documentos que d. Manuel I mandou transcrever, classificar e iluminar a partir de 1504. O período de sua produção coincide com sobrevalorização das gravuras frente às miniaturas, e do livro impresso frente ao manuscrito, e está claro que os especialistas da região flamenga, talvez Simão de Bruges à frente, contribuíram para a realização do projeto, contactados pelos diplomatas. Damião de Góis, que coordenou a “Leitura Nova” quando assumiu o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo em definitivo¹⁰¹, na década de 1550, dedicou-se às iluminuras com a experiência de quem já havia comprado diversos livros em anos anteriores. Com efeito, a primeira assinatura de Góis nos documentos da “Leitura Nova” data de 1532, quando, com Fernão de Pina, parece ter se responsabilizado por 25 cadernos corrigidos e iluminados,

⁹⁵ Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1967]. P. 9-21.

⁹⁶ Embora Marcel Bataillon tenha há muitos anos questionado a origem dos estudos de Góis por causa das supostas fragilidades de seu latim, Amadeu Torres apresentou sólidas evidências em contrário naquela que considero a melhor tese já escrita sobre o humanista. Cf. Torres, Amadeu. *Noese e Crise na epistolografia latina goisiana*. 2. Vols. Paris: Calouste Gulbenkian, 1982. Para as afirmações de Bataillon, cf. Martins, José Vitorino de. *Avant-propos*. In: Martins, José Vitorino de (org.). *Damião de Góis: humaniste européen*. Braga: Barbosa e Xavier, 1982. p. XVII.

⁹⁷ Cf. Henriques, Guilherme J. C. *Inéditos goisianos*. v. 2. Lisboa: 1896-1898.

⁹⁸ A biografia de referência sobre Rui Fernandes de Almada continua a ser o trabalho escrito por Barata, Maria R. de Sampaio Temudo. *Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI*. Lisboa: s/ed., 1971. P. 63-115.

⁹⁹ Answaarden, Robert van. O testamento de Rui Fernandes de Almada. *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 7. Lisboa, (1) 1992. P. 28.

¹⁰⁰ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI... P. 47-48

¹⁰¹ Deswarte-Rosa, Sylvie. *Les enluminures de la Leitura Nova – 1504-1502: étude sur la culture artistique au Portugal au temps de la Renaissance*. Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1977. P. 41-51.

além de um caderno com folhas do índice. Também há referência a outros 12 cadernos corrigidos e 9 iluminados e a mais 16 cadernos corrigidos e 6 iluminados, todos naquele ano¹⁰².

Entretanto, o interesse dos diplomatas por escritos religiosos e greco-latinos também pode ser identificado em sua tentativa de adquirir obras de arte inerentes a temas evocados por esses livros. Poucos lugares eram tão privilegiados para esse tipo de aquisição como a Antuérpia dos anos 1520. As oficinas de arte da Antuérpia consolidaram-se a partir de 1491, quando a atuação de Quinten Metsys, já então mestre em seu ofício, foi muito bem sucedida, gerando contínua demanda por parte de diversos representantes comerciais instalados na cidade¹⁰³. A presença de artistas oriundos de diferentes localidades, atraídos pelas inúmeros agentes diplomáticos, burgueses e nobres, impediu a formação de um “[...] estilo próprio antuerpiense [...]”¹⁰⁴, mas deixava uma ampla margem de escolha aos comitentes.

Compras que, afinal, não se faziam apenas em nome dos reis. Rui Fernandes de Almada e Damião de Góis tinham, por força de seus encargos, um tino apurado para a aquisição de peças sofisticadas, e usavam-no para incorporar livros e obras de arte às suas coleções particulares.

Almada conquistara a amizade de muitos no decorrer de seus negócios na feitoria. Antes mesmo de assumir o cargo, tinha amplo trânsito nos círculos sociais mais relevantes da Antuérpia, devido ao fato de ter sido escolhido, por volta de 1510, para o cargo de tesoureiro da “nação de Portugal”, “[...] ou seja, detentor da ‘bolsa’ para a qual todos os comerciantes portugueses nos Países Baixos contribuía obrigatoriamente [...]”¹⁰⁵. Esse cargo colocava Almada no epicentro dos circuitos comerciais de que dependiam seus compatriotas e, por conseguinte, no centro das discussões com outros feitores e dignitários da região.

Em outubro daquele ano, Almada provavelmente presenciou o auxílio prestado por Duarte de Sá, comerciante, a um pintor. Tudo indica que ele esteve em Antuérpia para a assinatura de alguns papéis que permitiriam que ele recuperasse uma quantia dada como perdida. Graças à possível intermediação do tesoureiro, alcançou seu objetivo, o que ajuda a explicar – a tese é de Robert van Answaarden – o porquê de ter recebido desse artista, Albrecht Dürer, em algum momento entre 1520 e 1521, um quadro retratando São Jerônimo [**Figura 1**]¹⁰⁶.

¹⁰² Deswarte-Rosa, Sylvie. *Les enluminures de la Lettura Nova – 1504-1502...* P. 41-51

¹⁰³ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI.... P. 47.

¹⁰⁴ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI.... P. 47.

¹⁰⁵ Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI.... P. 47.

¹⁰⁶ Answaarden, Robert van. O testamento de Rui Fernandes de Almada... P. 29.

Embora possamos considerar a hipótese discutível – basta pensar que, na altura, Almada já se consolidara como figura proeminente na feitoria, de modo que seria natural que recebesse um presente generoso –, ela nos dá uma amostra precisa de que tipo de obra aguçava o faro dos cônsules portugueses.

As pinturas de São Jerônimo por Dürer significavam muito para todo aquele que manifestasse curiosidades eruditas, pois os letrados vislumbravam no antigo doutor da Igreja um farol particularmente relevante para a aliança entre a os escritos greco-latinos e o louvor ao catolicismo. Alguns aspectos da vida de Jerônimo como eram descritos na época corroboravam esse interesse.

Jerônimo teria nascido por volta de 347 d.C., em uma vila próxima a Aquileia, destruída pela invasão dos Godos. Enviado a Roma pelos pais, começou a estudar com o célebre Donato, gramático que dominava amplamente a cultura latina. Após cerca de três décadas de estudo sobretudo dos escritos de Cícero, converteu-se ao em definitivo ao Cristianismo, dedicando-se com ardor às leituras dos livros bíblicos¹⁰⁷. Contudo, aos olhos de homens como Almada, Jerônimo teria se julgado em pecado pela vida pregressa, decidindo passar algum tempo no deserto de Calcis, na fronteira da Síria, em penitência junto a animais selvagens – Dürer dedicou várias telas a esse tema. Naquele período, teria se aproximado de um judeu convertido a fim de aprender a língua hebraica. Findo o exílio, foi a Antióquia, onde estudou profundamente os evangelhos, situação que acabou por favorecer seu aprendizado do grego, idioma no qual as aulas eram lecionadas¹⁰⁸. O grego ainda fora aperfeiçoado com as lições tomadas de Gregório de Nazianzo, professor residente em Constantinopla¹⁰⁹.

A par com as leituras tomadas nas aulas, São Jerônimo dedicou-se às traduções de inúmeros escritos, aproveitando-se frequentemente de suas lacunas para acrescentar detalhes que lhe parecessem pertinentes – foi o caso de sua leitura das *Crônicas* de Eusébio de Cesareia. Igualmente, dedicou-se às correções de salmos e diversos textos bíblicos, como o livro de *Jó*, os *Provérbios*, o livro de *Eclesiastes* e o *Cântico dos Cânticos*¹¹⁰.

Esses elementos da vida de São Jerônimo irmanavam-se com ideais elaborados por Petrarca, ideais que não escapavam a Dürer, nem tampouco a Almada. A erudição expressa por meio do conhecimento de múltiplos idiomas, notadamente a habilidade de leitura nas três línguas dos textos sagrados, latim, grego e hebraico, aparece numa gravura de Dürer produzida em 1492.

Imagens como a concedida a Almada imortalizavam outra característica

¹⁰⁷ Sutcliffe, E. F. Jerome. In: Lampe, G. W. H. (org.). *The Cambridge History of the Bible*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1969]. P. 80.

¹⁰⁸ Sutcliffe, E. F. Jerome. ... P. 80-82. P. 80-82.

¹⁰⁹ Harvey, Paul (org.). *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987 [1937]. P. 295.

¹¹⁰ Sutcliffe, E. F. Jerome... P. 83-84; 89.

do retratado: a solidão contemplativa. Desde a passagem pelo deserto, Jerônimo teria adotado semelhante atitude, quebrada apenas na realização de viagens ocasionais¹¹¹, partindo do princípio de que, sem certo distanciamento, a capacidade de reflexão enfraqueceria.

Sempre ao lado do lendário leão, a aparência de Jerônimo emanava disciplina, organização e método em seu incansável trabalho de edição, tradução e correção¹¹², procedimentos eficazes para regenerar o conhecimento antigo. A obra de Dürer funcionava como um veículo desses preceitos. Panofsky, em clássico artigo, definiu os sentimentos de Dürer em relação à antiguidade a partir da ideia de “*pathos* da distância”. Aliados das memórias proporcionadas pelas ruínas, como nas cidades italianas, onde a presença da antiguidade era evidente, só restaria aos homens do norte agir como “conquistadores” de uma memória que estava por constituir, articulando cuidadosamente um programa de restituição dos valores da cultura greco-latina. O objetivo de sua arte, tanto na teoria quanto na prática, voltava-se, nesse sentido, ao retorno a origens invisíveis em sua arquitetura¹¹³. No caso das pinturas de São Jerônimo, particularmente na de 1521, esse propósito parece se coadunar com outro alerta.

O olhar inquisidor, as mãos distantes dos materiais de trabalho e o dedo a apontar para o crânio provavelmente soavam como uma mensagem aos espectadores: é preciso ponderar sobre o que fazer no decurso da vida, libertar-se das vaidades – não percamos de vista o São Jerônimo tradutor do *Eclesiastes*¹¹⁴ –, dedicar-se com toda a força ao serviço de Deus. Em suma, o São Jerônimo obtido por Almada servia de alerta à marcha inexorável do tempo. O mundo greco-latino e a antiga sabedoria dos primeiros cristãos, além de estarem distantes temporalmente, afastavam-se cada vez mais dos coevos, sendo a lembrança metódica o único antídoto para a ameaça do esquecimento que recaía sobre todas as coisas.

A possibilidade de perpetuação da vida através dos tempos calcava-se, portanto, tanto no imperativo da emulação quanto no imperativo ético e religioso, o que justifica a atenção especial a nomes como o de São Jerônimo. Como bem destacaram João Adolfo Hansen e Marcello Moreira, a evocação de Jerônimo como *auctoritas* intimamente vinculada ao *memento mori* e à perpetuação dos homens era recorrente:

¹¹¹ Sutcliffe, E. F. Jerome... P. 80-98.

¹¹² Parshall, Peter W. Albrecht Dürer's St. Jerome in his study: a philological reference. *The art Bulletin*, Vol. 53, Nº 03 – Set. 1971. P. 303.

¹¹³ Panofsky, Erwin. Albrecht Dürer e a antiguidade clássica. In: *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1955]. P. 308

¹¹⁴ Refiro à célebre passagem disponível em *Eclesiastes* 1.1, na qual se exorta ao leitor que de dispa das vãs glórias do mundo – referência essa, aliás, comum em diversos retratos no século XVI. Francastel, Galienne; Francastel, Pierre. El retrato en el Renacimiento: siglo XVI. In: *El retrato*. Madrid: Cátedra, 1978. P. 114.

Logo na abertura de seu *Tractado de Orthographia y Accentos en las Tres Lenguas principales* [1531] no *Prólogo al Benigno Lector*, Alejo Venegas refere uma carta em que São Jerônimo elogia efusivamente a beleza da voz humana, prenhe de sentidos até mesmo em suas quase despercebidas modulações para, em seguida, enaltecer a escrita, que não só pode registrar a voz ‘viva’ por meio de seu complexo sistema notacional, mas ainda lhe adiciona o poder de resistir à fugacidade da vida e à corrosão dos anos, tópica essa recorrente em incontáveis livros que tratam direta ou indiretamente da escrita. [...] Esse caráter memorativo da escrita não elide a voz; antes, é condição de que essa mesma voz, um dia vivente, possa novamente viver em cada leitor que, como um ator, encarna o *lógos* e o *éthos* de cada discurso, observando seu decoro e sua elocução apropriada¹¹⁵.

Damião de Góis certamente viu o São Jerônimo na feitoria ou na residência do feitor – Almada foi provavelmente um de seus grandes amigos, a quem inclusive dedicou uma tradução do *Livro de Ecclesiastes*. Sem ter podido estar na presença de Dürer na ocasião, pois chegara à Antuérpia dois anos depois da passagem do artista¹¹⁶, não deixou, contudo, de admirar sua arte. Góis adquiriu uma gravura¹¹⁷, não de Jerônimo, mas de Erasmo, que representou para Dürer e muitos além dele prova cabal de que os elos com o mundo antigo se amplificavam naqueles anos¹¹⁸.

Com efeito, desde a morte dos grandes homens de letras italianos do século XV, arrefeceram dramaticamente os apelos à proposta de reforma que estava no cerne dos primeiros defensores dos *studia humanitatis*. Minúcias filológicas como as descobertas de Poliziano, que provava ser a denominação correta do autor da Eneida “Vergílio” – e não “Virgílio” – causavam um impacto restrito; aquelas que gozavam de uma ressonância maior na sociedade, por outro lado, haviam

¹¹⁵ Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 91-92.

¹¹⁶ Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 22.

¹¹⁷ Ainda que Góis tivesse conhecido Erasmo e seu renome muito antes, apenas podemos ter certeza de que a gravura comprada pelo humanista português constava em suas posses a partir de 1554, quando o atesta ao amigo Jerônimo Cardoso. Cf. CLG – A XXXV.

¹¹⁸ Cumpre lembrar, aliás, as afinidades entre as representações pictóricas de Jerônimo e aquelas que retrataram Erasmo. Como Rui Luís Rodrigues recentemente sustentou: “[...] é difícil resistir à conclusão de que a imagem do monge-erudito inspirou-o, tornando-se talvez a matriz das representações que permitiu lhe fossem feitas ainda em vida. Representações que não apenas se encaixavam numa longa tradição retórica, mas que portavam elas mesmas um discurso contundente, uma mensagem dirigida pelo humanista aos seus muitos inimigos e detratores: assim como Jerônimo lutara por escoimar a tradução da Bíblia de erros e inadequações, recebendo como paga a incompreensão em seu próprio tempo, também o humanista era um servo da verdade, alguém cujo dom realizava-se pela erudição e tinha como objetivo o serviço comum das letras e da fé cristã”. Rodrigues, Rui Luís. *Retratos de Erasmo: sobre os enraizamentos sociais do humanismo erasmiano. Cadernos de pesquisa do Cdbis, Uberlândia, v.27 n.2, jul./dez. de 2014. P. 41-42.*

se apartado dos rígidos critérios estabelecidos por Valla e seus continuadores. Confinados no dilema que opunha uma especialização considerada estéril e a banalização movida por descobertas que serviriam apenas como instrumentos de prestígio, alguns letrados dos primeiros anos do século XVI manifestaram desconforto. A saída, muitos sugeriam, estava no norte, nas mãos de Erasmo, frequentemente comparado a São Jerônimo¹¹⁹.

A conexão entre São Jerônimo e Erasmo não era casual. No exercício de um de seus maiores objetivos, restaurar filologicamente a pureza dos evangelhos, Erasmo encontrou em São Jerônimo um antigo mestre, que tratou de editar copiosamente. Na época em que Damião de Góis se apresentou na feitoria portuguesa da Antuérpia, Erasmo estava em Basileia. Não obstante a doença que o afligia, fez sair dos prelos vários textos significativos: Santo Hilário em 1523; Santo Irineu em 1526, Santo Ambrósio em 1527, Santo Agostinho entre 1528 e 1529; São João Crisóstomo em 1530 e São Jerônimo em 1524¹²⁰.

Do ponto de vista do humanismo bíblico, a atitude de Erasmo estava longe de ser isolada. Sua defesa da filologia amparava-se na noção de Valla de que o grego seria o idioma privilegiado no esclarecimento de quaisquer dúvidas nas Escrituras. Essa *graeca veritas*, ademais, retomava perspectiva que ganhara protagonismo desde a chegada de Manuel Chrysolaras (1397) a Florença¹²¹. Mas havia quem se dispusesse a aprender o hebraico e a levar o projeto de Erasmo às suas consequências mais pujantes, fazendo valer o princípio de que a imagem mais apurada do mundo antigo emergiria com a construção de uma filologia trilingue. Por volta de 1486, Nebrija preparava-se nesse sentido, estudando os idiomas obstinadamente. A abordagem que pretendia visava, em grande medida, a recuperar o sentido literal das passagens¹²².

Mas as ambições de Nebrija e Erasmo vieram a se concretizar graças à intervenção do cardeal Cisneros. O cardeal, que estimulou a organização da Universidade de Alcalá, compreendeu profundamente o sentido da filologia trilingue. A filologia trilingue proposta por São Jerônimo se vincularia à ideia de *translatio* linguística. A língua hebraica teria transmitido a primeira salvação, depois surgira o grego, farol da sabedoria, e finalmente o latim, de alcance universal, estabelecendo a tríade *religio, sapientia et potentia*¹²³.

¹¹⁹ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo: de Petrarca a Erasmo*. Barcelona: Ediciones Destino, 2002. [1993]. P. 94-102.

¹²⁰ Huizinga, Johan. *Erasmus*. Barcelona: Ediciones del Zodíaco, 1946 [1924]. P. 217.

¹²¹ Para um breve panorama do ressurgimento do grego na Europa dos humanistas, cf. Mann, Nicholas. The origins of humanism. In: Krayer, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996]. P. 15-17. Maiores informações acerca do estudo do grego e da importância da viagem de Chrysolaras podem ser encontradas na nota 232.

¹²² Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 131-132.

¹²³ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P.132.

Com essa perspectiva em mente, Cisneros coordenou a edição do livro que viria a materializar a imaginação de Dürer: o *Vetus testamentum multiplici lingua nunc primo impressum et imprimis Pentateuchus Hebraico Greco atque Chaldaico idiomate adiuncta unicuique sua latina interpretatione*, mais conhecido como *Bíblia Poliglota Complutense*. Finalizada em 1514, a bíblia começou a circular apenas por volta de 1520¹²⁴, ao lado das edições de Erasmo. Os organizadores da *Complutense*, fiéis à proposta de *translatio*, dispuseram o latim como idioma primordial. Cisneros entendia que qualquer proposta que descartasse essa constatação diminuiria a relevância do texto por limitar de saída seu impacto nos leitores. Nebrija tornou-se um crítico do projeto por causa dessa questão, já que divergia do cardeal quanto ao tratamento dado aos idiomas. Nebrija pretendia que os três idiomas estivessem equilibrados; o claro privilégio conferido ao latim, que aparece no centro de cada página, ladeado pelo grego e pelo hebraico, lembrava-lhe a figura de Cristo entre os ladrões¹²⁵.

Cisneros jamais poderia ter levado a termo um projeto tão amplo e complexo sozinho. Além disso, a posição geográfica de Alcalá favoreceu imensamente a edição. O *Antigo Testamento* só foi preparado com a meticulosidade desejada graças à participação de judeus conversos – Pablo Coronel, Afonso de Toledo e Afonso de Zamora, para ficar em exemplos expressivos. As linhas que intercalam o texto grego resultaram da colaboração de um cristão novo, Juan de Vergara, e de Diego López de Zúñiga. Quanto ao *Novo Testamento*, coube a “Demetrius Ducas, que era de Creta, mas havia se estabelecido na Itália antes de vir a Alcalá, por Zúñiga”¹²⁶ e por Nebrija, que, embora tenha manifestado ácidas discordâncias após a publicação, não deixou de colaborar em sua preparação.

O trabalho individual de Erasmo, Cisneros e Nebrija demonstrou que as antigas aspirações de São Jerônimo haviam superado a curiosidade intelectual de um ou outro letrado em particular, tornando-se de fato um projeto encarnado nos valores mais proeminentes dos *studia humanitatis* no século XVI. As edições de São Jerônimo recebiam ótimo tratamento. Sabiam-no muito bem os filhos do finado Johannes Amerbach (c. 1440-1513), editor central no mercado livreiro de então. Certa vez, Bruno Amerbach chegou a temer pelo destino de sua casa, tamanhas as despesas, e lamentou ter perdido boa parte de sua juventude no contínuo labor em torno às edições de Jerônimo das quais Erasmo era o principal responsável¹²⁷.

¹²⁴ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P.133.

¹²⁵ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 133.

¹²⁶ Hamilton, Alastair. Humanists and the Bible. In: Krayer, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism...* P. 107.

¹²⁷ Berchtold, Alfred. *Bâle et l'Europe: une histoire culturelle*. Lausanne: Payot Lausanne, 1990. P.252.

Erasmus permaneceu ligado aos filhos do amigo Johannes, especialmente de Bonifacius Amerbach, personagem relativamente afastado da atividade de editor por ter se dedicado ao direito, o que não o impediu, contudo de direcionar escritos aos prelos da família.

A continuidade do esforço de Erasmo na publicação de escritos religiosos decorreu em grande medida também na casa dos Froben de Basileia, onde encontrou a calorosa acolhida de Jerônimo Froben e um lugar para morrer¹²⁸. Foi lá que, em 1516, surgiu a primeira tiragem das obras completas de Jerônimo, a que seguiram os esforços mencionados¹²⁹.

Com o nome de Erasmo em evidência, Góis passou a inclinar-se a essas leituras com maior dedicação. Erasmo chegou a Louvain em 1517, pensando seriamente em fixar residência naquela cidade. Em 1520, encontrou-se com Dürer, que fez esboços dele em Bruxelas e em Anvers¹³⁰. As terras de Espanha ofereciam o atrativo do convívio com o cardeal Cisneros na Universidade de Alcalá; contudo, em confidência epistolar ao grande amigo Morus, mostrou-se desconfiado em relação à Ibéria, localidade que julgava inóspita, e onde seria difícil fazer seus livros serem lidos pelo público que pretendia atingir¹³¹. A Inglaterra dos amigos Fisher, Giles e do próprio Morus certamente seria mais proveitosa do ponto de vista dos estudos, embora se dissesse assustado com “a servidão que lhe exigiriam”¹³².

Na Universidade de Louvain, recebeu elogios por sua edição do *Novo Testamento*, quase pronta, mas o ambiente daquela instituição jamais lhe foi tão favorável quanto gostaria. Tratar a fé a partir da erudição despertava suspeitas, mesmo no que diz respeito ao crucial trabalho de resgatar as fontes originais do Cristianismo. Um ano depois, partia para Basileia, a fim de editar o *Novo Testamento*. Possivelmente retornou à cidade novamente, a abandonando em definitivo somente no fim de 1521, quando as ameaças e insistências de luteranos e católicos para que tomasse posição em suas diatribes tornaram-se intoleráveis¹³³.

Quanto a Góis, se levarmos em conta a documentação disponível, passou a se referir com maior frequência a textos greco-latinos e àqueles de Erasmo a

¹²⁸ Berchtold, Alfred. *Bâle et l'Europe...* P. 260.

¹²⁹ Berchtold, Alfred. *Bâle et l'Europe...* P. 280

¹³⁰ “Se conocieran durante el viaje de éste [Dürer] a los Países Bajos en 1520. Durero hizo dos veces un boceto de él: en Amberes e Bruselas, los dos en Agosto. El segundo, un dibujo al carbón, casi de frente, y el único de esta forma, há sido conservado y se halla al presente en el Louvre, donación de L. Bonnat, y en el cual el artista há escrito: ‘1520, Erasmus fon rotertiam’”. Huizinga, Johan. *Erasmus*. Barcelona: Ediciones del Zodíaco, 1946 [1924]. P. 279.

¹³¹ Fernández Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos. *Península, Revista de Estudios Ibéricos*. Nº 2, 2005. P. 45-46.

¹³² Huizinga, Johan. *Erasmus...* P. 185.

¹³³ Huizinga, Johan. *Erasmus...* P. 196 e ss.

partir de 1529. O professor escolhido por ele para aprofundar-se nesses escritos foi Cornelis de Schrijver (1482-1558), notário, poeta que assinava *Grapheus* em grego e *Scribonius* em latim. Grande amigo de Erasmo e de Dürer, introduziu Góis a escritos gregos, além de incentivá-lo a progredir nas leituras de latim começadas na corte manuelina¹³⁴. Em setembro daquele ano, *Grapheus* escrevera a Góis a primeira carta – que chegou à nossa época – relativa ao aprendizado do português desde que esses interesses (é o que supomos) passaram a governar parte considerável de seu tempo.

O assunto da epístola partia de uma discussão sobre a memória. *Grapheus* relatava os problemas surgidos quando tentava fazer com que os filhos, na tenra infância, guardassem as lições de latim. Segundo seu juízo, a memória dos jovens se enfraquecia pela leitura dos manuais e gramáticas, que ofereciam modelos inconvenientes por estimularem o uso de um péssimo latim, apartado da prática concreta dos textos antigos. Ademais, o ensino periclitante da tradução para o vernáculo concorria para a perda do tato com o idioma de nascimento.

Pareceu-lhe adequado, no intuito de estimular a correta educação dos jovens, valer-se das *Comédias* de Terêncio, as quais já utilizara com Góis, pois não havia nelas nada que pudesse corromper os espíritos. Ademais, ali se poderiam coligar “as expressões elocutórias comuns tal como de um ameníssimo prado bem seleccionadas flores¹³⁵”. Como Góis mostrava predileção por Terêncio, *Grapheus* decidiu coletar os trechos de seus escritos que julgava pertinentes e publicá-los em honra do aluno português¹³⁶. Tratava-se de uma coletânea de expressões para uso no cotidiano escolar, a ser usada desde o ensino infantil de modo a aperfeiçoar a imitação dos melhores modelos¹³⁷.

Tendo em vista que a amizade era uma categoria política no interior daquelas práticas letradas, é lícito encarar essa publicação como o resultado dos primeiros esforços de Góis em se notabilizar. *Grapheus* provavelmente fora muito bem pago por Góis, e seus vínculos com ele devem ter-lhe aberto novos e distintos contatos, justificando a homenagem. Esse uso político das dedicatórias é facilmente observado quando constatamos que da edição seguinte de Terêncio organizada por *Grapheus*, agora com traduções para o alemão, já não consta a carta a Góis. Mercadoria valiosa de representação do poder, a carta-dedicatória consistia em objeto de atenção especial naqueles círculos, mostrando a extensão dos laços sociais do escritor, e não era de todo incomum que elogios a um

¹³⁴ Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 35.

¹³⁵ CLG B I. P. 135.

¹³⁶ Importante observar que da edição seguinte de Terêncio organizada por *Grapheus*, agora com traduções para o alemão, já não consta a carta-dedicatória a Góis que mencionamos. Com efeito, o instrumento de elogio e retórica que era a carta-dedicatória tinha grande valor na República das Letras, e não era de todo incomum que elogios a um humanista aparecessem em uma edição, privilegiando-se o elogio de outro amigo em edição seguinte.

¹³⁷ CLG B I. P 135-137.

humanista aparecessem em uma edição, privilegiando-se o elogio de outrem em edições posteriores.

As preocupações de Grapheus reverberavam até atingir estudiosos de todos os cantos do continente. A hesitação na escolha entre o uso de manuais que compendiassem as regras gramaticais da língua e a leitura direta dos autores antigos geralmente retomava a defesa ou crítica a Nebrija e a Erasmo. Um bom termômetro dessas inquietações está nos escritos de Juan de Maldonado.

Definir os traços da trajetória de Juan de Maldonado não é tarefa das mais simples. Eugenio Asensio sugere que tenha nascido em 1485; podemos detectar sua atuação profissional apenas a partir de 1515, quando trabalhou na catedral de Burgos. Formou-se certamente em Salamanca, onde seguiu as lições de Nebrija. Também foi lá que conheceu letrados que vieram a conquistar enorme prestígio, como Christophe de Longueil e Lúcio Flamínio Sículo. Publicou vários escritos, impressos e manuscritos, tendo falecido, com toda a probabilidade, em 1554¹³⁸.

Na tratadística moral, seu *Pastor Bonus* (1531) propõe uma revitalização da vida clerical da cidade de Burgos. Consciente do fato de que a decadência do clero estaria se agravando, decidiu publicar esse texto latino, de tom erasmiano, valendo-se da tópica dos maus pastores para criticar as atitudes dos religiosos. Para guarnecer seu livro, amparou-se na *auctoritas* de Juvenal e São Jerônimo, empregada ao recorrer ao *topos* do culpado que confessa os próprios crimes¹³⁹.

A aproximação de Erasmo, para mais, ajudou Maldonado a atacar aquele que assumia ser principal detrator da língua latina, Nebrija. Em universidades como a de Salamanca, argumentava, havia punições aos alunos que se valessem do castelhano. Ao mesmo tempo, os solecismos eram punidos vigorosamente, tornando a fala do idioma cada vez mais difícil. “Falar em latim corrompe a latinidade”, como era comum dizer¹⁴⁰. Maldonado, no entanto, acreditava ser possível praticar o latim falado e escrito mediante a cuidadosa imitação dos antigos. Assim, não chegou a publicar em vernáculo. Graças ao latim, intelectuais como ele poderiam se encontrar e debater quaisquer assuntos, mesmo os oriundos de pátrias distantes, de modo que o idioma não era útil apenas aos eruditos, médicos e religiosos, mas também a comerciantes, diplomatas e viajantes. Quem não soubesse latim, dizia, seria “como um asno que anda sobre duas pernas”¹⁴¹.

¹³⁸ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V. In: Asensio, Eugenio. *De fray Luis de León a Quevedo y otros estudios sobre retórica, poética y humanismo*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005. P. 259-264.

¹³⁹ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 274-275.

¹⁴⁰ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 282.

¹⁴¹ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 282-283.

Ademais, o conhecimento do latim, reforçava, não passava pelo extenuante ato de habituar-se à memorização de regras gramaticais, mas, muito antes, pela convivência direta com os antigos.

Maldonado não chegou a se proclamar um ardoroso erasmiano. Sua posição diante da escrita de Erasmo aparece no colóquio *Praxis seu de lectione Erami* (publicado na coletânea *Opuscula quaedam*, 1549), no qual admitiu sua importância, mas mostrou clara desconfiança quando Erasmo falava de religião. Maldonado sugeria que, nesses momentos, Erasmo sempre fazia sentir por trás de seu discurso a sedução herética de Lutero¹⁴².

Contudo, o apelo irresistível de Erasmo fazia-se sentir quando recordava o ensino de Nebrija e os debates que ocorriam em Salamanca entre *autores* e *artes*. Estas se circunscreviam aos compêndios e coletâneas constituídas pelos professores como mecanismo de intermediação destinado a privar o contato direto com obras consideradas perigosas, para além de sua eficácia na síntese das matérias. Uma das mais conhecidas e utilizadas *artes* na universidade era uma compilação de Donato¹⁴³, celebrado por ter sido professor de São Jerônimo.

O estímulo à leitura dos antigos origina-se nas críticas ao estudo de tais compêndios, que julgava inadequados; todavia, Nebrija abria uma exceção, posicionando-se a favor deles quando estivessem aliados à investigação, isto é, se fossem textos consolidados como uma enciclopédia repleta de itens claros e concisos que despertassem o amor pelos melhores modelos. Foi o que acabou por fazer nas suas *Introductiones latinae* (Salamanca, 1481). Ocorre que, na opinião de Maldonado, a obra tornou-se uma coleção interminável de regras para a prática do latim, além de ter enviesado pelos caminhos da memorização, como os textos anteriormente criticados pelo próprio Nebrija. Os alunos encaravam o livro como um *vade mecum* labiríntico e sufocante que deveria ser repellido¹⁴⁴.

O exemplo de Maldonado ajuda-nos a recuperar debates que cercavam os estudos de Góis com Grapheus. Entre as disputas em torno das *artes* e das autoridades antigas, do saber escolástico e da regeneração filológica de seus escritos, ou entre letrados coevos como Erasmo e Nebrija, descortinava-se um amplo conjunto de técnicas de escrita que transitavam em torno do passado e daquilo que dele se deveria extrair para um bom governo do presente e do futuro. Na íntima conexão entre os contatos diplomáticos, a experiência da arte das iluminuras, gravuras e pinturas e a erudição das Letras, Góis terá experimentado um duplo sentimento diante do tempo. De um lado, a sensação de proximidade de um

¹⁴² Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 284-285.

¹⁴³ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 304.

¹⁴⁴ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V... P. 304-305.

mundo antigo perseguido com cada vez maior interesse. De outro, um profundo olhar sobre a eternização. O resgate de memórias tão antigas e seu refinamento e superação na própria época, que eram o princípio da emulação, podem ter levado Góis à conclusão de que, se havia algo em comum entre tantas contendidas, era que seus protagonistas haviam reservado para si um lugar apropriado na galeria de retratos de homens de ilustres disposta para os vindouros. Os olhar inquisidor de São Jerônimo na feitoria, a mão sobre o crânio a lembrar-lhe da educação para a morte, tudo isso pode ter lhe aconselhado a tomar uma decisão.

Góis abandonou o serviço direto sob d. João III em 1533, logo após ter deixado de lado o posto de tesoureiro da Casa da Índia de Lisboa, tornado vago pela ascensão do amigo João de Barros ao cargo de feitor. Após ter-se persuadido a perseguir o caminho dos *studia humanitatis* de forma prioritária, avaliou onde deveria achar um tutor à altura de suas aspirações. O escolhido fora Erasmo. Em sua casa, aprendeu alguns dos segredos por trás da *Respublica litteraria*, além de ter estabelecido amizades que viriam a impactar sobrejamente sua trajetória. Para se inserir na República das Letras de seu tempo, havia que dominar o melhor possível os greco-latinos, mas não só; havia que vincular-se a outros letrados, havia que fazer seu nome correr entre suas obras e fazer com que os nomes deles surgissem nas suas, decorosamente. Logo desenvolveu o primeiro método para efetivar tais intenções: pôs-se a escrever cartas.

FUNDAMENTOS PARA A ARTE EPISTOLAR E O *ETHOS* DO INTÉRPRETE

Mas a escrita de cartas não procedia unicamente da vontade do letrado ou de sua capacidade natural. Ela resultava de artifícios e preceitos formulados pelos antigos e refinados pelos modernos, preceitos assimilados apenas ao cabo de anos de estudo. A partir do período passado com Grapheus até o fim da estadia na casa de Erasmo, em 1534, Góis provavelmente dedicou-se a aperfeiçoar suas técnicas epistolares.

O estudo dos antigos recomeçava para ele um tanto tardiamente. Góis havia completado 32 anos em 1534, e dominar os numerosos escritos que viria a adquirir consistia numa tarefa complexa. Grapheus havia lhe sugerido retomar a *imitatio*. Abrindo mão dos compêndios, Góis ganharia com a leitura e cópia sistemática dos greco-latinos, que aperfeiçoariam seus conhecimentos das técnicas de invenção, disposição e elocução. Além disso, recomendou que Góis se voltasse com afinco aos repertórios de lugares-comuns, recolhendo as melhores flores legadas pelos melhores letrados.

A referência a um “ameníssimo prado”, do qual se tirariam as melhores flores, não se fez ingenuamente. Essa metáfora buscava, ela própria, remeter às lições de um antigo versado na arte epistolar: Sêneca.

Embora presente em outros textos antigos, como os de Macróbio¹⁴⁵, a metáfora apiária foi recorrentemente associada a Sêneca. Em carta presente nas *Morales*, ele destacava a Lucílio que, tanto na escrita quanto na leitura, “devemos imitar as abelhas que deambulam pelas flores, escolhendo as mais apropriadas ao fabrico do mel [...]” (*Epistulae morales*, 84, 3). Mais adiante, em página célebre, Sêneca complementou essa ideia, acrescentando outra, fundamental:

[...] nós devemos imitar as abelhas, discriminar os elementos colhidos nas diversas leituras (pois a memória conversa-os melhor assim discriminados), e depois, aplicando-lhes toda a nossa atenção, todas as faculdades da nossa inteligência, transformar num produto de sabor individual todos os vários sucos coligidos de modo a que, mesmo quando é visível a fonte donde cada elemento provém, ainda assim resulte um produto diferente daquele que onde se inspirou”. (*Epistulae morales*, 84, 5)

¹⁴⁵ Pigman III, G. W. Versions of the Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, Vol. 33, N° 01 (Spring). University of Chicago Press, 1980. P. 5-6.

Os preceitos formulados por Sêneca eram claros. O aprendizado viria de muitas e bem escolhidas leituras, das quais se verificaria quais eram os elementos mais adequados à imitação. A seguir, essas virtudes deveriam ser reordenadas pelo engenho, transformando-se em contribuições capazes de emular os escritos de onde surgiram.

Não obstante serem claros os conselhos do romano, parece inconcebível que Góis tenha deixado de lado outros modelos na constituição de sua escrita epistolar. Somente chegaremos a eles à medida que retirarmos um obstáculo do caminho, qual seja, aquele estabelecido pelo mistério que envolve o abandono por Góis da vida diplomática em nome do envolvimento com as Letras. Com efeito, os letrados do século XVI estavam longe de se confinar a um único campo de atividades. Pelo contrário, em sua maioria, exerciam múltiplas atividades, explorando facetas variadas dos conhecimentos antigos e modernos enquanto atendiam a demandas do presente, de modo que não havia qualquer impedimento social ao acúmulo das funções de diplomata e escritor de textos nos mais variados gêneros¹⁴⁶. Tentar esclarecer o problema passa, portanto, por um exame do último período de Góis a serviço oficial de Portugal, época que coincidiu com a publicação de seu primeiro livro e de suas primeiras cartas latinas que chegaram ao nosso tempo.

“Não havia humanismo sem livros”¹⁴⁷. Para além de seu papel central na organização dos saberes, os livros serviam como fonte de renda a muitos; a outros, como tentáculos que lançavam suas vozes a longínquas localidades; havia ainda aqueles que, sem se preocupar com as minúcias do conhecimento carregado pelos impressos, os colecionavam no intuito de obter inspiração a partir de suas mensagens ou o reconhecimento de que sua biblioteca era um verdadeiro farol do mundo cristão. Um livro era também, como vimos, “o veículo de uma aliança entre cultura e poder, na forma de traduções ou dedicatórias de trabalhos originais, comissionados ou não”¹⁴⁸.

O uso das dedicatórias, de modo geral escritas no formato de cartas-prefácio/posfácio, e das demais correspondências, atendiam a propósitos semelhantes. Poder-se-iam avaliar por meio desses instrumentos planos, projetos, os caminhos que os levaram ao sucesso ou ao fracasso, a constituição de círculos de amizade, redes de poder e interação intelectual, a construção da fama de certos eruditos,

¹⁴⁶ Grafton, Anthony. A sketch map of a lost continent: the republic of letters. P 11.

¹⁴⁷ Davies, Martin. Humanism in script and print in the fifteenth century. In: Krayer, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996]. P. 47.

¹⁴⁸ Davies, Martin. Humanism in script and print in the fifteenth century... P. 47-48.

a destituição do prestígio de outrem, questões filológicas, teológicas, históricas, assuntos de governo, etc.¹⁴⁹. Ou, como no caso deste estudo, as conexões entre construção das várias facetas de um *ethos* letrado por meio de uma rede epistolar. Com efeito, se não podia haver humanismo sem livros, tampouco poderia ter havido humanismo sem cartas.

Damião de Góis tinha plena consciência disso bem antes mesmo de se entregar em definitivo aos *studia humanitatis*. Tendo concluído uma série de viagens diplomáticas no de 1531¹⁵⁰, retornou à Antuérpia, onde preparou um opúsculo acrescido de uma carta endereçada àquele a quem dedicara a obra. O destinatário, João Magnus Gothus (Jöns Mansson, 1488-1544), arcebispo de Upsala, travara contato com Góis quando este visitou a Dinamarca, e lá puderam discutir a expansão lusa e seus desafios – os problemas na consolidação da rota mercantil, as lutas contra árabes e persas e a presença turca, principal ameaça entre o Golfo Árábico e a Índia Menor.

Um assunto fincou as bases de uma amizade epistolar que viria a se provar duradoura, e ganha destaque, no interior de nosso *corpus*, por seu o primeiro registro da construção de um *ethos* que pudesse garantir a Góis uma posição de respeito no interior da República das Letras. Adicionalmente, essa carta pode indicar o estado dos conhecimentos de Góis no que diz respeito às técnicas de escrita epistolar após seus anos de estudo na corte, o trabalho na feitoria e o contato com letrados muito eruditos.

Góis fez lembrar na missiva o debate com Gothus acerca do Preste João, imperador das terras etíopes disposto a tornar-se o sustentáculo da luta contra os inimigos de Cristo no Levante. Sabedor de que ao redor do Preste João aninhavam-se vários portadores de informações descontraídas, Góis afirma ter decidido passar ao papel tudo aquilo que sua memória reteve do encontro entre os embaixadores do imperador e d. Manuel I, quando o português contava cerca de doze anos de idade e era *pagem de iguarias* nos paços régios. Assim, a esta carta a Gothus aduziu suas memórias e também a carta que o dito imperador enviara ao soberano português, acrescentando comentários. Disse a Gothus que pretendia explicar melhor em que circunstâncias se dera a discussão com os embaixadores para “melhor ressaltar a verdade dos factos”¹⁵¹.

A estrutura geral da carta revela o emprego de um estilo médio, que afeta diálogo entre ausentes hierarquicamente equilibrado e sinaliza para a produção de provas persuasivas por meio do caráter do orador¹⁵². Seguindo os termos da

¹⁴⁹ Margolin, Jean-Claude. *Apologie pour l’Humanisme...* P. 33.

¹⁵⁰ Seu itinerário na ocasião foi minuciosamente descrito por Marques, A. H. de Oliveira. *Damião de Góis e os mercadores de Danzig*. In: Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal Quinhentista* (ensaios). Lisboa: Quetzal, 1987.

¹⁵¹ CLG A I. P. 37.

¹⁵² Lucia Montefusco enxerga um paralelo entre o nível do discurso (médio), sua função

popular técnica de escrita epistolar de Erasmo (que veremos em maior detalhe adiante), a *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar*, publicada em 1521, o estilo desta e de outras cartas de Góis situa-se nos limites do familiar “não-mediocre”, que afeta improvisação, também postulada por Quintiliano (*Institutio oratoria*, 4, 1, 54)¹⁵³. O tom “natural” legível na carta equivale, assim, à expectativa de leitura dos letrados que teriam acesso a ela, já que apenas eles identificariam o engenho próprio do prudente pautado por “regra e disciplina.”¹⁵⁴

O exórdio expressava essa familiaridade ao lembrar os laços firmados entre remetente e destinatário e os assuntos por eles discutidos na ocasião em que se conheceram¹⁵⁵. Dentro das rotinas do gênero exercitado, essa pauta pretendia satisfazer os preceitos de “informar, manter atento, tornar benévolo”; elementos que, se remetiam a Aristóteles (*Retórica*, 1414b), estavam igualmente próximos dos retores latinos, que defendiam a disposição do leitor enquanto *docilem*, *benivolum* e *attentum* (*Ad Herenium*, 1,6; 1, 11; *De Oratore*, 2, 80; *Institutio Oratoria*, 4,1,5). Assim, a lembrança do diálogo, consagrada a partir dos auspícios divinos que o tornaram possível, era respaldada por lugares-comuns típicos da produção discursiva da “cultura imperial”, como os riscos da navegação oceânica e as sucessivas vitórias militares contra os infieis:

Contraída amizade entre nós em Danzig (por certo com a bênção de Deus) quando por aí andava em negócios de meu Rei, ao encontrarmo-nos amiúde, aconteceu falarmos das gestas lusitanas, quer dizer, das expedições à Índia, Arábia, Pérsia; da extensão e dificuldade da rota para essa paragens, dos riscos do oceano vastíssimo, das lutas constantes com os árabes, os persas, os indianos de aquém e além-Ganges; das incursões anuais dos turcos, que com grandes armadas desde o Golfo Árábico até à Índia Menor duramente, embora sem êxito, atacam os nossos¹⁵⁶.

E foi na qualidade de homem de letras inscrito nessa cultura que Góis achou o argumento do núcleo da carta, a saber, a *narratio* da visita do embaixador, “vista e ouvida” por ele na infância. Sua descrição, que podemos associar de saída

(deleitar), seu gênero (epidítico) e seu mecanismo de prova por meio do “caráter” (*ethos*). Montefusco, Lucia Calboli. *Exordium narratio epilogus: studi sulla teoria retorica greca e romana delle parti del discorso*. Bologna: CLUEB, 1988. P. 7

¹⁵³ “Nunca absolutamente com sucesso imaginará, nem convenientemente colocará, nem ornada e polidamente escreverá quem não tiver primeiramente se servido da prática lenta no estilo e na razão. A demora, com efeito, prepara o juízo melhor e mais sólido, e resfria-se o amor da invenção” Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar*. Trad. Emerson Tin. Campinas: UNICAMP, 2005. [1521] P. 115.

¹⁵⁴ Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar...* P. 119.

¹⁵⁵ Cf. Marques, A. H. de Oliveira. Damião de Góis e os mercadores de Danzig. In: Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal Quinhentista* (ensaios). Lisboa: Quetzal, 1987.

¹⁵⁶ CLG A I, P. 37..

às técnicas retóricas da *ekphrasis*, destinava-se a assegurar o valor do relato e a *auctoritas* do *auctor*, preparando o leitor para receber o conjunto de papéis anexos à epístola, particularmente a carta do Preste João a d. Manuel:

E, já agora, vou explicar em poucas palavras como é que vi e ouvi todas estas coisas, a fim de melhor ressaltar a verdade dos factos.

Aportou a Lisboa, no ano da graça de 1514, um embaixador do grande imperador das Índias, Preste João, e de sua mãe a rainha Helena, Mateus de nome e arménio de nação, enviado ao rei cristianíssimo de Portugal, D. Manuel. Trazia como companheiro da sua legação um jovenzito nobre, abexim de origem, educado no palácio imperial e chamado Jácome.

[...]

Pois a este Mateus, declarada inicialmente ante o nosso Rei a missão de que estava incumbido e entregue ao mesmo a carta de seu Imperador, o soberano manda-o vir poucos dias depois à sua presença, mai-lo companheiro, e perante alguns doutos, com a assistência da assembleia dos nobres, interrogá-los, através de um intérprete, acerca de sua fé e ritos, bem como do estado do reino etíope. Tinha eu então doze anos de idade, sendo um dos pagens régios a que, por terem encargo de levar os pratos para a mesa, se chama pagens das iguarias, e nesse ofício servi sua Alteza Real durante dois anos. De modo que presenciei todas estas coisas e, simultaneamente com os restantes cortesãos, vi e ouvi tudo; e, quanto a idade o permitia, também o entendi¹⁵⁷.

Se a visita fora vista e ouvida – “de modo que presenciei todas estas coisas e, simultaneamente com os restantes cortesãos, vi e ouvi tudo”¹⁵⁸ – não podemos assumir com isso que a descrição de Góis fosse mero testemunho visual da empiria transposto à carta. Por um lado, os critérios públicos da técnica retórica prescreviam a proporção entre a matéria vista rearranjada pelos critérios de invenção e elocução¹⁵⁹. Segundo João Adolfo Hansen, o verossímil é “uma relação entre discursos operada como semelhança de 2º grau que sempre pressupõe a comparação do discurso efetuado com outro já existente”¹⁶⁰. Por outro, um aspecto do *ethos* precisa ser levado em conta.

Ele diz respeito àquilo que lemos na técnica retórica aristotélica (*Retórica* 1356 a), entenda-se, que a confiança no orador deve ser gerada primeiro pelo discurso, e não o contrário¹⁶¹. Para Aristóteles, a persuasão pelo caráter era constituída

¹⁵⁷ CLG A I, P. 37-39

¹⁵⁸ CLG A I, P. 39.

¹⁵⁹ Hansen, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, São Paulo, n.71, p. 85-105, setembro/novembro 2006. P. 93-94.

¹⁶⁰ Hansen, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso... P. 24.

¹⁶¹ “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato

por uma demonstração discursiva da honestidade do orador, antes mesmo de se ponderar o que a opinião da maioria pensava dele. É o que vemos, por exemplo, na busca de *captatio benevolentiae* por meio da *humilitas*, visível na escolha de Góis de reconhecer sua incapacidade de lembrar-se dos eventos ocorridos quando tinha pouco mais de dez anos. As leituras católicas de Aristóteles entendiam a *humilitas* como aparato do letrado discreto¹⁶², que fazia vigorar o regime do “mostrado”, nos termos de Dominique Maingueneau. Essa prescrição indicava que “o *ethos* se mostra” sem nunca ser dito, pondo-se em evidência com a vivacidade¹⁶³ que os leitores cultos deveriam reconhecer. Assim, a “admissão” da incapacidade de lembrar é, antes de tudo, o fingir calculado orientado a legitimar o que se diz como verdadeiro, porque honesto. Nas palavras de João Adolfo Hansen:

A distinção entre discreto e vulgar passa, no caso, pelo domínio da própria ficção: como o louco, o vulgar não o tem, ao contrário do discreto, que, sendo engenhoso sempre, também é capaz de fingir a falta de engenho e prudência ou a vulgaridade e a loucura. Na representação da aparência, o fingimento é regra; como se dizia em Veneza, “degli effetti nascono gli affeti”¹⁶⁴.

O curto-circuito potencialmente desencadeado por essa confissão de inabilidade transforma-se em autoelogio quando Góis explica como pudera recuperar os episódios da embaixada. Sua “confissão” de inabilidade para perscrutar a “verdade dos fatos” torna-se fio condutor de sua posição como “intérprete” de diversos escritos que preencheriam as lacunas de sua memória:

Mas como é que tu – objectará aqui alguém – então menino de tão pouca idade, pudeste todos estes factos passar ao papel ou à memória, de modo a enviar-no-los, tanto tempo após, descritos ponto por ponto?¹⁶⁵

Ao refugar a possibilidade de “trair” o leitor com lembranças falseadas pela distância temporal em nome de uma memória facilitada por maços de papel,

e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião pública prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão.”

¹⁶² Na definição de João Adolfo Hansen: “Etimologicamente, o substantivo *discreto*, como em ‘o discreto’, é a forma do participio passado do verbo *discernir*. O termo significa a qualidade intelectual de penetração nos assuntos, como perspicuidade ou perspicácia, por isso relaciona-se ao talento intelectual da invenção, o *engenho* retórico-poético, e à capacidade lógica e analítica da avaliação, o *juízo* dialético.” Hansen, João Adolfo. *O discreto*. In: Novaes, Adatao (org.). *Libertinos Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 84.

¹⁶³ Maingueneau, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: Amossy, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2013. P. 70-71.

¹⁶⁴ Hansen, João Adolfo. *O discreto...* P. 86-87.

¹⁶⁵ CLG A I. P. 37.

Góis introduziu mais um mecanismo de *auctoritas*, persuadindo Gothus de que seu texto era *honestum e humile* (*De inventione*, 1, 20), porque verdadeiro tanto na medida da presença da testemunha ocular nos eventos quanto pela captação dos vazios (“admitidos”) da lembrança por meio de uma restituição intelectual. A própria concisão da *narratio* comprova essa leitura. A concisão justificava-se pela própria disposição do texto (se houvesse muito mais a dizer, a escolha do gênero “carta” poderia ser questionada), e, simultaneamente, atendia às prescrições do epidítico, sobretudo em se tratando da narração em torno de personagens ou eventos conhecidos (*Retórica*, 1416 b 26 ss).

Além da preocupação em “dizer a verdade” e em apresentar os fatos honestamente sugerir uma aproximação com *topoi* aristotélico-ciceronianos, o emprego de técnicas semelhantes fica evidente no argumento da qualidade do latim. Góis desculpou-se de antemão se porventura houvesse lançado mão de algum “barbarismo” na escrita, pois era “homem cortesão e pouco exercitado nas letras, além disso instantemente assoberbado de negócios sem conta”¹⁶⁶. A tópica do temor em relação ao pouco tempo para dedicar-se às atividades de estudo era recorrente entre os letrados de seu tempo. Ao redigir o prólogo da Primeira Década, João de Barros constatava, por exemplo, as dificuldades em escrever quando era feitor da Casa da Índia em Lisboa, “[...] cárgos que com seu peso fazem acurvar a vida, pois lévam todolos dias della, e com a ocupaçam e negócio de suas armadas e comércios, afógam e cativam todo liberal engenho”¹⁶⁷. Um dos repertórios antigos desta técnica era o *De Legibus* (I.3.8-9), no qual a tópica aparece nas palavras de Marco, quando discutia com Ático os atributos daqueles que quisessem assumir o ócio honesto:

Bem compreendo que há muito me solicitam esse trabalho, Ático. Não o recusaria, se me dessem algum tempo desocupado e livre. É que um empreendimento de tanta magnitude não pode fazer-se no meio de uma actividade tão plena e com o espírito ocupado. É preciso duas condições: ausência de cuidados e desocupação¹⁶⁸.

Podemos, ainda, aproximar esses discursos da *Retórica a Herênio*. É possível notar a tópica quando o anônimo que redigiu esse texto afirma hesitar em proferir lições sobre retórica; afinal, explicava, muito pouco tempo sobrava para a reflexão diante dos afazeres pessoais, e o tempo disponível, preferia usar para o aprendizado da filosofia¹⁶⁹. A tópica da *humilitas* remetia à exaltação da

¹⁶⁶ CLG A I, P. 41.

¹⁶⁷ Barros, João de. *Ásia de João de Barros: Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. [1552]. P. 3-4 [ff 1 r.]

¹⁶⁸ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana: antologia da Cultura Latina*. 6. Ed (aumentada). Lisboa: Guimarães, 2010. P. 61-62

¹⁶⁹ “Etsi [in] negotiis familiaribus inpediti vix satis otium studio suppeditare possumus

consciência de que seus ensinamentos a Gaius Herennius não resultavam de vontade de glória, mas, antes, do puro exercício de ensino de uma tarefa nobre (*Ad Herennium*, I, 1-2).

No conjunto, portanto, parte-se do princípio de que, de um lado, a invocação da tópica da carência de memória no reino dava azo ao esforço de suplantar as deficiências pátrias nesse particular. Observamos, aqui, uma discreta analogia entre as frestas da memória de Góis e aquelas do reino. Essa mesma tópica aparece em João Barros, no prólogo da primeira *Década*, quando, por exemplo, alerta o leitor para os descuidos em Portugal no que diz respeito à memória dos feitos¹⁷⁰. E aduz a seu comentário um elogio do uso do “artificial das letras” – capazes de dotar eventos e homens de imortalidade – nesse esforço, artificial contraposto ao “natural da fala”, perecível por definição. De outro, a mobilização de tópicos empregadas em perspectiva cristã¹⁷¹ prescrevia a representação da ambição da glória do reino, abrindo caminho, nesse sentido, para a recompensa justa do *ethos* humilde efetuado na carta. O cuidado com o uso do latim tal como esboçado teria se alimentado, ademais, do “imperialismo linguístico”¹⁷² vigente e no esteio do providencialismo contido na noção de *translatio imperii*¹⁷³. Afinal, se a língua

et id ipsum, quod datur otii, libentius in philosophia consumere consuevimus, tamem tua nos, Gai Herenni, voluntas commovit, ut de ratione dicendi conscriberemus, ne aut tua causa noluisse aut fugisse nos laborem putares.” (*Ad Herennium*, I, 1-2)

¹⁷⁰ Barros, João de. *Ásia de João de Barros...* Fl. 1 r.

¹⁷¹ Para exemplos de emprego da *humilitas* entre os letrados cristãos, cf. Auerbach, Erich. *Sermo humilis*. In: *Ensaços de Literatura Ocidental*. São Paulo: Editora 34. 2007. P 29-76.

¹⁷² A noção de “língua companheira del Imperio”, cunhada por Nebrija em 1492, mas refletida por intelectuais como Lorenzo Valla anteriormente, foi introduzida em Portugal a partir da gramática de Fernão de Oliveira. Em Valla, nota-se uma clara conexão entre os sucessos do império romano e a fortuna do latim, conexão que viria a ser explorada pelos letrados quinhentistas na nobilitação de suas línguas: “o império romano está onde quer que domine a língua romana.” [ibi namque romanum imperium est ubicumque romana lingua dominatur] Em Fernão de Oliveira, “[...] a língua aparece como uma espécie de ‘produto natural da personalidade nacional’, que deve ser ‘alijada dos riscos da cultura estrangeirada’, nos termos de Asensio, e tornada instrumento político de coesão do império.” Daher, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 60-61. Ramada Curto, amparando-se nas reflexões de Eugenio Asensio, vê, assim como Andrea Daher, a necessidade de articular os usos da língua, sua defesa e elogio aos movimentos de conquista do império. Curto, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais* (séculos XV a XIX)... P. 52-55 Para a relevância de Valla, cf. Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004. P. 158. Para uma apreciação geral do problema, remete-se a Pérez, Pedro Ruiz. Sobre el debate de la lengua vulgar en el Renacimiento. *Criticón*. Nº38, 1987. P. 15-44.

¹⁷³ A *translatio imperii* derivava da interpretação bíblica de Daniel ao sonho de Nabucodonosor (*Daniel*, II, 39-44), que previa a sucessão de grandes impérios (Babilônia, Egito - ambos substituídos em algumas versões por Pérsia, Assíria, Caldeia, etc. -, Grécia e Roma.) cada vez mais a oeste, até o aparecimento de um último, que consumiria os demais e perduraria até o Juízo Final. Os movimentos da *translatio imperii* foram fartamente identificados na obra de Francisco de Holanda e também na de Camões, Vieira - e também aparece no epistolário de Damião de Góis. Todas procuravam colocar Lisboa como cabeça da República Cristã (e Holanda aduzia a esse esforço um notório movimento de queda do

portuguesa haveria de ascender nos arcos dessa Providência, ainda era preciso espalhar a boa nova em latim.

No epílogo da carta, Góis admoestou Gothus a aceitar o conteúdo verdadeiro do relato da visita do Preste João:

E então reparai no que esse grande Imperador das Índias escreveu ao nosso Rei; reparai, repito, na carta dele ao nosso Monarca, não simulada, mas verdadeira e com toda a fidelidade traduzida, quase à letra, da língua caldaica, que eles principalmente usam, para português e finalmente para latim¹⁷⁴.

As declarações de Góis atendiam aos critérios estabelecidos pelo costume¹⁷⁵ para o epílogo. Este era o dispositivo em que se instava o leitor a acatar os efeitos produzidos ao longo da carta uma última vez. Daí se recorrer à fórmula “reparai, (...) reparai” que poderíamos ler, com Quintiliano, como recapitulação dos pontos decisivos (*Institutio Oratoria* 6, 1, 1) do argumento, de modo a amplificá-lo.

Igualmente, é uma amplificação da potência do discurso que podemos observar na insistência de Góis em qualificar a narrativa como “não simulada, mas verdadeira”. Cícero prescreve a amplificação dos argumentos “bons” em prol da consequente diminuição (*minutio*) dos argumentos viciosos ou vulneráveis (*De oratore*, II, 292-293), de modo que não surpreende que Góis, ao exaltar a verdade do dito, remeta à fidelidade produzida, “quase à letra”, da tradução da língua caldaica para o português e o latim, filial e matriz do destino imperial. Esta seria a parte frágil (do ponto de vista da afetação) do discurso, a “brecha” que, ao evocar a ausência plena da palavra caldaica, imprimiu no texto a presença verossímil da cena descrita¹⁷⁶. Engenhosamente,

império romano e ascensão do lusitano). Para uma análise do caso de Francisco de Holanda, cf. Deswarte-Rosa, Sylvie. *Le Portugal et la Méditerranée. Histoires mythiques et images cartographiques*. In: Bethencourt, Francisco (dir). *Arquivos do centro cultural Calouste Gulbenkian: Le Portugal et la Méditerranée*. V. XLIII. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. P. 97-147. No caso de Camões e Vieira, recomenda-se a leitura de Pécora, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001. P. 135-164.

¹⁷⁴ CLG A I, P. 41.

¹⁷⁵ *Consuetudo* era o nome dado ao conjunto de prescrições greco-latinas. Segundo Hansen, “para falar das técnicas retóricas, é preciso pensar na longa duração da ‘instituição retórica’, que os romanos chamaram de *consuetudo*, ‘costume’, e lembrar as multiplicidades incontáveis dos tempos das muitíssimas famílias artísticas e suas amizades e inimizades que coexistem em cada um dos muitos presentes possíveis de inventar na instituição.” Hansen, João Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. *Matraga*, rio de janeiro, v.20, n.33, jul./dez. 2013. P. 14.

¹⁷⁶ Esta interpretação foi inspirada pelo tratamento da questão do *truchement* na leitura do ensaio de Montaigne sobre os canibais por Andrea Daher, com a qual parece ser possível estabelecer um paralelo do ponto de vista dos dispositivos empregados. O caso de Montaigne e a ênfase na importância do intérprete aparecem em Daher, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 13-16; 60-98.

Góis reforçou o efeito de autorização do texto por meio da verdade do dito sem prejudicar a *humilitas*, pois se autorrepresentou como “mero” intérprete dos eventos passados à escrita e de que sua memória guarda apenas parcialmente. Não podemos entender bem esse movimento sem ter em mente que a epístola a Gothus serviu originalmente como prefácio ao livro que continha os papéis da visita do embaixador do Preste João, publicado por Góis em 1532 com o título *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis*¹⁷⁷. Nele, todos os lugares do “eu” do *auctor* suprimem qualquer vaidade em sua composição¹⁷⁸, ficando ao encargo de Cornelius Grapheus, editor e antigo professor de latim de Góis, incorporar elogios a seu esforço, os quais despontam no fim do livro, com poesias dedicadas ao ex-aluno¹⁷⁹. Trata-se, em suma, de *auctoritas* como *humilitas*, concebida a partir do *ethos do intérprete*.

Ao cabo dos últimos ajustes, o texto da *Legatio* saiu na Antuérpia em 1532¹⁸⁰. Góis aproximara-se do círculo do Colégio Trilíngue de Louvain, onde perseguia mais detidamente os estudos. Hóspede de Rutgerius Rescius, professor de grego e editor da cidade, tornou-se amigo de letrados como Conrado Goclénio, ciceroniano com quem terá mantido profícuo contato¹⁸¹, e com professores do Trilíngue como o era à época Bonifacius Amerbach¹⁸², filho do editor Johannes Amerbach e amigo de Erasmo, conforme esclarecido anteriormente. Entretanto, Góis ainda servia ao feitor Almada e ao rei d. João III naquele momento, de modo que a redação do opúsculo provavelmente atendeu a objetivos de ordem política.

A divulgação em latim da aliança com o Preste João participava de um movimento mais amplo da diplomacia portuguesa. Desde a aurora da expansão, quando ainda se lutava pelo espaço magrebino como um esforço final de reconquista¹⁸³, houve esforços de escrita que dessem a conhecer os feitos alcançados à toda *Respublica Christiana*. É o caso do *Gesta Illustrissimi Regis*

¹⁷⁷ Faria, Francisco Leite. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1977. P. 10-11.

¹⁷⁸ Para outro exemplo, remetemos ao estudo de Guilherme Amaral Luz sobre o *ethos* do aedo no *De gestis Mendis de Saa*. Luz, Guilherme Amaral. *Flores do desengano*: poéticas do poder na América portuguesa. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013. P. 57-79.

¹⁷⁹ Torres, Amadeu. *Damião de Góis...* P. 382. Para exemplos dos dísticos de louvor a Góis, cf. Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis. In: Rodrigues, Sónia Maria Correia (org.). *Damião de Góis e o seu tempo (1502-1574)*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002.

¹⁸⁰ Uma carta de Grapheus ao irmão em 13-VII-1532 o confirma. Cf. CLG B V. P. 145. Embora não tenhamos tido acesso a este opúsculo, praticamente todos os seus textos serão retomados por Góis noutro escrito, de 1541, que analisaremos no capítulo terceiro.

¹⁸¹ Torres, Amadeu (org.). *Damião de Góis*: correspondência latina. Trad. Amadeu Torres. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. P. 382-383.

¹⁸² Torres, Amadeu (org.). *Damião de Góis...* P. 383.

¹⁸³ Thomaz, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998. [1994]. P. 21-22.

Ioannis De Bello Septensi, relativo à conquista de Ceuta em 1415, que, contudo, só foi impresso a partir do século XVIII¹⁸⁴. Data de 1481 a segunda demonstração em língua latina do poderio português, e essa, ao contrário do *De Bello Septensi*, gozou de maior circulação nos anos imediatamente posteriores à sua redação; o bispo de Évora d. Garcia de Meneses proferiu, diante do Papa Sisto IV, um discurso de louvor¹⁸⁵ – a que já se referiu – em virtude da participação portuguesa na luta que culminou na derrota turca em Otranto – aquela derrota de Ahmet Pacha que moveria os anseios de vingança dos turcos em direção aos mares do sul da península Itálica. Quanto ao Preste João, fora mencionado na importante epístola de d. Manuel ao papa Leão X, em 1513, período no qual Góis teria estado próximo dos embaixadores etíopes então residentes em Lisboa.

Em nome da noção de *Respublica Christiana*, isto é, de uma comunidade espiritual, intelectual e política em torno da crença católica, dever-se-ia reconhecer enorme prestígio ao reino europeu que empreendesse a aquisição de novas forças ao império de Cristo. Na carta ao papa Leão X, descrevia-se a aproximação de emissários do Preste a portugueses que lutavam nas Índias contra os servos da “seita maometana”. Eles ofereceram aos lusos, “como de cristão a cristão”, “[...] toda a riqueza e tudo o que fosse necessário para a guerra contra os inimigos da fé católica [...]”. Cogitava-se um encontro das tropas nas cercanias das terras do Preste João, que ficavam junto ao mar vermelho¹⁸⁶. Fincadas as posições lusas e etíopes no espaço oriental, e contando com o favor divino, o resultado deveria ser “[...] o maior serviço de Deus e a ruína e ignomínia da seita de Maomé [...]”¹⁸⁷, de modo que, concluídas as escaramuças, lá novamente far-se-ia ouvir a palavra apostólica de Roma.

Ao que parece, Góis valeu-se da *Legatio* para coadunar seus esforços na aprendizagem do latim e na entrada no mundo da República das Letras ao serviço régio sob o qual ainda se encontrava. O esforço pessoal e a escrita de louvor ao reino de Portugal, cujo conhecimento por parte de outros letrados dependia sobejamente das técnicas epistolares, começavam a se fazer presentes em sua vida.

Mas escrever livros era insuficiente. Sem que fossem conhecidos pelos demais representantes da República das Letras, sem que fossem distribuídos ao largo da *Respublica Christiana*, os sucessos pessoais e a exaltação da pátria não fariam sentido. A resolução desse problema dependia do bom uso da escrita

¹⁸⁴ Ramalho, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. *Humanitas*. Coimbra: 1991-1992. P. 17.

¹⁸⁵ Ramalho, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos... P. 18.

¹⁸⁶ Epístola do muito poderoso e invencível Manuel rei de Portugal e dos Algarves etc... trad. Nair de Nazaré Castro Soares. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979. [1513] P. 16-19.

¹⁸⁷ Epístola do muito poderoso e invencível Manuel rei de Portugal e dos Algarves etc... P. 23

epistolar. Ainda que não tenhamos cartas que demonstrem a divulgação da *Legatio*, com toda a probabilidade – Góis assim procedeu em quase todos os escritos que publicou – esse foi meio que intermediou a chegada do texto a outros prelos europeus. É caso da edição em inglês de 1533, vertida àquele idioma por intermédio de John More, filho de Thomas More, que ainda teria assinado um prólogo ao livro¹⁸⁸. Trata-se de uma das primeiras traduções portuguesas em inglês¹⁸⁹, fato por si só marcante num cenário no qual o italiano detinha posição privilegiada – somente entre 1550 e 1660 apareceram mais de quatrocentas traduções do italiano na Inglaterra¹⁹⁰. Mas o latim, principal idioma de propagação, não foi ignorado: duas edições apareceram enquanto Góis ainda vivia – 1544 e 1552 –, ambas saídas na Antuérpia¹⁹¹. Assim, para além das cartas, a publicação de traduções e de reedições também fez parte do esforço de veiculação dos escritos.

Já na carta-posfácio da *Legatio*, Góis alertava ao amigo Gothus que sua estadia na Antuérpia estava perto do fim. Entretanto, não poderia dizer se voltaria ao reino ou se iria à Germânia¹⁹². Após o ano passado em Louvain, Góis voltou para a Antuérpia, de onde parece ter solidificado a disposição em dedicar-se às Letras. As cartas que deixou insinua que visitara Erasmo em abril de 1533, quando jantaram juntos¹⁹³. Por volta desse mês, em passagem por Basileia encontrou-se com Sebastien Münster, cosmógrafo cuja fama era-lhe desconhecida naquele momento¹⁹⁴.

Em junho de 1533, contactou novamente Erasmo. A carta rememorava o encontro anterior, e dava uma notícia que mudaria os rumos da carreira de Góis. Embora afeito aos *studia humanitatis*, preparava-se para dispensar a tutoria de Grapheus de modo a retornar a Lisboa, onde ocuparia a posição de tesoureiro-mor da Casa da Índia. Ciente de que seria indagado por causa de sua amizade com Erasmo, solicitou uma resposta aos comentários que corriam em Louvain. Dizia-se que Erasmo havia se posicionado favoravelmente ao “divórcio inglês”, afirmação que Góis dizia ser falsa por ter ouvido coisa diferente de Erasmo. Como sua palavra não bastaria para apaziguar os ânimos, pediu-lhe que confirmasse seu juízo sobre o assunto por meio de uma carta¹⁹⁵.

¹⁸⁸ Faria, Francisco Leite. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e sua época...* P. 13.

¹⁸⁹ Faria, Francisco Leite. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e sua época...* P. 14.

¹⁹⁰ Burke, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: Burke, Peter; Hsia, R. Po-Chia (orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da época moderna*. São Paulo: UNESP, 2009. P. 30.

¹⁹¹ Faria, Francisco Leite. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e sua época...* P. 12.

¹⁹² CLG A II. P. 43.

¹⁹³ CLG A IV. P. 45-47.

¹⁹⁴ Torres, Amadeu (org.). *Damião de Góis...* P. 383-384. Retomo esse episódio no capítulo 3.

¹⁹⁵ CLG A IV. P. 47.

A atenção de Góis era respaldada por outros letrados que mantinham contato com d. João III. João Driedo, doutor em Teologia formado em Louvain, escreveu ao monarca no mesmo mês. Propunha compendiar suas considerações sobre a crise religiosa então vigente num único opúsculo, o *De ecclesiasticis Scripturis et Dogmatibus*. Para além de cultivar a “velha prática e costume dos estudiosos” de oferecer textos a um soberano, a fim de “lhes proporcionar autoridade e alguma atenção em face daqueles que porventura pudessem condená-los como desprovidos de interesse”¹⁹⁶, notara a erudição e liberalidade para os estudos demonstrada por d. João III. Afinal, seu fomento de incentivos pecuniários para que portugueses estudassem em Louvain, como o próprio Driedo, ou as inúmeras ofertas análogas para alunos que se dispusessem a viver em Paris – menos disponíveis antes do século XVI¹⁹⁷ – atestavam a singularidade do rei nesse particular. “Na verdade, nenhuns monarcas ou muito poucos neste século se mostraram igualmente preocupados com tais estudos”¹⁹⁸.

Ao referir-se a “muito poucos” monarcas, Driedo certamente fazia menção a d. Manuel I e seus antecessores imediatos, pois eles, em menor grau mas ainda significativamente, estabeleceram o contínuo envio de seus súditos inclinados ao estudo a outras localidades; mais de 50 alunos portugueses, por exemplo, frequentaram colégios florentinos no decorrer do período de 1473 a 1503¹⁹⁹, época em que ocuparam o trono d. Afonso V e d. João II. Com efeito, d. João III era um estudioso ele próprio, seguindo os passos deixados por todos esses soberanos, segundo contava o “nobre varão, cultor e fautor das mesmas, o ilustríssimo Damião de Góis”, que agora partia para Portugal a fim de trabalhar sob comando régio em nova missão²⁰⁰.

Ainda naquele mês, outra correspondência deu testemunho do círculo de amizades de Góis e da dimensão do fluxo pelo qual passavam as notícias consideradas dignas de menção. Recebeu as felicitações de Juan Luís Vives, célebre letrado, pela conquista do novo cargo. Vives mostrou-se satisfeito pela liberalidade com que d. João III fez mercê a Góis, que havia se revelado igualmente generoso para um grande amigo de ambos, o bispo de Viseu e embaixador em

¹⁹⁶ CLG B VIII. P. 147.

¹⁹⁷ Matos, Luís de. Le milieu universitaire. In: *Les portugais en France au XVIème siècle: études et documents*. Coimbra: Imprensa da universidade, 1952. P. 143-183. Entretanto, o século XV assistiu a um fluxo considerável de estudantes portugueses na Itália. Para alguns exemplos, Cf. De Sá, Artur Moreira. *Humanistas portugueses em Itália: subsídios para o estudo de frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeira, de João de Barros e de Henrique Caiado*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda, 1982.

¹⁹⁸ CLG B VIII. P. 149.

¹⁹⁹ Ramalho, Américo da Costa. Humanismo na corte de d. Manuel: Damião de Góis e o testemunho de Cataldo. In: Academia Portuguesa da História. *Damião de Góis e seu tempo (1502-1574): actas do colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2002. P. 2

²⁰⁰ CLG B VIII. P. 149.

Roma d. Miguel da Silva²⁰¹. Ignoramos haver qualquer correspondência entre Góis e d. Miguel da Silva, desconhecendo, ainda, qualquer menção direta de um ao outro em seus textos. Porém, além de amigos em comum como Vives²⁰², eles certamente compartilhavam o apreço por Erasmo. O eborense André de Resende notou essa ligação no seu *Erasmii Encomium*, de 1531. Quando tentava persuadir o amigo de que os portugueses não eram seus inimigos, pôs-se a mencionar aqueles que eram especialmente fiéis a ele, referindo-se a d. Miguel da Silva como “ínclito doutor na poesia e na filosofia”²⁰³.

As circunstâncias da ascensão de Góis se desdobravam em correspondências não endereçadas a ele. Conrado Goclênio, por exemplo, fez questão de comentar o caso com Erasmo, elogiando o amigo português²⁰⁴. Por outro lado, a correspondência ativa de Góis voltou a surgir em 1534. Em nove de abril daquele ano, comunicou a Bonifacius Amerbach sua chegada à estalagem da cegonha, ponto de encontro conhecido em Basileia²⁰⁵. Após estabelecer contato com Erasmo, recebeu como resposta o convite dele para que morasse em Friburgo, ao seu lado²⁰⁶. Não há menção direta em seu epistolário de algo que justificasse as razões pelas quais não permaneceu em Portugal no exercício do cargo que lhe fora oferecido. Como Góis frequentemente usava os textos que escrevia para destacar sua trajetória, as amizades estabelecidas, os feitos e glórias atingidos ou presenciados, sendo possível concluir que ele preferiu – ou foi convencido a – deixar esse episódio de lado.

Aqueles que tentaram determinar as razões que impediram a ascensão de Góis ao posto de feitor muitas vezes glosaram um comentário veiculado no século XVIII por Barbosa Machado, em sua *Biblioteca Lusitana*. Lá, ele afirmou, aparentemente de acordo com os preceitos retóricos que nortearam a carreira do letrado que descrevia, que Góis “foy sempre inimigo do interesse, como mostrou recusando o Officio de Escrivão da Caza da Índia offerecido em o anno de 1533 por ElRey D. João o III²⁰⁷. Álvaro Dória sugeriu que o abandono da posição a que fora indicado se devesse ao fato de Góis estar “talvez nostálgico dos países que percorrera, habituado àquela vida de constante vagamundear tão querida ao

²⁰¹ CLG B IX. P. 151-153.

²⁰² Cf., nesse sentido, que Vives pediu a Góis que mandasse seus cumprimentos ao bispo de Viseu em carta de 1533. CLG B IX, P. 150-151.

²⁰³ O texto de Resende data de fevereiro de 1531, editado por Froben, em Basileia, na coletânea *Carmen eruditum et elegans Angeli Andreae Resendii Lusitani, aduersus stolidos politioris literaturae oblatratores*. Consultemos a seguinte edição: Resende, André. *Elogio de Erasmo (Erasmii Encomium)*. Trad. Walter de Sousa Medeiros e José Pereira da Costa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961 [1531]. P. 25.

²⁰⁴ CLG B XI. P. 163.

²⁰⁵ CLG A V. P. 51.

²⁰⁶ CLG B XIX. P. 175.

²⁰⁷ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. 2.ed. v.1 Lisboa: s/ed., 1930 [1741]. P. 617.

seu espírito, e, possivelmente, arrependido de ter acedido a vir desempenhar na sua pátria funções tão sedentárias e apagadas...”²⁰⁸. Joaquim Veríssimo Serrão argumentou que Góis iniciou à época uma “nova fase de sua vida, como escolar, desistindo do cargo de tesoureiro da Casa da Índia e cessando também o ofício na feitoria da Flandres”²⁰⁹.

Outro ponto sob o qual se ancora a perspectiva da renúncia encontra-se na correspondência de Erasmo. Em epístola a Bembo datada de 16 de agosto de 1534, Erasmo solicitara ao amigo um manuscrito de Tito Lívio, e aproveitou o ensejo para apresentar Góis a Bembo. Aquele é descrito nos seguintes termos: “[...] Jovem nobre em seu país, que ocupou a parte mais brilhante da vida a tratar de negócios do seu Rei, mas tendo-se dedicado nos tempos livres, *de passagem como pôde*, aos estudos”²¹⁰. O argumento sinaliza que Góis “preferiu recolher em seu espírito o tesouro mais elevado”²¹¹, e “[...] por sugestão minha escolheu a Escola de Pádua, a mais ilustre de todas”²¹². Pediu que Bembo o ajudasse com a hospedagem, recomendando-lhe que o colocasse perto de nobres germânicos e franceses, pois “está acostumado a vida um tanto lauta, apesar de ser sóbrio”²¹³.

Jean Aubin torna essa perspectiva mais complexa. Informa que Góis foi colega de infância dos filhos de D. Manuel, quando atuou como moço da câmara, de acordo com seu próprio relato na Crônica de D. Manuel I, de 1566-67. Além disso, era admirado por dignitários importantes, destacando-se o conde D. Francisco de Portugal (o conde do Vimioso), então vedor da fazenda real. A ele Góis dedicou sua tradução de Cícero, publicada em 1538.

Teria havido, apesar desse apoio (que, somado ao sucesso do desempenho de Góis, distancia a hipótese de puro e simples abandono da carreira em seu auge), uma ferrenha oposição de cortesãos do reino, talvez incomodados com a ascensão de um português “estrangeirado”. Aubin sustenta sua opinião com base no *De Vita Aulica*, de André de Resende. Naquele escrito, Resende felicitava seu companheiro por ter conseguido escapar das intrigas da corte, “da facção que reina sobre o Estado”²¹⁴.

Do próprio Góis, temos poucas notícias para decidir o que pensar do caso. A melhor declaração que podemos extrair de seu epistolário vem da carta-prefácio endereçada ao conde do Vimioso que consta de sua tradução do *De Senectute*, de Cícero. Antes de passar à sua versão do texto, Góis faz menção dos perigos

²⁰⁸ Dória, Antônio Álvaro. *Damião de Góis*. Lisboa: Clássica, 1944. P. 6.

²⁰⁹ Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1972. P. 162.

²¹⁰ CLG B XXX. P. 191-193. Grifos nossos.

²¹¹ Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique. *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vols. XXXI-XXXII, 1979-1980. P. 204.

²¹² Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique... P. 204.

²¹³ Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique... P. 204.

²¹⁴ Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique... P. 204; 208-209.

da tradução, perigos que, como havia dito Erasmo quando estiveram juntos, poderiam corromper completamente a memória dos antigos. Analogamente, a preocupação com a língua vernácula não podia escapar dos olhos do tradutor. É quando discorre sobre este aspecto que Góis lega-nos uma breve referência ao abandono do serviço régio:

O que ousei cometer, confiando levarem-me em conta sua doutrina e moderação todo erro que na polícia e ornamento de nossa linguagem portuguesa nele cometer. *Visto que, em dezasseis anos (da força e flor de minha idade), quatro meses somente quis minha sorte estar nesses reinos e corte, lugar de minha honra e criação, o que, me enviando a fortuna, logo me de aí rechaçou*²¹⁵.

Góis, talvez procurando evitar ser claro acerca das “intrigas da corte”, apenas refere que os ventos da Fortuna o tiraram de Portugal. Contudo, esse mesmo trecho deixa claro os porquês de Góis ter continuado a manter contato com a nobreza e os assuntos do reino. Seus vínculos com Portugal eram a fonte de sua honra, o local de onde poderia construir fama e ser reconhecido. À identidade que haveria de formar enquanto letrado, portanto, não escapava a identidade que o ligava ao reino, a despeito das circunstâncias políticas que estavam então em jogo e que podem tê-lo afastado de Lisboa.

Como apontamos, segundo os argumentos de Góis, ao “escapar da corte”, seu aprendizado, apesar de intenso, possivelmente deu-se de modo apressado. Se já havia estudado latim, segundo a argumentação de Amadeu Torres, também é verdade que esse latim não era demasiadamente apurado²¹⁶. A passagem na qual se desculpa pelas fragilidades de seu conhecimento da língua latina, escrita em meio a atribulações que o impediam de aperfeiçoá-la, (...homem cortesão e pouco exercitado nas letras, além disso instantemente asoberbado de negócios sem conta...) passa, desse modo, a pesar não somente pelo filtro dos preceitos retóricos, mas, ainda, como um indício biográfico a ser levado em conta na interpretação de sua atividade intelectual. É de se supor que essa marca de

²¹⁵ Góis, Damião de. Prefácio. In: Cícero, Marco Túlio. *Catão Maior ou da Velhice*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. P. 104. Grifos nossos.

²¹⁶ Apesar das críticas de historiadores portugueses como Amadeu Torres, os comentários de Marcel Bataillon sobre o latim de Góis têm algum valor. Bataillon, que sustentava ser o latim de Góis versava ser o latim de Góis “[...] médiocre, plein de solécismes et de barbarismes”, [...] ses lettres sèches, sans le moindre souci de style [...]”, certamente exagerou, deixando de lado também as componentes retóricas em jogo nas constantes autorreferências de Góis às dificuldades que enfrentava para escrever à altura dos antigos que o impressionavam. Seja como for, as cartas certamente continham diversas falhas gramaticais e mesmo ortográficas, algo que se pode atribuir, nalguns casos, à escrita apressada, como o próprio Amadeu Torres admite. Torres, Amadeu. *A correspondência latina goisiana entre as motivações do seu humanismo cosmopolita*. In: Nascimento, Aires A. (coord.). *Pedro Nunes e Damião de Góis: dois rostos do humanismo português* (actas do colóquio). Lisboa: Guimarães, 2002. p. 135-136.

um aprendizado vacilante tenha levado Góis a efetivamente questionar se seria capaz de despertar o interesse de outros letrados pelo o que vinha escrevendo. Poderíamos cogitar, ainda, que isso o levou a enfatizar a construção cuidadosa de um *ethos* que impedisse qualquer questionamento de suas qualidades pessoais – qualidades que, como vimos, eram tidas como decisivas para emular outros escritos de modo convincente.

Aparentemente, ao chegar a Friburgo e hospedar-se com Erasmo, Góis poderia ter voltado suas costas ao mar, à epopeia desencadeada no seu reino de origem, epopeia que ajudara a alimentar com os sonhos da *Legatio* e com as mercancias da feitoria. Mas não: entre Góis e seu reino havia ligações profundas que o estudo da história haveria de descortinar; ora, como bem apontara Driedo, a liberalidade dos grandes, sobretudo do soberano, poderia conceder especial valor aos escritos que fizessem elogio a Portugal. Em sua busca pelo saber, indissolúvelmente ligada à busca pelo prestígio, Góis deixou para trás certas memórias, sem contudo menoscar o império do Tejo, agora através das águas do Reno, por cujas correntes passavam, conectadas por livros e cartas, as histórias cristã, germânica e romana²¹⁷. Por onde passava o caminho da imortalidade.

Já dispomos de elementos para traçar um panorama para o momento inicial de escrita de suas epístolas latinas. De acordo com as informações discutidas na seção precedente, Góis dedicou-se à “carreira” humanista após um revés em suas pretensões na corte de d. João III. Diante da possibilidade de assumir, em Lisboa, o posto ocupado por João de Barros (que, ao contrário de Góis, permaneceu próximo dos negócios régios), Góis chegou a alertar Erasmo de sua decisão, mudando de ideia posteriormente.

Tudo isso sinaliza que, a despeito de ter se aproximado de Grapheus anos antes, Góis estava ainda muito ligado à política portuguesa e, por conseguinte, a tópica que relaciona a cultura dos *studia humanitatis* ao serviço público aparece em sua vida com um peso significativo. A trajetória de Góis deu-lhe a excelente oportunidade de voltar-se à tópica do ócio produtivo para se autorrepresentar como alguém que decidiu espontaneamente afastar-se dos negócios da feitoria. Poucas passagens no *corpus* de Cícero parecem ter mais ligação com essa tópica e as circunstâncias de Góis – e não surpreende que os lamentos de Góis na carta em que acusa deter um latim “quase bárbaro” sejam um reflexo ou um desdobramento dessa vinculação – do que o início do *De oratore*, quando Cícero lamenta a Quinto as turbulências que dificultaram seu percurso letrado:

²¹⁷ Febvre, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P 150-151.

Refletindo inúmeras vezes e rememorando os tempos antigos, Quinto, meu querido irmão, costumam parecer-me extremamente ditosos aqueles que, no apogeu da república, ao se distinguirem tanto pelas honrarias quanto pela glória de seus feitos, puderam conduzir suas vidas de modo a estar fora de perigo em seus negócios ou, no ócio, com dignidade; e houve uma época em que julgava que também a mim seria lícito, e concedido por quase todos, que passasse a ter descanso e voltar novamente minha atenção para aqueles nossos ilustres estudos, caso o infinito trabalho das atividades no fórum, a ocupação com as candidaturas na carreira política e mesmo o declinar da idade o permitissem. [...] No entanto, seja em meio a tais adversidade da situação ou a tal falta de tempo, ocupar-me-ei de nossos estudos, e o quanto a perfídia dos inimigos, as causas dos amigos ou a república concederem-me de ócio, eu o dedicarei sobretudo a escrever²¹⁸. (*De oratore*, I, 1-3)

Veremos ao longo da análise do epistolário de Góis os inúmeros contatos com agentes portugueses que veio a cultivar após essa ruptura, mas, para comprovar esse vínculo, não precisamos ir longe, já que boa parte de seus escritos dirigem-se à história do reino de Portugal por meio de elogios a dignitários. Conforme salientamos, Góis esteve ligado a mais do que uma comunidade (cristãos, portugueses, letrados), articulando-se com todas elas na construção de seu prestígio público.

Como vimos, ao mesmo tempo em que desenvolvia o aprendizado do latim com Grapheus, Góis teve de entrar em contato com muitos escritos antigos. Esses escritos, com efeito, além de lhe fornecerem o instrumental necessário de língua latina, disciplinavam as formas e conceitos da escrita então vigente, fossem voltadas ao exercício da erudição, fossem voltadas às interações sociais, ou, como frequentemente era o caso, fossem uma fusão de ambos²¹⁹. É de se esperar que o advento de uma intensa atividade epistolar latina tenha suscitado o estudo detido das regras do gênero. Ademais, como nos indica a carta a Gothus, seus eventuais “barbarismos” na escrita do latim não necessariamente sugerem um desconhecimento de procedimentos retóricos consagrados. Como não pudemos achar menção direta a textos que versassem sobre o gênero epistolar nas cartas de Góis, devemos imaginar uma possibilidade. Somos auxiliados pelo fato de que não havia tantos textos diferentes sobre o assunto em circulação. Além disso, um deles foi escrito por alguém que ele bem conhecia. Entretanto, antes de passar ao texto em questão, convém discutir em linhas gerais as relações entre cartas e a importância dos preceitos antigos em sua formulação.

Cartas escritas em latim teriam sido basilares para o sucesso dos primeiros humanistas. Essa tese foi defendida alguns anos atrás por Ronald Witt, discípulo de

²¹⁸ A tradução pertence a Scatolin, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad familiares*, I, 9, 23. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (tese de doutorado). P. 148.

²¹⁹ Reeve, Michael D. Classical scholarship. In: Kraye, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996]. P. 23-24.

Kristeller. Para o autor, os primeiros humanistas teriam fundamentado suas cartas a partir da atividade dos *dictatores*, peritos na arte epistolar e na escrita de discursos²²⁰. A diferença entre eles residiria no fato de que os humanistas enfatizaram a emulação de modelos antigos, enquanto os *dictatores* recorreram ao uso sistemático de compêndios. Agindo contra a ascensão da língua vulgar em seu ambiente intelectual, o paduano Lovato dei Lovati teria instituído o esforço pioneiro de renovar a poesia latina da Antiguidade. Para Witt, ele teria sido, por essa razão, o verdadeiro inaugurador do humanismo, e não Petrarca. Porém, os textos em prosa de Lovati, inclusive aqueles de caráter epistolar, foram escritos totalmente amparados na *Ars dictaminis* medieval²²¹. A situação só viria a se alterar no século seguinte, com os textos em prosa escritos por Albertino Mussato em 1315²²².

Não compartilhamos dos interesses de Witt pela distinção entre *dictatores* “medievais” e humanistas “renascentistas”, nem é nosso objeto “inventar” o “primeiro humanista”. Mas aprendemos com o autor ao notar que, para ele, ao menos até 1400, o humanismo foi um fenômeno eminentemente gramatical. Foi pouco a pouco que letrados como Salutati, mais próximos do modelo “imitativo” ligado à *Ars dictaminis*, passaram a enaltecer a emulação dos antigos. Aqui, está claro, as cartas desempenharam papel crucial.²²³

Podemos mobilizar esses elementos para discutir as redação das cartas em nosso contexto. Elas diferenciavam-se daquelas produzidas enquanto era vigente a *Ars dictaminis* “medieval” em alguns aspectos além dos mencionados. Uma epístola redigida por esses parâmetros, contrariamente ao que se prescrevia na retórica antiga, pressupunha uma exortação muito mais enfática à autoridade do título ou *status* do remente e destinatário, minorando a argumentação como

²²⁰ Lembrando o trabalho de Kristeller, Witt afirma: “[...] He [Kristeller] argued that the humanists usually worked as teachers of rhetoric and grammar or served as notaries and lawyers. The latter two professional groups were charged with writing letters and making speeches on behalf of political powers. They were not philosophers but instead specialized in rhetoric, grammar, history, and ethics, areas of learning reflected in the kinds of issues they wrote about. Witt, Rolnald G. “*In the footsteps of the ancients*”: the origins of humanism from Lovato to Bruni. Leiden: Brill, 2001. P. 2

²²¹ Black, Robert. The renaissance and humanism: definitions and origins... P. 106-108.

²²² “Written by Lovato dei Lovati in 1267/1268, humanism appears to have been a part of the advanced stage of the grammatical revival. Indeed, a careful reading of the poetic and prose production of northern and central Italians in the decades after the appearance of Lovato’s poems indicates that humanistic classicizing remained restricted to poetry until 1315, when Mussato wrote his first historical work in prose. Given the almost fifty-year lag between poetry and prose, the origins of Italian humanism are to be sought in developments in grammar and not rhetoric. For decades while prose remained captive do medieval forms, humanists found an outlet in poetry for their desire to emulate the ancient Romans”. Witt, Rolnald G. “*In the footsteps of the ancients*”... P. 17.

²²³ Witt, Ronald G. Kristeller’s humanists as heirs of medieval dictatores. In: Mazzocco, Angelo. *Interpretations of Renaissance Humanism*. Leiden: Brill, 2006. P. 22-23.

capacidade principal de convencimento²²⁴. Assim, podemos isolar o componente *retórico-persuasivo* como o primeiro elemento resgatado pelos humanistas nos séculos XV e XVI.

A segunda característica a remarcar diz respeito aos usos das cartas. As cartas redigidas na época de Góis refratavam profundos exercícios de retórica, que eram a forma por meio da qual as informações eram trocadas. Nesse sentido, há que ressaltar um desdobramento importante, qual seja, o da carta como ponte de diálogo entre ausentes. Nos manuais de escrita epistolar do século XVI, essa noção pode ser remetida a Libânio, e conferia à carta uma tarefa acima de todas as outras: manter os amigos próximos, ainda que imperasse entre eles o afastamento físico. Não apenas instrumento de criação da amizade, mas mecanismo de estreitamento dos laços e manutenção da memória dos doutos ou familiares diálogos entre remetente e destinatário²²⁵, essa aplicação da atividade epistolar era aproximada da pintura de retrato, como podemos fazer notar com os comentários escritos por Alberti em *De pictura*:

Contém em si a pintura – tanto quanto se diz da amizade – a força divina de fazer presentes os ausentes, mais ainda, de fazer dos mortos, depois de muitos séculos, seres quase vivos, reconhecidos com grande prazer e admiração para com os artífices²²⁶. [...] Assim, a fisionomia de quem já está morto vive pela pintura longa vida.²²⁷

A aquisição de pinturas de retrato – que tanto chamaram a atenção de Góis durante toda sua vida – e a troca epistolar constituíam, assim, duas estruturas basilares da “retórica da amizade”, muito embasadas nas prescrições de Cícero²²⁸. Se Alberti preocupava-se com o cancelamento da distância possibilitado

²²⁴ Black resume bem a questão: “The *Ars dictaminis* added a new section to the ciceronian doctrine of the parts of a rhetorical composition: the *salutatio* (greeting). Classical orations began with an *exordium* (introduction) whose purpose was to win the audience’s sympathy through various standard arguments (for example, by assuming false modesty [*topos humilis*]), but medieval *dictamen* predisposed the recipient of a letter by deferring to rank, as spelled out in the salutation. The *Ars dictaminis* tended to devalue the *exordium* at the expense of the *salutatio*, whereas classical rhetorical theory assumed that neither speaker nor audience commanded authority through standing: it was argument that counted.” Black, Robert. *The renaissance and humanism: definitions and origins...* P. 111-112.

²²⁵ Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar*. Trad. Emerson Tin. In: Tin, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas: UNICAMP, 2005. [1521] P. 112.

²²⁶ Alberti, Leon Battista. *Da pintura*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. Campinas: UNICAMP, 1992. P. 95

²²⁷ Alberti, Leon Battista. *Da pintura...* P. 95-96.

²²⁸ É relevante ressaltar que tanto a passagem de Erasmo quanto a de Alberti parecem dever em comum ao *De Amicitia* de Cícero (7, 23).

pela memória viva da pintura, o mesmo viria a fazer Góis com suas cartas que, muito mais do que instrumentos fugazes de mera comunicação, destinavam-se a formar uma imagem de sua trajetória, ou seja, os caracteres que haveriam de ser mobilizados quando seu nome fosse rememorado.

Esse uso teve em Petrarca um modelo de particular relevância. Foi ele quem consagrou a carta humanista como veículo privilegiado de “imortalização” ao redigir sua *epistola posteritati*²²⁹. Nela, Góis e muitos outros viram um dispositivo valioso²³⁰.

Pierre Mesnard chamou a atenção para essa “consciência reflexiva” dos letrados. Mas havia críticos desse comportamento que opunham o “artificialismo” da prática elogiosa aos “verdadeiros” homens de engenho²³¹. Está claro que argumentos formulados assim eram, eles próprios, formas de emulação, que polemizavam lançando mão da suposta inépcia daqueles que erravam ao elogiar a si mesmos por descurarem da humildade que deveria reger o discurso. Mesnard cita um exemplo desse tipo de instrumentalização com o caso de Pietro Aretino, que publicou uma “Carta aos pedantes” (em que se opunha à escrita como mera estratégia de imortalização) sem deixar de empregar tópicos igualmente “artificiais” em suas epístolas.

Os esforços de Petrarca foram retomados em inúmeras ocasiões. *Salutati* prosseguiu a busca pelos arquivos florentinos, e acabou por descobrir, em 1392, o epistolário de Cícero. Ainda que, na altura, as cartas não tivessem modificado sua estrutura rumo ao estilo ciceroniano, algo que só viria a ser alcançado com Pietro Bembo e Lazaro Buonamico²³², dois cardeais com quem Góis viria a

²²⁹ A *Epistola Posteritati* de Petrarca é também marcante por nela estarem traços do amor umbilical a fazer Petrarca oscilar entre a nostalgia da antiguidade, a *media aetas* que encheira de trevas e o futuro, aberto ao sonho de reforma de seu humanismo. “[...] Io attesi unicamente, ne’ molti miei studi, alla conoscenza dell’antichità: poiché questa età mia sempre mi dispiacque; così che se l’amor de’ miei piú cari non avesse creato una contraria voglia in me, sempre io avrei anzi tolto d’essere nato in ogni altra età, che in questa [...]”. Petrarca, Francesco. *Lettera ai posteri o l’autobiografia*. In: Solerti, Angelo (org.). *L’autobiografia, il segreto e dell’ignoranza sua e d’altrui di messer Francesco Petrarca*. Florença: Sansoni, 1904. P. 12.

²³⁰ Enenkel, Karl. In search of fame: self-representation in Neo-Latin. In: Gersh, Stephen; Roest, Bert. *Medieval and Renaissance Humanism: Rhetoric, Representation and Reform*. Leiden/Boston: Brill, 2003. P. 93-114.

²³¹ Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l’individualisme humaniste. In: Mesnard, Pierre et al. *Individu et société à la Renaissance: colloque international – 1965*. Bruxelas: Presses Universitaires de Bruxelles, 1967. P. 17-18; 172-173.

²³² “[...] Contudo, apenas os dois célebres secretários e estilistas de Leão X – Pietro Bembo e Jacopo Sadoletto – alcançaram de fato o topo da fama. [...] Pode-se imaginar quão diligentemente as cartas de Cícero, Plínio e outros foram estudadas àquela época. Já no século XV surge toda uma série de instruções e fórmulas para a escrita de cartas em latim (na condição de um ramo secundário dos grandes trabalhos de gramática lexicografia), sendo tamanha a proporção de obras dessa natureza nas bibliotecas [...]. Os especialistas esforçavam-se por apurar-se em seu ofício, de modo que as cartas de Poliziano e, no início do século XVI, as de Pietro Bembo surgiram, então, como obras-primas inigualáveis – não apenas do estilo latino,

se encontrar, a percepção de que esse modelo era importante ganhava fôlego. Quando Góis frequentou as aulas de Grapheus e quando decidiu mudar-se para Friburgo de Brisgóia, muitos outros nomes já haviam se consolidado no gênero – Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, o papa Piccolomini, Filelfo, Ficino e Poliziano²³³. Epistolários como o de Filelfo iam aos prelos rapidamente, o que demonstra a relevância desses escritos para outros letrados como meio de verem seus nomes passarem às “mãos dos séculos”²³⁴.

A expansão da prática epistolar nesses moldes motivou a publicação de tratados sobre o gênero. Tanto Francesco Negro, com seu *Ars epistolandi*, quanto Heinrich Bebel, que publicou o *Commentaria epistolarum confendarum*, desenvolveram regras a partir das premissas discutidas até agora, isto é, o entendimento da carta como diálogo entre ausentes, a expressão familiar do discurso, e o papel prevalente de Cícero e de Quintiliano na formulação retórica da escrita epistolar. Esses elementos devem ser lidos como a aplicação de técnicas retóricas capazes de suscitar a aceitação e a boa convivência entre os membros da República das Letras, garantindo a ascensão e o ganho de prestígio.

Isso nos leva a uma digressão. Assumir o conteúdo retórico das fórmulas de amizade e gratidão nas cartas impõe-nos reconsiderar a fortuna crítica que reconstituiu elementos biográficos da vida de Góis a partir de seu epistolário. Afinal, não podemos deixar de notar como os efeitos postulados por aquela correspondência atingiram as sucessivas releituras do “homem” Damião de Góis. Podemos recordar, por exemplo, sua posição enquanto um “herói” da cultura lusa, tanto devido ao seu encarceramento pelo Santo Ofício (sua “resistência” perante as “injustiças” cometidas por uma “instituição nefasta”, bem entendido) e boas relações com personagens de toda a Europa, consolidadas entre os séculos XVIII e XX. Todas essas leituras deveram muito ao já mencionado Diogo Barbosa Machado, e não deixam de comparecer em textos contemporâneos. Em estudo sobre d. Jerônimo Osório, letrado que ativamente emulou Damião de Góis, Sebastião Tavares de Pinho argumentou que “[...] a análise epistolar revela algumas das principais preocupações que dominavam a vida dos homens do Renascimento, como o amor pelo saber, o culto da amizade, o reconhecimento do mérito alheio e a permuta da gratidão”²³⁵, algo não tão distante da visão de Machado, que via em Góis um homem “inimigo do interesse e cultivador da amizade”. Considerações como essas podem obscurecer a constatação de que

como também da epistolografia como tal.” Burckhardt, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália...* P. 173-174.

²³³ Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 44-45.

²³⁴ Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 46-47.

²³⁵ Pinho, Sebastião Tavares de. Epistolografia e Humanismo em d. Jerônimo Osório. In: *Humanismo em Portugal: Estudos II*. Lisboa: INCM, 2006. P. 98.

“[...] as prescrições [...] são constitutivas dos objetos que produzem. Ou seja, o que as cartas particulares informam está invariavelmente em função do que o gênero prescreve e permite significar”²³⁶. Devemos sempre estar atentos ao teor datado das epístolas, avaliando o que normas ocultas – porque evidentes em seu contexto original²³⁷ – podem transmitir sem que percebamos. Daí a necessidade e o interesse em tentar captar ao menos parte²³⁸ do preceituário retórico-epistolar de que Góis se serviu.

Supomos que o texto lido mais detidamente por Góis tenha sido escrito por Erasmo. Antes de comentá-lo, seria conveniente discorrer brevemente sobre o panorama da arte epistolar nos territórios germânicos, uma vez que o próprio Erasmo interagiu intensamente com os costumes retóricos lá cultivados²³⁹.

As cartas germânicas privilegiavam, geralmente, o exercício da erudição antes do rigor no estilo, o que representava as aspirações dos conselheiros imperiais que as escreviam. Essa uniformidade teria feito com que um mesmo modo de redigir cartas prosperasse em extensas regiões, o que não impediu, contudo, que inúmeras rivalidades pela primazia da arte epistolar despontassem no Sacro Império.

Um desses expoentes foi Konrad Peutinger (1465-1545), que viveu em Ratisbona. Ele estabeleceu parâmetros que foram seguidos em cartas de Celtis, Pirkheimer, Aventinus, Brant, Reuchlin, Hutten e nas de Erasmo. Outro foi Willibald Pirkheimer (1470-1530), de Nuremberg, que manteve contato com Dürer quando este estava em Veneza. Nesses casos, sempre segundo Mesnard, era possível constatar dependência dos modelos italianos. Jean Cuspinien (1473-1529), residente em Viena, foi um letrado de origem

²³⁶ Pécora, Alcir. Velhos textos, crítica viva. In: TIM, Emerson. *A arte de escrever cartas...* P. 12-13.

²³⁷ As formas de lidar com a leitura de documentos em busca da “excepcionalidade normal”, em busca das leituras que nos ajudam a enxergar regras de outro modo invisíveis, são tributo que a micro-história nos legou. Cf., dentre inúmeros exemplos dessa perspectiva, Ginzburg, Carlo. *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. [2006] P. 249-279.

²³⁸ Com efeito, “[...] não se trata de descobrir o primeiro sentido das cartas, mas ajustar seus vocabulários a época de sua produção e ponto contemporâneo dos debates sobre a questão.” Pécora, Alcir. Velhos textos, crítica viva. In: Tin, Emerson. *A arte de escrever cartas...* P. 14.

²³⁹ Américo da Costa Ramalho lembra esse fato curioso ao narrar a trajetória do licenciado António Luís, intelectual lisboeta que criticou severamente Erasmo e os “alemães” para manter-se livre da Inquisição, uma vez que havia já sido detido por ela em 1539. Ele tentou provar que o barbarismo de Erasmo era tão grande que ele não chegava a saber grego – acusação completamente infundada, diga-se de passagem. De todo modo, o opúsculo que contém essas críticas, *Annotationes aliquorum locorum in quibus hallucinatus est Erasmus...*, disponível na Biblioteca da Ajuda, deve valer a leitura. Ramalho, Américo da Costa. Duas opiniões sobre os germani no Portugal Quinhentista. In: *Para a História do Humanismo em Portugal (III)...* P. 132

francesa que caiu nas graças do imperador Maximiliano I. Escreveu textos sobre a história da Áustria (Basileia, 1553), sobre a ameaça dos turcos; um catálogo dos imperadores germânicos (1540), dentre outros. Konrad Celtis (1459-1508), de Nuremberg, também se destacou. Recebeu, nessa cidade, a coroa de louros atribuída aos poetas pelo imperador Frederico III. Manteve sua fértil atividade entre os vales do Reno e do Danúbio, produzindo extensa correspondência. Mesnard sugere que sua atuação foi decisiva por ter sido um dos poucos germânicos do século XVI intensamente preocupados com aspectos formais na escrita epistolar²⁴⁰. Recebeu protestos de admiração e defesa epistolar de seus amigos em duas coletâneas: *Clarorum virorum epistolae* (1515) e *Illustrium virorum epistolae* (1519)²⁴¹.

Quanto a Erasmo, pode-se dizer que o intenso ambiente epistolar não apenas da “Germânia”, mas de toda a República das Letras, o motivou a escrever tratados sobre o tema. Tendo cabido a ele o papel mais preponderante na escrita epistolar na Europa do século XVI, era de se esperar que procurasse orquestrar algum controle do gênero por meio da produção de manuais. Mesnard qualifica suas cartas, editadas magistralmente por P.S. Allen em 12 volumes²⁴², como o documento mais importante para o estudo do humanismo.

As cartas de Erasmo serviam a vários propósitos. Em primeiro lugar, atendia às agendas de Erasmo junto a governantes seculares e religiosos. Era o caso das cartas voltadas, por exemplo, à defesa da paz²⁴³, cartas que, caso bem recebidas,

²⁴⁰ “Celtis est un des rares Allemands chez qui prédomine le souci de la forme”. Mesnard, Pierre. *Le commerce epistolaire comme expression sociale de l’individualisme humaniste...* P. 22.

²⁴¹ Retirei as informações acima de Mesnard, Pierre. *Le commerce epistolaire comme expression sociale de l’individualisme humaniste...* P. 20-22.

²⁴² Eis a referência para o primeiro volume: Allen, P. S. *Opus epistolarum Des. Erasmi Roterodami*. Oxonii [Oxford]: Typographeo Calendoniano [Oxford University Press], 1906.

²⁴³ Charles Moulin, um dos expoentes dos estudos erasmianos no século XX, cita um exemplo significativo desse tipo de carta. “Le problème de la guerre et de la paix est un de ceux qui passionnent notre humaniste. Bien souvent, dans ses traités comme dans ses lettres, il invite les hommes à une meilleure entente et chante les bienfaits de la paix. En 1523 il fait paraître à Bâle, chez Froben, en préface à sa paraphrase de Saint-Marc, une longue lettre à François Ier. Il exhorte ce prince à user de son crédit et de sa puissance en faveur de la paix”. Moulin, Charles. *Érasme: introduction et choix de lettres par Charles Moulin*. Paris: L’enfant poète, 1948. P. 126. Na realidade, essa carta reproduz pensamentos que ocupavam Erasmo desde muito antes, como o prova o famoso adágio 3001, publicado pela primeira vez em 1508. “A guerra só é doce para aqueles que não a fizeram” parece ser o excerto inicial, a que se seguem estas palavras, cunhadas por Píndaro (c. séc. VI – V a. C): “... Mas quem conhece a guerra sente, logo que dela se aproxima, um horror extremo”. Erasmo sugere que, como criatura de Deus urgida para emulá-lo, o homem seria por excelência o animal mais distante da violência. Ademais, apela para a consciência dos leitores a percepção do fato de que a guerra tornou-se uma doença tão terrível que chega a fazer com que cristãos se massacrem mutuamente em nome de Deus. A partir daí, consegue aduzir um argumento pertinente ao humanismo; crente

rapidamente emergiam dos prelos como prefácios de suas obras²⁴⁴. Poderíamos isolar, ainda, um segundo grupo de missivas, responsáveis por manter abertos e contínuos os diálogos com a República das Letras²⁴⁵.

Mesnard sustenta que a amizade epistolar constituía, acima de tudo, em um mecanismo de conquista e distribuição de glória:

Mas podemos nos perguntar, na imensa maioria dos casos, se essa amizade não está viciada desde o princípio pelo individualismo excessivo dos humanistas e pela parte abusiva que os ocupa a preocupação de sua própria glória. Glória de contar com um número considerável de amigos (que deixa-se sempre claro serem mais ou menos seus discípulos). Glória de ligar ao seu carro de triunfo os escritos mais célebres da época de se ver preferido por eles diante de qualquer outro rival²⁴⁶.

A extensão da vida por meio das cartas era levada a sério por Erasmo²⁴⁷. A despeito de seu conjunto de missivas ligadas à amizade estar acolhido nas regras de concórdia prescritas pela retórica, houve fases em que essa conduta foi adequada a necessidades distintas, como a da invectiva. É o caso da correspondência entre Erasmo e Guillaume Budé.

O início das trocas epistolares entre eles seguiu os ritos estabelecidos pela República das Letras. Erasmo escreve a Budé fazendo elogios aos seus escritos. Contudo, uma vez engajados na conversação, Budé critica os textos de Erasmo que entende não fazerem jus a seu engenho. Essa ideia contrasta de modo impactante com o incensar elogioso de parte a parte que fora imaginado por

de que a amizade é o valor mais importante a existir entre os homens, Erasmo procura levar o texto a concluir que a paz não é senão “uma amizade entre muitos homens”. Ademais, dizia que a verdadeira vitória contra os turcos viria da demonstração de que os cristãos tinham “uma vida pura, o desejo de fazer o bem mesmo aos inimigos, o desprezo pelo dinheiro, o esquecimento da glória, o pouco valor dado à vida”. A conclusão do adágio adota a costureira ironia polêmica de Erasmo: “Prefiro um verdadeiro turco a um falso cristão”. Anselmo, Artur. Reflexões sobre o adágio erasmista *Dulce bellum inexpertis*. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº 16. Lisboa, Colibri, 2003. P. 281-284.

²⁴⁴ Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste... P. 24.

²⁴⁵ Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste... P. 25.

²⁴⁶ Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste... P. 25.

²⁴⁷ Cujá situação era semelhante a de Konrad Celtis e a de Góis. Conforme explica Mesnard: “Chez certains humanistes, le souci de se hausser à l'immortalité par ce procédé s'étale avec une candide vanité. C'est ainsi que Conrad Celtis (1459-1508) trie lui même parmi les lettres qui lui ont été adressées, 250 épîtres dont le principal intérêt est de représenter chacune un correspondant différent et d'attester ainsi 'à l'usage de la postérité' l'étendue de son influence”. Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste... P. 25.

Konrad Celtis como a melhor maneira de trocar cartas, modelo com o qual Erasmo estava familiarizado. Por isso, Erasmo evitou publicar tais cartas. Outros momentos de tensão aparecem na correspondência, como quando Erasmo recusa-se a fundar o *Collège de France* com Budé²⁴⁸, ou, ainda, quando a querela luterana coloca os dois letrados em lados distintos.

Em carta escrita em Friburgo (5-IX-1530), Erasmo expõe ao germânico Brixius o “estado de sua amizade” com Budé. O início da carta, em acordo com os protocolos do gênero, nos indica quais eram os parâmetros de sua legibilidade:

Esse acontecimento [os ataques de Budé] confirmou outras experiências e me incitou a acolher mais moderadamente as amizades e a cultivá-las com menos zelo para ter, em seguida, menos pena de perdê-las. [...] Para mim, basta agir neste espírito em relação a todos os homens: ser útil a todos, não depreciar ninguém, não rejeitar a amizade das gentes de bem, não dar a ninguém justo motivo para ser-me hostil [...] ²⁴⁹.

A sequência da carta, diretamente voltada a Budé, estabelece parâmetros relacionados às questões da glória e da imortalidade:

Eu não preciso de seu apoio [de Budé], graças a Deus, e eu não penso em atacá-lo de forma alguma. Certamente, ele pode sustentar minha reputação, eu o admito; mas eu rejeito de bom grado esse fardo da glória, já que tenho pouco desejo de lhe acrescentar algo. Ele pode também denegrir minha reputação: mas eu estou habituado aos insultos, e ninguém há de suportar seu destino; [...] Eu aprendi a fazer concessões necessárias às paixões humanas, a fazer mais concessões à amizade, mais ainda à tranquilidade geral da República das Letras. [...] Seria necessário, contudo, injúrias ainda mais atroz para que eu quisesse voltar minha pluma contra Budé!

Na verdade, eu penso que Budé é um personagem grande demais para invejar meu destino; eu lhe relego com prazer o principado das belas-letas. Nós aplaudimos todos os triunfos que ele conquista, já que nós temos pouca vontade de arrancar de sua cabeça das coroas muito lisonjeiras. ²⁵⁰

Erasmo orquestrou ironia e humildade para confirmar seu poder na República das Letras. Budé, “grande demais para invejar meu destino”, não estava à altura de sua pluma. Seus enormes sucessos, cobertos de louros e glórias, não teriam impressionado Erasmo, uma vez que ele rejeitou “de bom grado esse

²⁴⁸ Mesnard, Pierre. *Le commerce epistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste...* P. 26-28.

²⁴⁹ Moulin, Charles. *Érasme...* P. 98.

²⁵⁰ Moulin, Charles. *Érasme...* P. 99.

fardo da glória”. Tinha pouco desejo de lhe acrescentar algo porque já alcançara o principado da República das Letras, bem entendido.

Instado a enfrentar um “opositor”, Erasmo adotou uma estratégia que não poderia senão ser associada a um jogo, jogo no qual esconder e mostrar os afetos por meio de efeitos retóricos determinava a vitória ou a derrota. Jogo retórico e social, pois, incrustados na imaginação que determinava os limites da República das Letras, cujo ordenamento era de conhecimento público e anonimamente compartilhado pelos letrados.

Competição, polêmica e jogo eram inseparáveis. O “espírito mordaz” de Erasmo sabia bem como e quando deveria se calar ou, melhor dizendo, camuflar-se sob os elogios de um adversário respeitável. Contudo, o instrumento da polêmica poderia se revelar a qualquer momento, sobretudo nas ácidas disputas que moviam os letrados, ou de forma velada, sem se explicitar a natureza da crítica e mesmo seu alvo principal. Com a carta a Brixius, Erasmo se mostrava “acima” do jogo quando, na verdade, havia se inserido nele. Defendia, assim, precisamente o prestígio que no registro decoroso deveria mitigar, garatindo a autoridade de seu nome.

Deixemos a prática epistolar erasmiana e passemos à prescrição. São três os tratados de Erasmo sobre técnicas de escrita epistolar, e eles foram publicados nos anos de 1520, 1521 e 1522 (na altura, Góis ainda era um funcionário da corte de d. Manuel I – e após a morte deste em dezembro de 1521, de d. João III – em Lisboa). O primeiro, *Breuvissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, constitui-se como uma breve carta de Erasmo destinada a instruir Robert Fisher, jovem que havia vivido com ele entre 1497 e 1498. Erasmo compõe a persona “Fisher” como um jovem atribulado em tarefas e pouco dotado para os estudos, de modo que necessitava de apoio na escrita epistolar. Todavia, ele teria rompido relações com Erasmo, levando consigo a fórmula, de modo que ela só veio a ser publicada anos depois de sua morte, em 1520 (Matthaeus Maler, Efurt). O editor, então, substituiu o nome de Fisher pelo fictício Pedro Paludano (Petrus Paludanus)²⁵¹.

O segundo tratado, *Libellus de conscribendis epistolis*, saiu em 1521, em Cambridge. Trata-se de um texto mais amplo, com cerca de 70 folhas, que talvez tenha sido composto a partir do trabalho anterior, entre 1501 e 1502. Nesse opúsculo, Erasmo avança a ideia de que o estilo epistolar não deve ser elevado, mas familiar. As cartas deveriam primar pela brevidade, despojando-se das longuíssimas e pedantes saudações que enalteciam os destinatários de forma desmedida. Dever-se-ia optar por uma simples saudação entre os nomes do remetente e do destinatário (*vale*, etc.), seguindo-se, no máximo, uma identificação

²⁵¹ Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 49-51.

do título ou ofício do remetente²⁵² – Damião de Góis, por exemplo, costumava assinar *Damianus a Goes equitis lusitanis*.

Por fim, Froben editou, em Basileia, o *Opus de conscribendis epistolis*, que representa a maturidade da reflexão de Erasmo. O livro ultrapassa a discussão em torno das fórmulas e gêneros de escrita epistolar, indicando que o engessamento das cartas em ordenamentos esquemáticos resultará em fracasso. Muitas são as combinações de assuntos e formas discursivas que se poderiam incluir em uma epístola, de modo que agrupá-las em “estilo” que parece “não trabalhado” e “breve” seria dispensável. “O essencial”, sintetiza Emerson Tin, “[...] é ter em conta a matéria tratada e o destinatário”. Acompanhando as prescrições retóricas de Quintiliano, avaliou que a carta deveria ser pensada conforme a qualidade do leitor que a recebe e o tema em questão, devendo-se respeitar, acima de tudo, cada circunstância. O que não impedia, todavia, recomendações gerais, como o apelo à concisão e à clareza²⁵³.

Mesmo quando trata das cartas familiares (distintas, por exemplo, das cartas de discurso, redigidas para a leitura de reis e grande dignitários), isto é, endereçadas aos amigos num contexto de diálogo supostamente privado, não seria possível recomendar um estilo preciso, senão o de estabelecer uma relação cordial que permitisse antever o diálogo entre ausentes. Ademais, nas palavras de Erasmo, “[...] convém a esse gênero o aticismo, e o estilo humilde (*humilior*), mais próximo do cômico do que do trágico, ou mesmo abaixo, se isso é possível, do tom da comédia, contanto que esse estilo humilde seja de um letrado”²⁵⁴. De resto, a carta familiar erasmiana se aproximaria mais da atitude de franca conversação do que propriamente da oratória, preocupando-se principalmente com o destinatário, o assunto e o *afectus*²⁵⁵.

Terá Góis lido algum desses textos? Muito provavelmente, sim, mas, ainda que não os tenha lido, é provável que tenha adquirido parte de suas prescrições ao estudar com Grapheus e com o próprio Erasmo. Três cartas da epistolografia latina de Góis nos dão alguns indícios.

A primeira, datada de 11 de abril de 1534²⁵⁶, foi escrita por Erasmo a Góis. Residindo em Friburgo, Erasmo responde a carta anterior do português – esta última se perdeu – atestando que o receberia em sua casa. Na carta, Erasmo discute em que habitações Góis haveria de morar – se na dele ou na dos condes de Rennenburg e as vestimentas adequadas à ocasião – se haveria de adquiri-las em Friburgo ou antes de lá chegar; discute, ainda, o que fazer com os cavalos do

²⁵² Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 52-53.

²⁵³ Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 53-55.

²⁵⁴ Rotterdam, Erasmo. *Opus de conscribendis epistolis*. Cf. Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 57.

²⁵⁵ Tin, Emerson. Introdução. In: *A arte de escrever cartas...* P. 59-60.

²⁵⁶ CLG B XIX.

português – Erasmo sugere a Góis que se desfaça deles, pois a estrebaria estava lotada. Finalmente, se diz “preparado para tudo”, mas não deixa de lembrar de seu estado de saúde, um tanto abalado²⁵⁷.

Noutra carta, redigida por Erasmo a seu amigo Erasmo Schets cerca de dez dias depois (23-IV-1534), Góis já vive com ele, e Erasmo lamenta não poderem jantar juntos: “Vive aqui em minha casa o preclaro jovem Damião de Góis; contudo, devido à minha saúde precária, a mesa nos separa. Uma razão para sobremodo me irritar com esta doença”²⁵⁸.

Não apenas a doença poderia ter atrapalhado os estudos de Góis com Erasmo. Na carta a Schets, Erasmo lamenta a escalada do ódio externado por Lutero contra ele, afirmando que a única esperança para a região germânica estava nas armas de Carlos V que, no entanto, estava mais ocupado com a caça. Erasmo afirma temer por sua vida, uma vez que um plano para assassiná-lo poderia estar em andamento²⁵⁹.

Por fim, uma carta enviada meses depois desse contato ajuda a consolidar a ideia que se expõe a seguir. Em 16 de agosto de 1534, Erasmo escreve missiva a seu amigo de longa data, o cardeal Pietro Bembo, para apresentar Góis, prestes a se mudar para Pádua. Após a *laudatio* de costume, na qual salienta a honestidade e nobreza do jovem, pondera que Góis teve brilhante passagem a serviço do rei de Portugal, tendo escolhido por vontade própria perseguir as letras, dedicando-se a elas “nos tempos, livres, de passagem como pôde”²⁶⁰.

Apesar de ter vivido com Erasmo, Góis ainda é apresentado como alguém que cujos estudos não parecem ter se aprofundado o suficiente, uma vez que desfrutou de uns poucos momentos de ócio para se desenvolver. Tenhamos em mente, contudo, que esta afirmação abriga-se no interior da tópica das atribuições públicas, apresentando Góis como um jovem nobre em busca de “ilustração”.

Os preceitos retóricos e os motivos de ordem prática parecem levar à mesma conclusão: Góis teve de recorrer a manuais e ao ensino com preceptores o quanto possível para colocar-se à altura das tarefas que viria a desempenhar. Tudo isso reforça, evidentemente, a sugestão de Jean Aubin de que Góis teria sido inclinado pelas circunstâncias a dedicar-se integralmente aos *studia humanitatis*. Uma carta mais tardia reforça essa hipótese²⁶¹. Escrevendo ao cardeal Jacopo Sadoletto em 1537, Góis lembrou-lhe de que o início de sua “dedicação às musas” deu-se “consoante sua condição”: “Sem embargo de já antes – desde o início, em

²⁵⁷ CLG B XIX, P. 174-175.

²⁵⁸ CLG B XX, P. 176-177.

²⁵⁹ CLG B XX, P. 176-177.

²⁶⁰ CLG B XXX, P. 190-193.

²⁶¹ Escrita em Pádua e enviada em I-VII-1537. CLG A XVIII, P. 80-83.

idade assaz adulta, dos estudos liberais a que comecei a dedicar-me consoante minha condição e os negócios áulicos o permitiam – eu ter estimado muitíssimo vossos costumes e doutrina [...]”²⁶².

Mas uma troca epistolar entre Erasmo de Rotterdam e Erasmo Schets lança uma luz inesperada à questão.

Pouco antes de entrar em contato com Bembo (11-VII-1534), Erasmo responde a comunicação anterior de Schets na qual este parece ter-lhe alertado de novidades sobre as razões que levaram Góis a abandonar Portugal em 1533. “Recebi a carta que enviáveis por causa de Damião. Eu sempre supus que ele tivesse deixado a pátria com boa graça dos seus”²⁶³. Nos comentários a essa epístola, Amadeu Torres anota apenas que “Damião de Góis retorna, após recusar as honrosas funções na corte”²⁶⁴. Mas, como vimos, não faria sentido Schets informar a Erasmo, meses após a chegada do português a Friburgo, que ele havia deixado “honrosamente suas funções na corte”. Ora, é de se presumir que Góis já o fizera na carta perdida em que solicita a Erasmo um lugar na casa de Friburgo. Isso pode nos levar a concluir que Schets, banqueiro de Antuérpia com fortes ligações com a feitoria portuguesa onde Góis trabalhou²⁶⁵, veio a ouvir dos representantes de d. João III a “verdadeira” história em torno da dispensa de Góis do posto de tesoureiro-mor da Casa da Índia lisboeta. Além de tudo, Erasmo parece surpreendido pelas novidades.

Assim, em concordância com Jean Aubin quanto a esse caso, fundamental para melhor compreendermos algumas das escolhas de Góis, é possível sugerir que ele aproximou-se de Erasmo por causa do revés em Lisboa. Por outro lado, a carta a Sadoleto indica que o afastamento de Góis dos cargos régios não o livrou completamente de tarefas de assistência ao rei:

Pois, eminentíssimo Prelado, eu, conquanto retirado me tenha, há três anos, da corte do meu Príncipe, advertindo que lá não podia ocupar-me senão do meu ofício, e totalmente abdicado, *na medida do possível*, de tratar de negócios palacianos [...]”²⁶⁶.

Em suma, podemos enxergar na atuação de Góis uma aplicação dos preceitos

²⁶² CLG A XVIII, P. 80-81.

²⁶³ CLG B XXV, P. 184-185.

²⁶⁴ Torres, Amadeu. *Damião de Góis: correspondência latina...* P. 431.

²⁶⁵ Torres sintetizou bem a trajetória desse interessante personagem: “Quanto a Erasmo Scheto ou Schets [...], ilustrado homem de negócios e banqueiro antuerpiano, casado com Ida van Rechterm, filha de outro grande mercador que primeiro contactou com a nossa Feitoria [...]. Erasmo caracterizou o seu amigo Erasmo Schets com esta frase expressiva: ‘homo nom optime Latinus, sed tamen optimae fidei’”. Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 250-251.

²⁶⁶ CLG A XVIII, P. 82-83. Grifos nossos.

retóricos na construção da própria imagem pública, uma vez que ele usou a ideia de amor às Letras para diminuir seus insucessos políticos, *reescrevendo* sua trajetória²⁶⁷ diante do “príncipe” da República das Letras. Esse processo, todavia, não ocorreu de modo abrupto, e nem tampouco deve ser analisado como uma mudança definitiva e completa. Damião de Góis adaptou-se às circunstâncias concretas com as quais se deparou, forjando para si uma imagem que, como indicado na carta a Sadoleto, não deixou de lado seus vínculos precedentes com o reino de Portugal e o mundo da diplomacia.

Diante dessa conclusão, devemos atentar para um fato importante. O discurso empregado por Góis e as técnicas retóricas que podem tê-lo motivado não podem ser considerados separadamente. A ação de interferir no relato a Erasmo por meio de uma forma discursiva não se define apenas como um “instrumento” a utilizar quando necessário. A melhor maneira de definir, então, o problema, é pensar em uma simbiose entre escrita decorosa, preceitos retóricos e circunstâncias empíricas, que, conquanto estejam perdidas, podem ser reconstituídas hipoteticamente. Como bem viu Felipe Charbel:

O discurso não é o meio transparente que dá vazão a ideias, e sim o produto de uma complexa operação em que os elementos convencionais mobilizados na argumentação – a disposição do discurso, o emprego de lugares-comuns (argumentos-padrão, ou “pequenos-discursos” de aplicação “universal”, segundo definição de Joan Marie Leuchner), as técnicas de amplificação, etc. – estruturam a urdidura dos juízos [...]. É o caso, por exemplo, da já mencionada redescrição paradiastólica: ela não é um “instrumento” empregado por Maquiavel para justificar a flexibilização da noção de virtú, mas a própria condição de possibilidade de tal flexibilização, sendo incorreto separar um hipotético “cálculo anterior” de uma técnica supostamente neutra²⁶⁸.

Tendo em vista esse percurso, é pertinente concluir que, se Góis veio a ler algum dos tratados erasmianos sobre a arte epistolar, deve ter se detido no *Breuissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, compêndio direto e incisivo, de rápida leitura e suficiente para construir cartas eficientes. Assim, passemos a uma descrição dos principais pontos desse livro.

A carta de Erasmo à *dramatis personae* Petrus Paludanus, interlocutor imaginado no trabalho de edição, mas que, conforme vimos, provavelmente esconde o misterioso Robert Fisher, começa com algumas explicações. Erasmo

²⁶⁷ Felipe Charbel salienta que essa técnica vincula-se à *paradiástole*, “[...] técnica retórica de redescrição de virtudes e vícios, que atua precisamente na lacuna entre definições gerais e enunciados específicos: a redescrição, como nota Quentin Skinner, consiste no ‘meio de aumentar o que se pode dizer a favor de determinado ato, ou de minimizar o que se pode dizer contra ele’”. Cf. Teixeira, Felipe Charbel: *Timoneiros...* P. 76-77.

²⁶⁸ Teixeira, Felipe Charbel: *Timoneiros...* P. 105.

deixa claro que redigiu aquele texto a pedido do destinatário, e preocupa-se com as possíveis reações de outros membros da República das Letras, que o vinham criticando com cada vez mais energia. Apesar da dificuldade da tarefa de inventariar fórmulas e conhecimentos epistolares acumulados em mais de um milênio de prática de inúmeros eruditos, Erasmo polemiza com eles, indicando sua intenção de emulá-los: “[...] se dessa matéria alguma coisa escrever, a nenhuma pegada me prenderei”²⁶⁹.

O teor polêmico dessa passagem fica evidente quando Erasmo retoma Libânio para falar do caráter de “diálogo entre ausentes” inerente a toda carta, e também consta da ideia de que a ela é um instrumento de conversa familiar, no qual assuntos cotidianos são debatidos sem rebuscamentos que, se usados, transmitem uma imagem de grandiloquência inapropriada ao estilo epistolar, pois, curiosamente, a carta a Paludano que serve de prefácio ao livro emprega precisamente essa orientação: “Aceita, assim, esta brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar e a ti somente persuada, não tanto pelas palavras, mas ainda *pela arte de que carece*”²⁷⁰.

Erasmo prossegue propondo regras que parecem remeter a conflitos pelos quais está passando no momento de redação do texto:

Observando verdadeiramente isso em primeiro lugar, deve-se então fugir das palavras artificiais, antigas, excessivamente afetadas e repetidas dos aborígenes dos séculos, as quais hoje a maior parte corrompidos e imitadores ridículos utilizam, palavras novas e inusitadas, ansiosamente procuradas, como se se passassem por doutores, nem pensando que as palavras são inventadas em razão dos assuntos, assim escrevendo Horácio na Arte Poética: ‘os escritos socráticos poderão indicar as ideias’.²⁷¹

Seu alvo é modo de imitação praticado por aqueles que chama de “aborígenes dos séculos”. Ao mesmo tempo, critica a “inovação” oriunda de termos obscuros, evocados mais para dar um ar culto ao texto do que propriamente para suscitar algum efeito instrutivo. Como veremos, essas posições repercutirão na trajetória de Góis.

Mas, por agora, continuemos a seguir Erasmo. Ele pensava ser necessário concentrar esforços na disposição dos problemas a discutir na carta, uma vez que a língua latina estaria muito bem fornida de todas as expressões necessárias à explicação das matérias. O “estilo” deveria tão-somente escapar da mediocridade, buscando, ainda,

²⁶⁹ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 111.

²⁷⁰ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 112. Grifos nossos.

²⁷¹ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 112-113.

a constante prática, único meio seguro de dominar a matéria ao lado da lentidão, único exercício capaz de apaziguar a ânsia pela “invenção desmedida”²⁷².

A segunda parte do *Breuíssima epistolarum formula* concentra-se no problema da imitação. Erasmo diz-se disposto a explicar melhor suas considerações anteriores, e salienta que a imitação não-servil é positiva. Afinal, ignorar os modelos é atitude de estultos, e ignorar os modelos antigos, que, com justiça, sobreviveram à prova dos séculos, é o absurdo maior. Assim Cícero e Plínio, pelo antigos, e Poliziano, pelo modernos, são citados como exemplos de autores de epístolas de grande valor.

Essa parte encerra-se com Cícero. Erasmo avalia que o bom escritor de cartas deve ler, além dos modelos que lhe parecem dignos de imitar, outros considerados excelentes. “Com efeito, assim como não são as cartas de um único gênero”, prossegue, “[...] assim não devem ser de um mesmo gênero os escritores que elegemos. Porque aqueles que, de toda a lista das obras de Marco Túlio Cícero, somente elegem as suas cartas, ou o *De officiis*, como discípulos de Cícero não se devem proclamar”²⁷³. Cícero seria, por definição, “vário e diverso”, de modo que apenas a leitura conjunta de sua obra renderia o verdadeiro conhecimento de seu estilo. Novamente, a prescrição de Erasmo indica o ataque a certos “seguidores de Cícero” que não teriam compreendido bem essa ideia.

Adiante, Erasmo explora os métodos da imitação persistindo em seu intento, cada vez mais nítido, de se reportar às circunstâncias de seu tempo. As formas de imitação, para ele, deveriam ser definidas mediante o cálculo do juízo. “Assim, pois, o juízo é a base da imitação, exceto se de fato ela se apodera do juízo, sendo não somente inútil, mas também perigosíssimo obstáculo”. Ainda que a eloquência, disposição e engenho de Cícero pudesse premiar aqueles que o seguissem de perto, Erasmo sugere ser preciso ultrapassar a imitação dos antigos. Seu argumento é claríssimo. Se cada letrado não se dispusesse a contribuir com algo mais que o reflexo de seus mestres, não haveria emulação. “Por isso, corretamente exclama Horácio aos imitadores: ‘Ó imitadores, rebanho servil, que por vezes / a bile, por vezes o riso vosso tumulto me provoca!’²⁷⁴” Assim, além das prescrições que um livro como o dele poderia oferecer, Erasmo admite a imperiosa necessidade do exercício da escrita, o que obrigava o redator a agir com prudência.

Ao fazer menção ao homem prudente, capaz de administrar as mudanças em que é envolvido pela fortuna do tempo e as especificidades dos receptores de suas mensagens, Erasmo aludia aspectos da retórica ciceroniana, reforçando

²⁷² Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar...* P. 113-114.

²⁷³ Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar...* P. 114-116, cit. à P. 116.

²⁷⁴ Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar...* P. 116-118, cit. à P. 117.

o fato de que se indisponha com certa leitura dela, mas de forma alguma com o conjunto de seus escritos²⁷⁵.

Após tratar da imitação e do valor do juízo, Erasmo inicia a classificação das cartas. Parte de Cícero e Quintiliano para discutir os gêneros demonstrativo, deliberativo e judiciário, e sustenta que toda e qualquer epístola pode ser incluída em uma dessas categorias. Começemos pelo gênero demonstrativo.

O gênero demonstrativo está ligado aos elogios e vitupérios, e teve amplo uso civil no mundo romano. Os principais mestres a seguir em sua execução seriam, no entendimento de Erasmo, Quintiliano, Aristóteles e Plínio. Partindo de uma carta de Plínio, procura demonstrar os passos do gênero. Primeiro, elogios intelectuais (erudição e eloquência) deveriam ser perfilados, ao que se seguiria o louvor às qualidades físicas (aparência, cabelos, barba, altura, etc.). De passagem, também seria usual citar as boas relações do elogiado com figuras importantes, o poder de sua cidade natal, o cargo que ocupa e a pujança dos antepassados. “Ao gênero demonstrativo pertencem não somente as descrições dos homens, mas das cidades, das casas, das montanhas e dos lugares, que ocorrem frequentemente nos discursos e nas cartas, como a descrição da Sicília em Cícero”²⁷⁶. E Erasmo prossegue:

Nesses últimos, no entanto, observamos a forma e a utilidade. A forma no aprazível do mar ou da planície; a utilidade na sua salubridade ou fertilidade. Acrescente-se que em nenhum outro gênero se pode fazer uso de mais ornamentos, ou permitir ao orador apresentar mais de si²⁷⁷.

As melhores autoridades a seguir seriam Lívio, Salústio e sobretudo Plínio; contudo, o alerta das seções precedentes permanece válido: Erasmo mais uma vez insiste que as leituras devem ser variadas, de modo a tornar o escritor de epístolas versátil e preparado para qualquer circunstâncias em que suas habilidades sejam exigidas.

O gênero deliberativo desdobrar-se-ia em cartas “[...] suasórias e dissuasórias, exortatórias e não-exortatórias, petitórias, monitórias, amatórias”²⁷⁸. O

²⁷⁵ No *Orator*, Cícero sinaliza a tarefa do orador nestes termos: “[...] O orador deve mirar o conveniente não só nas *ideias*, mas também nas *palavras*. É que as pessoas em diferentes circunstâncias, de classes distintas, com prestígio pessoal diferente, de diferentes idades, e os diferentes lugares, momentos e ouvintes não devem ser tratados com o mesmo tipo de palavras ou ideias. Há que se ter em conta em todas as partes do discurso, da mesma forma que na vida, o que é conveniente: e o conveniente depende do tema que se trate e das pessoas, tanto as que falam como as que escutam”. Cf. Teixeira, Felipe. *Timoneiros*: Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. P. 106.

²⁷⁶ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 121.

²⁷⁷ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 122.

²⁷⁸ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 122-123.

sucesso aqui dependeria da simbiose entre decoro e utilidade. Mas também haveria que considerar o papel primordial exercido pelo deleite:

o [...] deleitoso é de tal importância na persuasão que em determinadas disputas a deliberação se centra unicamente em torno dessa noção; mas é especialmente importante quando tem alguma aparência de honra, ou quando é realmente honesto ou louvável”. Em suma, “[...] o honesto deve ser temperado com o deleitoso, e o deleitoso fortificado e suportado pelo honesto²⁷⁹.

Assim, Erasmo exemplifica suas considerações aludindo à carta de recomendação. Ela poderia ser acrescentada ao conjunto deliberativo, uma vez que o elogio implicaria a demonstração que determinado indivíduo, lugar ou causa é justo, bom ou glorioso, de modo que o argumento atenderia a uma causa justa a explicitar. Nesse caso, dever-se-ia começar comedidamente. Depois, seria preciso elogiar as qualidades daquele que se pretende recomendar:

[...] Elogiá-los-emos às vezes pela distinção de sua linhagem e por sua pátria, ou, o que é muito mais eficaz, pelos seus dons intelectuais e de aprender, tal como a modéstia, a confiabilidade, a indústria, a habilidade no falar, ou qualquer outra insigne erudição²⁸⁰.

Também em verso pode-se produzir uma carta no gênero, desde que ela, como as demais, demonstre ao destinatário a honra e a grandeza do elogiado. Os autores a seguir seriam Cícero, Plínio e Horácio. “Em todo caso, devemos ser extremamente cuidadosos para não recomendarmos pessoas indignas”. “As cartas de pedido compreendem praticamente os mesmos pontos, mas nesse gênero alguma perspectiva da recompensa deve ser incluída²⁸¹.”

Resta o comentário do gênero judiciário. Ele prescrevia a discussão entre a acusação e defesa. “Assim, pois, nesse gênero, colocamos a carta acusatória, a objurgatória ou incriminatória, a invectiva ou vituperativa, embora essa última também possa ser incluída no gênero demonstrativo [...]”²⁸². A explicação de Erasmo para essa inclusão é compatível com a defesa do ecletismo, situada pela ideia de que era necessário empregar tópicos demonstrativas, deliberativas e

²⁷⁹ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 123.

²⁸⁰ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 124.

²⁸¹ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 124-125.

²⁸² Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 126-127.

judiciárias simultaneamente, pois “os três gêneros se misturam com frequência”. Além deles, merecem sua menção as técnicas de mútua acusação (*recriminatio*). Os instrumentos para alcançá-las seriam vários, mas poder-se-ia resumi-los à amplificação na acusação e à redução dos pontos de vista opostos aos do redator da missiva. O gênero também dialoga com a invocação dos deuses, com a expressão do mau agouro, etc.:

Nas cartas desse tipo, portanto, devemos utilizar um breve exórdio, introduzimos pouco a pouco a causa com toda a arte e astúcia. A defesa ou acusação deve estar [...] distante de toda a arrogância [...], daí o porquê de “os mais antigos, por meio da simulação, ocultarem sua eloquência”. Ademais, é preciso “evitar parecer contumeliosos, malignos, soberbos, maldizentes em relação a qualquer homem ou qualquer ordem social”²⁸³.

O último ponto a considerar na redação de cartas do gênero judicial seria o da idade. A questão da idade, tópica de pessoa, deveria ser levantada no próêmio, “[...] como quando dizemos que somos jovens e nossos adversários, veteranos e vitoriosos que, somente pela sua experiência, podem triunfar ou sobre nossa instrução, ou sobre nossa inocência”. O convencimento do leitor poderia, ainda, tomar outro caminho: “[...] podemos dizer que nossa velhice, que conviria ser quieta e plácida, é perturbada por aqueles que, em respeito à nossa idade, deveriam ser mais circunspectos e mais respeitadores”²⁸⁴.

O quão incisivamente os conselhos de Erasmo no tocante à escrita epistolar puderam nortear as cartas latinas goisianas só poderemos avaliar com a leitura sistemática delas. Contudo, sem esse interlúdio, estaríamos completamente desgovernados quanto às prescrições retóricas do gênero e não seríamos capazes de perceber a *performance* letrada²⁸⁵ de Góis. Ademais, a leitura do texto de Erasmo sugere alguns pontos que merecem maior atenção. Em meio aos comentários à escrita epistolar, Erasmo pareceu envolvido com debates que ocorriam em seu tempo. Escorria nas páginas prescritivas um tom crítico à certa imitação dos antigos que não se acentuou ao longo do texto a ponto de nomear adversários concretos (eles, se existissem, certamente estariam ligados à República das Letras), mas que também, por outro lado, jamais feneceu. Como dissemos, Góis tinha ciência desse debate, hoje conhecido como “querela do ciceronianismo”, que mobilizou os principais letrados da época.

²⁸³ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 127.

²⁸⁴ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 128.

²⁸⁵ Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros...* p. 14.

Por outro lado, os comentários de Erasmo ao gênero epistolar levam a indagações acerca da forma epistolar goisiana que não é lícito ignorar. Qual seria, por exemplo, o papel da tópica da *humilitas* no discurso goisiano? Em que medida essa tópica poderia tê-lo ajudado a construir seu prestígio público? Por outro lado, o problema do discurso epistolar como discurso familiar, se impõe, pois ele aproxima a redação de cartas da redação de diálogos, como notou Cristiane Nascimento:

“[...] Num ponto importante, contudo, o gênero do diálogo e o gênero epistolar se assemelham: ambos imitam o *discurso familiar*, ou *sermo*, que é efeito da aplicação de um conjunto mais ou menos previsível de *tópicos epidícticos*, como, por exemplo, a *amizade civil* e a *descrição de caracteres*”. Tanto diálogo quanto epistolografia pressuporiam uma fala improvisada, sendo isso o que “[...] justifica Demétrio de Falério situá-lo dentro do gênero humilde de discurso, junto com o gênero epistolar, pois nele estão reunidas as virtudes adequadas à persuasão, vale dizer, a *evidência* do que se diz e a *vivacidade* daquele que diz”²⁸⁶.

Assim, devemos propor o estudo da relação entre diálogos e cartas para reencontrar Góis e Erasmo num contexto em que as cartas foram recurso sistemático de polêmica. No caso da controvérsia ciceroniana, muitos manifestaram-se a favor de Erasmo, defendendo o ecletismo na escrita, enquanto outros pregavam que apenas a imitação total e plena da prosa de Cícero poderia lhe fazer justiça. Explicar o papel e as escolhas de Góis nessa querela será fundamental para aquilatar sua inserção na República das Letras, e a análise das cartas de Góis frente às admoestações de Erasmo será nossa fonte de acesso a esses problemas.

²⁸⁶ Nascimento, Cristiane. Da Pintura Antiga de Francisco de Holanda: o encômio como gênero de prescrição e da arte. In: Marques, Luiz César. *A constituição da tradição clássica*. SP: Hedra, 2004. P. 182-183. Na mesma direção, Saulo Neiva apresenta os seguintes argumentos: “Com o intuito de exprimir e defender suas ideias, os pensadores humanistas manifestam uma clara preferência por dois gêneros literários: a carta e o diálogo. A principal razão dessa predileção – cujo exemplo mais representativo é sem dúvida a obra de Erasmo, com suas coletâneas de *Epistolae* e de *Colloquia* – é o fato de que esses dois gêneros, porque ligados à conversação privada (e não à eloquência pública), se tornam um instrumento eficaz de expressão contra o método escolástico e de transmissão do debate humanista, num contexto laico”. Neiva, Saulo. *Em nome do ócio e da amizade: retórica e moral na carta em versos em língua portuguesa no século XVI*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EdUSP, 2012. P. 44.

CAPÍTULO II

PRESTÍGIO PÚBLICO E REPÚBLICA
DAS LETRAS: DAMIÃO DE GÓIS NA
“QUERELA DO CICERONIANISMO”

(Página deixada propositadamente em branco)

Durante sua longa estadia fora de Portugal, Damião de Góis ampliou muito suas leituras em língua latina. Ainda que conhecesse diversos idiomas – fato que despertou interesse quando foi enclausurado pelo Santo Ofício²⁸⁷ –, foi o latim que lhe permitiu estreitar laços com os demais membros da República das Letras. Já acompanhamos parte desse processo no capítulo anterior, mas é necessário insistir que seus estudos não se interromperam com a saída da casa de Erasmo em 1534.

Góis continuou interessado em polir o latim tanto quanto possível, algo que viria a se refletir em seus opúsculos e cartas. Por isso, rumou para Pádua, região onde encontraria uma universidade importante e, acima disso, destacados membros da República das Letras, como o cardeal Pietro Bembo. Erasmo escrevera uma carta a Bembo enquanto Góis partia para Pádua, apresentando o jovem português e solicitando ao amigo italiano que o ajudasse a obter estadia adequada. Naquela carta, Erasmo admitiu que Pádua fora indicação dele, por ali se localizar a mais ilustre das escolas²⁸⁸.

Diante das escolhas de Góis, temos de ponderar: terá ele modificado suas técnicas de escrita em Pádua ou continuou a seguir as prescrições de Grapheus e de Erasmo? O próprio Erasmo havia indicado os estudos de Pádua, mas certamente não ignorava que aquela região era o senhorio de dois expoentes de um uso da língua latina do qual, em certa medida, discordava. O próprio Bembo e seu colega, o cardeal Lázaro Buonamico, praticavam um latim tecnicamente mais próximo da escrita de Cícero, algo importante naquele momento. Góis chegou a pensar em solicitar aulas particulares de Buonamico, que, como Bembo, havia servido de secretário e redator de epístolas do papa Leão X. Nos primeiros dias de 1535, Erasmo respondeu, dizendo não ser prudente onerar “[...] Lázaro, longevo e de grande reputação, com lições particulares”. Erasmo recomendou ainda que Góis estudasse em casa sob os auspícios de algum jovem que pudesse corrigir seus textos, e o instou a acompanhar cursos públicos de um mestre de vulto²⁸⁹. Não sabemos quem foi o tutor de Góis, mas a frequência do epistolário trocado com Bembo indica alguma proximidade entre eles, de modo que este pode ter lhe indicado um professor.

Sopesar esses aspectos é pertinente porque acumularemos informações para responder a uma das questões centrais deste livro, a saber, a dimensão dos

²⁸⁷ Um dos depoentes no caso, o jesuíta Simão Rodrigues (de fato responsável pelas denúncias), afirmou aos inquisidores que Góis era “[...] homem avisado e sabe, além do latim, alguma coisa de teologia; e sabe a fala francesa e italiana, e lhe parece também que saberá a flamenga e alemã, porque andou muito tempo entre eles”. Mesmo que não tenha dominado plenamente esses idiomas, é plausível que Góis os conhecesse ao menos em nível operacional. Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Goes na Inquisição*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007. [1971] P. 40-41.

²⁸⁸ CLG B XXX, P. 191-193.

²⁸⁹ CLG B XXXVII, P. 207.

esforços de constituição do prestígio de Góis entre seus pares. Para além de todo o aparato performativo mobilizado, não percamos de vista que, do ponto de vista da sociabilidade letrada, era essencial distinguir os objetos de emulação em cada gênero de escrita, elemento capaz de iluminar alianças e disputas inerentes à República das Letras.

Os anos de aprendizado de língua latina de Góis junto aos letrados citados coincidiram com o ápice da disputa em torno da escrita em latim, e essa disputa ciceroniana, assim como a arte epistolar, foram instâncias capitais de afirmação do decoro humanista²⁹⁰. Tais disputas ficaram marcadas por uma “querela”, cujo episódio mais decisivo ocorreu²⁹¹ com as intervenções de Erasmo e Bembo. Neste capítulo, faremos uma avaliação da controvérsia a partir da publicação do *Ciceronianus* de Erasmo, avaliando seu impacto na República das Letras e o modo como Góis, por meio de seu epistolário²⁹², nela se inseriu.

²⁹⁰ Para o caso de Góis, cf. Rebelo, Luís de Sousa. Damião de Góis e o humanismo português. In: Nascimento, Aires A. (coord.). *Pedro Nunes e Damião de Góis*: P. 127-128.

²⁹¹ Há que salientar o fato de que a polémica é anterior a Erasmo. Embora não seja possível estudar os episódios anteriores aqui, notemos que eles remontam, no século XVI a trocas epistolares entre Gianfrancesco Pico, sobrinho do mais famoso dos Mirandola, e Pietro Bembo. Esse diálogo epistolar, no qual o primeiro defendia a versatilidade na imitação contra os argumentos do segundo, ocorreu entre 1512 e 1513. Dellaneva, Joann (ed.). *Ciceronian controversies*. Cambridge: Harvard University Press, 2007. P. 16-125.

²⁹² A importância de considerar a atividade epistolar humanista e a querela ciceroniana (com a preponderância daquela) para a compreensão da retórica humanista foi enxergada, dentre outros, por Marc Fumaroli: “En dépit du culte rendu par l’humanisme à Cicerón et Démosthène, ce n’est pas sur l’*oratio* à l’antique, qu’eut lieu le grand débat humaniste sur la prose, la Querelle du cicéronianisme, mais sur la lettre et le style épistolaire, seuls rivaux laïcs, en dernière analyse, de l’éloquence sacrée. Fumaroli, Marc. Genèse de l’epistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque à Juste Lipse. *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, Vol. 78, N° 6, 1978.

ERASMO E A PUBLICAÇÃO DO *CICERONIANUS*

Francisco Florido certa vez comentou que a publicação do *Ciceronianus*, ao lado de *Moriae Encomium*, constituía o ponto mais elevado da carreira de Erasmo²⁹³. Ele certamente tinha razão, ao menos no que diz respeito à sua faceta de polemista.

O texto apareceu nos prelos de Froben no ano de 1528, a que se seguiu uma ruidosa série de protestos de apoio e de ácidas invectivas direcionadas ao que se lia em suas páginas. O enredo central é conhecido. Por meio de um diálogo entre três doutos amigos, Nosópono, Buléforo e Hipólogo, Erasmo lançou luz sobre o que considerava ser o “fetichismo tuliano”, a imitação extremada das obras de Cícero defendida por muitos como única ou privilegiada maneira de alcançar a perfeição na prosa em língua latina. De acordo com Erasmo, aos escritores da península Itálica coube o papel majoritário no movimento: eles teriam se dedicado com demasiada atenção aos modelos estilísticos do paganismo, tendo olhos tão-somente para temas clássicos. Teriam preferido falar de *Jupiter optimus maximus* a falar de Deus²⁹⁴, e mais temeriam não serem considerados ciceronianos adequados que maus cristãos²⁹⁵.

Um exemplo desta conduta aparece na primeira parte do diálogo, quando Buléforo propõe “verter” uma passagem qualquer ao “dialeto” tuliano:

²⁹³ Asensio, Eugenio. *Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560)*. In: Asensio, Eugenio. *De fray Luis de León a Quevedo y otros estudios sobre retórica, poética y humanismo*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005. P. 238-239

²⁹⁴ Muito embora as críticas de Erasmo nesse sentido sejam coerentes diante do quadro de aspirações ciceronianas, não é lícito deixar de notar que estamos diante de um lugar-comum de propósitos satíricos. Na verdade, o uso de expressões pagãs em substituição a termos cristãos estava bastante presente no ocidente desde a Idade Média. Cf. Garin, Eugenio. *As fábulas antigas*. In: *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. P. 64. Ainda é preciso acrescentar que o termo *Jupiter* em particular era usado como substituto de *Deus* com frequência: “Decir “Júpiter” por “Dios” era tan frecuente en el Renacimiento que ni siquiera el odio de Sante Pagnini por las alusiones clásicas impidió que el nombre “Júpiter” apareciera en su epitafio”. Wind, Edgar. *Aenigma Termini. El emblema de Erasmo de Rotterdam*. In: *La elocuencia de los símbolos*. Madrid: Alianza Forma, 1993. P. 128. Para um exemplo de uso anterior à época de Erasmo, basta averiguar a abertura do elogio do humanista Porcellio a Bounconte da Montefeltro, filho do célebre Federico da Montefeltro e discípulo do cardeal Bessarion: “Vera *Iovis* soboles forma facieque decora / Et mira ingenii nobilitate puer, / Romano eloquio indulget pariterque Pelasgo ...” [grifos nossos] Cf. Ginzburg, Carlo. Ainda a flagelação. In: *Indagações sobre Piero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1981]. P. 120.

²⁹⁵ Torres, Amadeu. *Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao eclecismo*. Arquivos do centro cultural português – XVII - Separata. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. P. 13-15.

Buléforo – Suponhamos, pois, um exemplo. Esta sentença: “Jesus Cristo, Verbo e Filho do Pai Eterno, Salvador e Senhor, veio ao mundo e se fez homem segundo as profecias, entregou-se à morte espontaneamente e redimiu sua Igreja e afastou de nós a ira do Pai ofendido e nos reconciliou com Ele, para que, justificado pela graça da fé e libertados da tirania de Satanás, entremos livres na Igreja e, perseverando na comunhão da Igreja, alcancemos após esta vida o reino dos céus”. O ciceroniano a enunciará assim: “o intérprete e filho de Júpiter Ótimo Máximo, protetor, rei, desceu voando do Olimpo à Terra segundo as respostas dos vates e, tendo tomado figura de homem, ofereceu-se espontaneamente em sacrifício aos deuses manes em nome da salvação da República, e assim conduziu à liberdade sua assembleia (ou cidade ou República), e extinguiu o raio de Júpiter Ótimo Máximo disparado contra nossas cabeças, e nos reconciliou com ele, para que, restabelecidos à inocência pela munificência da persuasão e manumissos da dominação do sicofanta, sejamos admitidos na cidade e, perseverando na sociedade da República, possuamos, quando os fados nos chamarem desta vida, as coisas mais supremas em companhia dos deuses imortais”²⁹⁶.

Nosópono (nome grego que corresponde a “aquele que trabalha excessivamente”) foi retratado no *Ciceronianus* com traços calcados nas características acima descritas. Trata-se de um personagem doentio na sua afetação, atormentado pela busca pelo modelo de Cícero em cada palavra e, ao mesmo tempo, pela consciência implícita de que mantê-lo insepulto exigia cuidados permanentemente desgastantes. Apesar disso, encarou a tarefa com um misto de prazer e resolução, o que fez de sua imagem motivo de escárnio para diversos leitores coevos.

É o caso, por exemplo, do momento em que se congratula por ter se mantido celibatário, dispondo de mais tempo para dedicar-se às leituras de Cícero. O comentário mordaz de Buléforo dá a exata medida das qualidades satíricas de Erasmo:

Buléforo – Foste sábio, Nosópono! Pois, se eu começasse a dar atenção a Cícero deste mesmo modo à noite, minha esposa arrombaria a porta, rasgaria os catálogos, queimaria as páginas com meus estudos sobre Cícero e, o que é ainda mais intolerável, enquanto eu estivesse dando atenção a Cícero, ela mandaria vir um substituto que desse atenção a ela em meu lugar. E, assim, ocorreria que, enquanto eu estivesse meditando em ser semelhante a Cícero, ela geraria uma criança em nada semelhante a Buléforo²⁹⁷.

²⁹⁶ Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano*. Trad. Elaine Sartorelli. Franca: UNESP, 2013. P. 99.

²⁹⁷ Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano...* P. 22.

Por que, então, a publicação do opúsculo ganhou tantos leitores e teve como consequência tamanha cizânia entre os eruditos quinhentistas? Inicialmente, devemos dizer que, como o *Elogio da Loucura*, *Ciceronianus* foi arquitetado nos moldes de uma diatribe na qual a matéria era tratada segundo princípios do gênero “diálogo”, polemicamente mobilizado mediante um jogo contínuo de alusões e referências satíricas. A adoção desse gênero não surpreende; ele foi amplamente empregado nos séculos XV e XVI, defendido por ser “[...] quase a declaração aberta de uma diferença de opiniões irreconciliáveis, o direito de qualquer voz a fazer-se ouvir, a ideia de investigação como colóquio e debate não harmonizado”²⁹⁸. O diálogo tornava possível colocar frente a frente os contenciosos, por vezes de forma aberta, deixando às claras não somente os argumentos em voga, mas também seus autores. Foi este o caso do *Ciceronianus*.

Dentre as várias alusões cunhadas por Erasmo no *Ciceronianus* para as quais temos de nos debruçar, está aquela que parte do princípio de que a construção do protagonista, Nosópono, não era fortuita; ela se reportava de maneira central – embora não exclusivamente – a Christophe de Longueil.

A ascensão de Longueil (c. 1488 – 1522) a um lugar respeitável entre os letrados europeus contrasta com sua morte prematura. As notícias disponíveis sobre sua atuação cruzaram as fronteiras de diversos reinos a partir dos inúmeros comentários de humanistas impressionados por seu engenho notável. No âmbito italiano, onde sua obra repercutira de modo mais vigoroso, seu proeminente protetor, o secretário papal Pietro Bembo, cuidou de o introduzir a eruditos tão renomados quanto Buonamico, Giberti, Gianpietro Carafa (o futuro Paulo IV), Madruzzo, Sadoletto, Flaminio, Navagero, todos representantes dos círculos intelectuais de Roma e de Pádua, cidades cosmopolitas que ofereciam, além de tudo, amplo comércio com estudiosos de regiões longínquas. As passagens de Longueil por Bologna e Valência, onde estudou Direito, e na França, onde atuou como militar e foi agraciado com uma cadeira no parlamento de Paris, foram decisivas para consolidar seu renome no restante do continente²⁹⁹.

Em Pádua, Longueil acabou entrando em contato com outro jovem promissor, o *Monsignor d’Inghilterra* Reginald Pole, cuja linhagem remontava ao rei Eduardo IV e ao próprio Henrique VIII, de quem era primo em segundo grau. A amizade a uni-los foi possivelmente forjada por intermédio do professor Leonico Tomeo³⁰⁰, que morava na casa de Pole e se tornou um destacado conselheiro

²⁹⁸ Garin, Eugenio. A história do pensamento renascentista. In: *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. P. 169.

²⁹⁹ Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance*. Oxford: Scarecrow Press, 2004. P. 242-243.

³⁰⁰ Segundo Schlosser, referindo-se a uma notícia do humanista Pomponio Gaurico da Napoli, Leonico Tomeo foi “[...] il primo che a Padova spiegò Aristotele nel testo originale”, o que fez dele certamente um personagem prestigiado naquela cidade. Schlosser, Julius von. I teorici dell’Italia settentrionale. In: *La letteratura artistica*. Milão: La Nuova Italia, 2000 [1924]. P. 236.

e tutor de Longueil³⁰¹; essa proximidade deve ter culminado, com o suporte de Bembo, na publicação das *Orationes* de Longueil em 1524, expressão do que entendiam ser a aplicação máxima do ciceronianismo na prosa, bem como um vital instrumento de divulgação da proposta que viria a ser criticada por Erasmo³⁰².

A ideia de que a entrada no panteão dos antigos seria franqueada àqueles que melhor ostentassem o retrato de Cícero, ou seja, a língua latina mais elevada, não era patrimônio exclusivo de Longueil nem dos que se lhe acercavam. Pelo contrário, tratou-se de um fenômeno mais abrangente, cujos ecos difundiram-se por meio do intenso trânsito de estudiosos e de obras consagradas à defesa do ciceronianismo. Como exemplo disso, o português Estevão Cavaleiro, citado certa vez pelo próprio Erasmo em virtude de suas qualidades de prosador³⁰³, argumentou em 1516: “Já nos apossamos da cidade de Roma; já o nosso colóquio é com cidadãos romanos; Já há muito que praticamos a língua romana. É que, onde domina a língua latina, aí se encontra o império romano”³⁰⁴. A evocação ao retorno do império era tópica, recuperando o paradigma da *translatio imperii* mobilizado, por exemplo, pelas *Elegantiae linguae latinae* de Valla (1440), “o império romano está onde quer que domine a língua romana”³⁰⁵.

Muitos supunham que a noção de proximidade com os tempos áureos que se pretendia regenerar estivesse primordialmente fixada ao idioma, e de maneira bastante circunscrita. Não bastava escrever em bom latim, havia que adotar um registro específico, que impeliria àqueles que o praticassem a uma educação virtuosa. A retomada de autores como Valla indica a busca por respaldo em letrados

³⁰¹ Para as considerações acima, cf. Parks, George B. Did Pole Write the “Vita Longolii”? *Renaissance Quarterly*, Vol. 26, nº 3 (Autumn), 1973. P. 275-276.

³⁰² A questão da autoria no que diz respeito à edição póstuma das orações de Longueil ainda não foi plenamente clarificada pela historiografia contemporânea. Tentativas nesse sentido podem ser averiguadas no já citado Parks, George B. Did Pole Write the “Vita Longolii”? e em Vos, Alvin. The Vita Longolii: additional considerations about Reginald Pole’s Authorship. *Renaissance Quarterly*, vol. 30, nº 3 (Autumn), 1977.

³⁰³ A referência está no próprio *Ciceronianus*. Em dado momento, Buléforo afirma: “Eu também conheço alguns eruditos portugueses que deram prova pública de seu gênio. Mas eu não tenho conhecimento direto de nenhum deles exceto certo *Hemricus* [grifo nosso], que é bem-sucedido no [gênero] epigrama...” [Also I know some learned Portuguese who have given public proof of their genius. But I have direct knowledge of none of them except a certain Hemricus, who is successful at epigram...] Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus sive de optimo genere dicendi* – Ciceronianus: a dialogue on the best style of speaking. Trad. Izora Scott. Toronto: University of Toronto, 2002 [1908]. P. 107.

³⁰⁴ Ramalho, Américo da Costa. *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: INCM, 1983. P. 128.

³⁰⁵ Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004. P. 158. Leonel Ribeiro considera que a passagem de Valla – Acrescentaríamos a de Cavaleiro, seu corolário – não exprime um desejo real de contemplar o retorno do império romano, reencarnado em algum dos reinos europeus; objetiva, concretamente, a intenção de se apossar de sua herança mais cara, o idioma. Uma apreciação geral da questão da língua do império e do debate entre a escolha do vernáculo ou a do latim pode ser lida em Pérez, Pedro Ruiz. Sobre el debate de la lengua vulgar en el Renacimiento. *Criticón*. Nº38, 1987. P. 15-44.

icônicos da geração anterior, na qual teve primazia tanto a proposta de ampla renovação civilizacional a que se conjugou a noção de renascimento do mundo antigo quanto a coleta e crítica de textos que visavam a reparar as incongruências surgidas na Idade Média e apresentar os escritos greco-latinos em sua maior pureza, livres dos escombros que os séculos volvidos lançaram sobre suas mensagens. A intenção de polir a escrita de modo semelhante estabeleceu as bases para a disputa em questão, capítulo fundamental na história dos personagens da *República das Letras* na época de Erasmo³⁰⁶. Contudo, o mesmo Erasmo traçara o nome de Valla nos fios de sua genealogia intelectual, tentando provar como houve quem, no século XV, se indispusesse com o ciceronianismo.

Às vésperas do ataque frontal veiculado pelo *Ciceronianus*, muitos depositaram o sentimento de devoção aos escritos de Cícero exaltados por Longueil no mesmo altar onde acolheram a firme crença de que Erasmo havia alcançado o ápice do conhecimento acerca do mundo antigo. Juan de Maldonado, introduzindo no capítulo anterior, ilustrou essa atitude.

Maldonado relembrou em diversas ocasiões o encontro com Longueil na ocasião em que este veio à Salamanca à caça de um cargo na corte, por volta de 1505³⁰⁷. Enquanto residia na casa de Lúcio Flaminio Sículo, com quem compartilhava a admiração por Cícero, Longueil aconselhou Maldonado a memorizar os antigos, sobretudo Ovídio e Plínio. Incutiu-lhe a perspectiva de que o recurso à imitação da prosa ciceroniana era o único caminho daqueles que almejavam a excelência. Mais de vinte anos depois, um nostálgico Maldonado refletia o resultado desses diálogos, dizendo: “todo aquele que em seu latim se afasta de Cícero, se afasta da verdade”³⁰⁸. Por outro lado, Maldonado procurou salientar no mesmo texto, o *Paraenesis* (1529) – que, notemos, defendia a aprendizagem do latim mediante o contato direto com os autores greco-latinos em detrimento da proposta de profundo estudo gramatical veiculada por Nebrija –, o papel vital desempenhado por Erasmo, “o milagre do século”, nos estudos em seu tempo³⁰⁹.

³⁰⁶ *Les gladiateurs de la République des Lettres* (1860), escrito por Charles Nisard, foi um livro marcante para se firmar o entendimento de como a criação de querelas intelectuais que frequentemente terminavam – ou começavam – com a agressão pessoal dos envolvidos era inerente à atividade humanista, além de ser um instrumento de ganho de prestígio e de luta pela primazia na definição da agenda a seguir. O mesmo Nisard lembrou que o termo *digladiari* significava para os romanos uma disputa acalorada, onde argumentos e a depreciação do rival mesclavam-se no processo de defesa de determinada ideia. Nisard, Charles. *Les gladiateurs de la République des Lettres*. II vols. Paris: Michael Lévy Frères, 1860. P. V-VIII.

³⁰⁷ A biografia de Longueil, a *Vita Longolii* (1524), não faz mais que uma breve menção à estadia na península Ibérica. Asensio, Eugenio. *Ciceronianos contra Erasmistas en España*. Dos momentos (1528-1560)... P. 232.

³⁰⁸ Asensio, Eugenio. *Ciceronianos contra Erasmistas en España*. Dos momentos (1528-1560)... P. 236-237.

³⁰⁹ Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su *Paraenesis* o el humanismo en la época de Carlos V... P. 252 e *passim*.

Mas mesmo Erasmo nutria, a seu ver, uma manifesta afeição por Cícero até ser tomado de um conservadorismo cada vez mais impactante em seus escritos após os confrontos com Lutero e com os admiradores de Cícero³¹⁰. Com efeito, essa afeição não diminuiu, mas teve de se camuflar, sob pena de que Erasmo fosse incluído no rol de seus oponentes – afinal, ele devia ter plena consciência de que seu passado poderia ser usado contra o ácido comportamento apresentado no *Ciceronianus*. Muitas páginas de seu *Convivium religiosum* (1522), ou de sua *Breivissima maximeque compendiarum conficiendarum epistolarum formula* (1521), deixavam claro o entendimento de que a leitura dos antigos, Cícero acima de todos, resultava indispensável para uma boa formação cristã³¹¹. Havia mesmo aqueles que, na tentativa de elogiar Erasmo, comparavam-no diretamente a Cícero. Era o caso do português André de Resende, que, em seu *Erasmii Encomium*, exclamava: “Salve, três vezes salve, ó Cícero supremo do nosso tempo”³¹².

Devemos estar atentos, ademais, ao fato de que a participação de Erasmo na organização e publicação de parte do *corpus* ciceroniano não correspondia a uma ação “inovadora”. O contato cristão com textos de Cícero, sobretudo os tratados *De Senectute*, *De Amicitia*, *De Officiis* e as *Tusculanae Disputationes* contava muito tempo, e esses livros em particular faziam parte do patrimônio intelectual do Ocidente pelo menos desde a Patrística, de que Santo Ambrósio e seu *De officiis ministrorum* constituem exemplos relevantes. Ainda que tenham lidado com certo ostracismo, inclusive sofrendo alterações significativas ao longo do tempo, é seguro dizer que não desapareceram por completo – tampouco perderam todo o essencial de seu conteúdo – até sua redescoberta por Petrarca e outros³¹³.

Não é fácil determinar quando Erasmo entrou em contato com os escritos de Longueil e dos demais ciceronianos, revelando-se igualmente tortuoso o caminho para precisar quando sua relação com eles deteriorou em definitivo. Uma notícia crucial que recebeu sobre o belga chegou à sua casa no ano de 1525, em epístola que Thomas Lupset escreveu-lhe de Pádua. Comentava a fama cada

³¹⁰ Algo que Huizinga percebeu com sensibilidade. “No se daba cuenta Erasmo de que con esto [a crítica mordaz aos ciceronianos] atacaba su propio pasado? Bien mirado, no era lo mismo que él había hecho con indignación de sus contradictores, cuando traducía *Logos* por *Sermo* en lugar de *Verbum*? Y no se clasificaba así como ciceroniano? También con ello atentaba a un concepto Cristiano actual y lo suplantaba por un vocablo clásico. No había manifestado el deseo de que en los himnos de la Iglesia se corrigiese el metro, para no mencionar sus propias odas clásicas y peanes a María y a los santos? Y su advertencia contra la parcialidad en favor de los proverbios y giros clásicos, no era aplicable más que a otra cosa a los *Adagia*?” Huizinga, Johan. *Erasmus*. Barcelona: Ediciones del Zodíaco, 1946. [1924] P. 241.

³¹¹ Osório, Jorge A. Cícero traduzido para português no século XVI - Damião de Góis e o Livro da Velhice. *Humanitas*, 37-38. Coimbra: Faculdade de Letras, 1985-1986. P. 207.

³¹² Resende, André. *Elogio de Erasmo (Erasmii Encomium)*. Trad. Walter de Sousa Medeiros e José Pereira da Costa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961 [1531]. P. 14-15 – v. 42-43.

³¹³ Osório, Jorge A. Cícero traduzido para português no século XVI - Damião de Góis e o Livro da Velhice... P. 211

vez maior de Longueil, anexando seu livro, impresso em dezembro de 1524, à missiva. Admitindo-se seguidor de Longueil, Lupset dava a notícia ressaltando a recepção positiva dos italianos aos textos³¹⁴. Pode ter sido esta a ocasião em que Erasmo dedicou um olhar mais atento aos escritos de Longueil.

Também a estadia de Erasmo na cidade de Roma em 1509 pode ser sido o elemento catalisador da controvérsia. Em *Ciceronianus*, ele se retrata³¹⁵ assistindo a um sermão pronunciado por ciceronianos convictos, que acabaram transformando o sofrimento de Cristo em uma oportunidade singular para a exposição de *topoi* da história romana desprovidos de sentimento e virtude: só teria havido espaço para a demonstração vazia do talento do orador na imitação do que um romano letrado poderia ter dito em tão solene momento, donde sua acusação do excessivo paganismo que estaria cercando os eruditos daquelas terras³¹⁶.

A contenda de Erasmo ia ao encontro da perplexidade externada pelas plateias que testemunhavam os discursos de letrados na região desde épocas já tão afastadas quanto o início do século XIV. Quando as pretensões de atingir o latim mais perfeito de Albertino Mussato, inspirado por Lovato Lovati, manifestavam-se num rebuscamento que muitos vieram a julgar excessivo, poucos dentre os que se espantavam com a gravidade expressiva do orador eram genuinamente capazes de assimilar o conteúdo de sua mensagem³¹⁷. A diferença entre os dois momentos ancora-se, entretanto, no fato de que os ciceronianos não faziam valer suas competências apenas em temas de história romana, panegíricos e outros assuntos mundanos, como fizera Mussato; tratavam do Cristianismo e da própria vida de Cristo, temas elevados demais para exercícios vãos e aos quais dever-se-ia reservar respeitoso decoro.

A validade da visita de Erasmo para explicar seu envolvimento com os ciceronianos – e suas estreitas ligações com a busca pela *eloquência* encaminhada pelos primeiros humanistas italianos – parece bastante sólida, mas não nos dá notícias quanto a Longueil, que estava em Poitiers em 1509 e não contava naquele período com o prestígio que viria a adquirir em Roma³¹⁸. A trajetória epistolar de Erasmo, porém, nos faz partícipes de outro contato revelador, agora com Reginald Pole, circunstância na qual Erasmo se demonstrou incomodado com os escritos de Longueil. Ao responder à missiva de Pole em 1526, da qual tinha ouvido falar sem tê-la de fato recebido, “ele sugere que Pole publique as anotações de Longueil, aparentemente sobre Cícero, sem dúvida mais importantes

³¹⁴ Parks, George B. Did Pole Write the “Vita Longolii”? P. 277.

³¹⁵ Rotterdam, Erasmo. *Ciceronianus*... P. 62.

³¹⁶ É Buléforo quem faz referência ao episódio em *Ciceronianus*, deixando propositadamente de mencionar quem teria sido o responsável pelo discurso. Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus*... P. 64-65.

³¹⁷ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo*... P. 30.

³¹⁸ Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance*... P. 242

para a erudição que as orações de Longueil³¹⁹. O comentário impede-nos de ignorar o fato de que Erasmo reconhecia o trabalho de Longueil na disposição de anotações dos textos antigos – afinal, Longueil de fato era um especialista em Plínio, além de conhecer a fundo diversos escritores greco-latinos. Simultaneamente, ressaltava o tom ácido contra as orações que lera graças a Thomas Lupset³²⁰. De todo modo, a atuação do Longueil acabou sendo beneficiada pelo distanciamento inicialmente mantido por Erasmo, de modo que ficou facilitada sua ascensão ao posto de maior prosador latino da República das Letras.

Longueil jactou-se do modelo ciceroniano a ponto de sustentar que um dos discípulos que lhe eram mais caros, Simon de Villeneuve (c. 1495 -1530), superara Erasmo nas qualidades da escrita. “Ele precisa de alguns anos de ócio, não para rivalizar com nossos Erasmos e Budés, quem ele já ultrapassou em elegância estilística e precisão, mas para se aquilatar aos próprios antigos”³²¹. Apesar disso, seus comentários inscrevem-se nos critérios públicos de louvor; uma elaboração epidítica amplificada como essa dificilmente produziria quaisquer rusgas, lida que era por receptores avisados de seus critérios performativos.

No mesmos sentido, cumpre salientar que o *Ciceronianus* não se dirigia a tudo o que Longueil havia escrito, nem às qualidades intelectuais de seus aliados. Direcionava-se aos fundamentos técnicos de sua escrita, especificamente a escolha isolada de Cícero como única fonte de *auctoritas*, e à produção de livros com o propósito de enaltecer as virtudes da escrita supostamente perfeita que ostentava. Para mais, insinuava, perigosamente, que os textos dos ciceronianos recendiam a paganismo.

³¹⁹ Parks, George B. Did Pole Write the “Vita Longolii”? P. 277.

³²⁰ Outros contatos epistolares de Erasmo significativos nesse sentido encontram-se em Pigman III, G. W. Imitation and Renaissance sense of the past: the reception of Erasmo’s Ciceronianus. *Humanities working paper* 30. Pasadena, California Institute of Technology, 1979. P. 1-10.

³²¹ Vos, Alvin. The Vita Longolii... P. 327.

DAMIÃO DE GÓIS E O ETHOS DO DIPLOMATA

Os enfrentamentos de Erasmo contra os ciceronianos começaram na década de vinte do século XVI, mas tornaram-se conhecidos em toda a República das Letras nos anos que se seguiram. Situemos a posição de Damião de Góis em torno às constelações de letrados que se vincularam a Erasmo e a Longueil e Bembo, procurando discernir se chegou a aproximar-se de um dos círculos eruditos em detrimento do outro. Para tanto, é necessário examinar o epistolário de Góis entre o momento em que deixou a casa de Erasmo e partiu para Pádua e o fim de sua estadia fora de Portugal, em 1545, quando sua vida mudou sensivelmente com a ascensão ao posto de Guarda-mor do Tombo em Lisboa e com a progressiva pressão do Santo Ofício no reino português, que o levou a ser preso.

Chegaram até nosso tempo 39 cartas escritas por Góis, a ele endereçadas ou que dele falavam dentro dessas balizas cronológicas. Dentre elas, 25 dizem respeito a conversas com Erasmo ou amigos seus, como Bonifacius Amerbach e Beato Renano; 5 cartas forjaram contatos com os cardeais italianos Pietro Bembo e Jacopo Sadoletto, enquanto outras 9 reportavam-se a contatos com outros letrados que não tiveram relação direta com esse tópico. Analisemos as missivas em conjunto, começando com as cartas ligadas ao círculo de Erasmo. Com isso, será viável traçar um panorama das afinidades de Góis com os envolvidos na controvérsia ciceroniana, não obstante ser necessário ressaltar que o dado quantitativo não pode ter peso definitivo nessa análise. Com efeito, as cartas latinas recuperadas³²² certamente não chegam a somar metade do total outrora existente – para provar isso, apenas devemos pensar que parte significativa das epístolas disponíveis constituem respostas a missivas anteriores que desconhecemos.

Começemos pelo círculo erasmiano. A primeira das cartas (11-IX-1534³²³) corresponde a um contato feito por Gilberto Cognatus a Bonifacius Amerbach, no qual revelava detalhes de conturbadas questões relativas aos protestantes (comenta-se, por exemplo, que alguns amigos de Erasmo e de Luís Vives haviam sido presos) e dava notícia do andamento de algumas publicações ligadas a Erasmo (*De praeparatione ad mortem*³²⁴, *Declarationes* etc.). De passagem, alertava

³²² Um breve elenco de todas elas encontra-se em Torres, Amadeu. *A correspondência latina goisiana entre as motivações do seu humanismo cosmopolita...* P. 136-137.

³²³ CLG B XXXIII, P. 196-197.

³²⁴ O *De praeparatione ad mortem* foi, aliás, um dos maiores sucessos editoriais de Erasmo, conforme explica Roger Chartier: “Mas o grande sucesso de livreria desses anos 1530-1560 é fornecido pelo *De praeparationem ad mortem* de Erasmo, 59 edições em latim ou em língua vernáculas, se contarmos juntas as publicações do texto sozinho e aquelas em que ele segue

a Amerbach que Damião de Góis mantivera contato com Melanchton. É de se notar que Góis já se encontrava na região de Pádua quando a carta foi remetida a Amerbach.

As conversas entre Góis e Melanchton não nos surpreendem, uma vez que Góis chegou a visitar Lutero e Melanchton durante uma de suas viagens diplomáticas³²⁵. Em depoimento aos inquisidores em 1571, Góis disse ter começado essa viagem indo à Lübeck, “[...] onde estava um luterano pregador que se chamava Joane Pomerano”. Recebido por um dos governadores da cidade, Góis foi – sempre segundo seu depoimento – convidado a jantar com Pomerano. Estiveram juntos, e ouviu no jantar que Pomerano “[...] tinha feito um livro, em língua alemã, do governo da cidade, assim do secular como do mais, acerca de seus costumes e de como haviam de viver. O qual livro ele confessante [Góis] não viu nem leu”. No ano de 1531, quando foi enviado por D. João III em missão à Dinamarca, teve finalmente a chance de chegar-se aos protestantes: tendo concluído os negócios junto a Frederico da Dinamarca, Góis prosseguiu, lembrando que a seguir esteve na Polônia, na cidade de Pósnia. Tratou com negociantes, e rumou, por “seu direto caminho”, a Witemberg, onde viviam Lutero e Melanchton. Segundo Góis, o estalajadeiro sugeriu que se reunissem aos dois protestantes. Góis afirma que não se lembra do que disse a Lutero, mas que a fala dele não lhe parecia justa. Melanchton dizia que Lutero tinha razão, que aquela era a verdade, e por isso o seguia, ensinando quantos pudesse. Góis dissera aos inquisidores que nada respondeu, dando a entender, contudo, que não estava satisfeito em ouvi-los. Dias depois, sem mais falar com ambos, teria voltado a Flandres³²⁶.

Em que pese a circunstância peculiar em que esse relato se formou, fica clara a relevância do contato mencionado por Erasmo. De fato, na altura, Erasmo não havia interrompido suas conversas com Melanchton e outros indivíduos ligados aos movimentos protestantes, e Góis logo viria a atuar na intermediação de contatos entre o próprio Melanchton e católicos ligados aos mais altos círculos do papado. Antes de passarmos a esse ponto, é necessário considerar o papel de Grapheus. Sua simpatia por Lutero já o havia levado à prisão em 1522, da qual fora libertado um ano mais tarde. Entretanto, até aquele momento, não havia conseguido recuperar seu posto de secretário da cidade em Antuérpia, algo que só veio a ocorrer em 1540³²⁷. Assim, afastado, como Góis, do exercício da vida pública, Grapheus tomou para si o caminho das Letras, o que o aproximou de Erasmo.

o *Enchiridion*”. Chartier, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004 [1987]. P. 144

³²⁵ Marques, A. H. de Oliveira. *Damião de Góis e os mercadores de Danzig*. In: Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal Quinhentista* (ensaios). Lisboa: Quetzal, 1987. p. 46-48.

³²⁶ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 71-72.

³²⁷ Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance...* P. 176.

Vemos o grau dessa proximidade em uma das cartas enviadas por Erasmo ao amigo Schets. Em 21 de fevereiro de 1535³²⁸, Erasmo discutia com Schets o falecimento de Clauthus, um de seus servidores mais próximos. Erasmo estava insatisfeito com ele, que havia se revelado um grande “intriguista” disposto a tudo, menos a servi-lo. Com a péssima atuação do criado, Erasmo lamentou o fato de ele não ter atendido aos requisitos mínimos que havia estabelecido com aquele que o indicou, Cornelius Grapheus:

A Grapheus sobre três pormenores já tinha chamado a atenção: que me mandasse quem não fizesse reparo em servir uma pessoa doente; quem estivesse gozando de boa saúde; quem não andasse ligado a seitas. Ele mesmo não negava estas advertências de Grapheus³²⁹.

A situação em torno desse criado, que Góis conheceu quando vivia com Erasmo³³⁰, era crítica, pois ele ficara responsável pelo envio das cartas de Erasmo. Contudo, a crer em Erasmo, nenhuma carta cujo conteúdo era sigiloso ou perigoso caso viesse a público (as comunicações com Melanchton, por exemplo, poderiam colocar Erasmo em posição difícil, e ele fez questão de dizer a Schets que havia pedido a Grapheus um criado apartado de “seitas”)³³¹ passou pelas mãos de Clauthus. “Nada escrevi nem a Moro nem ao Rofense”, precisou Erasmo, “[...] após saber que estavam presos, conquanto de resto nada costume escrever aos amigos ingleses que não possa ser lido por todos. Por isso, fica descansado.”³³²

Góis, portanto, desde os contatos com Grapheus, passando pela visita a Lutero e Melanchton e sua estadia com Erasmo, estava envolvido com os

³²⁸ CLG B XXXVIII, P. 208-211.

³²⁹ CLG B XXXVIII, P. 208-209.

³³⁰ “Veio aqui [Clauthus] tocado da viagem. Eu próprio achava-me também enfermo. Por isso, durante vários dias o coloquei na mesa de Damião de Góis. Viria, naturalmente, sob o mesmo tecto, mas não se sentava à mesa senão quando eu ordenava. Logo que Clautho convalesceu, chamei-o para uma conversa e muito amavelmente comecei por dizer-lhe que falasse abertamente comigo a fim de que a nossa amizade lograsse ser mais firme. Chegamos assim à terceira cláusula: se era estranho a seitas. Desta sorte, mantive-o ainda alguns dias junto a Damião, chamando-o depois para a minha mesa. No convívio nem sequer Damião falava, a não ser interrogado. Então respondia em duas palavras, tão baixo que não o entendia”. CLG B XXXVIII, P. 208-209.

³³¹ A preocupação de Erasmo com a aproximação aos reformados fez-se presente, aliás, em carta escrita a Góis no mês de agosto de 1534, quando referiu-se ao perigo das “simulações dos homens”. “A respeito dos separados”, admoestava, “é de suma prudência não faleis nem bem nem mal, qual se disso não cuidando nem percebendo”, no que aludia claramente ao esforço de disposição de um *ethos* decoroso perante a *respublica christiana*. CLG B XXXIII, P. 197. Sobre a questão da dissimulação tal como se coloca nesta carta, cf. Rodrigues, Rui Luís. Dissimular para expandir as conquistas: o império ultramarino português em Damião de Góis. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. P. 84.

³³² CLG B XXXVIII, P. 210-211.

problemas religiosos. Problemas que viriam a ganhar estatuto privilegiado em sua correspondência na altura em que a controvérsia ciceroniana dividia a República das Letras. Como veremos, essa divisão, antes de verdadeiramente anular as amizades retoricamente estabelecidas, fazia-se tão-somente do ponto de vista da questão específica do ciceronianismo, já que noutras óticas, como a protestante, não impediu o fluxo de comunicação epistolar de que Góis veio a ser vital intermediário. Ao contrário de Clauthus, Góis merecia a plena confiança de Erasmo, de modo que podia agir discretamente e sem denunciar os diálogos. A confiança em Góis era, ademais, fundamental em um contexto de crescente desconfiança não somente quanto à posição de Erasmo em particular, mas aos próprios textos humanistas. Um ano depois de publicado, isto é, em 1535, o aparentemente inocente *De preparatione ad mortem*, ligado à consolidada tradição das *Artes moriendi*³³³, era motivo de suspeita de fé para quem o possuísse³³⁴.

Neste ponto, faz-se vital levar em conta as teses de Borges de Macedo sobre a estadia de Góis nas terras italianas. De acordo com Macedo, foi por causa das pretensões de Bembo em retomar o diálogo com Melanchton (em prol da reunião das igrejas) que Góis deixou Friburgo em direção a Pádua. Provariam essa hipótese a carta de Bembo a Erasmo anunciando a chegada de Góis e as recomendações de Erasmo a este no sentido de preservar sua segurança. “Torna-se também mais compreensível que sua estadia nessa vila não tenha deixado vestígios na Universidade”³³⁵. Não sendo um letrado proeminente, Góis poderia intermediar as negociações com discrição, evitando os constrangimentos despertados por Jacob Sturm, apoiado abertamente pelo cardeal Du Bellay. Ademais, Góis já tinha mantido contato com Melanchton, além de ter consolidado uma carreira de diplomata. Essas qualidades podem ter atraído os religiosos italianos³³⁶.

Embora devamos dar crédito à hipótese de Macedo e investigá-la a partir da correspondência de Góis com os dois círculos, devemos discutir os argumentos apresentados. Ao referir que não há notícias de Góis na universidade, ele deixou de lado ao menos um dado, que se refere ao envio de uma carta a Jerônimo Aleandro por Luís Ber.

Luís Ber, teólogo da Universidade de Friburgo, escreveu ao cardeal (e ex bibliotecário do Vaticano) Jerônimo Aleandro para discutir as controvérsias religiosas no mundo transalpino. Após uma série de elogios – retoricamente indispensáveis em uma conversação epistolar decorosa com um superior – Ber

³³³ “A estatística bibliográfica autoriza, portanto, a repor em perspectiva os dados da tradição: as preparações para morrer conhecem dois apogeus, no século XV e ano XVII, mas é nos tempos pós-tridentinos que o gênero invade mais a literatura religiosa”. Chartier, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime...* P. 155.

³³⁴ Chartier, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime...* P. 145.

³³⁵ Macedo, Jorge Borges de. Damião de Góis et l’historiographie portugaise. In: Martins, José Vitorino de (org.). *Damião de Góis: humaniste européen*. Braga: Barbosa e Xavier, 1982. P. 70.

³³⁶ Macedo, Jorge Borges de. Damião de Góis et l’historiographie portugaise... P. 71.

comunicou que Góis estaria a caminho de levar uma carta de Erasmo ao cardeal. Como se quisesse legitimar o transportador da missiva, Ber chega a afirmar que Góis era “tesoureiro do Rei de Portugal”; mas vai além, e informa que Góis era “afeiçoadíssimo de Erasmo”, e que estava se estabelecendo em Pádua para estudar Direito Civil³³⁷. Aqui, provavelmente informado por Erasmo, Ber mencionou os estudos de Góis, que, no entanto, havia se inscrito no curso de *Ars*. Amadeu Torres lembra que essa escolha deve ter sido de fato tomada, pois Erasmo havia insistido que Góis fosse para Pádua precisamente por ali haver a universidade “mais ilustre de todas”³³⁸. É possível interpretar que a viagem de estudos de Góis fez dele ponto de contato para os diálogos entre católicos italianos, o círculo erasmiano e os protestantes. Retomemos Melanchton.

Melanchton enviou carta a certo Stratius (21-III-1535), sobre quem não se sabe muito – Torres suspeita que ele fosse Johan van den Straeten, um humanista flamengo formado em direito (também teria atuado como soldado) que fez parte do conselho imperial³³⁹ – para comentar a ida à Itália de Jerônimo de Pavia, pseudônimo empregado por Roque de Almeida, cunhado de João de Barros³⁴⁰ ligado aos protestantes. Melanchton aproveitou a oportunidade, então, para pedir auxílio a Jerônimo de Pavia:

Escreveu-me o vosso Jerónimo de Pavia acerca da viagem a Itália. Que o recebais como companheiro, rogo-vos com grande empenho. Conheceis aquela passagem de Xenofonte: *a navegação é mais segura com bons pilotos*. É que ele não só vos anseia como colega, senão também como guia de fausto augúrio, do mesmo modo que vós esperais a camaradagem de tal varão, dotado de exímia probidade, lealdade, prudência e cultura. Tem em Pádua o amigo Damião, para junto de quem resolveu partir. Ficai sabendo que este senhor é dos que jamais ireis preferir alguém a ele. E Jerónimo não vos será penoso.³⁴¹

Até agora havíamos acompanhado indícios de que Góis estava empregando sua rede epistolar para fazer correr a comunicação entre os círculos. Contudo, a carta de Melanchton indica que Góis pode ter se aprofundado nos debates religiosos, chegando a hospedar um protestante na Itália. É o que sugere o termo acusatório de seu processo inquisitorial. Lá, lemos que Simão Rodrigues, o jesuíta que acusou Góis, contactou frei Roque de Almeida em conversas em Veneza e Pádua nas quais

³³⁷ CLG B XXXI, P. 192-195.

³³⁸ Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis. In: Rodrigues, Sónia Maria Correia (org.). *Damião de Góis e o seu tempo* (1502-1574). Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002. P. 205. CLG B XXX, P. 191-193. Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique... P. 204.

³³⁹ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana*... P. 433.

³⁴⁰ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana*... P. 433.

³⁴¹ CLG B XXXIX, P. 210-213.

Góis estava por vezes presente (Rodrigues, porém, admite não se lembrar de ter discutido tais matérias com Góis), e que frei Roque mostrava-se firme na defesa de Lutero, inclusive argumentando em prol da predestinação³⁴². Ademais, Rodrigues mencionou que Góis dissera ter recebido uma carta de um cardeal cujo nome não se lembra (trata-se de Sadoletto, como veremos), pedindo-lhe que abrisse diálogo com os luteranos, pois gozava de grande autoridade entre eles³⁴³. Sem procurar aqui definir o “que de fato ocorreu”, cabe apenas a conclusão de que frei Roque estivera próximo de Góis e de outros portugueses, como o próprio jesuíta.

Em 23 de julho de 1572, Góis prestou depoimento sobre o assunto. Após confessar o anterior desprezo pela confissão auricular, tendo se livrado dela nos estudos de Pádua, onde esteve “nos anos de 1534, 35, 36, 37, 38”, bem como o falho entendimento das indulgências, quando ainda vivia em Flandres, passou a falar de frei Roque. Argumentou que foi persuadido a ajudar, enviando carta a Melanchton, “[...] homem que não conhecia mais que de amizade de um dia e meio. E que o fiz também por o dito frei Roque ser cunhado de João de Barros, feitor que foi da Casa da Índia, um dos mores amigos que eu tive nestes Reinos [...]” Assim, apela para a leitura de seus textos para contra-atacar o juízo dos inquisidores:

Item, além do que aqui tenho dito, que é o sumo e mais substancial de todo este meu negócio, peço a Vossas Mercês que se veja o que tenho escrito, assim em latim como em português, para que se saiba se há nisso alguma coisa que cheire a heresia, porque os homens em nenhuma coisa amostram mais o intrínseco de seus pensamentos do que no que escrevem³⁴⁴.

Como último recurso de defesa, Góis insinua que suas inúmeras viagens teriam por consequência o contato com heréticos mesmo que fosse outro a fazê-las. “[...] E tal pessoa poderá frequentar as províncias que eu andei e ter comunicado tão diversos engenhos de homens, como eu comuniquei, que porventura e sem ela não pudera escapar de cair em mores erros do que eu fiz”³⁴⁵.

Embora as circunstâncias apontem para o apoio de Góis a frei Roque, não há carta que demonstre que Erasmo estivera a par da situação. É possível que, nesse caso, a comunicação tenha se estabelecido diretamente com Melanchton, ou, ainda, apenas entre Góis e frei Roque, que, por sua vez, teria comunicado a Melanchton suas intenções de morar em Pádua.

Nossas dúvidas podem ser esclarecidas com a leitura de uma carta enviada por Melanchton a Góis em dezembro de 1535, na qual recomendava Jerónimo de Pavia aos cuidados de Góis. Melanchton iniciou seu texto dizendo que graças

³⁴² Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 43.

³⁴³ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 41-43.

³⁴⁴ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 177.

³⁴⁵ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 177.

“[...] à vossa recomendação, comecei de bom grado com um abraço ao nosso Jerónimo [...] almejava ao proteger um vosso amigo, comprovar a minha vontade e dedicação para convosco³⁴⁶”. Jogador importante no tabuleiro epistolar que se desenhava na medida da progressão das alterações religiosas, Góis recebeu grandes elogios de Melanchton, que assim o persuadiu a colaborar:

Uma coisa, porém, vos peço, que de acordo com o meu testemunho acrescenteis algum devotamento à dedicação que por ele tendes. Pareceu até agora tão amavelmente me considerar, que fiquei convencido ter a minha carta um grande peso para vós. Se acaso estivesse em foco alguma prova da minha amizade para convosco, ser-me-ia permitido, com certa audácia, reclamar, por assim dizer, vossos bons ofícios. Mas entretanto Jerónimo é testemunha de como vos considero [...]³⁴⁷.

A cláusula de despedida reforça o argumento. Vemos que, acima de tudo, o que está em jogo na solicitação de Melanchton é o seu prestígio diante de Góis na República das Letras: “Portanto, rogo vos digneis abraçar e proteger a Jerónimo por vossa bondade e pelos seus méritos; *mais, por força da minha recomendação*”.³⁴⁸

Meses antes, em meados de 1535, Erasmo relatara a Góis que a situação dos luteranos estava à beira do insustentável. “Lutero já nada edita que não ataque Erasmo papista e inimigo de Cristo. O homem anda simplesmente doido, e concebe-me um ódio parricida.”³⁴⁹ Mas a carta não se fecha com essa informação.

Erasmo iniciou a epístola com a fórmula de leveza e despreensão que tanto defendeu na *Breuissima*, aludindo à dificuldade de fazer com que suas cartas chegassem aonde era seu justo destino. A seguir, fala de si mesmo, reclamando da saúde, que “ia de mal a pior”. Relembra os diversos amigos que faleceram recentemente, e pressupõe que sua própria morte estava próxima³⁵⁰. A partir daí, passa ao elogio do destinatário, sem antes deixar de o admoestar quanto à saúde. “É preciso absterdes-vos da leitura”, Erasmo dizia a Góis, “muito se aprende em conversas eruditas”³⁵¹.

Inicialmente, a menção a Góis parece elogiosa, pois lembra que Segismundo Gelênio lhe dedicou um livro. Contudo, esse elogio imediatamente se converte

³⁴⁶ CLG B XLVII, P. 232-235.

³⁴⁷ CLG B XLVII, P. 234-235.

³⁴⁸ CLG B XLVII, P. 234-235. Grifos nossos.

³⁴⁹ CLG B XL, P. 216-217.

³⁵⁰ O ato de anunciar aos amigos a proximidade da morte aproxima-se da dinâmica muito particular que os primórdios da Idade Moderna conferia à passagem do vivo ao mundo dos mortos. Ao contrário de nossa época, que privilegia a morte solitária, a morte naquele momento convidava a presença de amigos, familiares e clérigos que ajudariam o quase-defunto a enfrentar as últimas tentações do demônio e se redimir dos pecados. O próprio Erasmo veio a falecer assim, na companhia de Froben e outros, como o último capítulo da monografia de Huizinga brilhantemente descreve. Cf. Huizinga, Johan. *Erasmo*.

³⁵¹ CLG B XL, P. 214-215.

em crítica a Gelênio (e a Góis, por conseguinte), que teria editado um “novo Plínio”, isto é, uma edição mal cuidada, em vez daquela autorizada pelas fontes antigas. “Admoestei-o que não se fiasse naquele exemplar, mas fui desatendido”³⁵². De certo modo, Erasmo emprega sua erudição para desqualificar o elogio a Góis produzido pelo malogrado opúsculo de Gelênio.

A seguir, Erasmo finalmente tratou da querela ciceroniana e do “ódio” que alguns italianos lhe dirigiam:

Os italianos a cada passo se arreganham contra mim, em opúsculos maléficos. Em Roma foi impressa a Defesa da Itália contra Erasmo, dedicada a Paulo III. A rixa nasceu de duas palavras minhas não entendidas e que estão nesta máxima: *Micônio calvo, é como dizer cita erudito ou italiano belicoso*, - as quais eles interpretam como tendo eu censurado os italianos por serem pacíficos, quando a verdade é que nesta expressão a Itália foi louvada e não vituperada. [...] Saiu ainda um opúsculo com o título - *Cícero banido e Cícero repatriado*, o qual todavia não investe muito contra mim; nele é Cícero odiosissimamente lacerado, friamente defendido. Outro se aprestou, denominado *Guerra civil entre Ciceronianos e Erasmianos*, qual se eu fora hostil a Cícero. Diz que igualmente certo Dolet escreve em meu desfavor. Alveja-me não sei com que ameaças também Júlio Escalígero. Enfim, uns quantos jovens ociosos, que conspiraram contra a Itália e contra o adversário de Cícero. Nem maquinadores faltam que os instiguem, em parte por aversão a mim, em parte para gozarem da alheia insânia. Divulgaram em Roma uma epístola como sendo escrita por mim, cheia de motejos facetos³⁵³.

Finalmente referindo-se às hostes ciceronianas que o atacavam, a carta de Erasmo comprova que Góis ou estava sendo informado naquele instante (21-V-1535) da controvérsia ou, antes, já a conhecia, sem que Erasmo estivesse a par disso. A lista dos inimigos fora diligentemente explicitada (embora diversos dentre eles não apareçam na carta), assim como sua defesa. Ela nada mais fez do que refletir um dos principais argumentos do *Ciceronianus* (e também da *Breuissima*), mencionado na seção precedente: para Erasmo, Cícero não era o inimigo, mas tão-somente aqueles que o distorciam a ponto de transformá-lo em uma imagem falsa e desprovida de autoridade (como o Plínio de Gelênio) - ironicamente, essa distorção ocorreu pelo excesso das tentativas em aproximar o neolatim então praticado numa cópia perfeita da prosa de Cícero.

Mas Erasmo seria ainda mais incisivo. Em carta datada de 18 de julho de 1535, ele lamentou que Góis tivesse trocado a vida letrada germânica pela italiana, e Erasmo por Bembo e Buonamico:

³⁵² CLG B XL, P. 214-215.

³⁵³ CLG B XL, P. 214-216.

Apesar de afastado de Friburgo, não vos assiste a razão de grande mágoa, – a vós que trocastes a Alemanha pela Itália, e Erasmo por Bembo e Buonamico, com mais felicidade do que Diomedes³⁵⁴ ao permutar cobre por ouro³⁵⁵.

Ora, além de se colocar como má escolha do ponto de vista da erudição, felicitando Góis com certa dose de ironia, recorre à *humilitas* ao dizer que “[...] de fama não me interessa, e quem lhe dera não sentisse o peso”. Aparentemente, a resposta de Erasmo a uma longa carta de Góis voltava-se a uma possível associação de deste com os ciceronianos. Evidentemente, também é possível sugerir que a “crítica” de Erasmo não passava de afetação de deferência frente aos demais letrados, embora essa leitura perca força diante das circunstâncias, que os colocaram em campos diferentes.

Erasmo voltava a insistir que Góis lesse menos, detendo-se mais nas conversas eruditas, além de recomendar a medicina dos italianos. Respondendo a uma reclamação de Góis quanto ao inverno em Pádua, mostra-se amigável, e chega a lhe oferecer sua casa de Friburgo³⁵⁶. A seguir, desponta um parágrafo fundamental, no qual, supomos, Erasmo reage a uma crítica de Góis quanto à linguagem latina “descuidada” que empregava:

Pelo o que respeita ao limiar das minhas elucubrações, o advertirdes-me, com ser realmente de amigo, nem por isso é infrustâneo, pois que, mesmo sem admonição vossa, o procuro já. Sou extemporâneo por natureza e mirificamente preguiçoso quanto a revisões; e sabeis como é difícil pugnar contra a natura, sobretudo a um velho³⁵⁷.

Dando seqüência à explicação das razões pelas quais não se dedicava a revisões, tema discutido no *Ciceronianus*, Erasmo vale-se novamente da combinação de ironia e humildade: “ademais não escrevemos aquelas coisas aos itálos, senão aos crassos holandeses e rudes germanos”. Por trás das possíveis alianças entre Erasmo e os círculos italianos ligados a Bembo do ponto de vista religioso, percebemos a crescente desavença. A própria escrita de textos religiosos é evocada por Erasmo em sua defesa do ecletismo. “Depois, alguns assuntos não suportam o cuidadoso esmero formal; nem essas maravilhas de M. Túlio convêm àquilo que foi preparado para o ensino ou trata de assuntos de religião”. Ao invés de se

³⁵⁴ Como bem nota Torres, a menção a Diomedes remonta à *Iliada*, VI, 234: “Nisto, apeiam-se os dois, as destros cerram,/Penhor de fé. Na troca dos arneses/Ofusca Jove a Glauco: pois demente/Com Diomedes cambieia ouro por cobre,/A valia de cem por nove touros.” A edição utilizada foi Homero. *Iliada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Torres, Amadeu. *Correspondência latina...* P. 434.

³⁵⁵ CLG B XLIII, P. 220-221.

³⁵⁶ CLG B XLIII, P. 222-223

³⁵⁷ CLG B XLIII, P. 222-223.

preocupar com as “louçainhas das palavras”, os ciceronianos – talvez Góis entre eles, ao menos em atitude naqueles meses –, segundo Erasmo, deveriam procurar a “força do espírito”, pois a sabedoria divina encarregaria o escritor de uma eloquência particular. Afinal, a seu ver, “as coisas místicas exigem um gênero particular de expressão”³⁵⁸. Ignorar esse aspecto, conforme veremos na próxima seção, consistia para Erasmo num verdadeiro pecado. Assim, logo começamos a perceber que a “querela ciceroniana” não estava tão apartada assim dos problemas religiosos, e que Góis transitou por ambos os debates mediante certos percalços, o que se evidencia ao constatarmos que a prosa afiada de Erasmo o devolve novamente à condição de aluno. A “preguiça para revisões”, afinal, nada mais era do que a afetação de “descuido” que qualquer boa carta, a crer na *Breuissima*, deveria ostentar.

Até mesmo Melanchton é conclamado na defesa contra os ciceronianos. “O próprio Melanchton, nos comentários em que expõe a *Epístola aos Romanos*”, prossegue, “engenhosamente descurou a forma, já que ambiciona ali parecer teólogo sobretudo”. Todavia, mesmo Erasmo precisa admitir que é possível conceber uma obra religiosa cujos ornatos não corrompam as verdades do texto. É o caso de Sadoleto, que escrevera, “[...] com admirável elegância de fraseado e perfeita riqueza ciceroniana; nem lhe minguando sentimento digno de um bispo cristão. Uma tal obra, vinda de um homem assim, não pode desmerecer o aplauso de todos os bons”³⁵⁹.

Fica patente a tentativa de Erasmo de separar o joio do trigo no que diz respeito aos italianos. Apesar de suas ácidas críticas aos seguidores servis de Cícero, Erasmo poupa aqueles com quem manteve profícuo contato, como Bembo, com quem jamais deixou de trocar cartas, e Sadoleto. Amadeu Torres sugere que Erasmo os poupou porque seu ciceronianismo era moderado. Afirma isso a partir da polêmica de Bembo contra Mirandola. Bembo se defendeu à época dizendo que uma amálgama de estilos não resultaria em algo novo e criativo, pois todos os estilos já estariam totalmente praticados, restando a imitação como única solução possível na tentativa de alcançar uma prosa digna dos antigos. A emulação só seria atingida com a imitação perfeita do melhor modelo, devendo-se imitar “sempre o melhor, e na prosa não há ninguém superior a Marco Túlio”³⁶⁰. Além disso, a aproximação religiosa foi fundamental para que Erasmo evitasse maiores ataques, afinal, Longueil era um protegido precisamente de Bembo.

Erasmo não poupou Longueil em sua epístola a Góis, entretanto:

³⁵⁸ CLG B XLIII, P. 222-223.

³⁵⁹ CLG B XLIII, P. 222-223.

³⁶⁰ Torres, Amadeu. Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao ecletismo. *Arquivos do centro cultural português – XVII - Separata*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. P. 6-7.

Para quê memorar aqui Longólio, que tanto se aplicou a imitar Cícero? Não se houve mal na empresa, mas, apesar disso, quanto mais frio é do que ele mesmo, naquilo em que pugna contra os dogmas de Lutero! Que imaginais vós lhe aconteceria, se não combatesse e sim explanasse os mistérios da Divina Escritura? A esse varão, assim como a morte prematura o subtraiu a todos os estudiosos, de igual jeito muitos parecem recusar à Holanda a glória do seu nome. Efectivamente, acontece-lhe pouco mais ou menos o que outrora a Homero, cuja naturalidade reza ter sido disputada por sete cidades³⁶¹. Tal com Longueil, que ora as Gálias reclamam para si, ora seu o afirma Malines – quando em verdade ele não é senão um holandês de pura gema, nascido de pai batavo no célebre ópido da Holanda ao qual a beleza das enseadas deu o nome de Shoonhoven³⁶².

O procedimento técnico é claro. Ao comparar Longueil a Homero e à disputa em torno de sua naturalidade, Erasmo amplificava sua figura, apenas para em seguida diminuí-lo diante da humildade da Holanda. Trata-se de um elogio paradoxal, na medida em que prepara o terreno para uma crítica devastadora. Ademais, a própria Holanda deveria ser defendida, pois o elogio da terra natal era parte essencial das prescrições retóricas em jogo. “Achei bem não dever consentir que este ornamento da Holanda fosse arrebatado: e ilustra a memória do próprio Longólio o facto de, oriundo dessa região, se haver tornado tão grande”³⁶³.

“Julgai, meu Damião, se coisa razoável se propõem os que nos exigem que digamos melhor do que podemos”. Eis uma boa síntese do discurso erasmiano, uma resposta clara à longa carta de Góis, uma afirmação contundente a um discípulo que poderia estar prestes a penetrar as densas florestas do ciceronianismo. Como que determinado a afirmar que Cícero não era nem nunca fora seu alvo, Erasmo faz um elogio do arpinate e à correção de sua pena, e encerra o assunto ligando a força de seu argumento e seu prestígio diante da República das Letras à fé:

Sempre que algum erro depreendo nos meus livros, sobretudo com respeito aos bons costumes ou à religião, corrijo diligentemente; *da fama a espalhar pelo orbe e do juízo da posteridade, isso é com o Senhor*. Mas, como quer que isso seja, foi-me gratíssima a advertência vossa, que conheço dimanada de um coração amicíssimo. Espero que com o convívio desses sapientíssimos varões, haveis de felizmente alcançar a elegância a que me exortais³⁶⁴.

³⁶¹ A referência às disputas travadas por diversas cidades pelo nome de Homero aparece em Cícero (*Pro Archia*, VIII, 18 – texto que comentaremos adiante).

³⁶² CLG B LXIII, P. 222-225.

³⁶³ CLG B LXIII, P. 224-225.

³⁶⁴ CLG B LXIII, P. 224-225. Grifos nossos.

As últimas sentenças reforçam a inclinação de Góis naquele momento:

A tal honra se vos não percebesse de livre vontade correndo, me não cansaria de incitar-vos, isto é, a que esta glória, qual gema egrégia, às vossas grinaldas e retratos acrescentásseis, e esta palma, se não como primeiro, ao menos entre os primeiros, oferecêsseis a vosso Portugal, de dia em dia mais e mais florescente³⁶⁵.

Na fórmula de despedida, além de enviar saudações a Bembo e Buonamico, Erasmo pediu a Góis que não se esquecesse de cumprimentar Celio Calcagnini, “[...] velho amigo [...]”³⁶⁶.

A menção a Calcagnini é de grande importância, pois o velho amigo de Erasmo também participou da controvérsia, envolvendo-se no debate sobre a imitação precisamente entre os anos de 1532 a 1537³⁶⁷, isto é, no contexto de nossa discussão. Retornaremos a esse aspecto adiante.

A resposta de Góis, datada de 26 de janeiro de 1536³⁶⁸ dá conta dos recados enviados pelo português a pedido de Erasmo. Bembo e Buonamico haviam sido avisados da doença de Erasmo. Mais do que isso, Góis tratou de informá-lo que havia iniciado a circulação de novo opúsculo, o *Eclesiastes*. Nessa epístola, temos uma boa visão de conjunto do papel de Góis em torno dos dois círculos eruditos. Além de informar aos italianos do estado de saúde e das novidades editoriais de Erasmo, Góis também abriu linhas comunicação com episódios significativos ocorridos fora das terras italianas. É nesse espírito que agradece a Erasmo pelo relato da morte de Thomas Morus – episódio que Góis certamente terá usado para cativar os amigos italianos nos diálogos com eles travados –, e o exorta a escrever sobre o assunto. Para convencê-lo, mobiliza novamente a tópica da amizade: “Vossos amigos, que aqui haveis muitos e eruditos, e com os quais mantenho boas relações (note-se o *ethos* de intermediador sendo colocado em evidência), admiram-se de que em escritos vossos não celebreis o desaparecimento de tão caro e íntimo amigo”³⁶⁹. Apesar da exortação, Góis fez questão de mostrar sua posição de inferioridade em relação a Erasmo, com o alerta: “Vós sabeis o que heis-de fazer; eu apenas aviso, como amigo que sou”³⁷⁰.

Instalado em Pádua, Góis manteve a comunicação epistolar aberta não somente com Erasmo, mas, igualmente, com amigos seus de Friburgo e Basileia, como Bonifacius Amerbach. Em duas ocasiões – outubro de 1534³⁷¹ e junho de

³⁶⁵ CLG B LXIII, P. 224-225.

³⁶⁶ CLG B LXIII, P. 226-227.

³⁶⁷ Dellaneva, Joann (ed.). *Ciceronian controversies...* P. 126-181.

³⁶⁸ CLG A XIII, P. 63-67.

³⁶⁹ CLG A XIII, P. 64-65.

³⁷⁰ CLG A XIII, P. 64-65.

³⁷¹ CLG A IX, P. 56-57

1535³⁷² –, Góis escreveu breves mensagens dando conta sua saúde. Na última carta, Góis valeu-se de Segismundo Gelênio, que provavelmente conheceu na casa de Erasmo³⁷³, para enviar a correspondência. Dessa forma, percebemos que a estadia de Góis em Pádua não fez arrefecer, ao menos em um primeiro momento, as amizades consolidadas nos anos anteriores entre Flandres e Friburgo. Pelo contrário, as cartas mostram que os humanistas transalpinos valeram-se da presença de Góis entre os italianos para dar notícias de seus sucessos. O próprio Gelênio é exemplo disso, pois dedicou uma obra sua a Góis a partir desta justificativa: dedico este meu esforço para que, dizia, “[...] por vosso intermédio, *devenha conhecido também dos italianos* entre os quais agora viveis, cujas exactas apreciações considero e cuja franqueza estimo”³⁷⁴. Com efeito, a posição de Góis na República das Letras naquele momento era privilegiada, pois ele se tornou uma autoridade para letrados desejosos de ascensão. Passemos às cartas trocadas com os italianos.

A primeira delas é a já citada epístola a Jacopo Sadoletto, de julho de 1537. Depois dos votos de elogio às qualidades humanas do cardeal – verdadeiro inspirador de Góis em seu caminho até as musas – incensa Sadoletto por meio de sua semelhança com Cristo. A característica enfatizada aqui é, novamente, a humildade. O elogio de Góis concentra-se no fato de que a maioria dos prelados jamais daria audiência a inferiores hierarquicamente, “[...] senão a preço de bastas rogativas ou na mira do lucro da demanda”³⁷⁵. Assim, Sadoletto seria um espelho de Cristo em sua bondade e vontade de compartilhar, representando, desse modo, uma fonte de esperança de redenção para a *Respublica Christiana*. É igualmente válido ler essa passagem como uma forma de agradecimento de Góis a Sadoletto por este ter agido como um fiador da credibilidade do português em Pádua.

Curiosamente, Góis parece notar que a intensidade de sua apologia ao cardeal, a comparação com Cristo em particular, poderia representar um “exagero”. Considerando que a *amplificatio* poderia ser indecorosa naquela circunstância, acrescentou as seguintes palavras:

Mas, interrompido a meio o exórdio de uma conversa mais longa, torno à vossa carta, *não suceda porventura cair-me em cima o apodo de adulator*, o que de *meu natural* sempre detestei em toda a linha³⁷⁶.

A “rejeição” à adulação enquadra-se nas prescrições da amizade. Afinal, como prescrevia o livro de Cícero sobre o tema:

³⁷² CLG A X, P. 56-59.

³⁷³ Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 271.

³⁷⁴ CLG B XXXVI, P. 202-205. Grifos nossos.

³⁷⁵ CLG A XVIII, P. 80-81.

³⁷⁶ CLG A XVIII, P. 80-81. Grifos nossos.

Pois que é próprio da verdadeira amizade dar e receber conselhos, dá-los com franqueza e sem azedume, recebê-los com paciência e sem repugnância, persuadamo-nos bem de que não ha defeito maior na amizade que a lisonja, a adulação, as baixas complacências. Com efeito, não se poderia dar bastantes nomes ao vício desses homens frívolos e enganadores, que falam sempre para agradar, e jamais para dizer a verdade. A dissimulação é funesta em todas as coisas (pois corrompe e altera em nós o sentimento da verdade) mas é, sobretudo, contrária à amizade. Destrói a sinceridade, sem a qual não subsiste mesmo o próprio nome da amizade.³⁷⁷

Mas os alertas de Cícero não são tudo. No instante em que poderíamos suspeitar que Góis estivesse preso apenas à fórmula de prescrição na dinâmica de sua inserção na República das Letras, vemo-lo interagir com ela, agindo de modo efetivamente *prudente*. O sentido aqui, longe de simples precaução, está imbrincado também pela retórica do *Breuíssima*, que, recordemos, instigava os redatores de cartas a alternar as fórmulas e modos de escrever conforme “[...] o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião”. Assim, sustentava, “principalmente nas cartas, eis que tratam de assuntos diferentes, em horas diferentes, em lugares diferentes. Certamente a prudência é necessária, que é companheira ou mãe da própria arte”³⁷⁸. O controle da escrita vinculado à prescrição assume, portanto, um papel fundamental na comunicação epistolar, naquilo que *convém* dizer, sobretudo quando a comunicação se dá com um superior social – aqui há que levar em conta o peso do título eclesiástico, mas também a posição na República das Letras –, caso do cardeal Sadoletto. Fazer a crítica da adulação diante de um superior equivalia, nesse caso, a sincronizar os aspectos formais da escrita epistolar e a situação na qual se achava. Góis quer ressaltar que, diferentemente do vulgo, não se presta a tais banalidades. Por outro lado, quer elogiar o cardeal, uma vez que, como salientava Cícero, “[...] entretanto, com atenção, pode-se distinguir o verdadeiro amigo do lisonjeador, tão facilmente quanto se distinguem as coisas fantasiadas e artificiais das que são naturais e verdadeiras”³⁷⁹.

Feita a ressalva, Góis passa ao ponto central da carta, demonstrar sua capacidade de intervir nos assuntos religiosos do cardeal:

A menos que em ilusão labore, poderei decerto, dentro da minha escassez de engenho, alguma coisa entre os que se confessam Evangélicos, com os quais, ao tratar de interesses de meu Rei, através de toda a Alemanha e Bélgica, pelo espaço de quatorze anos, contraí não medíocre amizade³⁸⁰.

³⁷⁷ *De Amicitia*, 25.

³⁷⁸ Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar... P. 119.

³⁷⁹ *De Amicitia*, 25.

³⁸⁰ CLG A XVIII, P. 82-83.

Góis apresenta suas credenciais a Sadoleto, invocando suas boas relações com Lutero e Melanchton, além de simpatizantes do movimento, como Grapheus. Mesmo assim, porém, deixa clara sua estratégia de defesa para justificar tais contatos, partindo do princípio de que os fizera no momento em que se achava sob ordens de d. João III. A razão de tudo isso é explicada logo a seguir. Góis ofereceu-se para ser o intermediador das conversas epistolares entre Melanchton e Sadoleto, e a carta agora em análise representa a notícia de que a primeira epístola do cardeal já estava a caminho de Wittemberg. Como Sadoleto residia em Veneza, Góis sugere que qualquer carta a Melanchton passe por certo Pedro Caroldo, cônsul português na cidade. Podemos notar, com isso, que de fato Góis continuava tendo acesso aos postos diplomáticos portugueses, e que sua ruptura com as atividades régias não o impedia de manter contato com eles, não obstante gozasse, à altura, do “ócio literário”³⁸¹.

Ao ponderar que em Sadoleto residiam as chances de salvação da Cristandade – “Restar-me-á, excelentíssimo Prelado, rogar-vos que, assim como principiastes, não renunciéis a estimular o Sumo Pontífice e o colégio dos Cardeais à concórdia da Igreja, a qual fora de dúvida está nas vossas mãos³⁸²” – Góis estabeleceu para si o posto estratégico de mediador das discussões. A despeito dos impactos da controvérsia ciceroniana, Góis articulava seus contatos para manter unidos os círculos transalpinos e italianos, esperando recolher os louros dessa ação. O meio epistolar, está claro, era o mecanismo primordial desse esforço.

O prestígio de Góis estaria assegurado, para mais, pela transmissão de notícias que se instalaria a partir de um possível concílio organizado para concluir a querela. Reginald Pole havia preparado, em 1537, um texto (*Concilium ad Emendanda Ecclesia*) sugerindo as bases dessa reunião, para a qual deveriam ser convocados os protestantes. Dentre os religiosos que assinaram o documento, diversos eram figuras recorrentes do epistolário goisiano – Bembo, Sadoleto, Madruzzi, Olaus Magnus, etc.³⁸³.

Mas os planos de Góis foram frustrados com o malogro do diálogo entre Sadoleto e Melanchton³⁸⁴. No fim do ano de 1537, Sadoleto comunicou a Góis

³⁸¹ CLG A XVIII, P. 82-83.

³⁸² CLG A XVIII, P. 82-83.

³⁸³ Macedo, Jorge Borges de. Damião de Góis et l’historiographie portugaise... P. 69-70.

³⁸⁴ Com a divulgação entre os germânicos da tentativa de supressão do protestantismo por meio de um acordo com o cardeal, diversos depoimentos em contrário se apresentaram. Dentre os mais conhecidos está a resposta engendrada por Calvino em 1539, que reconhece, em Sadoleto, o valor de homem de letras, antes de passar à crítica teológica. “Puesto que por tu excelente doctrina y maravillosa gracia en el hablar has merecido (y con toda justicia) ser tenido en gran admiración y estima entre los sábios de nuestro tiempo, y principalmente entre los verdaderos aficionados a las buenas letras.” Diante de todo o calor dos debates, Calvino preserva o respeito à reputação do adversário, aduzindo demonstrando uma curiosa relação de forças entre a *Respublica literarum* e a *Respublica Christiana*: “[...] me disgustaría sobremanera verme obligado por esta mi réplica y queja (que ahora podrás escuchar) a tocar públicamente,

que sua situação tornara-se difícil com as reações ao diálogo aberto com o luterano. Divulgada entre os germânicos, a carta causou “[...] infâmia não pequena, qual se eu quisera abandonar a antiga causa e conluiar-me com os luteranos [...]”³⁸⁵. Sadoleto, talvez ainda diante do reflexo de Cristo, coloca-se na posição de suportar “[...] sofredamente [...] as calúnias de homens desta estofa”. Além disso, lança dúvidas sobre o caráter de Melanchton, sem conseguir concluir, a partir dos informantes de que dispunha, se ele era “fraudulento e falaz” ou “probo e modesto”. Apenas Góis, próximo o suficiente do germânico, tendo com ele estado, poderia resolver o problema: “Suplico-vos, portanto, me queirais sem rebuços indicar em vossas letras o que pensais de tudo isto e que esperança tendes à mão”³⁸⁶.

Indisponível a resposta de Góis, ao menos podemos contar com outra carta de Sadoleto, postada dois anos depois³⁸⁷. Já em Louvain, Góis remetera seu novo texto sobre os costumes e religião dos etíopes ao cardeal, e recebeu elogios. Sadoleto exalta o amigo, lamentando que jamais tenham se encontrado pessoalmente. Isso, porém, “[...] nem sempre a amizade sói requerer”.

Mas o ponto central da carta de Sadoleto é o alerta que Góis faz ao cardeal se afaste imediatamente de Melanchton e outros protestantes. “É de varão affecto a advertência vossa para que não mais escreva àqueles homens que conheceis, e protesto-vos o meu reconhecimento pelo ótimo conselho dado [...]”. A “loucura e temeridade pertinaz” dos seguidores de Lutero havia feito soçobrar as esperanças de pacificação, e Sadoleto confessa ter-se iludido ao imaginar que a história teria outro fim. O medo diante de possíveis reações dos católicos restringe, na fala de Sadoleto, a própria menção ao nome de Melanchton. “Foi pelo móbil levado de que algo acaso se conseguiria lucrar, que eu escrevi, *primeiramente àquele que sabeis*, - tendo sido vós quem cuidou de a carta lhe transmitir”.

Terem estado juntos diante de caso tão grave motiva o cardeal a mover sua carta rumo à protestos de amizade, sinalizados pela leitura atenta que viria a fazer dos opúsculos de Góis – resultado do nobre ócio em que se colocou – e pela continuação das trocas epistolares.

Os materiais a que tivemos acesso mostram que a dita querela ciceroniana não fez parte dos debates epistolares de Góis senão em conversas com Erasmo. Muito embora estejamos diante de um epistolário incompleto, de modo que o

sin helirlo, este tu buen nombre y reputación. Lo cual en verdad jamás hubiera emprendido, de no haber sido apremiado y obligado a este combate por una gran necesidad”. Calvino, João. *Respuesta al cardenal Sadoleto*. Barcelona: Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1990 [1539] P. 15.

³⁸⁵ CLG B LX, P. 260-261.

³⁸⁶ CLG B LX, P. 262-263.

³⁸⁷ 24-XII-1539. CLG B LXXI, P. 284-287.

acaso possa ter-nos subtraído precisamente as cartas “italianas” concernentes ao problema, essa não pode ser a hipótese primeira a adotar. É melhor sugerir que, de fato, a controvérsia ciceroniana não cindiu efetivamente os dois círculos eruditos. Apesar da importância dada por Erasmo ao caso – veremos a seguir que o *Ciceronianus* levanta consequências religiosas graves para a polêmica –, Pietro Bembo e Jacopo Sadoletto não parecem ter se valido de Góis para discutir o assunto com ele. Antes, usufruíram das habilidades diplomáticas de Góis para manter as portas abertas com Erasmo e seus amigos mais próximos, de um lado; e com os protestantes, encimados por Melanchton –membro respeitadíssimo na República das Letras além de interventor na disputa religiosa –, de outro. Para Leonel Ribeiro dos Santos, Melanchton “[...] é o pensador que melhor exhibe um equilíbrio, não isento de tensão, entre o Humanismo e a Reforma, o que só por si bastaria para desmentir a tese frequentemente repetida de que aqueles dois movimentos são inconciliáveis”³⁸⁸. As cartas de Góis dão suporte às palavras do professor.

A questão que pauta este capítulo, contudo, continua aberta. Que postura teria adotado Góis diante dos debates ciceronianos? Tal como no enfrentamento religioso, terá mantido uma postura conciliadora e diplomática, articulando suas alianças para não se indispor com nenhum dos grandes letrados que o cercavam? Ou, como parecia ser o caso em uma das epístolas, terá se convertido aos hábitos de escrita italianos a ponto de propor, *modestamente*, correções a Erasmo?

Se seguirmos Borges de Macedo, teremos de admitir que Góis de fato não se interessou pela querela, tampouco pelas amplas discussões sobre o estatuto da escrita de história que tinham lugar nas cidades italianas de então³⁸⁹. Para tirar uma conclusão mais enfática, é necessário retomar alguns aspectos do opúsculo de Erasmo, que parece dialogar intensamente com os princípios esgrimidos no *Breuissima* acerca da imitação.

Já que estamos cientes do fato de que Góis chegou a ler³⁹⁰ o *Ciceronianus*, exploremos, portanto, de agora em diante algumas passagens daquele opúsculo, a partir das quais discutiremos que conexões havia entre os fundamentos de escrita epistolar e as características dialogais de discurso, e em que medida esses debates nortearam as escolhas epistolográficas de Góis.

³⁸⁸ Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004. P. 256.

³⁸⁹ “Não há nenhuma prova disso” [On n'en a aucune preuve] (de que Góis tivesse se envolvido nos debates sobre a escrita da história). Macedo afirma ainda que “o mais provável é que essas questões não o interessassem nem um pouco” [Le plus probable est que ces questions ne l'intéressaient nullement]. Macedo, Jorge Borges de. Damião de Góis et l'historiographie portugaise... P. 65.

³⁹⁰ Torres, Amadeu. Damião de Góis e o erasmismo – abordagem nova de uma velha questão. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo 37, Fascículo 1/2 (Jan-Jun. 1981). P. 86-92.

SERMO HUMILIS

Buléforo e Hipólogo conversavam quando avistaram Nosópono, que caminhava distraído. Sua pele estava pálida, e aquele outrora vigoroso estudante parecia muito doente. Tendo discutido se o problema poderia estar no coração, se nos rins ou no pulmão, concluem tratar-se de algo mais profundo; julgam-se convencidos de que a doença a afligir o pobre Nosópono há sete anos é nova. Sua mente havia mergulhado em um estado febril que avançava fundo em seu espírito, que no entanto não alimentava suspeitas disso³⁹¹. Nosópono percebe a presença dos dois amigos, e se aproxima. Antes de travar contato, Buléforo pede a ajuda de Hipólogo para tentar libertá-lo da terrível moléstia.

Um tanto surpreso, Hipólogo não se esquivava de questionar: “Mas como? És versado em Medicina?” Buléforo então explica-lhe como certas doenças afetam apenas uma parte da mente, embora os danos sejam por vezes tão fortes que a vítima sequer compreende o que se lhe está passando. Para esse tipo de doente, o melhor é fingir-se na mesma condição, tomar sua confiança e somente então mostrar-lhe a verdade sobre o mal que o atormenta³⁹².

Assim, os dois amigos fazem com que Nosópono sinta-se à vontade, convencendo-o de que eram admiradores de Cícero tão fervorosos quanto ele próprio, de modo que pouco a pouco Buléforo o convence a relatar os métodos para se obter o domínio do estilo “divino”. A página reproduzida a seguir³⁹³ é o resultado dessa astúcia, e tipifica bem o modelo defendido pelo personagem arquitetado por Erasmo:

Nosópono – [...] Agora eu devo revelar os mistérios àqueles consagrados, digamos, ao mesmo deus. Por sete anos inteiros não peguei em nenhum livro a não ser de Cícero, abstenho-me de todos os outros com o mesmo escrúpulo religioso dos Cátaros, que se abstinham de carne.

Buléforo – E por quê?

Nosópono – Para que nenhum elemento de outro estilo, saído de sabe-se lá onde, venha misturar-se com o estilo ciceroniano e contamine a sua pureza. Assim, para não correr o risco de pecar por imprudência, quaisquer que sejam as obras dos outros autores, afastei-as da minha vista e fechei-as num cofre:

³⁹¹ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus*... P. 19.

³⁹² Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus*... P. 20.

³⁹³ A sugestão desta página em particular devo a Matos, Manuel Cadafaz de. Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543). *Humanitas*, v. LXVII, 1995. P. 769-770.

enfim, há apenas lugar na minha Livraria para o único Cícero.

Buléforo – Oh! Eu fui tão descuidado por não ter venerado Cícero com um zelo tão escrupuloso!

Nosópono – Não apenas na capela da minha casa e na minha Livraria, mas também por cima de todas as portas mandei colocar um belo retrato do meu mestre, e eu mesmo uso um engravado em uma gema para que ele não esteja ausente da minha vista. Assim nenhuma outra imagem me atravessa o espírito durante o sono, a não ser a de Cícero.

Buléforo – Isso não me admira.

Hipólogo – Eu o coloquei no meu calendário, entre os apóstolos.

Buléforo – Isso não me choca. Não chegam tantas vezes a denominá-lo deus da eloquência?

Nosópono – De tanto folhear e folhear os seus escritos, com tanta assiduidade, poderia citar-vo-lo quase por inteiro.

Buléforo – Quanto engenho!

Nosópono – Agora estou cingido pela imitação.

Buléforo – Quanto tempo levaste para te preparar?

Nosópono – Tanto tempo quanto a leitura.

Buléforo – É pouco para uma coisa tão difícil. Queira o céu que a honra de um título tão brilhante me seja concedido, mesmo com setenta anos!

Nosópono – Mas ouve o resto. Não me restringi apenas a todo este trabalho, em todos os livros deste homem divino não há palavra que não tenha inscrito num léxico alfabético.

Buléforo – Deve ser um volume enorme.

Nosópono – Dois carregadores bem albardados mal poderiam levá-lo em suas costas.

Buléforo – Oh! Vi em Paris alguns deles que poderiam carregar um elefante!

Nosópono – Mas também redigi um segundo volume, mais importante que o primeiro, no qual anotei, em ordem alfabética, todas as frases peculiares de Marcus Tullius.

Buléforo – Agora, sinto-me envergonhado da minha anterior ociosidade.

Nosópono – Enfim, juntei-lhe uma terceira obra.

Buléforo – O quê? Há ainda uma terceira?

Nosópono – Não se podia fazer por menos. Nesta última juntei todas as cadências com que Cícero começa ou acaba suas tríades, as suas discussões, os seus períodos, a seguir as cadências métricas pelas quais ele rege o seu estilo, e os diferentes preceitos que utiliza para exprimir o seu ritmo. Assim, o mínimo pormenor não me podia escapar³⁹⁴.

As primeiras linhas trazem uma associação dos adoradores de Cícero à heresia albigense, associação que surge de modo casual, mas que deverá ter atacado fortemente os ciceronianos, por vinculá-los de saída a cismáticos. Dada sua

³⁹⁴ Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano...* P. 9-12.

posição de verdadeiro ídolo de um culto, Cícero aparece em pinturas espalhadas pela casa; o retrato perfeito de suas palavras teria sido guardado num dicionário e, esperava-se, na memória de seus adoradores; sua onipresença chegava a impor sonhos àqueles que o seguiam.

Detenhamo-nos inicialmente no “léxico alfabético” mencionado. Em 1535, imprimiu-se em Brescia o *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus*³⁹⁵, livro que curiosamente parece atender às prescrições programáticas de Nosópono. O escritor, Mario Nizzoli (1498-1566), admirou profundamente Longueil, razão pela qual decidiu publicar dois grossos volumes que apresentavam o léxico ciceroniano em 1300 colunas. A fortuna da obra foi duradoura, mas Nizzoli não viveu o suficiente para testemunhar a publicação da edição completa, saída da oficina de Manuzio. Além dessa edição, de 1570, houve cerca de 70 entre a *princeps* de 1535 e a de Paris, 1622, tendo sido lançadas nas cidades de Basileia, Veneza, Lyon, Genebra, Aachen e Frankfurt³⁹⁶.

Nizzoli defendia a divisão dos estudiosos do léxico em duas categorias. De um lado, chamava *lexicógrafos* aqueles responsáveis por recolher o maior número de palavras e informações sobre a língua latina, enquanto os *observatores*, como ele próprio, concentravam-se em buscar aquilo que de maior requinte estilístico poder-se-ia encontrar no espólio do mundo antigo. Outra diferença estava no fato de que os *lexicógrafos* obtinham suas informações a partir de antigos dicionários; os *observatores* gabavam-se de que a formulação seus léxicos dava-se exclusivamente mediante a leitura atenta da obra do autor escrutinado, embora seja necessário frisar que essa diferença não se verificava na prática; o próprio Nizzoli fez constante uso de dicionários, além de ter se apoiado de maneira sistemática nas *Elegantiae* de Valla³⁹⁷.

Ao vocabulário extraído dos livros de Cícero seguia-se uma série de comentários esclarecendo os diversos sentidos comunicados por cada expressão. Os termos eram a seguir aplicados em diversos contextos para ilustrar seu melhor uso, e resultou disso que o livro de Nizzoli acabou se tornando um repertório de citações de Cícero. Findo o léxico, Nizzoli inicia uma seção intitulada *Index utilissimus, in quo verba innumera fere barbara vel latina quidem, sed non ciceroniana, indicantur*, na qual introduz aos leitores uma lista de expressões latinas consideradas deselegantes, que eram substituídas por expressões adequadas retiradas do *corpus* ciceroniano³⁹⁸. Nizzoli considerava o termo *episcopus* inapropriado; por

³⁹⁵ Nizolius, Marius. *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus, omnia Ciceronis verba, omnemq; loquendi at que eloquendi varietatem complexus, nunc iterum, eruditi hominis herculeo labore atque industria, quarta parte auctior...* Veneza: Ex Officina Aldina, 1570.

³⁹⁶ Breen, Quirinus. *The Observations in M. T. Ciceronem* of Marius Nizolius. *Studies in the Renaissance*. Vol. 1. University of Chicago Press, 1954. P. 56-58.

³⁹⁷ Breen, Quirinus. *The Observations in M. T. Ciceronem* of Marius Nizolius... P. 51-52.

³⁹⁸ Nizolius, Marius. *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus...* Fl. 423 e ss.

consequente, propunha o uso de *pontifex*; descartar-se-ia *ecclesia* em nome de *aedes sacra* ou *templum*; à rudeza de *liberum arbitrium* opunha-se a beleza de *libera voluntas*; *diluuium*, termo rasteiro, deveria cair em desuso em prol de *eluuio terrarum*; finalmente, *infernus* cederia lugar a *sceleratorum sedes*³⁹⁹.

Não nos custa esforço algum perceber as correspondências com as declarações de Nosópono e o programa de Longueil, que, de acordo com Erasmo, representava soberbamente aqueles que modificariam o nome do Senhor por *Jupiter optimus maximus*.

Nesta altura, todavia, o leitor terá se interrogado diante do evidente problema cronológico: o *Thesaurus* de Nizzoli teve sua primeira edição em 1535, sete anos depois do *Ciceronianus* de Erasmo. Fora Nizzoli um admirador fervoroso o suficiente para ignorar o penetrante tom crítico do diálogo e dedicar-se à realização daquilo que Erasmo imaginou ser prova cabal de um doentio extremismo? Parece viável supor que sim, uma vez que em 1535 já circulavam as duras respostas de Etienne Dolet⁴⁰⁰ e de Joseph Scaliger⁴⁰¹ ao livro de Erasmo, ataques que podem ter incentivado Nizzoli, que, de todo modo, tratou Erasmo com ironia no *Thesaurus*. Caso correta, esta hipótese implicaria um surpreendente desdramatamento: o pesadelo representado por Erasmo teria se convertido no sonho de Nizzoli e em sua maior realização graças à crítica veiculada no *Ciceronianus*.

Antes de tomar uma decisão apressada a respeito, devemos ter consciência de que Erasmo pode ter estado a par do desenvolvimento do *Thesaurus*. O livro foi preparado na Itália entre os anos de 1526 e 1535, quando Nizzoli se encontrava no castelo do conde de Gambara, ambiente propício à tarefa por lá haver equipamentos de impressão⁴⁰². Informações sobre um projeto tão grandioso poderiam ter escapado dos muros da propriedade pela própria vontade de Nizzoli ou por outros letrados que frequentavam o local.

Fosse reação a Erasmo, fosse fonte de sua crítica, o que mais nos importa considerar é o conjunto de indícios que nos permite apontar que Nizzoli atuou sob efeito das ações ciceronianas, sobretudo após a publicação das *Orationes* de Longueil que, lembremos, surgiram em 1524.

Buléforo faz menção a Cícero como *deus da eloquência*. Esse dispositivo de vitupério, que funcionava como amplificação patética da vanglória de

³⁹⁹ Nizolius, Marius. *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus...* Fls. 425-427.

⁴⁰⁰ Stephani Doleti, *Dialogos de imitatione ciceroniana, aduersus Des. Erasmus Roterodamum, pro Christophoro Longolio*. Lyon, Seb. Greyff, 1535. O texto reabilita Longueil a partir de um diálogo entre Simon de Neufville e Morus.

⁴⁰¹ Julii Caesaris Scaligeri, *Oratio pro M. Tulio Cicerone contra Des. Erasmus Roterodamum*. Paris, Pierre Vidoue, 1531; Julii Caesaris Scaligeri, *Aduersus Des. Erasmi Roterodami Dialogum Ciceronianum Oratio Secunda*. Paris, Pierre Vidoue, 1537 [publicada após a morte de Erasmo, que também não chegou a conhecer a tentativa de reconciliação posteriormente veiculada por Scaliger];

⁴⁰² Breen, Quirinus. *The Observationes in M. T. Ciceronem* of Marius Nizolius... P. 49.

Longueil, ajuda-nos a identificar uma crítica a Etienne Dolet, autor da expressão e detrator de Erasmo no seu *De imitatione Ciceroniana adversus Desiderium Erasmum Roterodamum pro Christophoro Longolio* (1535). Segundo o humanista de Alcalá García Matamoros⁴⁰³, Dolet foi um extremado defensor da fortuna da obra de Longueil, depreciando os seus opositores com tanto vigor que chegava a imputar-lhes o epíteto “estero”. Erasmo, em particular, recebeu de Dolet os adjetivos “insolente”, “velho desdentado”, “criança velha”, “estulto”, entre outros⁴⁰⁴.

Havia nos círculos próximos a Dolet quem sustentasse a opinião de que o latim de Erasmo era pobre, baixo, rasteiro, contaminado pelo uso de diversos autores menores que Cícero – lembremo-nos de como Longueil insinuou que um discípulo ainda pouco conhecido havia superado Erasmo na escrita –, enquanto humanistas que lhe eram favoráveis se indispunham com o que consideravam um absurdo. As palavras de Nicolau Clenardo em carta a Joaquim Polites dão testemunho dessa atitude:

[...] E segundo estou vendo, a vós próprios amputais a liberdade, à maneira dos nossos Doletos e Ciceronianos, que não ousam empregar o termo *versiculari*, por o não encontrarem em Cícero.

De sorte que nos tornam inútil a lição de Lívio, dos dois Plínios e de quantos escritores houve que tenham falado de modo diferente de Cícero, e julgam-se mais sabedores de quantos vieram depois dele, sem advertir que muitos dos escritos de Cícero se perderam. Que se hoje aparecessem, talvez não acusariam o batávio de entender pouco de latim. [...] ⁴⁰⁵

Clenardo ecoa opiniões apresentadas por Erasmo no *Ciceronianus*, e resalta que a prova do tempo obriga os homens a mudar continuamente. Uma vez mais, concedamos-lhe a palavra:

[...] Com o tempo, todos os artistas modificam seus trabalhos e cada reino tem sua maneira peculiar. Como aqui há uns anos fosse eu de longada à Paris, diziam lá, levava na cabeça um ninho de cegonha, tamanha era a carapuça que usava à moda de minha terra. Depois usei uma menor, a parisiense. Regressando a Louvain, perguntava-me Goclênio se acaso não tinha perdido a cabeça lá pelas terras por onde andei. Tu, Joaquim, conheces umas cantilenas

⁴⁰³ Presente no Alphonsi Garciae Matamori... *De tribus dicendi generibus sive de recta informandi styli ratione...* Alcalá: Andrés de Angulo, 1570. Cf. Asensio, Eugenio. Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560)... P. 230-231.

⁴⁰⁴ Torres, Amadeu. Damião de Góis e o pensamento renascentista... P. 20.

⁴⁰⁵ Clenardo, Nicolau. Carta a Joaquim Polites (Évora, 27-XII-1536). In: Cerejeira, Gonçalves. *O Renascimento em Portugal: Clenardo e a sociedade portuguesa*. Vol I. Coimbra: Coimbra Editora, 1974 [1926]. P. 275-293, citação à página 283.

populares, e com elas te divertes mais o amigo Damião⁴⁰⁶; acaso cantais o mesmo que dantes? [...] ⁴⁰⁷

As opiniões de Clenardo mostram que o debate entre ciceronianos e erasmianos, ao demarcar as qualidades da escrita como campo de batalha, acabou por não se circunscrever a ele. De fato, a qualidade e função da escrita, que, no uso humanista, passava pela ideia de *eloquência*, dava azo a discussões sobre o próprio estatuto epistemológico da percepção do passado [“Com o tempo, todos os artistas modificam seus trabalhos e cada reino tem sua maneira peculiar...”]. Antes de passar adiante, seria conveniente estabelecer o que Erasmo e seus adversários entendiam por *eloquentia*.

Vimos na introdução que, na *Oratio pro Archia poeta*, Cícero dá a conhecer a história de Aulo Licínio Árquias, poeta acusado de não ter direito gozar de cidadania romana, o que poderia acarretar na sua expulsão da cidade. O texto consiste na defesa do poeta, realizada diante de um tribunal em 62 a.C.

Cícero abriu a exposição afirmando que faria uso da oratória que aprendeu com Árquias, “quem mais concorreu, não apenas para eu empreender, senão também para eu me iniciar neste gênero de estudos”⁴⁰⁸ (*Pro Archia*, I, 1). Prevendo a estranheza que os doutos juízes poderiam suspeitar no uso de artes liberais tão incomuns no meio árido do processo legal, o arpinate antecipou-se, alertando-lhes de que “todos os ramos do saber, atinentes à cultura humana, têm como que um vínculo comum e estão ligados, digamos assim, por um certo grau de parentesco” (*Pro Archia*, I, 2).

Elucidados os motivos jurídicos pelos quais o amigo não deveria ser condenado, Cícero ainda sustentou em sua *oratio* que perder Árquias seria além de tudo um golpe duríssimo para Roma; a cidade deixaria de contar com um dos baluartes da *laudatio imperii*, da escrita laudatória que deveria firmar no tempo eterno as glórias romanas. Segundo Cícero, “[...] quantos retratos perfeitos de varões tão denodados nos não deixaram os escritores, tanto gregos como latinos, não apenas para contemplar, senão também para imitar! [...]” Desprovidos de homens como Árquias, “[...] todos eles jazeriam nas trevas sem o concurso das letras como luz [...]” (*Pro Archia*, VI, 14).

Pro Archia figurou como um verdadeiro atestado das práticas letradas quinhentistas⁴⁰⁹. Sua evocação do homem versado nos *studia humanitatis* encaixava-se adequadamente no discurso de defesa da erudição como meio

⁴⁰⁶ O “Damião” aqui mencionado é, claro está, Damião de Góis.

⁴⁰⁷ Clenardo, Nicolau. Carta a Joaquim Polites (Évora, 27-XII-1536)... P. 283.

⁴⁰⁸ A edição consultada foi esta: Cícero, Marco Túlio. Defesa de Árquias. Trad. Carlos Alberto Louro Fonseca. In: Ramalho, Américo da Costa (org.). *Cícero*. Lisboa: Verbo, 1974.

⁴⁰⁹ Ramalho, Américo da Costa. *Cícero nas orações universitárias do Renascimento*. Separata da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas. V. I Porto: FLUP, 1985. P. 34-36.

de transformação do mundo. A responsabilidade de firmar no tempo a glória daqueles que a merecessem, e, por conseguinte, a do próprio autor do elogio, era baseada tanto no olhar cuidadoso dos feitos passados quanto no esmerado retrato que deles se fizesse. Assim, a união harmoniosa de sabedoria e *eloquentia* firmou-se como engrenagem basilar da escrita humanista⁴¹⁰. Desprovidas dessa engrenagem, por salutares que tivessem sido as épocas, a elas não restaria mais que o ostracismo. Se aos tempos medievos teria cabido a obscuridade – argumentavam aqueles letrados –, não fora por falta de sabedoria e de personagens virtuosos; a culpa estava na ignorância do papel da *eloquentia* na preservação de tudo o que era digno de memória.

Ilustrada por um julgamento, a proposição de Cícero presente no *Pro Archia* vincula o uso meticuloso da linguagem também à justiça. Como Plutarco bem observou, Cícero conseguiu demonstrar fartamente que “a eloquência torna o bem atraente e a justiça é invencível se for expressa de forma correcta”. Ademais, essa interação traz à tona o importante conceito de harmonia, *concinnitas*, somente praticada se “nas acções”, se “pôr sempre o bem à frente do agradável e, nas palavras, dar revelo ao que é proveitoso, afastando o que nele haja de desagradável”⁴¹¹ (*Vidas Paralelas, Cícero*, 13. 1).

À luz das concepções aludidas erigiu-se o estudo da *eloquentia* como método de pesquisa intimamente próximo da filologia humanista, de modo que o poder inerente das palavras, sua capacidade de satisfazer o sonho de imortalidade humana pela mensagem perene que poderiam transmitir, tornou-se alvo de extremo cuidado pelos praticantes dos *studia humanitatis* desde seus primórdios.

O exemplo de Árquias⁴¹² também acabou se revelando instrumento útil na consolidação da glória de Longueil. Afinal, Longueil, após anos de estudo

⁴¹⁰ Gray, Hanna H. Renaissance Humanism: the pursuit of Eloquence. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 24, Nº 4 (Oct-Dec.). University of Pennsylvania Press, 1963. P. 497-498.

⁴¹¹ Optou-se por esta edição, traduzida do grego: Plutarco. *Vidas paralelas*: Demóstenes e Cícero. Trad. Marta Várzea. Coimbra: Centro de estudos clássicos e humanísticos, 2010.

⁴¹² Não deixemos de lado outras referências à eloquência na obra de Cícero. Uma fonte importante a sugerir, nesse sentido, é o *Brutus* (6.25), no qual podemos ler: “Tornei então: Fazer o elogio da eloquência, exaltar seu poder e o prestígio dos que a alcançam, não é propósito nosso nesta altura, nem é necessário. Mas uma coisa há que eu queria afirmar fora de toda a dúvida, é que, quer ela seja o produto de uma arte, quer da prática, quer de qualidades naturais, é, de tudo quanto há, o mais difícil. Efectivamente, das cinco partes de que se diz ser composta, cada uma delas já é, de per si, uma grande arte. Motivo por que se pode avaliar o poder e a dificuldade que tem a reunião de cinco artes de tal magnitude. Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 64. Poderíamos evocar, ainda, o *De Officiis* (II. 19.66), que notava: “De facto, o que há de mais válido que a eloquência, ou pela admiração dos ouvintes, ou pela esperança dos necessitados, ou pela gratidão dos que ela defende? Foi à eloquência que os nossos maiores atribuíram o primado da honra entre os que vestem a toga. É que os benefícios e patrocínio de um homem eloquente e prestável, que, dentro dos costumes ancestrais, defende as causas de muita gente sem remuneração e de graça, erguem-se bem alto.” Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 77.

ininterrupto do latim ciceroniano junto a Pietro Bembo, obteve o direito à cidadania romana que, todavia, fora logo questionado por opositores. Segundo suas *Orationes*, teve de fugir da cidade, pois acusavam-no de privilegiar os gálicos em detrimento dos romanos, constituindo-se o crime de *lesa maestà*; ademais, ironicamente, dizia-se dele que havia sido enviado a Roma pelos bárbaros Erasmo e Budé para levar quantos bons livros pudesse para os Alpes. Este Cícero redivivo e injustiçado caiu nas graças dos demais ciceronianos, mas com ares trágicos, afinal, menos de três anos depois, seu brilho se extinguiu, e pareceu-lhes que a esperança de perpetuar o estilo divino se esvaíra, talvez de modo irreversível, restando-lhes apenas detratar tanto quanto possível Erasmo e seus sequazes⁴¹³.

Essa cenografia lança luz sobre o conteúdo das ponderações de Clenardo em seu apoio a Erasmo. A discussão em torno da perfeição que a *eloquência* ciceroniana traria aos que ela dominassem também tratava do estatuto do passado e dos modos de concebê-lo. E era precisamente este um dos pontos centrais do argumento construído no *Ciceronianus*. A *elegantia dicendi* de Longueil escondia repercussões mais profundas, repercussões que não passaram despercebidas por Erasmo, mas que poderiam ter sido ignoradas por muitos leitores das *Orationes* e do *Thesaurus*.

Voltemos à página do *Ciceronianus* reproduzida acima. Um orgulhoso Nossópono relatava a seus amigos que Cícero havia logrado um generoso espaço mesmo em sua capela. Hipólogo respondeu dizendo que colocara Cícero em seu calendário, “entre os apóstolos”. Não era a primeira vez que Cícero era posicionado ao lado de figuras fundamentais da Igreja.

O volume XXII da *Patrologia Latina* apresenta uma das mais célebres epístolas de São Jerônimo, *Ad Eustochium, Paulae Filiam*, e nos remete à forte presença de Cícero em seus escritos.

São Jerônimo propõe-se a narrar a difícil passagem de sua leitura assídua dos escritores latinos à disciplina de leitura da Bíblia. Tendo deixado sua vida de pecados para trás e se dirigido a Jerusalém para pregar a boa nova, Jerônimo lamentava não ter sido capaz de carregar consigo a biblioteca que formara em Roma. Ao cabo dos dias de pregação, chorava tanto pela falta que Cícero e Plauto lhe faziam, como por ter de admitir que o pecado de lê-los persistia consigo. A razão era clara: “Sempre que eu retornava a meu bom juízo e começava a ler os profetas, sua linguagem parecia dura e bárbara”⁴¹⁴.

⁴¹³ Sabbadini, Remigio. *Storia del Ciceronianismo e di altre questioni letterarie nell'età della Rinascenza*. Torino: Ermanno Loescher, 1885. P. 54-56.

⁴¹⁴ Além da *Patrologia* de Migne, consultamos esta edição para a leitura da carta de Jerônimo: Henderson, Jeffrey. *Jerome: select letters*. Translated by F. A. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1933. “Cum ante annos plurimos domo, parentibus, sorore, cognatis, quod his difficilium est, consuetudine lautioris cibi propter caelorum me regna castrassem et Hierosolymam militaturus pergerem, bybliothea, quam mihi Romae summo studio ac labore confeceram, carere non poteram. Itaque miser ego lecturus Tullium ieiunabam; post noctium

São Jerônimo prossegue citando diretamente a II epístola aos Coríntios:

Não vos prendais a um jugo desigual com os incrédulos; pois que comércio tem a justiça com a injustiça? *Ou que comunhão tem a luz com as trevas? Que harmonia há entre Cristo e Belial?*⁴¹⁵.

E que consenso tem o santuário de Deus com ídolos? Pois nós somos santuário de Deus vivo, como Deus disse: Neles habitarei, e entre eles andarei; e eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo (*Coríntios*, II, 6, 16).

A seguir, ele arremata: “O que tem a ver Horácio com o Evangelho? Virgílio com os evangelhos? Cícero com o apóstolo [Paulo]?”⁴¹⁶

O que Cícero teria a ver com os apóstolos e, particularmente, com Jerônimo? Nesta mesma página da carta, São Jerônimo reforça a explicação, avaliando que a comunhão entre os romanos, cuja elegância em língua latina trazia consigo a perfídia do pecado, e a Palavra dura e bárbara, mas detentora da fé, era proibida. Em seguida, ele passa a relatar seu famoso sonho, quando, na quaresma do ano de 375, acometido por uma febre maligna, foi levado às portas da morte e interrogado por um tribunal divino. Teria então ouvido do juiz que presidia seu julgamento: “mentes, és ciceroniano, e não cristão, porque onde estiver teu tesouro, ali estará teu coração”⁴¹⁷. Portanto, a argumentação de Jerônimo alertava para a excessiva aproximação aos latinos, Cícero em especial. A proximidade com o arpinate consistia em matéria de ameaça à fé cristã – São Jerônimo chegou a prometer um afastamento da obra ciceroniana, ciente dos riscos após o alerta divino⁴¹⁸.

Outro laço ata São Jerônimo e o *Ciceronianus* de Erasmo. Em 1516, ao lançar sua *Vida de Jerônimo*, Erasmo esboçou aquele viria a ser um argumento central do opúsculo polêmico contra os seguidores de Cícero. Erasmo alertava para o fato de que Jerônimo expressava-se por meio de um latim estilisticamente apartado daquele de Cícero, algo que, todavia, não era razão para críticas. Se os problemas sociais, os deuses e as autoridades políticas e intelectuais haviam mudado, também deveriam mudar os modos de expressão⁴¹⁹.

crebas vigílias, post lacrimas, quas mihi visceribus eruebat, Plautus sumebatur in manibus. Si quando in memet reversus prophetam legere coepissem, sermo horrebat incultus, et quia lumen caecis oculis non videbam, non oculorum putabam culpam esse, sed solis”. Henderson, Jeffrey. *Jerome*... P. 124-125.

⁴¹⁵ *Coríntios*, II, 6, 14-15. Sublinhamos a citação precisa de São Jerônimo em itálico; embora ela termine aqui, convinha seguir um pouco mais a passagem, dada sua menção à idolatria.

⁴¹⁶ Migne. *Patrologia Latina*. Vol. XXII, Epístola XXII. P. 415-416.

⁴¹⁷ Migne. *Patrologia Latina*... P. 416. O trecho *ubi enim thesaurus tuus, ibi et cortuum* remete, como o próprio São Jerônimo indica, a *Mateus*, 6, 21.

⁴¹⁸ Sutcliffe, E. F. Jerome. In: Lampe, G. W. H. (org.). *The Cambridge History of the Bible*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1969]. P. 80 e ss.

⁴¹⁹ Pigman III, G. W. Imitation and Renaissance sense of the past: the reception of Erasmus's *Ciceronianus*... P. 5.

Ambas as referências aos Pais da Igreja permitem reconstituir os fios condutores de uma polêmica travada por eles em torno do estilo da Bíblia, e que, pode-se dizer, a título de hipótese, foi repercutida no *Ciceronianus* como mecanismo de defesa do programa de *philosophia christi* erasmiano.

Sermo humilis. Muitos séculos antes de Erasmo, a expressão “baixa” foi intimamente ligada às Sagradas Escrituras. Os leitores cultos do mundo tardo-antigo tinham plena consciência disso, e escarneciam os textos bíblicos por causa de sua linguagem pobre, o que motivou os Pais da Igreja a estabelecer respostas às suas críticas. Assim sucedeu que Santo Agostinho e outros definiram o papel da escrita de fácil entendimento como a forma mediante a qual a Palavra poderia se tornar acessível a todos. O discurso ágil e simples seria o único capaz de absorver a atenção mesmo daqueles que estivessem muito longe de entender as sutilezas eruditas da Bíblia, justificando-se com isso a necessidade de seu emprego e seu valor.

Além disso, o estilo “baixo” exaltado por Santo Agostinho não era simplório. Deveria ser praticado por um escritor que detivesse verdadeiro domínio da linguagem, sendo capaz de expor o assunto em termos claros e do alcance de todos. Também a Bíblia, de expressão “baixa”, não tratava de temas igualmente rasteiros. Na verdade, segundo Auerbach⁴²⁰, os assuntos tratados pela Bíblia, sem exceção, eram elevados, mesmo que não parecesse. Mistérios ocultavam-se em suas páginas, mistérios que não careciam de uma escrita “cult e soberba” para sua decifração, mas, sim, de uma disposição de espírito humilde para apreendê-los. Apenas desse modo seria possível chegar às revelações profundas da verdade bíblica, decorrência do verdadeiro sentido da expressão paulina *noli altum sapere*: não “não ousa conhecer”, interpretação que tantos aventaram erroneamente no século XVI, mas, “sê sábio”, no sentido moral, como Erasmo percebeu⁴²¹.

Para sustentar a tese de que a escrita baixa deveria prevalecer no texto sagrado, os Pais da Igreja empregaram muitos escritos. Auerbach acredita não haver texto melhor para exprimir o poder retórico⁴²² desse *sermo humilis* que uma passagem de Santo Agostinho nas *Enarrationes in Psalmos* (96, 4):

⁴²⁰ Auerbach, Erich. *Sermo humilis*. In: *Ensaio de Literatura ocidental*. São Paulo: Duas cidades; editora 34, 2007. [1952] P. 29-77.

⁴²¹ Ginzburg, Carlo. *O Alto e o Baixo...* P. 95-96.

⁴²² “O próprio Santo Agostinho manifestou-se a respeito. Em *De doctrina christiana* (IV, 12 ss.), ele fala da utilização da retórica acadêmica na pregação cristã. Não tinha dúvidas sobre a necessidade de o fazer: não haveria sentido algum, diz ele, em abandonar as armas da eloquência aos representantes da mentira e proibi-las aos representantes da verdade”. Auerbach, Erich. *Sermo humilis...* p. 36.

Aquele que esteve diante do juiz, aquele que levou tapas, aquele que foi flagelado, aquele que levou cuspidas, aquele que foi coroado de espinhos, aquele que foi coberto de golpes, aquele que foi pendurado numa árvore, aquele que, pendurado numa árvore, foi insultado, aquele que morreu na cruz, aquele que foi ferido com a lança, aquele que foi sepultado: este mesmo ressuscitou. Cometam os reinos quantas crueldades possam; o que farão contra o Rei dos reinos, contra o Senhor de todos os reis, contra o Criador de todos os séculos?⁴²³

Mas a prosa agostiniana iluminou a questão pelo menos noutra texto. No famoso sermão sobre a destruição de Roma após o ataque dos visigodos de Alarico em 410, Agostinho valia-se de Cristo como exemplo maior de humildade e sofrimento a ser seguido pelos homens:

Não nos perturbe, pois, o sofrimento dos justos; trata-se de uma provação. A não ser que, porventura, nos horrorizemos quando vemos algum justo suportar nesta terra pesados e indignos sofrimentos, e esquecemos o que suportou o justo dos justos, o santo dos santos. O que sofreu aquela cidade inteira, sofreu-o um só. E vede quem era ele: O Rei dos reis, o Senhor dos senhores, que foi preso, amarrado, flagelado, ofendido com todo o género de ultrajes, que foi suspenso do madeiro e crucificado, que foi morto. Compara Roma a Cristo, compara a terra inteira a Cristo, compara o céu e a terra a Cristo; nada do que foi criado se pode comparar com o seu Criador; nenhuma obra se pode comparar ao seu artífice. Ele criou todas as coisas e sem Ele nada foi criado; e todavia foi traído pelos que o perseguiram⁴²⁴. (*De excidio urbis*, 8.9)

A ideia de um Cristo flagelado, humilhado e destruído, mas que retorna poderoso e invencível a despeito dos males que lhe foram infligidos, seguramente teve grande peso no entendimento da interação entre linguagem baixa e tema elevado. Essa interação contínua da *humilitas* da palavra e da *sublimitas* da matéria tinha o objetivo de permitir a qualquer homem penetrar nos segredos cristãos, desde que não fosse leviano. Erasmo, ao propor um diálogo de fácil entendimento, risonho e *humilis*, mas que, ao mesmo tempo, tratava de assuntos seríssimos, não estaria retomando as ponderações agostinianas para criticar os ciceronianos?

Nosópono faz um comentário em favor dessa hipótese. Buléforo, passando em revista diversos autores vitais para a história ocidental cujo latim não era

⁴²³ A tradução pertence a João Ângelo Oliva Neto. Auerbach, Erich. *Sermo humilis...* P. 47-48.

⁴²⁴ A edição utilizada foi Hipona, Agostinho. *O De Excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma*. Tradução, introdução e notas por Carlota Miranda Urbano. Coimbra: CÉCH, 2010.

idêntico ao de Cícero, pergunta a Nosópono, curiosamente, o que ele acha de Erasmo. Eis a resposta:

Nosópono – Ele joga tudo precipitadamente; não dá à luz, mas aborta; às vezes escreve um volume aceitável ‘apoiando-se num pé só’, mas nunca é capaz de ordenar a seu espírito que releia, ainda que uma vez só, o que escreveu, e não faz outra coisa que não seja escrever, quando deveria tomar da pena no final, depois de uma longa leitura, e mesmo assim raramente. Que dizer do fato de que nem sequer aspira a falar à maneira tuliana, não se abstendo de palavras teológicas e às vezes nem mesmo das vulgares?⁴²⁵

Essa interpretação do pensamento de Erasmo ainda ganha respaldo ao explorarmos outras passagens do *Ciceronianus*. Nosópono explica aos ouvintes seus métodos de pesquisa e aquisição da maestria ciceroniana. Além de escolher as noites mais apropriadas para a meditação por meio da astrologia, seria preciso conservar uma atitude de distanciamento do mundo. Se o ciceroniano tiver vida pública, será obrigado a falar latim, o que acarretará na corrupção da beleza das palavras de Cícero.

Antes que Hipólogo e Buléforo fossem tentados a acreditar que Nosópono havia escolhido não falar com ninguém para preservar seu latim, este se explica: “Em conversas comuns e profanas eu não contamina a língua sagrada. Mas se eu for constrangido a falar em latim, falo breve e cuidadosamente.” A seguir, arremata, orgulhoso: “E, para este propósito, tenho algumas frases prontas”⁴²⁶.

“Então segue a questão das palavras”, dizia Nosópono. O personagem relata ter lido o máximo de epístolas ciceronianas possível, ordenando suas sentenças mais bonitas, palavras elegantes e demais ornamentos com a ajuda de seus dicionários. Depois, “eu examino que expressões eu posso usar e onde posso usá-las”. “Então eu retorno à questão das frases. Por isso agora é um trabalho de arte encontrar sentido para esses embelezamentos verbais”⁴²⁷.

Hipólogo resume os argumentos de Nosópono e, sem dúvida, a grande crítica de Erasmo:

Hipólogo - [o proceder de Nosópono é] exatamente como o de um ilustre artífice que prepara um vestido, um colar, anéis e jóias requintados; e depois disso talha uma imagem de cera sobre a qual ele possa encaixar esses ornamentos, ou, melhor, a qual possa se moldar aos ornamentos⁴²⁸.

⁴²⁵ Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano...* P. 178.

⁴²⁶ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus...* P. 32-33

⁴²⁷ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus...* P. 31.

⁴²⁸ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus...* P. 31.

De acordo com Erasmo, Longueil e seus seguidores, todos os ciceronianos, ao escolher a soberba da palavra exclusivamente talhada pelos moldes de Cícero antes dos sentidos que se queria comunicar, menoscabaram a verdadeira busca: a busca da verdade contida nas palavras, seu significado mais profundo, sua capacidade prática (que estava na raiz da *eloquentia*) de motivar os homens, de impelir-lhes em direção aos seus objetivos e de abrir-lhes as portas do reino dos céus. Ao olhar para o alto e tentar tocá-lo, Longueil e os seus teriam tão-somente cortejado nuvens rubras de que o pecado era o relâmpago. Erasmo, do chão de sua *humilitas*, expunha na ferida profunda de seus adversários a fonte aberta de suas culpas. Para Erasmo, o ciceronianismo poderia figurar de fato como um anti-humanismo cristão, um desafio ao poder divino, uma descida inexorável rumo ao inferno.

O *sermo humilis* não se restringiu ao mundo tardo-antigo até chegar à época de Erasmo. Na *Commedia*, em passagem notada por Benvenuto Rambaldi da Imola⁴²⁹ (*Inferno*, II, 55-57⁴³⁰), lemos a narrativa do encontro de Virgílio com Beatriz, cujo afeto por Dante a fez descer dos céus para pedir ao antigo poeta que guiasse o amado para longe de uma morte então certa:

Lucevan il occhi suoi piú che la stella;
e cominciommi a dir soave e piana,
Con angelica voce, in sua favella

Luzia o seu olhar mais do que estrela
e começou a dizer, suave e lhana,
com angélica voz, no idioma dela.

Rambaldi acreditava que esta passagem fora muito bem colocada, pois permitia entender que a fala divina, encarnada por Beatriz, era suave e simples, humilde, ao contrário da prosa de Virgílio e dos demais poetas, soberba e elevada⁴³¹.

O próprio Dante, explicando a Cangrande della Scala por que batizara o texto de *Commedia*⁴³², citou duas razões: “o poema é uma comédia em primeiro lugar porque seu final é feliz, e em segundo lugar porque seu estilo é baixo

⁴²⁹ Auerbach, Erich. *Sacrae scripturae sermo humilis*. In: *Ensaio de Literatura ocidental*. São Paulo: Duas cidades; editora 34, 2007. [1941] P. 15-28.

⁴³⁰ As citações do texto de Dante, inclusive as traduções, foram extraídas da seguinte edição: Alighieri, Dante. *A Divina Comédia: Inferno*. Edição Bilingue. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: 34, 2010 [1998].

⁴³¹ Auerbach, Erich *Sacrae scripturae sermo humilis*... P. 15.

⁴³² A denominação *Divina* deve-se creditar a Ludovico Dolce, que em 1555 editou o texto, saído dos prelos de Gabriel Giolito da Ferrari e irmãos. O termo veio a ganhar renome em edição posterior, de 1595, aos cuidados de Domenico Manzani (Florença). Martins, José V. de Pina. *A Commedia*. In: *Cultura italiana*. Lisboa: Verbo, 1971. P. 36

e humilde”⁴³³. Obviamente, Dante tinha plena consciência de que o texto que escreveu era sublime. Por duas vezes⁴³⁴ (*Paraíso*, XXIII, 62 e *Paraíso*, XXV, 1) chama a própria obra de *sacro poema*, além de demonstrar fartamente que o tema da *Commedia* era dos mais elevados, para não mencionar a clara tentativa de se equiparar ao mestre mantuano. Com efeito, ele entendia por *humilis* o uso de um linguajar baixo e o “pronunciado realismo de várias passagens do poema – duas coisas que lhe pareciam incompatíveis com o gênero sublime e trágico, tal como o entendia a partir do estudo das teorias da antiguidade”⁴³⁵.

As razões levantadas por Dante para qualificar seu texto de *humilis* mesmo sendo de fato sublime coloca-nos uma questão que ainda está por resolver: se o estilo adotado por Erasmo poderia ter se ligado concretamente ao *sermo humilis* de modo a evidenciar a arrogância de seus adversários, restava explicar o fato de que o próprio Erasmo, bem como Pietro Bembo⁴³⁶, insistiam na utilização de um discurso religioso de tom romano, próximo dos critérios de *eloquentia*. Bembo⁴³⁷, por exemplo, propunha o uso de *divinae mentis aura* no lugar de *spiritus sanctus*, acenando aos esforços como os de Nizzoli no *Thesaurus Ciceronianus*. A solução para este problema residia naquilo que Erasmo considerava uma consequência grave da proposta de Longueil, inextrincavelmente vinculada ao paganismo dos ciceronianos, qual seja, sua incoerência diante do presente e seu olhar distorcido em relação às fontes antigas.

Terminada a exposição de Nosópono, Buléforo, socraticamente, tenta convencê-lo do absurdo a que havia chegado seu discurso:

Buléforo – [...] Eu estava chegando exatamente a este ponto, isto é, nossa concordância em pensar que Cícero fala melhor que todos.

Nosópono – Concordamos.

Buléforo – E que o mais nobre nome de ciceroniano é imerecido a não ser que alguém fale como Cícero.

Nosópono – Precisamente.

Buléforo – E que não fala sequer bem aquele cuja linguagem é inapropriada.

⁴³³ Auerbach, Erich. *Sacrae scripturae sermo humilis...* P. 16-17.

⁴³⁴ “E così, figurando il paradiso, Conven saltar lo *sacrato poema*, Come chi trova suo cammin riciso.” (XXIII, 61-63)

“Se mai continga che ‘l *poema sacro* al quale ha posto mano e cielo e terra, sí che m’ha fatto per molti anni macro,” (XXV, 1-3) [grifos nossos]

⁴³⁵ Auerbach, Erich. *Sacrae scripturae sermo humilis...* P. 17.

⁴³⁶ Embora fosse um ciceroniano convicto, famoso pela redação de brilhantes cartas latinas na corte papal e pela proximidade de Longueil, Bembo foi poupado de maiores ataques por Erasmo em virtude de sua inclinação cristã. Seu ciceronianismo, vinculado ao serviço da fé, foi considerado moderado. Torres, Amadeu. Damião de Góis e o pensamento renascentista... P. 8.

⁴³⁷ Auerbach, Erich. *Sermo humilis...* P. 52.

Nosópono – Concordamos nisso também.

Buléforo – Ademais, que nós falamos adequadamente apenas quando nosso discurso é consistente com as pessoas e condições da vida presente.

Nosópono – Claro.

Buléforo – Muito bem. As presentes condições estão de acordo com aquelas de quando Cícero viveu e falou, considerando-se nossas absolutamente diferentes religião, governo, leis, costumes, ocupações, a aparência concreta dos homens?

Nosópono – Não, de forma alguma⁴³⁸.

Buléforo, cujo o tom é cada vez mais o de Erasmo e cuja voz é progressivamente mais solitária no diálogo, prossegue, deixando Nosópono desconcertado:

Buléforo – Tu dizes que ninguém pode falar com propriedade a menos que copie Cícero; mas este fato mesmo nos convence de que ninguém pode falar bem a menos que se sabiamente beba do exemplo de Cícero. Para qualquer lugar para onde me viro, eu vejo coisas mudadas, eu estou em outro palco, eu vejo outro teatro, sim, outro mundo⁴³⁹.

As conclusões são avassaladoras, e a partir daí Nosópono já quase não opõe resistência. Se o desejo de imitar o modelo ciceroniano era tão forte, dever-se-ia, para se dele aproximar, admitir que tal tarefa era impossível. Por um lado, a distância temporal em relação à época romana trazia à tona paradoxos insolúveis; Cícero jamais pronunciara palavras como “Cristo”, “trindade”, “evangelho”, “arcebispo”, “pagão” e “outras inumeráveis coisas nas quais se baseia a vida cristã”⁴⁴⁰. Usar para questões de nosso tempo – Erasmo prossegue – termos como *templum* no lugar de “igreja”, ou o de “Apolo” em substituição a Cristo, consistiria numa violação dos tempos tão incoerente quanto a anterior.

Buléforo – Além disso, ele [Longueil] afirma que escreveu cinco discursos em louvor da cidade de Roma. Que esforço belamente empregado! Quanto melhor o teria empregado se, com alguns discursos bem elaborados, tivesse se empenhado em inflamar aquela cidade, e principalmente os homens que professam as belas letras, para o culto de Cristo e para o amor da piedade! Entendes, Nosópono, o que digo, ou, antes, o que não digo? E a quem, afinal, dedicou tais vigílias? Ao Senado? O Senado, se há algum em Roma, não sabe latim. Ao povo? O povo fala uma língua bárbara e está muito longe de se deixar cativar pelo estilo tuliano. Mas basta destes *epideiktika* [vitupérios]!⁴⁴¹

⁴³⁸ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus*.... P. 61.

⁴³⁹ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus sive de optimo genere dicendi*... P. 62.

⁴⁴⁰ Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus*... P. 66-67.

⁴⁴¹ Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano*... P. 198.

Por outro lado, qualquer esforço em absorver a prosa de Cícero integralmente resultaria em estrondoso fracasso, pois, além das palavras, também os homens estão submetidos ao devir instalado no mundo por Deus. Desse ponto de vista, os ciceronianos estavam, por ignorância, novamente atentando contra Sua vontade. “De fato, a culpa não era de De Longueil, mas dos tempos”⁴⁴². Mesmo que o treino ciceroniano lograsse sucesso, as requisições da época poderiam torná-lo em parte dispensável – e era preciso aduzir a esse argumento outro, qual seja, o de que qualquer aproximação à prosa tuliana que não fosse idêntica forçosamente ser-lhe-ia inferior, o que ressalta ainda mais o absurdo da proposta.

Também cumpre dizer que a indisposição à impossibilidade de se imitar estritamente o latim de Cícero participou de uma corrente intelectual que ultrapassava o próprio Erasmo, incluindo personagens como Castiglione e Maquiavel. Para eles, a imitação verdadeira seria aquela decorrente da mudança dos tempos. Recorrendo a uma célebre carta de Sêneca a Lucílio, poder-se-ia dizer que a boa imitação de um autor de que se gosta deveria despertar a semelhança que há entre pai e filho, mas jamais aquela de uma estátua, porque “a estátua é um objeto morto” (*Epistulae morales*, 84, 8).

Quando Maquiavel alertou sobre os cuidados prudenciais que se deveria tomar para mitigar os poderosos efeitos da fortuna, deixou claro o quão destrutivo poderia ser o comportamento que ignorasse as mudanças que a passagem do tempo provoca. “[...] Creio ainda que é feliz quem emparelha seu modo de proceder com a qualidade dos tempos e, analogamente, que seja infeliz quem age em desacordo com os tempos”⁴⁴³. Ao contrário da ordem lunar, estática e regular, a ordem sublunar, onde se joga o destino dos homens, estava sempre e sujeita a alterações, ainda que conduzidas nalguma medida pela regularidade dos astros. Aos homens, todavia, restava alcançar o equilíbrio entre as ações da *Fortuna* e certo olhar dirigido ao passado, aos homens de outrora, pois o controle e estabilidade das revoluções celestes imprimiriam às sociedades e seus componentes certo ritmo que, se seguido, levaria à prosperidade futura. Apenas essa “espécie de adaptação às ‘condições do tempo’” seria “capaz de tornar possível a regeneração e fortalecimento dos corpos políticos”⁴⁴⁴. Portanto, tirar inspiração no passado era parte da ação prudencial, mas aliado a isso era imprescindível ter em mente os muitos cadafalsos armados pela imperfeição humana e pela própria constituição do universo.

⁴⁴² Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus...* P. 112.

⁴⁴³ Maquiavel, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010. P. 132.

⁴⁴⁴ Teixeira, Felipe. *Timoneiros: Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Rio de Janeiro: PUC, 2008 (tese de doutorado). *Maxime* p. 21-25, cit. à p. 23.

O *cortesão*, publicado em 1528, mas redigido dez anos antes, alude à multiplicidade de estilos que poderiam conviver num mesmo momento⁴⁴⁵, mostrando a outra face da proposta crítica de Erasmo; ignorar que determinado período poderia ter alcançado a excelência em dada arte ou técnica de variadas e igualmente válidas maneiras seria tão negativo quanto supor que o melhor estilo da antiguidade poderia ser ressuscitado à perfeição e com proveito noutra época.

Em 1521, na citada *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar*, Erasmo antecipava tais conclusões, demarcando o quão pouco astutos eram aqueles que dependiam servilmente de uma estrutura paralisada para a escrita: Nem sempre é necessário usá-las todas [as fórmulas textuais] juntamente, nem com frequência inteiramente e, como nos discursos, muitos mudam, conforme o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião⁴⁴⁶.

O clímax do argumento exposto no *Ciceronianus* parte de uma definição individualizada de “estilo” demarcada pela conexão intransponível entre *auctor*, palavra e contexto que, se soçobrada, acarretaria na fratura da *ratio temporum* e na conseqüente inobservância da ordem divina. O instrumento da *ratio temporum* pode ter ocorrido a Erasmo sobretudo em razão de seu uso por Valla na famosa polêmica da doação de Constantino. Como é sabido, a farsa só foi descoberta porque a aplicação de determinadas palavras e o estilo do autor eram incompatíveis com a época à qual se reportava o documento; assim, os seus segredos teriam ruído sob os métodos da filologia⁴⁴⁷.

Uma síntese dos desafios em torno da *ratio temporum* também aparece em *De ratione dicendi*, compêndio de retórica escrito por Juan Luis Vives em 1532. O amigo de Erasmo lembrava ao seu destinatário – tendo como horizonte a polêmica do ciceronianismo⁴⁴⁸ –, o reitor da Universidade de Salamanca, bispo d. Francisco de Bovadilla, que, se a linguagem organizada e bela era atributo dos melhores homens, nada pior poderia haver do que expressão desconcertada do tempo e do ambiente onde é empregada:

⁴⁴⁵ Ginzburg, Carlo. Estilo: inclusão e exclusão. In: *Olhos de madeira*: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [1998] P. 142-143.

⁴⁴⁶ Rotterdam, Erasmo. *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar...* P. 119.

⁴⁴⁷ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 124.

⁴⁴⁸ Vives, admirado por Longueil e Erasmo, ficou do lado deste na querela, como se lê em carta que escreveu em 1 de agosto de 1528: “Tu *Ciceronianus* más bien le gusté que le leí. Has de saber que poco ha recibí una carta de cierto sujeto, amigo y aun algo pariente mío, residente en Italia, el cual me exhortaba a que por espacio de dos años enteros no leyese otro autor que Cicerón y procurase imitarle en las sentencias, palabras y giros, asegurándome que de esa suerte pronto dejaría atrás a Longolio y a otros muchos. Con esto tuve nueva ocasión de reirme de la pueril manía de imitar que se ha apoderado de los ingenios”. [grifos nossos] Cf. Asensio, Eugenio. *Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560)*... P. 242. Bonilla, Adolfo. *Luis Vives y la filosofía del Renacimiento*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón e Jesús, 1903. P. 201-202

En verdad, yo no veo nada más ventajoso en las reuniones de los hombres que el lenguaje bien enseñado y formado; por el contrario, es perjudicial si no es apropiado a los lugares, al tiempo y a las personas. Y no es casual que el Apóstol San Pablo, entre los documentos divinos a los Colosenses, añadiese aquello de que su lenguaje fuese sazonado con sal, es decir, que no fuese desabrido por una observación impropia de los tiempos y de los lugares y, por consiguiente, resultase desagradable. Pues no hay cosa más propia del hombre prudente que usar de forma adecuada y hábil el lenguaje, según sea preciso, con muchos, con pocos, con eruditos, con rudos, con un igual, con un inferior, con un menor, observando el tiempo y lugar, así se hable y se trate de cualquier cosa⁴⁴⁹.

Aqui, aliás, Vives recupera elementos de um decoro particularmente necessário à arte epistolar, que se fundamente precisamente nas especificidades de uma audiência, forma e duração meticulosamente pensadas. Como explica Saulo Neiva:

Em Vives, cada carta se liga a uma situação precisa implicando um conjunto de variáveis que o epistológrafo deve ter em conta: as circunstâncias em que se escreve a carta, o assunto abordado, o caráter do destinatário... Estamos assim diante de uma arte epistolar altamente modulada pela conveniência, noção retórica tão crucial quando inapreensível, que os autores latinos nomeiam de diversos modos: *aptum*, mas também *conveniens*, *acomodatatum*, *decorum*, *decens*, *quid deceat*. O epistológrafo deve ser capaz, à semelhança do orador clássico, de conciliar prudentemente seu discurso com as circunstâncias precisas da enunciação, dissimulando a arte retórica de que se serve. O respeito pela conveniência, que é um princípio válido para a arte oratória, torna-se ainda mais decisivo quando se trata da arte epistolar porque é num recinto íntimo de *otium* e amizade que o epistológrafo intervém, dirigindo-se a interlocutores bem precisos, que ele próprio escolheu⁴⁵⁰.

Revelada a farsa ao cabo da longa explanação, Nosópono rende-se, admitindo reconsiderar todas as opiniões que sustentara até aquele momento. Buléforo, em gesto triunfal, encerra seu discurso – e é também o fim do opúsculo – com estas palavras: “Tudo isso [os tormentos da doença] não tardará a desaparecer progressivamente, e, se for necessário, nós não hesitaremos em recorrer uma vez mais ao nosso médico, o *Logos*⁴⁵¹. A insistência na ideia de que Nosópono estava doente – e a indicação do *Logos* como médico –, a forma dialogal do discurso e o processo maiêutico de convencimento obrigam-nos a um último esforço de

⁴⁴⁹ Vives, Juan Luís. *El arte retórica / De ratione dicendi*: edición bilingüe. Trad. Ana Isabel Camacho. Barcelona: Anthropos, 1998. [1532] P. 4-5 [*Epistola Nuncupatoria*, l. 14-24]

⁴⁵⁰ Neiva, Saulo. *Em nome do ócio e da amizade...* P. 51.

⁴⁵¹ Rotterdam, Erasme. Le Ciceronien. In: Mesnard, Pierra. *Erasme - La philosophie Chrétienne*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1970. P. 358.

reconstituição do modelo apresentado no *Ciceronianus*, um modelo que, aliado ao suporte cristão fundamentado pelo *sermo humilis*, dá-nos uma visão de conjunto da estrutura arregimentada por Erasmo em seu embate contra os ciceronianos e uma clara noção das forças colocadas em movimento na controvérsia.

As pernas enregeladas e o torpor adensado perto do coração prenunciavam o fim, mas ainda havia tempo para um gesto nobre. Antes de libertar-se do corpo, em vez de lágrimas ou saudosos lamentos, Sócrates pediu a Criton que saldasse uma dívida com Asclépio. Comovidos, os amigos do filósofo esperavam que se seguisse um último conselho, um último sábio suspiro que servisse como ápice do amplo e generoso diálogo travado naquele dia. “Mas a esse pedido ele não respondeu nunca mais”⁴⁵² (*Fédon*, 118 A).

Poucas passagens sintetizam tão bem o nascimento de uma tradição – aqui fala-se de uma tradição ético-filosófica –, e poucos gêneros podem ter suas origens traçadas com tamanha precisão quanto o diálogo. Ele certamente foi principiado como representação dos debates socráticos. Não obstante haver alguma dúvida sobre o surgimento oral dos diálogos (como método de ensino) antes do nascimento de Sócrates, sua produção escrita apareceu, com toda a probabilidade, logo após sua morte. Há evidências nas *Memorabilia* de Xenofonte capazes de sugerir que, além de Platão e do próprio Xenofonte, cujos textos sobreviveram, ao menos metade dos amigos de Sócrates presentes nas discussões realizadas em seu último dia de vida redigiram diálogos, hoje perdidos⁴⁵³. Contudo, é preciso relativizar tal ideia, pois a sugestão de que os discípulos de Sócrates imediatamente passaram a disseminar sua filosofia por meio da redação de diálogos poderia levar a supor a preexistência⁴⁵⁴ e, sobretudo, certo prestígio do gênero, afirmação de difícil comprovação⁴⁵⁵.

Platão e Xenofonte não chegaram a elaborar uma definição clara do que fossem os diálogos, deixando apenas a menção a uma conversa aberta e instrutiva. Uma tentativa mais específica ocorreu com Albinus, platônico que viveu no século II. a.C. Os escritos deste *auctor* diziam que um diálogo era um discurso

⁴⁵² Raelle, Giovanni (org.). *Platone: tutti gli scritti*. Milão: Bompiani, 2000.

⁴⁵³ Ford, Andrew. The beginnings of dialogue: Socratic discourses and fourth-century prose. In: Goldhill, Simon (org.). *The end of dialogue in Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. P. 29-31.

⁴⁵⁴ É muito importante reforçar que trata-se aqui da busca pela forma *escrita* do gênero dialogal. Os diálogos do ponto de vista da oralidade e definidos simplesmente como uma conversação – cujo fim não necessariamente será a chegada a alguma verdade, como no âmbito socrático – é inerente ao próprio mecanismo da fala humana, que se estabelece a partir da interação entre emissor e receptor. Nesse sentido, obviamente os diálogos estão na raiz da própria história da expansão da linguagem. Cf. D’Angelo, Frank J. The dialogue. *Rhetoric Review*, vol. 1, nº 01 (set. 1982). P. 72-73.

⁴⁵⁵ Ford, Andrew. The beginnings of dialogue... P. 29-32.

(*logos*) baseado em um sistema de perguntas e respostas nos quais os personagens agiam conforme os indivíduos que se desejasse representar, e por meio do qual se perfilasse um tema de grande dignidade. Ademais, o diálogo deveria ser escrito nos moldes de um estilo tecnicamente sofisticado⁴⁵⁶. Conhecida e referida por Aristóteles, essa definição acabou por não representar o gênero dialogal, que, por um lado, não deu tanta atenção à *sublimitas* da escrita e, por outro, teve seu sistema de perguntas e respostas supervalorizado.

Essa supervalorização dos mecanismos internos dos *Sôkratikoí logoi*⁴⁵⁷ ajuda-nos a examinar seu ambiente originário hipotético. Os diálogos teriam emergido em um contexto de expansão dos gêneros prosódicos na Grécia antiga, ao lado, dentre outros, da sofística. Para demarcar território e proclamar alguma especificidade, muitos defensores dos diálogos socráticos insinuavam que os sofistas lutavam por um modelo de ensino que privilegiava a *passividade*, enquanto os diálogos, concebidos como demonstrações francas e abertas da troca de conhecimentos, seriam caracterizados por seu estímulo à *atividade*. Os sofistas, ademais, se indisporiam com o que acreditavam ser uma conversa vã, preferindo os discursos longos de tom professoral. Na realidade, a distinção entre sofistas e socráticos dava-se com maior clareza no âmbito da recepção. As discussões sofistas norteavam-se na noção de apresentação pública (*demagógica*); os diálogos socráticos, na ideia de discussão privada, cuja distinção era garantida não pela qualidade da oratória no discurso, mas pela nobreza do tema⁴⁵⁸.

O aspecto da gravidade do tema também era crucial para afastar a comparação levantada por Isócrates, rival de Platão, entre o diálogo socrático e a retórica erística. A retórica erística, ponderava Isócrates, adotava tão profundamente a estrutura de perguntas e respostas que podia receber a alcunha de “diálogos erísticos”. Platão rebateu essa afirmação, procurando diferenciar *dialegethai* (conversa) de *erizein* (disputa), esclarecendo que o gênero erístico era praticado pelos jovens. Platão ainda acrescentou que o gênero erístico versava sobre temas de pouca relevância. Isso se devia ao fato de que se privilegiava a demonstração da capacidade de convencimento do locutor muito antes de sua sabedoria. Assim, o gênero erístico esgrimiria suas armas por meio de paradoxos

⁴⁵⁶ “What then is a dialogue? It is a discourse [*logos*] composed of questions and answers on a philosophical or political topic, with the characters of the individuals taking part delineated appropriately, and in an artistically finished style”. Ford, Andrew. *The beginnings of dialogue...* P. 34.

⁴⁵⁷ Todavia, o nome dado por Aristóteles não contava com grande força conceitual. Ele foi utilizado a partir da constatação de que não havia sido escolhida qualquer denominação especificamente orientada ao gênero, como vemos na *Poética* (1447b): “Todavia, a [arte] que imita apenas com palavras em prosa ou em verso, podendo misturar-se diferentes metros ou usar um único, chegou até hoje sem nome. Realmente não temos nenhum termo comum para designar os mimos de Sófon e de Xenarco e os diálogos socráticos, ou a imitação que alguém faça em trímetros, em versos elegíacos ou alguns outros metros similares”.

⁴⁵⁸ Ford, Andrew. *The beginnings of dialogue...* P. 34-41.

relativos a um passado distante, como na discussão dos atributos de Helena, ou integralmente mitológico como nos comentários relativos a Hércules⁴⁵⁹, ou ainda a partir de propostas de reflexão notadamente triviais, como no elogio paradoxal que tenta provar as virtudes de um rato⁴⁶⁰. Apesar de em princípio estimular a discussão dos problemas triviais, também áridas questões fizeram parte do sistema erístico, fato que motivou a inserção nesse *corpus* de paradoxos como os de Zenão em torno da ideia de movimento – entre eles, o mais famoso certamente é o de Aquiles⁴⁶¹. O antídoto dos partidários platônicos do diálogo foi escrever textos sobre Sócrates ou nos quais se representasse sua fala (caso para o qual Platão é o modelo exemplar), já que, mesmo morto, Sócrates era um personagem concretamente identificável e de grande prestígio⁴⁶².

⁴⁵⁹ Platão o menciona no *Simpósio*, quando Eríssimaco lamenta que se não haja escrito um texto encomial a Eros. No intuito de reforçar o tom crítico, refere a uma intensa descrição das qualidades do sal preparada por um sofista; pretendia demonstrar que os sofistas preocupavam-se com questões desse tipo antes de dedicarem-se a temas propriamente fundamentais. “[...] E se, poi, vuoi prendere in considerazione i buoni sofisti, ti accorgi che essi scrivono in prosa encomi di Eracle e di altri eroi, come ad esempio il bravissimo Prodicò. E questo non è molto stupefacente; ma io mi sono imbattuto in un libro di un sapiente in cui addirittura il sale era oggetto di un mirabile elogio per la sua utilità. E potreste vedere altre cose di questo genero fatte oggetto di encomio. Dunque, si è messo tanto ingegno in cose come queste, e nessuno ha avuto l’ardire di celebrare con inni degnamente Eros!” (*Simpósio*, 177 B-C)

⁴⁶⁰ Ford, Andrew. *The beginnings of dialogue...* P. 41-43.

⁴⁶¹ Platão menciona Zenão no *Parmênides* (127D – 128 A), propondo um diálogo que teria ocorrido entre este e Sócrates. Quanto ao paradoxo de Aquiles especificamente, ele de fato colocou problemas que ainda não foram de todo esclarecidos. Seriam estes os seus termos: “O segundo argumento é o chamado ‘Aquiles’ e consiste no seguinte: numa corrida, o corredor mais rápido jamais consegue ultrapassar o mais lento, visto o perseguidor ter de primeiro atingir o ponto de onde partiu o perseguido, de tal forma que o mais lento deve manter sempre a dianteira. Este argumento é, em princípio, o mesmo que o que depende da bissecção, se bem que difira dele no facto de as grandezas adicionadas não serem divididas em metades”. Cf. Kirk, G. S; Raven, J. E; Schofield, M; *Os filósofos pré-socráticos*. 7. Ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010 [1983]. P. 284. Segundo os autores, esse problema possivelmente destinava-se a demonstrar que “[...] se há muitas coisas, cada uma delas deve ser simultaneamente mais rápida e mais lenta que as outras”. Não obstante, pretende-se insistir aqui que as reflexões desse gênero, talvez consideradas demasiado enigmáticas e desprovidas de utilidade intelectual imediata pelos platônicos, foram incluídas na concepção erística. Cf. Ford, Andrew. *The beginnings of dialogue...* P. 41. Kirk, G. S; Raven, J. E; Schofield, M; *Os filósofos pré-socráticos...* P. 275-279.

⁴⁶² O conhecido trecho do *Parmênides* que trata de Zenão, reproduzido a seguir segundo a tradução de Kirk, Raven e Schofield, é uma boa maneira de esclarecer como Platão usava a figura de Sócrates para rebater os defensores da perspectiva erística. Com a ironia que lhe era peculiar, exhibe a estupefação de Sócrates diante do livro de Zenão, e, ainda, aproveita para insistir em como tais aforismos flertavam com o impossível: “Assim que Sócrates isto ouviu [sc. A leitura que Zenão fizera do seu livro], pediu-lhe que lesse de novo a primeira hipótese do primeiro argumento. Após a leitura, disse: ‘que pretendes dizer com isto, Zenão? Se as coisas que existem são muitas, nesse caso força é que sejam semelhantes e dissemelhantes, o que é impossível – pois nem o que é dissemelhante pode ser semelhante, nem o que é semelhante, dissemelhante. Não é isto o que dizes?’ – ‘Assim é’, respondeu Zenão. – ‘Logo, se é impossível

A controvérsia entre retórica erística e diálogos socráticos viria a reaparecer nos debates letrados quinhentistas, e esse ressurgimento deveu muito a Christophe de Longueil. O anátema de Erasmo havia proposto uma discussão na qual se concluía que a melhor escrita seria fomentada por uma relação conflituosa entre texto e modelo, relação plenamente atendida mediante os princípios da imitação e da emulação: (i) a demonstração clara do modelo que originou o discurso; (ii) a competição como mecanismo privilegiado na tentativa de superação do modelo⁴⁶³. Os supostos partidários de Longueil seguiam seus conselhos fielmente, defendendo a ideia de vitória diante do mestre; críticos que compartilhavam os pontos de vista de Erasmo tendiam a associá-los a características negativas (soberba, inveja, subserviência, desrespeito à *ratio temporum*) – afinal, demonstrar as virtudes de um rato não teria outro propósito senão o de evidenciar o estéril brilhantismo de retores. A emulação, para eles, estava intimamente associada a necessidades concretas, e jamais poderia ser executada a sério meramente pela superação das técnicas antigas.

A obsessão de Nosópono, que espalhava pela casa retratos de Cícero, lia tão-somente os escritos do arpinate, pronunciava não mais que suas palavras e agarrava-se a seus dicionários de expressões ciceronianas como escudos diante da corrupção do mundo mostram bem a tentativa de Erasmo em nuançar o fato de que a busca pelo modelo ciceroniano exalava ares nefandos. Mas também podem sugerir que Erasmo, ao armar-se com as vestes do diálogo (diálogos *socráticos*, que enalteciam a elevação da matéria antes da qualidade oratória), relegava aos ciceronianos o papel de sofistas.

Há mais a dizer. No *Ciceronianus*, Erasmo parece inferir diretamente que Longueil de fato adequara seus estudos à retórica erística, e tenta demonstrá-lo mencionando a metáfora do corredor. A metáfora erística do corredor prescrevia três passos para o estudo dos autores antigos. Inicialmente, dever-se-ia segui-los de perto (*sequi*); depois, igualá-los na qualidade da escrita, no uso das frases, no ritmo (*imitatio*); se a devota observância desses princípios fosse correspondida, chegar-se-ia à *aemulatio*, passo no qual os autores seriam superados⁴⁶⁴. Está claro que, na época em que Buléforo se aproxima de Nosópono para ajudá-lo, a corrida

que o que é dissemelhante possa ser semelhante e o que é semelhante, dissemelhante, é também impossível que haja muitas coisas? Pois, se houvesse muitas coisas, estariam sujeitas a impossibilidades. É esta a finalidade dos teus argumentos – rebater precisamente tudo o que comumente se diz, que não há muitas coisas? E consideras tu cada um dos teus argumentos como prova desta mesma conclusão, que não há muitas coisas, como os argumentos que escreveste? É isto o que dizes, ou não te estou eu a compreender correctamente? – ‘Não’, respondeu Zenão, ‘compreendeste lindamente a intenção de todo o tratado.’” [*Parmenides*, 127 D – 128 A]

⁴⁶³ Pigman III, G. W. Versions of the Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, Vol. 33, Nº 01 (Spring). University of Chicago Press, 1980. P. 3-4; 17-20.

⁴⁶⁴ Pigman III, G. W. Versions of the Imitation in the Renaissance... P. 18.

ainda não atingira o estágio final, isto é, o da superação, mas prendia-se, com tons doentios, a uma eterna e inútil *imitatio*. Não obstante, a emulação como mecanismo da vitória diante de um autor aparece nas palavras de Buléforo:

Buléforo – [...] tu sabes que há algumas pessoas sagazes que distinguem imitação e emulação. Elas dizem que a imitação visa à semelhança, mas a emulação visa à superioridade. E então, se colocas diante de ti Cícero, pleno e solitário, com o objetivo de não apenas copiá-lo, mas de ser melhor que ele, não podes meramente superá-lo, mas precisa derrotá-lo completamente [...] ⁴⁶⁵.

Ora, de todo o exposto emerge a conclusão de que a escolha de um diálogo para a crítica aos ciceronianos pode ter atendido não somente a um hábito da prosa de Erasmo e a um estilo bem ao gosto daqueles letrados, mas ainda ao resgate da antiga polêmica entre socráticos e sofistas. Analogamente, a gravidade do tema e o uso da linguagem relacionados ao *sermo humilis* podem ter reforçado a pretensão de arquitetar um diálogo que, no mínimo, refletisse direta ou indiretamente os *Sokratikoi logoi*, uma vez que os princípios acima expostos adequavam-se aos seus parâmetros.

O orador cristão não deveria furtar-se às artes da retórica. Nos termos de Agostinho, não havia razão para negar aos defensores da verdade as armas dos propagadores das mentiras. As alusões satíricas e a incorporação de Longueil e seus seguidores na carcaça doente de Nosópono fazem parte desse esforço empreendido por Erasmo. O que ele pretendia era, com efeito, construir um discurso religioso na medida de todos os homens para enfrentar o obscurantismo escolástico e a associação humanista ao paganismo. Ao fazê-lo, encampou a proposta máxima do humanismo cristão, na medida em que este associa-se à cultura viva e útil capaz de instigar os homens à verdade trazida pela Palavra.

Mas ainda aqui, na relação magnética a aproximar palavra retórica e palavra cristã, Erasmo ancorava-se no bispo de Hipona, especificamente na parte IV da *Doctrina Christiana*. Tanto na segunda edição do *Novo Testamento* (1519) quanto no último livro publicado em vida (*Ecclesiastes*, 1535), Erasmo esclarecera as razões teológicas de suas preocupações com os abusos que sofria a linguagem tendo em mente o texto agostiniano. Sabemo-lo porque, conforme salienta Leonel Ribeiro, “[...] para Erasmo, a palavra não é só o instrumento privilegiado e essencial da ação de Deus, através do qual Ele exerce a sua criação e salvação, mas exprime a própria natureza divina”⁴⁶⁶. Se Cristo veio à Terra anunciar a esperança de redenção dos pecados, o fez por meio da palavra, assumindo, ele próprio, o discurso de Deus. Qualquer pregador que aceitasse a tarefa de

⁴⁶⁵ Rotterdam, Erasmo. *Ciceronianus*... P. 58; Pigman III, G. W. *Versions of the Imitation in the Renaissance*... P. 25.

⁴⁶⁶ Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*... P. 85.

continuar tal mensagem deveria respeitar – argumenta Erasmo no *Ecclesiastes* – o decoro e a dignidade que um dia envergaram os primeiros apóstolos. E vai mais longe: “o homem não tinha outro modo de aceder mais proximamente à natureza do nume eterno a não ser pela razão e pelo discurso. [...] A mente é a fonte, a palavra é a imagem que promana da fonte”⁴⁶⁷.

Logo fica claro o porquê de Erasmo ter levado às últimas consequências retóricas sua disputa com os ciceronianos. Antes de ser um exercício de polêmica vazio, o diálogo *Ciceronianus* valia de alerta aos pecados e, simultaneamente, de demonstração do perigoso poder da palavra que reverte-se contra seus conjuradores. “A linguagem”, lemos em Erasmo, “promanando do coração que é a fonte do discurso, expõe a força e o afeto daquele coração com vigor admirável, de tal modo que o homem não possui outra parte de si que seja mais útil ou mais perniciosa [...]”⁴⁶⁸.

Eis as bases e as fontes do alerta de Erasmo. O fomento da razão e do discurso, de origem grega⁴⁶⁹, aliava-se à sabedoria dos antigos filósofos cristãos em sua cruzada contra os hereges da *Respublica Christiana*. O controle dos vícios e da heresia residia na modulação da correta linguagem, razão pela qual as primeiras edições do *Ciceronianus* vieram sempre acompanhadas dos diálogos erasmianos que compendiam o modelo de restituição das pronúncias antigas do grego e do latim⁴⁷⁰.

⁴⁶⁷ Rotterdam, Erasmo. *Ecclesiastae, sive de ratione concionandi* libri IV. Basileia, 1544. APUD, Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento...* P. 86-87.

⁴⁶⁸ Rotterdam, Erasmo. *Ecclesiastae, sive de ratione concionandi* libri IV... P. 86-87

⁴⁶⁹ “[...] a que os gregos chamam *nou kai logou* [...]”.

⁴⁷⁰ Henderson, Judith. Language, race and Church Reform: Erasmu's *De recta pronuntiatione* and *Ciceronianus*. *Renaissance and Reformation*, Vol. 30, Nº 2 (Spring 2006) P. 4

PAZ CICERONIANA, GUERRA ERASMIANA: AS ESCOLHAS EPISTOLOGRÁFICAS DE DAMIÃO DE GÓIS

Os dispositivos empregados no *Ciceronianus* iluminam os vínculos entre diálogos e epístolas⁴⁷¹. Ambos consistiam em *amicorum mutuus sermo*, uma forma de discussão privada, familiar, que, contudo, extrapolava as fronteiras da privacidade como as conhecemos⁴⁷², desempenhando papel fundamental na configuração social do ideal humanista da República das Letras. Os humanistas redigiam cartas como parte de *performances* esperadas de homens virtuosos, e defendiam a combinação de ética e eloquência ao fazê-lo⁴⁷³. Quando esses critérios deixaram as mãos dos secretários e da rotina chancelar para ganhar horizontes mais amplos, a carta neolatina tomou rumos inesperados, e, na altura em que Góis passou a fazer uso delas, dois modelos se digladiavam.

De um lado, a imitação rigorosa (mas não necessariamente “ciceroniana”) dos critérios associados à *auctoritas* Cícero, em parte preservada nas práticas medievais e reconfigurada nos moldes da retórica humanista⁴⁷⁴. Por outro, o “ecletismo”, cujo cerne residia na atenção às “variações do tempo” e as especificidades da audiência, que impunham critérios específicos a cada ocasião. Nesse caso, retomava-se a *consuetudo* da *Instituição oratória*, para citar o principal exemplo. Apesar de reconhecer a primazia de Cícero, recomendando, inclusive, que se imitassem aqueles mais parecidos com ele, Quintiliano salienta que as mudanças nos tempos alteram as relações de imitação e emulação:

Em meu entender, há duas espécies de que é preciso acautelar sobretudo as crianças: uma, é que um admirador excessivo da antiguidade queira endurecê-las nas leituras dos Gracos, de Catão e de outros que tais; é que se tornarão ásperos e áridos, porquanto não alcançam ainda, com a inteligência, o seu vigor, e, satisfazendo-se com o seu estilo, que então era sem dúvida óptimo,

⁴⁷¹ Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros...* P. 121-147, *maxime* P. 121-125.

⁴⁷² Goulemot, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. Ariès, Philippe; Duby, Georges (orgs.). *História da Vida Privada*. Vol 3, da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1986]. P. 371-405.

⁴⁷³ Fumaroli, Marc. *Genèse de l'épistolographie classique...* P. 887, 900.

⁴⁷⁴ “Unsurprisingly, in view of the considerations above, we find that the early textbooks of the *Ars dictaminis* made only a very limited use of classical rhetorical doctrine and terminology. Classical rhetoric is brought into play only in relation to those parts of the letter that coincide with the parts of the classical oration”. Alessio, Gian Carlo. *The Rhetorical Juvenilia of Cicero and the artes dictaminis*. In: Cox, Virginia; Ward, John O (orgs.) *The rhetoric of Cicero and its medieval and early Renaissance commentary tradition*. Leiden/Boston: Brill, 2006. P. 341.

*mas é estranho ao nosso tempo, vulgarão – o que é péssimo – que igualam aqueles grandes homens (Institutio Oratoria, II, 5, 19-24)*⁴⁷⁵.

Quintiliano insistia, assim, nas leituras combinadas de antigos e modernos, sem deixar de advertir que o excesso de ecletismo poderia “contaminar” estudantes incapazes de distinguir bons e maus *exempla*⁴⁷⁶.

Diante desse cenário, que caminho foi privilegiado por Damião de Góis quando confrontado com as formas de imitação e emulação representadas no curso da controvérsia? O último elemento que gostaríamos de mencionar antes de ensaiar uma resposta passa pela avaliação de um modelo com o qual Góis pode ter entrado em contato durante sua estadia em Pádua, quando visitou Celio Calcagnini⁴⁷⁷.

As inclinações⁴⁷⁸ de Celio Calcagnini (1479-1541) foram quase tão vastas quanto sua imensa erudição. Tido por muitos como um dos maiores letrados da Itália de seu tempo, Calcagnini favoreceu os argumentos de Erasmo na controvérsia luterana, e também opinou sobre os debates ciceronianos. O resultado de seus esclarecimentos foi redigido em 1532 e circulou impresso a partir de 1537 com o título *Super imitatione commentatio*, escrito epistolar pensado como resposta ao amigo Giraldo Cinzio⁴⁷⁹.

Calcagnini amplifica o tema da eloquência lançando mão da tópica da reconciliação entre retórica e razão. Se o discurso eloquente outrora armou os sofistas em suas disputas contra a filosofia, sob os homens de letras de seu tempo

⁴⁷⁵ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 261. Grifos nossos.

⁴⁷⁶ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 262.

⁴⁷⁷ Em carta escrita a Erasmo em 26 de janeiro de 1536, Góis mencionou ter visitado Calcagnini em Ferrara. CLG A XIII, P. 62-63

⁴⁷⁸ Quirinus Breen sintetizou a instigante carreira de Calcagnini nestes termos: “Celio Calcagnini’s active career falls in a period marked by many men of note and by a number of significant events. He touched some of these directly or indirectly. He was involved in an imperial and in a papal war, in an imperial election, in the controversy stirred up by Luther, in the divorce question precipitated by Henry VIII. He fanned into flame the conflict over the imitation of Cicero. He took an interest in Egyptian hieroglyphics. Independently of Copernicus, Calcagnini made a curious and not altogether ridiculous contribution toward creating an attitude of mind favorable to the new conception of the solar system for which Copernicus was to become famous. He was personally acquainted with the painter Raphael, with Jovius, with Manardi the physician, with Ziegler, the poet Ariosto, the humanist Erasmus. In his home-town of Ferrara he enjoyed a place of honor as university professor, as apostolic prothonotary, as an excellent dinner host. He was considered to be one of the most learned men of Italy”. Breen, Quirinus. Celio Calcagnini (1479-1541). *Church History*. Vol. 21, No. 3 (Sep., 1952), P. 225.

⁴⁷⁹ A relevância da controvérsia ciceroniana é bem exemplificada pela troca epistolar que ensejou a escrita do opúsculo de Calcagnini. Em resposta a Cinzio, ele afirmou que a matéria era particularmente exemplar das atividades de homens ligados *per communia Musarum commertia*. Calcagnini, Celio. Celio Calcagnini to Giambattista Giraldo Cinzio. In: Dellaneva, Joann (ed.). *Ciceronian controversies...* P. 140-141.

havia se convertido em aparato *honesto*, digno, portanto, de apreciação meticulosa (*Super imitatione*, 2). A tentativa de produzir imitações perfeitas a partir dos modelos antigos seria pertinente à medida que combateria a “barbárie” que havia deformado a latinidade ao longo dos séculos precedentes (*Super imitatione*, 4-5). Não podendo prescindir da *imitatio*, qualquer esforço de domínio da oratória que descartasse os benefícios de modalidades escriturárias consagradas forçaria o aprendiz a uma “infância mental”. Situação perigosa e iminente na opinião de Calcagnini, que lamenta que os maiores elogios sejam prestados àqueles que distorcem e corrompem o latim, atitude não só comum a “taverneiros e vulgares”, mas aos próprios mestres das cidades italianas (*Super imitatione*, 5-6).

Acrescenta, ainda, que o domínio sobre a disposição adequada das partes do discurso também depende da imitação, embora certos gêneros só pudessem alcançar eficácia graças ao engenho natural do letrado. É o caso da *altercatio* (*Super imitatione*, 9), gênero polêmico calcado não só na produção de argumentos contrários à causa adversária, mas à própria redução (entendida como polo negativo da *amplificatio*) do orador que a apresenta.

As prescrições de Cícero seriam acima de tudo formidáveis, segundo Calcagnini, porque a única forma de inventar e dispor apropriadamente sem que o engenho natural fosse excelentíssimo (os excelentes são, por óbvio, raros) seria a imitação. De posse do acervo comum legado pelos antigos, o letrado atingiria o ápice da eloquência, visível através da elaboração de metáforas. Calcagnini as define como uso de tópicos apresentadas fora de seus lugares de origem, costuradas no discurso como “estrelas”, isto é, “efeitos luminosos” que confeririam agudeza ao discurso (*Super imitatione*, 12). Sem a imitação, o letrado ficaria à deriva, feito um navio apaziguado em mares calmos, sem jamais chegar ao destino (*Super imitatione*, 18).

É neste passo que Calcagnini debate de forma mais direta com ciceronianos e ecléticos. A imitação, conquanto fundamental, não dependia apenas de um *auctor*. Todos os letrados excelentes deveriam ser imitados, pois outros além do inigualável Cícero (*Super imitatione*, 17) detinham honra e ornato dignos de rivalidade. Como se esquecer de César, que escreveu “tão magnanimamente quanto lutou”⁴⁸⁰? Se a matéria pertencesse a seus “domínios”, como trocá-lo por Cícero? Como ignorar Lívio? Como não se valer de Salústio? Ou Columela nas questões agrárias? Ou Plínio, para a história natural? Sem retomar “aqueles que chamamos de nossos mestres mudos”, conclui, “seremos sempre crianças” (*Super imitatione*, 19, 30).

Entretanto, seria injusto execrar aqueles que se acercaram de Cícero em demasia. Ora, a pujança de seu engenho, que recobriria controvérsias judiciais de uma eloquência até então, e talvez para sempre, inaudita, tornaram-no incomparavelmente invejável. Se as virtudes estão dispersas nos textos antigos, cabendo aos letrados recolhê-las, elas se reuniriam de antemão sob o nome de Cícero, e

⁴⁸⁰ Breen, Quirinus. Celio Calcagnini (1479-1541)... P. 228.

ele, sozinho, teria expandido a eloquência na mesma medida em que as legiões alargaram o império. Retratá-lo nesses termos luminosos equivalia a retomar o sentido etimológico da própria noção de *auctoritas*, que remontava ao linguajar jurídico de Roma; avizinhada ao termo *augere*, “aumentar”, *auctoritas* designava o valor de um acordo ou determinação legal, além de caracterizar uma das formas de poder do imperador⁴⁸¹. Em uso letrado, era dispositivo de hierarquização.

Curiosamente, essa defesa “ciceroniana” dos escritos tulianos lança luz sobre outro aspecto da reação liderada por Erasmo. O sentido “imperial” com que se lia o estabelecimento da autoridade de Cícero como única pertinente ou necessária contrastava com o caráter dialogal característico das representações da *respublica litteraria*. Naquele âmbito, como temos visto, predominava o elogio ao amplo debate, no qual homens de elite encomendavam suas “experiências” ao futuro na forma de preceituários não só de técnicas retóricas, mas de um modelo de ético digno da “cidade letrada” onde habitam⁴⁸². Não era esse o caso do Cícero dos ciceronianos, que se situariam na esfera de uma *persona* monárquica que não só superava seus rivais, como os retirava do jogo, impondo-lhes a pena mais grave, simbolizada pela derrota cartaginesa: o irrestrito esquecimento. Nesta *pax ciceroniana*, não haveria espaço para querelas, pois o solo em que se acuartelavam teria sido salgado para sempre. O desaparecimento das demais referências antigas resultaria, de certa forma, no apagamento de todos os humanistas incapazes da *imitatio* ciceroniana, fazendo de Longueil o “último dos eloquentes”.

A guerra decorosa⁴⁸³ intrínseca à defesa do ecletismo se formulava de acordo com critérios “transnacionais”, discriminando o espaço da República das Letras,

⁴⁸¹ D’Allones, Myriam Revault. *Le pouvoir des commencements: essai sur l’autorité*. Paris: Seuil, 2006. P. 25.

⁴⁸² Modelo esse, aliás, celebrado pelo *De oratore* tuliano. Como muito bem salientou Charles Guérin, uma das razões pelas quais esse texto permaneceu em segundo plano enquanto outros manuais prosperavam foi o fim da República. Quando a oratória não mais servia a finalidades políticas, cabendo-lhe apenas felicitar o poder instituído, a *auctoritas* da melhor emulação deu lugar à *potestas* que emanava do imperador. Guérin, Charles. Cicero as User and Critic of Traditional Rhetorical Patterns: Structural Authority from *De inuentione* to *De oratore*. In: Galewicz, Cezary (org.). *Texts of Power, the Power of Text: Readings in Textual Authority across History and Cultures*. Cracóvia: Homini, 2006. P. 15-16.

⁴⁸³ Lembremos que não faltaram vitupérios às guerras letradas. Vives, por exemplo, salientou, em seu *De causis corruptarum artium*, que o anseio por vitória trazia consigo vícios perniciosos, como a *maledicentia*. Como explica Sari Kivistö: “a major reproach of litigious behaviour was that it prevented men from fulfilling the most important task of a scholar, namely, finding the truth, as their thinking was clouded by the negative passions provoked by disputations. [...] Vives complained that the disputants were often possessed by a desire for honours, money or victory, and these goals replaced the love of truth. Vives argued that man’s moral character was ruined in disputations, during which men shouted and insulted others until they were hoarse. Schoolboys were ordered to dispute from the very first day, and when they grew older they continued this habit of altercations in private and in public, at home and in the forum, in feasts and in the baths”. Kivistö, Sari. *The vices of learning: morality and knowledge at Early Modern universities*. Leiden: Brill, 2014. P. 149-150.

onde a virulência regrada seria bem-vinda, do regime cortesão, em que o louvor à monarquia não admitia a menor contestação. As assimetrias aparentes nessas duas modalidades ocorriam precisamente porque as “recompensas” dos embates humanistas voltavam-se prioritariamente ao futuro do letrado tornado *auctoritas*, ao contrário da submissão monárquica, que pressupunha, antes de tudo, o pacto de submissão à *persona* régia e ao corpo do Estado. Contudo, esta não era uma distinção ferrenha, mas, antes, as duas faces de um sistema articulado. Afinal, redigir vitupérios excelentes, como fez Erasmo, resultava nos ganhos de prestígio público que fizeram dele um “príncipe” da República das Letras, enquanto o louvor à monarquia também era objeto digno de celebração imortal do letrado que o concebeu.

De todo modo, os modelos indicam a consistência com que técnicas retóricas se fundiam às relações sociais, sendo desnecessário estabelecer relações de precedência entre elas. Basta lembrar que esses procedimentos, paz e guerra, ciceronianismo e ecletismo, são característicos de um sistema geral da honra que se escorava num “fundo ético homogêneo”⁴⁸⁴ nem de longe imune a tensões.

Calcagnini certamente compreendia a natureza da “guerra sem sangue” entre ciceronianos e erasmianos, ou, como coloca Isabelle Pantin, do *savoir-vivre* da disputa erudita⁴⁸⁵. Sopesava os méritos dos querelantes urbanamente, incorporando um discurso diplomático que refreava os humores. Uma linha após comparar Cícero ao império, ele exclama contra o furor daqueles que pensam em por tal constatação na prática; a eloquência singular de Cícero não o impede de citar lugares-comuns que ele “benevolmente” retirou de Quintus Ennius (*Super imitatione*, 20). O que, ao mesmo tempo, não o desabona, à medida que as cópias de Cícero seriam exemplares, distantíssimas da “pirataria” (lembramos que o plágio, categoria burguesa que pressupõe direito autoral, inexistia) tão comum em tipos zombados por Luciano de Samósata no *Iove Tragoedo*⁴⁸⁶.

A cópia criteriosa se justificaria pelo fato de que antigos desenvolveram todas as formas discursivas possíveis, eliminando a obrigação de lutar encarnadamente contra elas. É possível conjecturar que um modelo do impasse sugerido por Calcagnini fosse o *De copia* de Erasmo, redigido em 1512 na Inglaterra a partir do livro X da *Instituição oratória*. Nele, Erasmo ensinava como evitar repetições, mesmo em apenas uma sentença ou ideia. Os humanistas envolvidos

⁴⁸⁴ Pantin, Isabelle. La querelle savante dans l’Europe de la Renaissance: éthique et étiquette. *Enquête*, N° 05, 1997. P. 9.

⁴⁸⁵ Pantin, Isabelle. La querelle savante dans l’Europe de la Renaissance... P. 21.

⁴⁸⁶ “Por outro lado, alguém poderá dizer que a imitação não passa de uma imagem a partir da qual um letrado modula seu estilo e oratória. Mas algumas qualidades de uma imagem são semelhantes, e outras, dessemelhantes; nenhuma imitação é igual. Se a imitação resulta da cópia exata de seu modelo, incorrerá na situação ridícula engenhosamente descrita por Luciano em *Zeus trágico*, isto é, aquela em que supomos ter feito uma bela imitação de Demóstenes, enquanto apenas transcrevemos uma de suas orações” (*Super imitatione*, 21).

na querela decerto conheciam os exemplos de Erasmo, como as 200 formas de dizer *Semper dum vivam tui meminero*, louvor a Morus (*De copia verborum*, 295 ss.). A notável quantidade de variações visava a debater os limites da imitação, tema levantado por Crasso no *De oratore*, citado no tratado de Calcagnini (*Super imitatione*, 22):

Em meu caso, quando jovem, costumava, em minhas preparações diárias, propor a mim mesmo sobretudo aquele exercício que sabia ser costume de C. Carbão, nosso famoso inimigo, utilizar: depois de apresentar os versos mais graves ou a leitura de algum discurso até o limite em que podia abarcá-los em minha memória, pronunciar exatamente o mesmo assunto que lera com as palavras mais diversas que podia daquelas que lera. No entanto, percebi, posteriormente, que havia um problema nesse exercício: as palavras mais apropriadas a cada tema, assim como as mais distintas e as melhores, já haviam sido empregadas por Ênio, se me exercitava em seus versos, ou por Graco, se acaso houvesse me proposto algum discurso seu. Dessa forma, se empregasse as mesmas palavras, de nada me valeria; se usasse outras, seria um empecilho, já que me acostumaria a usar as menos apropriadas (*De oratore*, I, 154).

Essa posição alude à *imitatio* sem *aemulatio*, já que sobre esta é lançada a hipótese de inviabilidade lógica. O contra-argumento de Calcagnini vem, como era de se esperar, de Quintiliano (*Super imitatione*, 23), ao defender que a “paráfrase” só tem sentido quando está a serviço da rivalidade, pois a natureza não fez a eloquência tão frágil a ponto de poder ser dominada por apenas um modo excelente de composição. Afinal, até o próprio letrado pode reconstruir sua opinião sobre um assunto várias vezes ao longo da vida, rivalizando consigo mesmo, repetindo e variando, ora com abundância, ora com brevidade (X, 5, 5-8).

Calcagnini recorre à ética aristotélica da *mediania* para opinar, assumindo que a prudência avizinha-se da reta virtude, enquanto ao vício cabem as posições extremas. Permanece, assim, como um *tipo diplomático*, procurando resguardar o *bem comum* da República das Letras, enquanto, simultaneamente, apresenta-se como interlocutor privilegiado no âmbito da controvérsia ciceroniana. De fato haveria, para ele, registros elevados inigualáveis, exemplificados com Cícero, e tentar emulá-los acarretaria *affectionis suspicione*. Mas os letrados mais eficazes seriam aqueles capazes de identificar os muitos estilos e espécies passíveis de emulação, imitando-os para esta finalidade (*Super imitatione*, 24).

Somos novamente levados a enxergar as redes de similitudes formadas entre palavras e coisas quando Calcagnini discorre sobre o método a ser adotado pelos jovens. Eles deveriam buscar as palavras daqueles com quem se sentem mais confortáveis, formando um convívio à imagem da República das Letras. A estocagem das palavras *in promptuario* o legaria um repertório de “vizinhos”, lugares-comuns e temáticas a serem combinados com as situações e auditórios

específicos a que se dirigissem. Assim como um letrado cioso de seu lugar na *respublica litteraria* investia seu tempo visitando homens de elevado renome, escrevendo-lhes cartas e participando de ócios e negócios virtuosos, o aprendiz deveria fazer o mesmo com a *consuetudo*, visitando as moradas edificadas por cada *auctor* excelente, habitando nelas, memorizando suas estruturas, a ponto de reproduzi-las fielmente para, então, construir novas paragens (*Super imitatione*, 26-27). A *aemulatio* é, portanto, o processo de libertação da *imitatio*, que se torna deletéria quando passa ao território do vício. Aqui, Calcagnini introduz incisiva crítica aos ciceronianos:

Os poderes daqueles que caminham com os pés de outrem, lutam com as mãos de outrem, veem com os outros de outrem e falam com as línguas de outrem não se enraízam adequadamente nem se fortalecem. No fim, eles se esquecem de si mesmos, vivem em outra alma (*Super imitatione*, 28).

A passagem à maturidade, a *adulta aetas*, correspondia a um movimento *ex umbra*; emular era sair das sombras, encarar riscos concretos de forma temerária, até que o aluno se transformasse em um “centurião digno de Marte”. Para elucidar esse ponto e concluir seu tratado, Calcagnini conta uma fábula. Meses após o nascimento de Cupido, Vênus achava-se intrigada, sem compreender por quê seu filho não crescia. Ao se consultar com a profetiza Themis, ouviu que Cupido não atingiria a maturidade até que Vênus tivesse um segundo filho, Anteros, o “anticupido”, com quem pudesse rivalizar; concluía-se, logo, que nenhum engenho haveria de florescer sem *Antagonisten*, termo lido tanto como “nossos iguais” quanto como os *mutos magistros*, vozes mudas e impermeáveis à corrupção dos séculos (*Super imitatione*, 29-30).

É justa a hipótese de que Calcagnini tenha recuperado esta fábula em um jantar oferecido a um visitante “um tanto lauto”⁴⁸⁷? Se este o visitou em 1536, às vésperas da publicação do opúsculo, não surpreenderia que tivessem tratado dele, e que o conviva, Góis, compreendesse que o mérito de ciceronianos e erasmianos ficava em segundo plano perante a retórica da imortalidade, calcada em dois princípios: emular polemicamente, opinar diplomaticamente.

Afinal, o ecletismo de Góis não destoava do costume prevalecente em seu tempo, isto é, não acarretava adesão imediata ao panfleto erasmiano. Por isso, é imprescindível levar em conta que a “posição ciceroniana” e a “posição erasmiana” eram muito mais um ideal, para alguns, e uma caricatura, para outros do que a prática de uma prosa restritiva *in extremo* ou de todo aberta. Analogamente, a proximidade entre os argumentos de Erasmo e certas observações de Calcagnini refere-se mais à reiteração de um conjunto de práticas

⁴⁸⁷ Góis é descrito por Erasmo nestes termos em uma carta a Bembo: “Está acostumado a vida um tanto lauta, apesar de ser sóbrio”. CLG B XXX. P. 193.

amplamente empregadas do que a afinidades específicas movidas em prol da derrota dos ciceronianos. Deste ângulo, o questionamento pela “filiação” de Góis a uma das “correntes” perde peso; importa, no fundo, saber se o convívio com “ecléticos” e “ciceronianos” impactou em suas estratégias de representação da autoridade, que poderiam se constituir como embate ou, nos passos de Calcagnini, diplomacia.

A leitura das cartas trocadas no período agudo da querela erasmiana demonstra que Góis manteve contato com os participantes, optando por não se engajar em enfrentamentos. Pelo contrário, atuou como elo desses grupos, beneficiando-se do prestígio adquirido pelo exercício desse papel. Ainda que não tenha conseguido extrair o maior sucesso possível dessas vinculações, que certamente seria associar o seu nome à “pacificação” de ciceronianos e erasmianos (e, sobretudo, aquela de católicos e protestantes), ganhou nos cardeais Bembo e Sadoletto aliados importantes.

Contudo, duas epístolas que se encontram fora do escopo inicialmente estabelecido fornecem outros elementos no que diz respeito às relações de Góis com Cícero e os ciceronianos. A primeira, datada de 19 de agosto de 1537⁴⁸⁸, foi enviada a Nicolau Clenardo, que, como vimos, posicionava-se a favor de Erasmo. Góis esclarecia a Clenardo algumas dúvidas que este teve sobre cônsules romanos. Motivou essa interrogação o fato de que Góis estava preparando sua tradução do *De Senectute* de Cícero para o português. Além disso, Góis discutiu com o amigo flamengo outros pormenores da tradução, demonstrando interesse pela obra de Cícero. A seguir, todavia, representou suas limitações, explicando que seus estudos estavam longe do ideal por conta das vertigens que sentia e pela fraqueza de seu latim, já que não dispunha de disposição para corrigi-lo. Tendo sempre em mente o território da *humilitas* percorrido por Góis em suas cartas, vejamos o que disse:

A vossa advertência foi-me não só imensamente grata, mas também agradabilíssima. Doravante escreverei com mor reflexão. “Pôs-me a ínvada natura apertados limites, e exíguas forças deu ao meu engenho”. Além disso sou, por fragilidade de meu próprio ser, de tais repentes que as mais das vezes fecho uma carta sem a corrigir e até lhe passar rápida leitura sequer, em especial as que envio aos amigos que têm conhecimento das origens e processos da minha instrução. E depois, embora seja forçoso lutar contra a nossa natureza, não registrarei melhoria naquilo em cuja comparação nada há mais difícil e duro na vida⁴⁸⁹.

⁴⁸⁸ CLG A XIX, P. 84-87.

⁴⁸⁹ CLG A XIX, P. 86-87.

Góis reporta-se a um letrado de maior estirpe – na mesma carta, lamenta-se porque o boato de que Clenardo estava prestes a receber o cardinalato ainda não havia se efetivado⁴⁹⁰ –, de modo que os comentários às suas dificuldades de escrita devem ser lidos à luz das grandes habilidades do interlocutor, a quem se submetia. Temos, ainda, um Damião de Góis que, não tendo podido se dedicar às letras o quanto preciso para dispor de um latim mais próximo da perfeição almejada por alguns naquele momento, e que, para mais, não dispunha do *engenho natural* necessário para prescindir da *imitatio* e para exercitar gêneros como a *altercatio*, dedicou-se a compor um *ethos* apropriado perante letrados de maior envergadura.

Ainda em Pádua, Góis aduziu outras notícias sobre sua relação com o ciceronianismo. Escrevia a “certo amigo seu” – que Amadeu Torres pensa ser o latinista português Jorge Coelho – em 27 de agosto de 1537, para opinar sobre seus versos⁴⁹¹. Em meio aos elogios e críticas que sugere (leremos a carta detidamente no último capítulo), Góis lembra a Coelho que “ao douto Cícero é evidente que compete a precedência entre os latinos como prosador [...]”, de modo que é compreensível que Coelho, ainda não tendo encontrado seu bom estilo “[...] pois nem sequer consigo mesmo estava assaz contente [...]”, imitasse o arpinate. “Tens com certeza um estilo verdadeiramente áureo e tuliano na prosa, e semelhante à Vénus alquimística na poesia. [...] Rogo-te, pois, obedeças a este meu parecer, isto é, permitas que um lugar muito honroso te seja concedido entre os Ciceronianos”⁴⁹².

Ao falar com um letrado hierarquicamente inferior, Góis passa a salientar os problemas dos versos e mesmo da prosa de Coelho, uma vez que sua função seria a de admoestar o “pupilo”. Nesse sentido, ressalta que, a bem seguir seus conselhos, Coelho garantiria um bom lugar entre os ciceronianos. Lugar a que Góis talvez tenha almejado.

O que nos leva ao outro ponto basilar. Não tendo construído sua autorrepresentação a partir do *ethos* ciceroniano, ou não tendo sido capaz de fazê-lo – é uma hipótese legitimada pela leitura da carta a Erasmo e das duas outras analisadas, embora ela não seja tão relevante quanto imaginávamos –, Góis acabou por se concentrar nos textos de Erasmo e nas perspectivas predominantes sobre a emulação. Além disso, poderá ter vislumbrado no *Ciceronianus* e em toda a polêmica vinculações entre formas de escrita, posturas religiosas e seu enquadramento na República das Letras. Se ficar ao lado de Longueuil poderia representar para alguns um flerte perigoso com o paganismo, abandonar os luteranos ou Erasmo seria ainda mais imprudente em um período de indecisão.

⁴⁹⁰ CLG A XIX, P. 84-85.

⁴⁹¹ Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 314.

⁴⁹² CLG A XX, P. 90-91.

Góis bem anteviu que, em um mundo repleto de guerras religiosas e poéticas de várias dimensões e consequências, o *ethos* do diplomata era particularmente adequado.



Figura 1. Albrecht Dürer. São Jerônimo (1521). Óleo sobre madeira de carvalho. 59,5 cm X 48,5 cm – Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga. Foto: Wikimedia Commons.

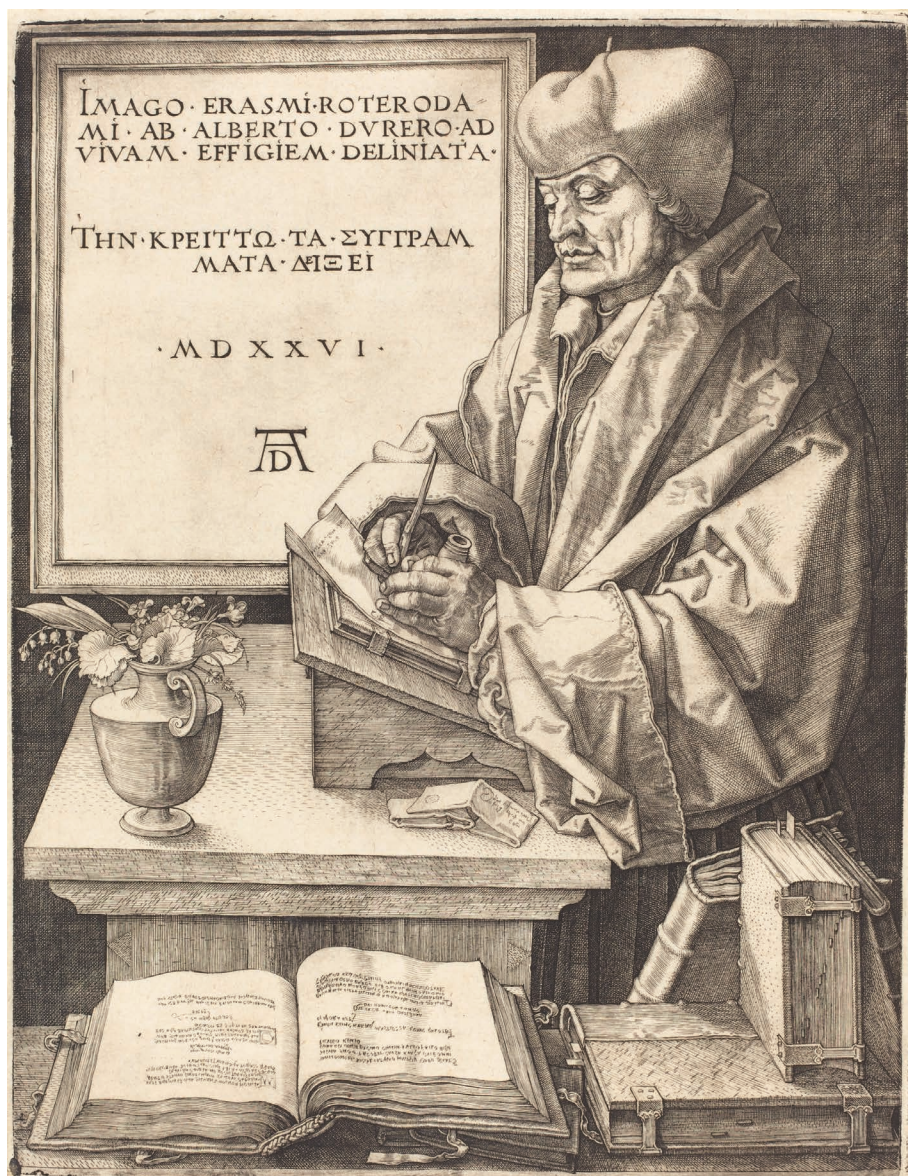


Figura 2. Albrecht Dürer. Erasmo de Rotterdam (1526). Gravura. 25 cm X 29 cm - Washington, National Gallery of Art. Foto: Wikimedia Commons.



Figura 3. Herman Posthumus. Landscape with Roman ruins (1536). Óleo sobre tela. 96 cm X 141 cm – Viena, Liechtenstein museum. Foto: Wikimedia Commons.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO III

MEMÓRIA DE PAPEL: COMÉRCIO EPISTOLAR COMO DISPOSITIVO DE AUTORREPRESENTAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

Nos capítulos anteriores, definimos as bases retóricas e sociais da atividade epistolar goisiana. De fato, as alianças efetivadas no âmbito da República das Letras mantiveram Góis em contato com letrados de renome, levando-o da casa de Erasmo à Pádua de Bembo e Buonamico. Dali até o seu retorno a Portugal, em 1545, e mesmo além desse período, Góis continuou a investir em sua autorrepresentação. Após a passagem pelas cidades italianas, tentou angariar o reconhecimento de seus pares (e dos vindouros) a partir da elaboração de textos laudatórios ao reino de Portugal. O percurso traçado nas relações de Góis com a monarquia voltou-se detidamente à *auctoritas* Cícero. Ela ditava, como vimos na análise do *Pro Archia*, que as conquistas descritas pelo escriba e os sucessos concretos do reino haveriam de se manter interligados na memória futura. É o que confirma a epístola a Luceio⁴⁹³:

[...] E não temo parecer buscar teu favor com uma pequena lisonja, ao mostrar que é particularmente por teu intermédio que quero tornar-me ilustre e celebrado. Pois nem és tu, alguém que ignore seu próprio valor, considerando invejosos os que não te admiram, mais que aduladores os que te louvam, nem eu, com efeito, sou tão louco para querer ser conduzido à glória eterna por alguém que também não obtenha ele mesmo, conduzindo-me, a glória devida a seu próprio talento. De fato, não era para agradar que o famoso Alexandre queria ser particularmente pintado por Apeles e esculpido por Lisipo, mas porque julgava que a sua arte traria, com a glória deles, *glória sobretudo para si* (*Ad familiares* 5, 12).⁴⁹⁴

Como Damião de Góis bem sabia, vincular seu nome às memórias luminares de letrados importantes beneficiaria sua retórica da imortalidade, pois, conforme afirmara nos últimos anos de sua vida, ao escrever a Crônica do príncipe d. João (1567), não era de se ignorar o papel da “scriptura, mãe da eterna memória”. Sendo, portanto, súdito de um reino cujo poder se calcava nessa base, a primazia do texto acima de formas variadas de representação dos grandes feitos assumia posição de destaque. A esse respeito, Cícero dizia, na mesma carta:

[...] Mas, dirás, esses famosos artistas davam a conhecer, a quem as ignorava, imagens do corpo que, se não existissem, nem por isso tornariam mais obscuros os homens ilustres. Não menos se deve citar o famoso espartano Agesilau, que não admitiu que se fizesse seu retrato, nem pintado nem esculpido, da mesma maneira que os que labutaram em tal modo de vida: pois um único opúsculo de Xenofonte, louvando esse rei, superou facilmente todos os retratos e todas as estátuas do mundo.⁴⁹⁵

⁴⁹³ Agradecemos penhoradamente ao parecista anônimo pela sugestão da epístola a Luceio.

⁴⁹⁴ Cícero, Marco Túlio. *Ad familiares*. In: Hartog, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacynto Lins Brandão Belo Horizonte: UFMG, 2001. P. 156-159. Grifos nossos.

⁴⁹⁵ Cícero, Marco Túlio. *Ad familiares*... P. 158-159.

Parece claro que Góis, se não leu essa carta em particular, absorveu seu conteúdo ao longo de sua aprendizagem das técnicas retóricas de que lançou mão e, partindo desses princípios, deu marcha às suas pretensões na República das Letras. Elas se ancoravam em talentos do engenho na mesma medida em que dependiam de esforços materiais, como a circulação dos impressos e manuscritos, e conjecturavam que apenas a força combinada de boa parte da República das Letras poderia alçá-los ao reconhecimento póstero.

Um dos mecanismos mais contundentes dessa força residia nas cartas. O exemplo de Erasmo é, mais uma vez, fundamental. O extenso epistolário⁴⁹⁶ que constituiu certamente exerceu enorme impacto na construção de seu prestígio, e certamente impulsionou o “erasmismo” descrito por Marcel Bataillon em estudos clássicos⁴⁹⁷. Outro esforço nesse sentido calcava-se na transmissão das “excelências” da antiguidade, esforço que, para vária literatura contemporânea, seria propriamente definidor da atividade humanista⁴⁹⁸. Podemos imaginar a força dessa atividade para a construção da autoridade por sua repetição em diversas trajetórias de letrados do século XVI. Marcel Bataillon não nos permite esquecer que o referido erasmismo não teria sido tão penetrante sem a proliferação em língua vulgar dos textos de Erasmo, que consiste numa forma de transmissão em vida de escritos voltados a singularizar seu nome⁴⁹⁹.

Damião de Góis esteve longe de atingir patamar semelhante a de seus melhores concorrentes. Nenhum de seus livros escapou das amarras de seu próprio tempo a ponto de prosperar como a *Vtopia* moreana, o *Moriae Encomium* erasmiano ou o *De principatibus* maquiaveliano. Mas é indevido dizer que ele não o tentou. O leitor acompanhará neste capítulo alguns percursos dessa tentativa.

⁴⁹⁶ Pierre Mesnard define o epistolário de Erasmo como “o mais importante documento para o estudo do humanismo”. Mesnard, Pierre. *Le commerce epistolaire comme expression sociale de l’individualisme humaniste...* P. 24.

⁴⁹⁷ Cf. dentre outros, Bataillon, Marcel. *Erasmo y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1966 [1937]

⁴⁹⁸ Para alguns autores, o caráter de *transmissão* do conhecimento clássico e bíblico – de que Góis participou com dois livros – seria a melhor maneira de definir um humanista. Como se lê numa importantíssima coletânea dos autores do Renascimento que se ocuparam com a transmissão, “[...] point d’humanisme, en effet, sans l’intention de transmettre. On trouve dès l’origine cette intention dans le terme grec d’*hermeneia*, explication et traduction, elle-même proche parente étymologique de tradition. Supposant l’existence de textes à transmettre, l’humanisme est une civilisation du livre, de même que sa religion du Livre. À cet égard, l’humanisme de la Renaissance se situe dans la lignée de Pisistrate qui avait fait rédiger pour les fixer et les transmettre les épopées homériques ou de la tradition judéo-chrétienne, fondée sur la transmission, au double sens philologique et herméneutique, du texte biblique”. Maillard, J. F.; Kecskeméti, J.; Portalier, M. *L’Europe des Humanistes (XIVe – XVIIe siècles)*. Paris: CNRS-Brepols, 1995. P. 5.

⁴⁹⁹ Nesse ponto, é preciso ler o excelente capítulo de Bataillon sobre a difusão da obra erasmiana na Espanha por meio das traduções. Bataillon, Marcel. *Erasmo y España...* P. 279-315.

OS USOS DA AMIZADE E O ETHOS DO ESPECIALISTA

Dos muitos palácios da memória sustentados por folhas de papel, havia aqueles que nasciam desfigurados pela mão do letrado, incapaz de concertar as fontes do passado de modo a fomentar a verdadeira emulação. Antes, nada faziam senão recortar os ditos de muitos doutores, de modo a “[...] de nouo compor alguma cousa da quellas, que iaa per tantos, e tão diuinos Authores sam em todalas partes da philosophia escriptas [...]”⁵⁰⁰. Sem honrar os princípios retóricos e dialéticos, sem tratar com meticuloso respeito os textos legados de outrora, “[...] a memoria das quaes obras iuntamente pereçe com a vida de seus escriptores [...]”⁵⁰¹. O conhecimento abrangente dos antigos deixava pouco espaço para textos sobre os problemas discutidos por eles. Contudo, havia muito que fazer no que dizia respeito a aplicar tópicos construídas por eles a eventos recentes, e Góis soube dedicar-se, nesses moldes, a assuntos que cativavam os leitores da *Respublica Christiana*.

Após publicar as duas traduções em louvor aos antigos, Góis aproveitou-se de seus contatos em Veneza e Pádua para relatar num opúsculo as batalhas portuguesas no cerco de Diu. Dedicou as vitórias que se lhe seguiram e os exemplos de heroísmo e sagacidade nela vividos e contados por testemunhas oculares ao cardeal Pietro Bembo. Bembo dedicava-se à preparação de sua *Istoria Viniziana*, e os feitos do reino de Portugal haviam de aparecer em muitas páginas dessa obra, de modo que a contribuição de Góis “[...] a qual para vossa mui grande glória futura tendes entre mãos, sei que vai ser agradável e talvez até não inoportuna”⁵⁰². Razões diplomáticas também foram mencionadas. Para Góis, a aliança entre Veneza e Portugal, afora a luta em nome da fé, deveriam ser objeto de lembrança por parte dos súditos de ambos potentados⁵⁰³.

A divulgação desse livro, *Commentarii rerum gestarum*, teve início entre os religiosos próximos de Bembo. Lazaro Buonamico ressaltou as grandes qualidades do escritor em carta de outubro de 1539. Admirador do gênero histórico, igualmente encantou-se com a grandeza da expansão portuguesa e com a importância de seu relator. Instigou Góis a continuar publicando trabalhos sobre

⁵⁰⁰ Góis, Damião de. Ao muyto illustre senhor dom Francisco de Sousa, conde do Vimioso, Damiam de Goes manda saude. In: Cícero, Marco Túlio. *Catão Maior ou da velhice*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. [1538]. Fl. 2

⁵⁰¹ Góis, Damião de. Ao muyto illustre senhor dom Francisco de Sousa, conde do Vimioso, Damiam de Goes manda saude... Fl. 2.

⁵⁰² CLG A XXI. P. 91.

⁵⁰³ CLG A XXI. P. 91.

as histórias transcorridas no espaço ultramarino, e citou duas razões para tanto. Em primeiro lugar, a magnitude do historiador; em segundo, sua posição privilegiada diante dos maiores acontecimentos daquela época: o aparecimento do “o sistema de imprimissão e o descobrimento do novo mundo”, “[...] dois sucessos que invariavelmente entendo não só rivalizáveis com a antiguidade, senão até com a própria imortalidade”⁵⁰⁴.

Os elogios de Buonamico surtiram efeito. Góis passou a buscar o ócio, componente indispensável para o exercício da reflexão, e um lugar onde pudesse viver com certa estabilidade com a mulher e o primeiro filho, que logo viria a nascer. Chegou a contar a Bembo que buscava ajudar para conseguir uma dispensa eclesiástica das horas em que precisava rezar de modo a desfrutar de mais tempo para a escrita⁵⁰⁵. A redação de um conjunto abrangente de histórias do ultramar provavelmente pareceu a Góis o melhor caminho para se tornar, no sentido providencialista do termo, um *porta-voz* do império mais elevado de todos, a própria realização da profecia de Daniel inscrita na noção de *translatio imperii*.

Outras epístolas elogiaram as virtudes do opúsculo. Cristóvão Madruzzi, bispo de Trento, o congratulou pelo prazer que tirou da leitura dos *Commentarii*, capazes de deleitar na mesma medida em que instruíam e moviam os cristãos. Esperava que tal grandeza surgisse em todos os futuros livros do amigo, aos quais seria concedida, se assim fosse, a imortalidade: “[...] para glória tua, jamais às produções concebidas em tua mente lhes aconteça virem à luz entre as coisas perecedouras”⁵⁰⁶. Ao que parece, o sucesso do opúsculo fez com que Góis planejasse⁵⁰⁷ uma verdadeira *Historia rerum Indicarum*, narrativa de todas as notícias das Índias.

É o comentário de Tidemano Giese, o primo de Copérnico que Góis conheceu na Polônia, que nos ajuda a justificar tal asserção. Após agradecer a Góis pela remessa dos *Commentarii*, se mostrou ansioso para ver outros volumes prometidos pelo amigo sobre a história dos descobrimentos daquele novo mundo, “[...] volumes que aliás não tardarão e recheados, atento que, no conjunto das Musas, como reparo, é Clio aquela a quem distinguis com particular homenagem”⁵⁰⁸. Giese mencionou a conexão entre a fortuna da escrita de Góis às glórias alcançadas pelo reino de Portugal. “Neste género de literatura, vossos compatriotas supeditam-vos matéria riquíssima e de tal forma rival da

⁵⁰⁴ CLG B LXVII. P. 273.

⁵⁰⁵ CLG A XXII. P. 93.

⁵⁰⁶ CLG B LXVIII. P. 277.

⁵⁰⁷ Lopes, Maria José Ferreira. *Damião de Góis e os clássicos: vestígios culturais e literários latinos nos Commentarii de Góis*. P. 1-3. Texto ainda não publicado, foi-me cedido gentilmente pela autora, a quem agradeço.

⁵⁰⁸ CLG B LXX. P. 283.

ancianidade, que pode bem imortalizar vosso nome de escritor [...]”. Giese ainda aconselhou que, em prol da “imortalidade do texto”, seria importante adicionar detalhes topográficos sobre as regiões tratadas, que em geral eram exóticas para os leitores⁵⁰⁹. Promessa semelhante fez a Bembo; no último dia do ano de 1539 este respondeu dizendo que, escrita uma história das Índias, da “[...] suave e aprazível das façanhas de nossos homens [...]”⁵¹⁰, toda a *Respublica Christiana* estaria grata. Ademais, “[...] sem dúvida vos notabilizareis a vós mesmos e a eles, a um tempo que de vossos estudos uma recompensa colhereis que pode ser magnífica: o louvor e a benevolência de quantos às letras se devotam”⁵¹¹.

Aos *Commentarii* também se dirigiram cumprimentos portugueses. Jorge Coelho remeteu a Góis uma carta repleta de elogios, a qual acompanhava ainda o seu *De Patientia Christiana*, que o amigo manifestara vontade de ler. “A respeito da tua história acerca das acções dos portugueses, a verdade é que a percorri toda, com a maior satisfação. E não é a amizade, Damião caríssimo, que isto me dita⁵¹²”. Coelho, evidentemente, investe na prescrição que impelia a mitigar o fator da amizade no elogio para que ficasse ressaltado o valor do engenho de Góis. Mais do que a amizade, Coelho dizia estar satisfeito com os serviços prestados à pátria. O próprio rei ouvira esse testemunho de Coelho, a quem fora pedido que opinasse acerca do opúsculo em Lisboa. Em momentos de escassa produção sobre as gestas portuguesas no reino, “[...] ainda assim no estrangeiro não faltava quem, com toda a seriedade e riqueza de linguagem, as consagrasse para a posteridade”⁵¹³.

Podemos perceber, a partir da carta de Jorge Coelho, uma clara tendência no comércio epistolar goisiano. O acúmulo de elogios auferidos com a divulgação dos *Commentarii* consolidou sua posição enquanto homem de letras da *Respublica Christiana*. Por conseguinte, letrados passaram a procurá-lo para exercer o papel de protetor de seus escritos, de agente legitimador da qualidade e erudição de seus opúsculos. Antes de se despedir, Jorge Coelho salientou a crença de que a autoridade de Góis seria capaz de cumprir tais objetivos em uma de suas obras⁵¹⁴:

[...] sob a tua autoridade, porém, que em toda a parte é grande como ser deve, confio que não só há-de facilmente achar-se protegida e defendida contra

⁵⁰⁹ CLG B LXX. P. 283.

⁵¹⁰ CLG B LXXII. P. 287-289.

⁵¹¹ CLG B LXXII. P. 287.

⁵¹² CLG B LXXV. P. 295.

⁵¹³ CLG B LXXV. P. 295.

⁵¹⁴ Não se tratava do aludido *De Patientia Christiana*, mas, sim, do *Serenissimi et Illustrissimi Principis D. Alphonsi S. R. E. Cardinalis ac Portugalliae infantis consecratio* (Coimbra, mosteiro de Santa Cruz, 1536). Coelho esperava que Góis divulgasse e defendesse a obra na Universidade de Louvain. Torres, Amadeu (org.). *Damião de Góis: correspondência latina...* P. 439.

quaisquer detractores a minha obra, mas também contribuir *para fama e algum louvor de meu nome*⁵¹⁵.

Justo Velsius, perito em línguas antigas e medicina que viveu por anos entre a Antuérpia e Louvain, pensava como Jorge Coelho. Quando concluiu o *Hippocratis Coi De insomniis liber* (Antuérpia, 1541), fez questão de dedicá-lo a Góis. Eis os motivos:

[...] víamos esta temática precisar perante o público de alguém já de autoridade capaz de opor-se às minudências dos odientos e de certos supersticiosos que nem duvido irem incriminar esta abordagem a respeito dos sonhos em parte como vã, em parte como piedosa⁵¹⁶.

E complementa:

É que sobe a tal grau a vossa autoridade em qualquer parte, que quanto de vós é aprovado ninguém ousará levemente condenar, enfim uma liberalidade de engenho a ponto de não só acolher, mas outrossim acompanhar com a maior simpatia e procurar com todo o empenho promover o que correctamente foi adquirido pelos antigos⁵¹⁷.

Remédio contra as vozes dissonantes, verdadeiro escudo de autoridade, Góis passava a figurar no rol dos autores modernos que eram dotados das qualidades usualmente atribuídas aos antigos⁵¹⁸. Assim como o prestígio inerente ao conhecimento erudito de modo geral foi o instrumento propulsor do humanismo para todo o espaço da *Respublica Christiana*⁵¹⁹, esse prestígio foi redefinido em bases mais restritivas dentro da comunidade voltada diretamente aos *studia humanitatis*.

Francisco Rico interpretou bem esses movimentos. Segundo Rico, desde meados do século XV, muitos letrados passaram a se afirmar profissionalmente,

⁵¹⁵ CLG B LXXV. P. 297. Grifos nossos.

⁵¹⁶ CLG B LXXVIII. P. 303.

⁵¹⁷ CLG B LXXVIII. P. 305.

⁵¹⁸ Não deseja-se evocar neste momento o debate entre antigos e modernos, tão importante nos séculos XVII e XVIII, e nada negligenciável no século XVI, mas tão-somente destacar que a construção do prestígio humanista dava-se, entre outras características, pela sua aproximação ao modelo de *auctoritas* vigente em sua interpretação do mundo antigo. Cabe lembrar, todavia, que o obtenção de tal renome não impedia o debate e os ataques por vezes muito ofensivos contra os humanistas. O próprio Góis envolveu-se em polémicas desse tipo, como veremos no próximo capítulo. Para uma introdução do debate entre antigos e modernos no mundo português quinhentista, cf. Dias, J. S. da Silva. O conflito dos antigos e dos modernos. In: *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982. P. 128-137.

⁵¹⁹ Afirmação que se sustenta pelo entendimento de Francisco Rico, com o qual estou plenamente de acordo. Cf. Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 80-81.

recebendo salários cada vez mais significativos. Além disso, numerosos letrados relevantes política e religiosamente abraçaram os valores dos *studia humanitatis*, que passaram a contar ao seu lado com famílias como a Médici e com papas como Enea Silvio, o célebre Pio II. Outros, de menor renome, mas que haviam internalizado as linhas de força mais significativas do estudo das Letras, deixaram Itália, espalhando-se pelo norte e pela França, chegando até mesmo à península ibérica. Com efeito, a historiografia portuguesa, sobretudo por meio dos estudos de Américo da Costa Ramalho, demonstrou persuasivamente que o humanismo começou de fato no reino graças a um desses viajantes, Cataldo Parisio Sículo⁵²⁰. Analogamente, humanistas como Lucio Marineo Sículo, que trabalhou na corte de Fernando e Isabel, e depois como historiógrafo real de Carlos V⁵²¹, desempenharam essencial papel na instituição dos valores e conhecimentos antigos.

Decorrente da difusão dos humanistas pela Europa e pela cada vez maior presença de estrangeiros na Itália, as correntes intelectuais ligadas ao movimento ganharam enorme espaço civil. Esses movimentos acarretaram a formação de médicos, juristas e outros profissionais ligados à vida cidadina ou à corte⁵²². Todavia – argumenta Rico – a expansão dos conhecimentos levou à sua banalização, de modo que os humanistas de maior estatura intelectual encararam com indisposição os inúmeros *umaniste*, ou seja, professores que instruíam alunos sobre o mundo antigo genericamente, a quem culpavam pela perda do rigor filológico e erudito do estudo dos antigos⁵²³.

Portanto, assistimos à propagação de conhecimentos clássicos, derivados das descobertas humanistas dos séculos XIII, XIV e XV, decalcadas em ensinamentos superficiais norteados para funções profissionais práticas. Tais instrumentos associaram-se a outros já existentes na cultura cortesã. Sem a anuência de reis e príncipes, que pouco a pouco colocavam ao lado das crônicas e espelhos de príncipes textos que os comparavam aos maiores do mundo antigo, não teria sido possível a proeminência do saber greco-latinos. Prova disso é que os *studia humanitatis* tiveram de se irmanar com outros interesses que desde a Idade Média acompanhavam as elites cortesãs, como o gosto pela disciplina militar. O mecenato está, logo, na base do sucesso do humanismo⁵²⁴.

Essa simbiose, não obstante ter sido rejeitada no plano conceitual por vários letrados, gerou uma nova onda de especialização. Em fins do século XV, começou

⁵²⁰ Ramalho, Américo da Costa. Origem e início do Humanismo em Portugal. In: *Para a História do Humanismo em Portugal* (III). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. [1995] P. 15-18.

⁵²¹ Rummel, Erika. Marineo Sículo: a protagonist of Humanism in Spain. *Renaissance Quarterly*. Vol. 50, nº 3 (Autumn 1997). P. 701-722.

⁵²² Kristeller, Paul Oskar. The European diffusion of Italian humanism. *Italica*. Vol. 39, nº 01 (Marco de 1962) P. 1-5.

⁵²³ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 76-78.

⁵²⁴ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 82-83.

a prosperar uma maior inclinação ao estudo do grego, que relativizou a posição solitária do latim enquanto língua de proa do humanismo. O grego, embora presente na Itália desde o século XIII, quando ainda era falado em certas partes da Sicília e ainda era traduzido na corte angevina de Nápoles, não mantinha relação direta com a análise crítica de textos antigos. Apenas em 1360 teve início o ensino sistemático de grego em uma cidade italiana. Leonzio Pilato, discípulo de um dos tradutores da corte angevina de Nápoles, Barlaam, assumiu essa tarefa a partir da solicitação de Boccaccio. Aparentemente, os primeiros trabalhos de tradução voltaram-se às *Vidas Paralelas* de Plutarco⁵²⁵.

As traduções de Pilato, consideradas falhas pelos letrados que se debruçaram sobre elas (por serem tidas como excessivamente literais), foram superadas trinta e sete anos depois de sua partida (por volta de 1364), quando o cada vez mais constante comércio com Constantinopla e a ameaça turca trouxeram à Florença o diplomata Manuel Chrysoloras (1397). Chrysoloras acabou se estabelecendo na cidade, e, além de ensinar por anos, preparou os *Erotemata*, livro central na formação de Erasmo⁵²⁶.

Tudo isso fez parte do plano de ação de letrados mais refinados, que igualmente voltaram-se ao comentário minucioso – e por vezes hermético – de textos antigos. Ao corrigir erros graves de interpretação, afastaram-se dos “gramáticos de província” e robusteceram seu próprio soldo. O maior exemplo talvez seja a prática filológica que apresentada por Poliziano em *Miscellanea* (1489). Por outro lado, Rico afirma que essa opção levou em boa medida ao abandono da proposta original de humanismo cívico, já que o movimento confinava-se progressivamente a indivíduos isolados e a grupos universitários restritos⁵²⁷.

Apesar da correção da proposta geral, cumpre precisar algumas das conclusões de Rico quando se trata de esboçar um quadro do humanismo no início do século XVI.

Faz-se necessário sobretudo levar em conta o papel preponderante das universidades na formação de praticamente todos os humanistas de primeiro escalão. Ainda que homens de Letras como Erasmo não tenham se dedicado a atividades letivas institucionais, beneficiaram-se dos cursos de doutorado oferecidos por universidades, que sem dúvida ajudaram a constituir seus objetivos intelectuais. Ademais, diversos humanistas de renome lecionaram – Nebrija em Salamanca, Diogo de Teive e Jerônimo Osório em Coimbra, Bonifacius Amerbach em Louvain, Alciato em Bologna e Melanchton em Wittenberg, para ficar em poucos exemplos marcantes. Ter uma sólida posição docente ainda lhes permitia atrair novos discípulos, que poderiam

⁵²⁵ Mann, Nicholas. The origins of humanism. In: Krayer, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. [1996]. P. 15-16.

⁵²⁶ Mann, Nicholas. The origins of humanism... 16-17

⁵²⁷ Rico, Francisco. *El sueño del humanismo...* P. 86-87.

ser treinados adequadamente nas universidades, além de, uma vez prontos, poderem reforçar as fileiras de dado professor, enaltecendo sua autoridade. A carreira de Damião de Góis pode ser considerada um exemplo dessa interação entre humanistas e universidades; homem de negócios em busca das Letras, ouviu do próprio Erasmo que, se quisesse de fato alcançar algum sucesso nos estudos, deveria mudar-se para uma cidade universitária como Pádua⁵²⁸. Quanto ao *umanista*, apesar de frequentemente desprezado, também teve participação na ascensão do humanismo no mundo universitário quinhentista. Os inúmeros professores conseguiram penetrar em quase todos os campos de docência e transformaram os novos saberes filológicos nos maiores “agentes de mudança na pesquisa universitária”⁵²⁹.

Para mais, podemos acrescentar que, ao meio universitário tradicional⁵³⁰ – isto é, existente desde o medievo –, somaram-se numerosas iniciativas ligadas aos letrados de primeira grandeza de que não podemos esquecer. A fundação de colégios teve forte impulso no século XVI. Além da criação de novas universidades, como no caso de Alcalá, o aparecimento do já mencionado *Colégio Trilingue*, do *Collegium poetarum*, instituição criada a partir da ação de Conrad Celtis (1459-1508), o *Colégio das Artes* de Coimbra, onde se agruparam humanistas de imenso renome, como Pedro Nunes⁵³¹, e do *Collège de France*, fundado pelo rei Francisco I, mas em torno do qual de aproximaram vários personagens célebres, como Guillaume Budé⁵³², mostram-nos o quão imbricados estavam os humanistas com os aparatos institucionais de ensino, e como essas instituições eram-lhes vitais na constituição de seu prestígio e aquele dos reinos onde residiam.

Assim, a passagem pela Universidade de Pádua e a atuação na Universidade de Louvain, cidade onde Góis fixou residência após deixar Pádua – local onde estava, ademais, quando recebeu a carta de Jorge Coelho –, ajudam a explicar

⁵²⁸ Não obstante, Erasmo recomendou a Góis que estudasse em casa com alguém que pudesse corrigir-lhe as lições, de modo a suplantar eventuais falhas em seu latim e nos conhecimentos clássicos. CLG B XXXVII. P. 207. A carta que nos revela que Erasmo recomendou os Estudos de Pádua a Góis data de 16-VIII-1534, e foi enviada a Pietro Bembo. [...] “por sugestão minha escolheu a Escola de Pádua, a mais ilustre de todas”. Cumpre lembrar que o pedido feito a Bembo que ajudasse Góis com a hospedagem, recomendando-lhe colocar o português perto de jovens estudantes da nobreza germânica e francesa. “Está acostumado a vida um tanto lauta, apesar de ser sóbrio”. CLG B XXX. P. 193.

⁵²⁹ Grendler, Paul F. The Universities of the Renaissance and Reformation. *Renaissance Quarterly*, Vol. 57, nº01 (Spring 2004). P. 1-28. Cit. à P. 12

⁵³⁰ Também faz-se necessário salientar que mesmo universidades muito antigas experimentaram mudanças consideráveis com a ascensão dos humanistas. A Universidade de Pádua, por exemplo, recebeu inúmeros humanistas, e teve seu programa, de cariz averroísta, muito modificado em função disso. Mattoso, José. Os antecedentes. In: Coxito, Amândio; Ramalho, Américo da Costa; Castro, Aníbal Pinto de et al. *História da Universidade em Portugal...* P. 22-23.

⁵³¹ Martins, José Vitorino de Pina. O Humanismo (1487-1537)... P. 231.

⁵³² Cf. Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance...* P. 53-55.

como o outrora vacilante aluno de Grapheus tornara-se o amigo e de Erasmo e protetor dos escritos de outros letrados, como pôde, em suma, migrar do *ethos* do intérprete para o *ethos* do especialista. Ainda em 1541, uma carta escrita por João Rodrigues de Sá de Meneses⁵³³ confirmava os atributos goisianos, aludindo às características que acompanharão sua escrita epistolar. O texto, “elegante” segundo Rod, teria trazido à tona fatos “[...] na verdade dignos de jamais ficar em silêncio, de sempre se eximirem ao olvido, de nunca perecerem na memória [...]”, fatos úteis no afã de “[...] ilustrar e engrandecer a pátria, a que antes de tudo estamos ligados”⁵³⁴. O trabalho de Góis também ajudaria a diminuir a apreensão pelo fato de não haver nessa época Lívios, Salústios e Tácitos em número suficiente para imortalizar os grandes feitos. “Mas ora tu – a quem, por assim dizer, Deus isto outorgou – abalançaste-te a um serviço que te honra, quais as grandiosas empresas de teus compatrióticos, vingadoras do espaço e do tempo, e esses altos feitos, inumados até hoje em ciméria obscuridade”⁵³⁵.

Pietro Bembo seguiu o mesmo caminho nos elogios aos escritos de Góis. Ao valorizar seus textos sobre as os costumes e fé etíopes, Bembo aduziu que em “[...] coisa alguma vos é possível maior e mais abundante fruto recolher, uma vez que nada ordinariamente há mais seguro para a memória de um nome, nem mais apto para o reconhecimento dos vindouros [...] do que a História”⁵³⁶. Algo mais seguro para a memória de um nome. As palavras de Bembo cristalizam a relação – certamente antevista por Góis desde que investiu nos estudos de técnicas retóricas – entre prestígio pessoal, preservação de sua memória e os sucessos de sua pátria.

A invocação da pátria como recurso técnico de conquista de *auctoritas* também pode ser associada a Cícero. Podemos encontrá-lo em *De legibus* (I. 2 5-6) ao acompanhar as palavras de Ático, que salientava a importância de não apenas proteger, mas *ilustrar* a pátria. “E, se quiser ouvir minha opinião, não só me parece que deves este serviço àqueles que se comprazem nas letras, como também à pátria, a fim de que ela, que foi salva por ti, por ti seja também ilustrada”⁵³⁷. A história, ademais, seria concretamente um gênero próprio ao orador – a quem os humanistas se associavam quando referiam-se à sua devoção aos *studia humanitatis*.

O *De Officiis* (I.7.22) coloca outros elementos:

⁵³³ “João Rodrigues de Sá de Meneses (1465-1576), aluno de Policiano, notável poeta do Cancioneiro Geral, cultivou o latim e o grego, tendo sido tradutor de Homero, Píndaro, Anacreonte e Ovídio”. Torres, Amadeu (org). *Damião de Góis: correspondência latina...* P. 439-440.

⁵³⁴ CLG B LXXX. P. 307.

⁵³⁵ CLG B LXXX. P. 307.

⁵³⁶ CLG B LXXXIX, P. 304-307.

⁵³⁷ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 61

Mas uma vez, conforme escreveu muito bem Platão, [Góis estava a par da admiração de Cícero por Platão, conforme podemos ver no *De Senectute* por ele traduzido], não nascemos só para nós, e a pátria reclama uma parte de nossa existência, outra parte os amigos, e, [...] o nosso dever é seguir o caminho indicado pela natureza, servir o interesse geral, prestando mutuamente serviços, dando e recebendo, e, ora por meio de nossa habilidade, ou da nossa actividade ou nosso engenho, estreitar os laços sociais.⁵³⁸

Ora, o que Góis propunha com os escritos sobre as vitórias lusas e com o texto de *Fides religio moresque Aethiopum*, era demonstrar, simultaneamente, as amplas capacidades diplomáticas e militares de seu povo; seu comprometimento com um irenismo alargado, disposto a receber em seu seio a diferença não herética representada pela fé etíope; e a preocupação do rei de Portugal com o destino de toda a *Respublica Christiana*, assumindo, assim, a disposição em tomar rédeas da árdua tarefa de liderança a que os difusores da palavra de Cristo pelo ultramar mereciam. Aqui, é necessário explicitar o princípio mais importante do gênero histórico escrito retoricamente.

As narrativas de Góis pautavam-se pela demonstração de uma *ordo naturalis*⁵³⁹ que tinha a função de tornar evidente o controle que a Providência exercia sobre o reino de Portugal. Cada texto de Góis no gênero histórico enquadrava-se, portanto, numa sucessão de sucessos cumulativos, que não eram lidos como paradoxo. Ao contrário do que hoje pensamos, era perfeitamente possível escrever, nos séculos XVI e XVII, uma “história do futuro” (como o fez o padre Vieira), uma vez que coerência produzida pelas técnicas retóricas entre narrativas antigas e modernas respaldava as concepções político-teológicas que garantiam a validade epistemológica do *topos* da *história mestra da vida*. O futuro, nesse sentido, é passado emulado, reescrito mas sempre ordenado pela vontade divina. Por isso, a autoridade era pensada em termos de analogia com os antigos. Se letrados como Cícero sobreviveram ao esquecimento dos séculos, foi por intermediação divina a dotar o engenho, de modo que sua imitação e emulação bem sucedidas eram sinal de semelhante intervenção, antessala do renome póstero.

Tendo em vista esse panorama, cada um dos elogios às “insignes” glórias portuguesas associa-se, analogicamente, a Góis. Nesse sentido, a narração

⁵³⁸ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 69.

⁵³⁹ Como explica Eduardo Sinqueviske, “A narração *in ordo naturalis* [...] é o que específica, principalmente, o texto como de gênero histórico, em oposição ao *in media res* da poesia [...]. A *ordo naturalis* interfere, ainda, no caráter das ações, fazendo com que estas tenham características próprias, uma vez que o gênero histórico, ao obedecer à ordem cronológica, faz com que as ações não sejam episódicas, como na poesia podem ser, mas digressivas, desviantes e não conjuntivas, isto é, desprovidas de unidade fabular como na poesia” Sinqueviske, Eduardo. *Historiarum copia*, história seleta: o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita. In: Sebastião da Rocha Pita: *Tratado Político* (1715). São Paulo: EdUSP, 2014. P. 49.

histórica é indissociável da construção do *ethos* de um letrado prudente e aclamado, um especialista capacitado pelo comércio epistolar com os melhores letrados da República das Letras. Esse não era meramente um esforço claro e direto de vincular temas de sua própria vida aos relatos epistolares de sua produção sobre a história de Portugal. Trata-se, antes, de perseguir *analogias* fortes⁵⁴⁰ – afinal, a postura aberta de Portugal ao receber os embaixadores do mítico Preste João poderia ser equiparada ao esforço ecumênico de Góis junto a Sadoletto para restaurar a fé no papa em Melanchton. Ao mesmo tempo, a disposição de Góis em contar das desditas do Turco diante dos católicos soma-se aos seus próprios esforços em ressaltar a força lusa contra os gentios. O papel de liderança de Portugal aparece, portanto, como necessário à vitória de Cristo, como lemos em carta que Góis escreveu a Bembo:

Oxalá os restantes homens cristãos fossem de vosso parecer e de coração favorecessem e auxiliassem mais as nossas coisas do que fazem. Vá lá, e omitindo o auxílio, pelo menos não levantassem obstáculos; antes, qual o Rei e os nossos desejam, se portassem apenas como espectadores neutros, enquanto os nossos estrenuamente batalham com mouros e turcos⁵⁴¹.

Se bem exercido, o papel de liderança renderia ao letrado que tão nobremente descrevera essas vitórias imagem de “sucessor” semelhante àquela do reino, irmanando a *translatio* imperial à *translatio* da *auctoritas*. Góis, mais uma vez, não estava sozinho, nem tampouco foi pioneiro nesse esforço. As tentativas de projetar um passado mítico, um presente glorioso e um futuro imortal para os portugueses aparece em muitos escritos de letrados como André de Resende, Nicolau Coelho do Amaral, Francisco de Monzón, Diogo Pires, Luís de Camões e Francisco de Holanda⁵⁴².

Enquanto Góis refletia sobre acontecimentos recentes, outros, como André de Resende, investiam no estudo das origens do reino, o associando, por exemplo, à viagem de Ulisses, que teria fundado a “Ulisseia”⁵⁴³, mítica antepassada de Lisboa. Francisco de Holanda, por seu turno, propusera uma

⁵⁴⁰ Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros...* P. 50-56.

⁵⁴¹ Trata-se da carta-prefácio do *Commentarii rerum gestarum*, datada de 1539. CLG A XXI, P. 91.

⁵⁴² Deswarte-Rosa, Sylvie. Le Portugal et la Méditerranée. Histoires mythiques et images cartographiques. In: Bethencourt, Francisco (dir). *Arquivos do centro cultural Calouste Gulbenkian: Le Portugal et la Méditerranée*. V. XLIII. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. P. 105.

⁵⁴³ “Le véritable but de Resende fut de créer un cadre historique cohérent et plausible, jalonné de figures mythiques, historiques et religieuses frappantes. D’un côté, il voulait mettre en évidence les liens de la Lusitanie avec une culture méditerranéenne millénaire, en exhumer les indices dans les sources les plus anciennes”. Deswarte-Rosa, Sylvie. Le Portugal et la Méditerranée... P. 115.

aplicação da ideia de mudança dos tempos para sugerir que os movimentos da *translatio imperii* estariam cada vez mais dirigidos a oeste, isto é, cada vez mais perto de Portugal, sucesso dos povos babilônicos, egípcios, gregos e romanos no controle do mundo⁵⁴⁴.

Essas táticas de emulação não escaparam a Góis, que mobilizou a antiguidade decisivamente. Ademais, na carta que antecedeu a preparação desse texto em particular, Góis dispôs o *ethos* do especialista de modo esclarecedor, valendo a pena analisá-la em detalhe.

A carta em questão foi enviada ao infante d. Luís em 1548 como dedicatória do livro sobre as guerras portuguesas em Cambaia⁵⁴⁵. D. Luís era o quarto filho de d. Manuel e discípulo de Pedro Nunes, letrado que, como se sabe, dedicou-lhe seu *Tratado da Esfera*, de 1537. Portanto, estamos diante de uma carta dirigida a um destinatário hierarquicamente superior⁵⁴⁶.

Um bom exemplo da importância de d. Luís neste momento é a incidência de outros registros que o escolheram como alvo de elogios capazes de imortalizar dado letrado. Podemos referir, por exemplo, a *Oração sobre a fama da Universidade*, também de 1548. Nela, João Fernandes, mestre de retórica em Coimbra, procura persuadir sua audiência de que o infante era luz irradiadora de imortalidade para as Letras universitárias. Não é impossível que Góis estivesse a par dos elogios endereçados ao infante, os quais, tendo sido elaborados por um retor experiente, iam ao encontro dos procedimentos que ele mesmo vinha empregando, ou seja, enaltecer seus próprios méritos a partir de um elogio a dignitário superior, verdadeira fonte de sua prosperidade futura:

Se os agradecimentos que estou para dar-te, príncipe sereníssimo, muito pouco corresponderem quer a este teu imortal favor para conosco, quer ao desejo deste ilustre Senado, por cuja ordem e em cujo nome falo, haverás de julgar que deve atribuir-se mais à minha incapacidade oratória do que à tua sorte ou à intenção dos presentes. Com efeito, que fertilidade de talento é tão grande, que dele possa brotar a força da invenção? Que abundância de eloquência elegante é tamanha, que dela se tirem as luzes do discurso, que género de oração tão grande e divino, por cujos filtros os espíritos dos mortais são arrastados e detidos como se por anzóis afiados? E, finalmente, onde há uma suavidade do gesto oratório e energia de viva voz que eu possa dizer que me permite, não

⁵⁴⁴ Deswarte-Rosa, Sylvie. *Le Portugal et la Méditerranée...* P. 119-125.

⁵⁴⁵ Trata-se do livro *De bello Cambaico ultimo commentarii tres*, publicado em Louvain em 1549 por Servatius Sassenus de Diest.

⁵⁴⁶ Pedro Nunes notou bem esta diferença hierárquica ao associar os proveitos de seu tratado. É por isso que dispôs sua *auctoritas* por meio da afirmação de que apenas por meio de d. Luís o texto poderia alcançar a posteridade: “[...] E por ter muita confiança & experiência de sua humanidade / que me querera releuar este meu atreuimento: lha dediquey para que leuando o título de seu escrarecido nome: pois a obra per si ho não he: possa ficar illustre e ymmortal.” Nunes, Pedro. *Tratado da Sphera*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. P. 6.

abranger com o discurso, mas ao menos esboçar e delinear, narrando, este único ornamento, esta luz que hoje irradia para as nossas letras?

E se devemos prezar a agudeza do engenho, à qual antes de tudo se deve toda a obra literária; se havemos de apreciar a tenacidade da memória, a que, como tesouro fidelíssimo, confiamos toda a filosofia; se proclamamos dever muito a tantas séries de anos, em que progredimos nas letras; se justamente nos submetemos a suores, a vigílias, a discussões e a outras coisas deste género, graças às quais obtivemos algum nome e honra nas letras, imenso certamente e infinito é aquilo que te devemos, príncipe sereníssimo, por cujo favor e generosidade, por cuja real presença a agudeza do engenho, a tenacidade da memória, o tempo passado e gasto na actividade literária, as vigílias, as discussões e outras coisas deste género são consagrados à imortalidade⁵⁴⁷.

O infante d. Luís foi referido na carta de Góis após a declaração inicial, que dispensou as fórmulas exordiais empregadas alhures⁵⁴⁸. O procedimento adotado foi o do “discurso verdadeiro”, assegurado por uma carta enviada por João de Mascarenhas, “capitão-mor da fortaleza dioense”, cujo texto estava repleto de “provas de triunfos”. Góis compõe-se, assim, como alguém que, diante da flagrante evidência do sucesso português, não tem escolha senão “compor as memórias desta proeza.”⁵⁴⁹

Mas a passagem só ganha a densidade pretendida ao lermos a declaração inicial. Góis acessou novamente a tópica do ócio *versus* negócio, afirmando que “a par da idade crescem sempre os trabalhos, e, a energias que paulatinamente afrouxam, negócios incumbem maiores.” Essa frouxidão das forças é *captatio benevolentiae*. É por isso que o resultado dos trabalhos é atribuído a forças que estão acima da vontade do letrado, como “qualquer arcano movimento da natureza” e a “divina inspiração”. Diante das oscilações do mundo supralunar, que mitigava suas forças, restava apenas uma certeza. Em seu esclarecimento, percebemos o movimento de emulação fulminante que, ao reduzir o poder da Grécia, amplificava o de Portugal:

O que a mim na realidade vejo acontecer-me é que, quanto mais a velhice

⁵⁴⁷ Fernandes, João. *Oração sobre a fama da Universidade*. Trad. Jorge A. Osório. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1967. P. 127.

⁵⁴⁸ O costume de reduzir o exórdio, até mesmo descartá-lo integralmente, remonta pelo menos a Aristóteles. “A função mais necessária e específica do proêmio é, por conseguinte, pôr em evidência qual a finalidade daquilo sobre que se desenvolve o discurso; é por isso que, se o assunto for óbvio e insignificante, não haverá utilidade no proêmio.” (*Retórica*, 1415 a). Quintiliano segue o mesmo princípio (*Institutio oratoria*, 4, 1, 72). Para as posições de outros retores, cf. Montefusco, Lucia Calboli. *Exordium narratio epilogus: studi sulla teoria retorica greca e romana delle parti del discorso*. Bologna: CLUEB, 1988. pp. 26-32.

⁵⁴⁹ CLG A XXXIII, P. 123.

se aproxima, mais coisas se me oferecem que em escritos devam sobreviver para a eternidade, quais com certeza esses atos gloriosos da nossa gente, essa magnitude e variedade de empresas, essa descoberta de ilhas e de climas, a ponto que, se acaso de novo algum Homero surgira, sem esforço alcançara nas gestas lusitanas encontrar argumento de não fabulosas, antes reais *Ilíada* e *Odisseia*⁵⁵⁰.

Ora, a posição do *auctor* assemelha-se a uma amplificação daquela apresentada em 1531, quando Góis referia-se à carta do Preste João como “não simulada, mas verdadeira e com toda a fidelidade traduzida”⁵⁵¹. Mas, se antes o *ethos* do intérprete só poderia limitar-se à garantia de uma boa tradução para os papéis da embaixada, é agora o *ethos* do especialista, já portador de alguma *auctoritas*, que promove o desejo de concorrer com os antigos. A fórmula “se algum novo Homero surgira”, assim como a afirmação pela negativa (*argumentum non fabulose, sed ex uero*), expressavam a tópica da *humilitas* ao ocultar dos olhos vulgares – embora o revelassem aos discretos – a disposição emulativa.

Por sua vez, a formulação segundo a qual as histórias gregas eram *apenas* fábulas por oposição às portuguesas, verdadeiras, consistia em variação de um lugar-comum romano. Podemos identificá-lo no *Diálogo dos oradores* (*Dialogus de oratoribus*) de Tácito, cada vez mais disponível nos círculos letrados europeus a partir de 1530⁵⁵², quando ocorreu a primeira impressão do manuscrito reencontrado por Poggio em 1425⁵⁵³. Como era habitual que textos menos conhecidos como esse fossem ensinados na Itália, é possível que Góis o tenha lido em Pádua⁵⁵⁴ ou mesmo em Basileia, no círculo de Bonifacius Amerbach e Froben. Seja como for, a importância de Tácito para Góis pode ser avaliada, dentre outros exemplos, na já mencionada carta enviada a ele pelo letrado João Rodrigues de Sá de Meneses, que o elogiava pelos *Commentarii* sobre as guerras portuguesas que Góis publicou em 1539. Meneses apontava, a partir das técnicas retóricas analisadas aqui, a descrição de fatos – recuperemos a passagem – “[...] na verdade dignos de jamais ficar em silêncio, de sempre se eximirem ao olvido, de nunca perecerem na memória [...]”, úteis no afã de “[...]”

⁵⁵⁰ CLG A XXXIII, P. 123.

⁵⁵¹ CLG A II, P. 41.

⁵⁵² É o que sustenta Peter Mack: “Tacitus’s *Dialogue on Orators* only became available in the mid-fifteenth century. It was first printed alongside Quintilian’s *Institutio oratoria* in Paris in 1530. There were five further northern editions of this combination (1580–1618) and one edition of Tacitus with Cicero’s *Brutus* (Basel, 1564).” Mack, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric: 1380–1620*. Oxford: Oxford University Press, 2013. P. 23.

⁵⁵³ Mack, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric...* 36.

⁵⁵⁴ “So Italian masters tended to compose commentaries on classical texts and were more likely than their northern colleagues to lecture on unusual or newly recovered texts, such as Aristotle’s *Rhetoric* and *Poetics*, Tacitus’s *Dialogue on Orators* or pseudo-Longinus’s *On the Sublime*.” Mack, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric ...* P. 165.

ilustrar e engrandecer a pátria, a que antes de tudo estamos ligados”. O livro de Góis seria útil, ainda, para diminuir a apreensão pelo fato de não haver nessa época “Lívios, Salústios e Tácitos” em número suficiente para imortalizar os grandes feitos. “Mas ora tu – a quem, por assim dizer, Deus isto outorgou – abalançaste-te a um serviço que te honra, quais as grandiosas empresas de teus compatriotas, vingadoras do espaço e do tempo, e esses altos feitos, inumados até hoje em ciméria obscuridade”⁵⁵⁵.

O diálogo de Tácito⁵⁵⁶ situava-se, dramaticamente, em torno do ano 75 d.C., reunindo quatro personagens – Curiatius Maternus, Marcos Aper, Julius Secundus e Vipstanus Messala. O assunto da discussão era o declínio da eloquência, identificado pelo fracasso da peça *Catão de Maternus*. Aper tenta convencer Maternus a retomar a oratória, este defende a poesia como melhor carreira, enquanto Messala faz um elogio dos oradores antigos. Aper, finalmente, expõe a defesa da oratória moderna. Os discursos finais atribuem às condições políticas a razão pelo declínio da eloquência⁵⁵⁷. Como bem percebeu Fábio Joly, o objetivo do *Dialogus* era enfrentar o *topos* da prevalência do passado sobre o presente “contido no *topos* do declínio da eloquência”. Este, por sua vez, apareceu com frequência em outros retores do Império: Joly lista Veleio Patérculo (1, 16-18), Sêneca, o Velho (*Controversia* 1, praef. 6-10), Petrônio (88, 1-2), Sêneca (*Epistulae* 114, 1-2), Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, 14, 1, 3-7), Quintiliano (*Institutio Oratoria*, 8, 6, 76) e Plínio, o Jovem (*Epistulae*, 2, 14)⁵⁵⁸. Tratava-se, no caso de Tácito, de propor um “discurso cabível ao regime imperial”, em que técnica retórica e princípios ético-políticos haveriam de se harmonizar⁵⁵⁹.

Como o domínio das técnicas relativas aos gêneros deliberativo e judicial não acarretaria recompensas adequadas no interior das monarquias católicas, o epidítico tornou-se absolutamente central nelas. De certo modo, essa centralidade era refratada pelos *topoi* em torno do louvor ao império romano, com o

⁵⁵⁵ CLG B LXXX, P. 307.

⁵⁵⁶ As informações a seguir foram retiradas de Joly, Fábio Duarte. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores* e a concepção de História em Tácito. *Anos 90*, Porto Alegre, Vol. 16, Nº 30, dez. 2009.

⁵⁵⁷ Joly, Fábio Duarte. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores* e a concepção de História em Tácito, Joly, Fábio Duarte. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores* e a concepção de História em Tácito... P. 20.

⁵⁵⁸ Joly, Fábio Duarte. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores e a concepção de História em Tácito*... P. 21 A questão do encontro entre “estilo” (leiamos o termo no sentido de “técnica”) e a sociedade foi particularmente bem apontada por Sêneca. Ele diz a Lucílio: “Qual a causa que provoca, em certas épocas, a decadência geral do estilo? [...] A razão de tudo isto é tão bem conhecida que os Gregos até fizeram dela um provérbio: o estilo é um reflexo da vida!” (*Ad Lucilium*, 114, I-II).

⁵⁵⁹ Joly, Fábio Duarte. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores e a concepção de História em Tácito*... P. 21-22.

qual o português era posto em paralelo emulativo. É por essa razão que Góis deverá ter observado com atenção o lugar-comum empregado no momento em que Tácito referiu-se, por meio de uma de suas *dramatis personae*, ao estatuto dos textos gregos:

Chamam-te para o fórum tantos processos de amigos e tantas clientelas de colônias e municípios, aos quais dificilmente terias dado conta de atender, até mesmo se não tivesses tu próprio trazido para ti esta nova ocupação, ou seja, agregar um Domício [inimigo de César] e um Catão, isto é, os nomes romanos e igualmente as nossas histórias às fábulas desses greguinhos [*Graeculorum fabulis*] (*Dialogus*, III, 4).

A crítica das fábulas gregas e de quaisquer “simulações” no geral, que, segundo Luciano Canfora, finca raízes na desvalorização da epopeia defendida pelo Péricles tucidideano⁵⁶⁰, era tanto estratagemas retóricas de constituição eloqu岸 dos poderes político-proféticos da monarquia quanto esforço ético próprio do gênero epidítico, que conduzia o letrado a mobilizar aquilo que Alcir Pécora chamou de “energia poética da verdade”⁵⁶¹. Assim, aos olhos dos letrados, a carta de Góis não poderia ter sido lida somente nos termos da busca de recompensas em nome do puro interesse pessoal⁵⁶². Elogiar o rei e o império correspondia, simultânea e indissociavelmente, a um imperativo ético⁵⁶³ e a uma técnica de distinção que, se bem aplicada, resultava decorosa por corresponder à ilustração de uma virtude.

O especialista nestas técnicas poderia comungar da imortalidade a que o império e rei elogiados estavam destinados à medida que prestava contas

⁵⁶⁰ “E aqui é evidente a alusão às palavras do Péricles tucidideano, que logo antes dissera, de fato, que Atenas ‘não precisa de um Homero que lhe cante louvores’”. Canfora, Luciano. *O mundo de Atenas*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. P. 89.

⁵⁶¹ “Se o Gama derrota seus inimigos do presente e reduz ao âmbito local os feitos dos antigos, Camões, igualmente, tanto vence com a descoberta essencial da virtude heroica o gosto vulgar dos golpes fictícios, quanto supera com a energia poética da verdade o fingimento patriótico dos antigos épicos”. Pécora, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 150.

⁵⁶² Brian Vickers sintetizou bem o ponto nos seguintes termos: “There is a one-to-one correlation between character and virtue, which means that the Renaissance reader was accustomed, in theory at least, to seeing each character not as a complex, autonomous personality but as an illustration of a virtue; that is a reading habit which the modern student must strive to acquire. Secondly, it could mean that the Renaissance reader saw only the virtue represented in the character – looked through him, as if using an X ray, to the moral quality and ignored other, less essential aspects of his or her behavior.” Vickers, Brian. *Epic and Epic in the Renaissance*. *New Literary History*, Vol. 14, No 3, Spring 1983. P. 522.

⁵⁶³ “The common factor in all the channels through which epic enjoyed its great prestige in the Renaissance was not its power of being applicable to a wide range of subject matter (praise of cities, rulers, occupations), nor its teachings on style or structure, but its prior and exclusive identification with ethical choices and avoidances.” Vickers, Brian. *Epic and Epic in the Renaissance...* P. 507.

ao *ethos* da *vita activa*, decisivo na época moderna. Ele orientava os letrados no sentido de uma produção discursiva *interessada*, entenda-se, alinhada à já referida tríade ciceroniana *docere, delectare, movere*, no sentido de que todo ócio deveria destinar-se ao saber e ao cultivo de habilidades úteis, e ao caráter central da ideia de meditação produtiva sobre os fatos da vida de outrem, *historia magistra uitae*; quanto ao deleite, era ele que colocava o gênero epidítico acima dos demais, pois o doce aprendizado dos feitos ultramarinos impelia à emulação virtuosa e heroica⁵⁶⁴.

A técnica retórica romana tinha rendimento também neste passo, pois, como vimos, Cícero afirmara em sua oração em defesa de Árquias que não há imortalidade sem escrita, e não poderia haver Aquiles sem Homero⁵⁶⁵.

Esses princípios, pública e anonimamente compartilhados, circularam entre os correspondentes de Góis, como Bembo. Em 1541, recentemente nomeado cardeal, ele enviou uma carta ao português Jorge Coelho. Tratava-se de resposta a contato anterior de Coelho, que havia lhe enviado textos próprios e uma compilação de Luciano de Samósata vertida ao latim. Após agradecer pelos livros, Bembo fez o seguinte elogio ao amigo:

Brilhantes, na verdade, são tais artes [prosa e poesia] e dignas de louvores sumos, em ambas as quais os espíritos dos homens doutos encontraram de muito bom grado satisfação e colhem esse fruto maior das canseiras suportadas em sua aprendizagem: confiar à memória dos homens e séculos vindouros os seus nomes, os seus estudos, as suas virtudes em foco no futuro⁵⁶⁶.

O imperativo ético vinculado ao gênero epidítico tornava a escrita das vitórias matéria para especialistas. Afinal, qualquer fracasso poderia resultar na perda das empresas, relegadas que seriam ao esquecimento. Novamente recorrendo aos termos de Alcir Pécora, seria possível afirmar que, do ponto de vista letrado, “os capitães portugueses, ao avaliarem baixamente os poetas, acabam tendo suas façanhas menos conhecidas que a dos antigos, embora possam verdadeiramente excedê-los.” Assim, os louvores ao Gama, por exemplo, deveriam equivaler à agudeza dos feitos por ele perpetrados. Apenas essa equivalência permitiria aos letrados concorrer no sentido da melhor execução das técnicas retóricas⁵⁶⁷. Toda ação tida por heroica, então, auxiliava os letrados na configuração de um *ethos*

⁵⁶⁴ Vickers, Brian. *Epidictic and Epic in the Renaissance...* P. 509-511.

⁵⁶⁵ Felipe Charbel lembrou corretamente que a própria passagem ciceroniana que se refere à *historia magistra* encerra-se com tópica semelhante àquela do *Pro Archia*: “que voz, se não a do orador, pode torná-la imortal?” Teixeira, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da História. *Varia Historia*, v. 24. Belo Horizonte: Jul./Dez. 2008. P. 4.

⁵⁶⁶ CLG B LXXXIII, P. 314-315.

⁵⁶⁷ Pécora, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 147-148.

cuja orientação era bifronte. Ele tanto dignificava o letrado no presente, com a expectativa de reconhecimento dos pares e da imputação de méritos e mercês oriundos da corte, quanto procurava projetar, por meio dos recursos técnicos da *amplificatio*, os feitos e o nome ao futuro, quando teriam a glória de tornar-se fundamento de novas emulações ao lado das *auctoritas* oriundas de um passado que não passou⁵⁶⁸. Esse *ethos* da busca pela glória foi afetado de maneira contundente por diversos letrados ao longo do século XVI. Helius Eobanus Hessus, nascido Eoban Koch, figurou esse dispositivo por meio de uma divindade, *Posteritas*, perante a qual todos os letrados deveriam se curvar:

Mas, sabeis disso, foste sempre meu mais caro amor,/Oh, tu, quase tão cara a mim quanto minha própria vida./Vi-te em minha fantasia antes que pudes-se expressá-la em latim/ [...] /um jovem homem, quase um garoto, devotei-te todo o meu talento,/enquanto esperava ser apenas uma pequena parte de teu grande exército de amantes.⁵⁶⁹

Girolamo Cardano manifestou o mesmo interesse em termos ainda mais eloquentes:

Desejoso de perpetuar meu nome, o planejei-me para isto tão logo em me tornara capaz de me orientar. Pois eu compreendi, sem qualquer sombra de dúvida, que a vida tem dois sentidos: a existência material, comum aos animais e às plantas, e aquela que é peculiar ao homem sedento por glória e altas empresas⁵⁷⁰.

Em todos os casos, e especialmente na carta de Góis, o procedimento essencial era mesmo o de *amplificar* os feitos portugueses por meio de estratagemas que surtiriam efeito enquanto técnicas autorizadas.

Lucia Montefusco sustenta que a *amplificatio* foi reconhecida desde o mundo antigo como uma das ferramentas mais notáveis da técnica retórica. Isócrates, em seu *Panegyricus* (8), elogiava a *amplificatio* por sua elasticidade (tornar o antigo novo, o novo antigo, imbuir o pequeno de grandeza, etc.); sendo possível falar de diversas maneiras do mesmo assunto, era ela quem possibilitava a vital superação dos discursos passados. Aristóteles, por outro lado, chegou a relativizar sua relevância. É o que se nota na *Metafísica* (1088 a 17 ss.) quando sugere

⁵⁶⁸ Apenas em um regime de historicidade vinculado à *historia magistra uitae* tal expectativa poderia ter rendimento efetivo. Para discussões sobre o assunto, cf. Koselleck et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁵⁶⁹ Enenkel, Karl. In search of fame: self-representation in Neo-Latin. In: Gersh, Stephen; Roest, Bert. *Medieval and Renaissance Humanism: Rhetoric, Representation and Reform*. Leiden/Boston: Brill, 2003. P. 105.

⁵⁷⁰ Cardano, Girolamo. *The book of my life*. New York: NYRB, 2002. P. 31.

que seu valor é discutível, uma vez que diminuir ou amplificar não perturbaria a natureza daquilo de que o discurso trata⁵⁷¹. Ademais, o grande e o pequeno, isto é, a amplificação e a redução, seriam relações, e esta, “dentre todas as categorias, é a que possui menos ser e menos realidade, e é posterior à qualidade e à quantidade” (1088 a 18-20).

De todo modo, a opinião prevalecente acabou sendo a da *Retórica*, livro em que a *amplificatio* é determinante. Ela foi aproximada, antes de tudo, à comparação, uma vez que o praticante de um dos três gêneros deveria ter em mente, na qualidade de premissas, os lugares do “possível” e do “impossível” de modo a mostrar como algo poderia ser justo – por oposição a algo injusto –, belo – por oposição ao feio –, etc. Analogamente, o orador haveria de precisar os espaços do “mais” e do “menos”, do “grande” e do “pequeno”, em todos os casos encaixando os lugares de seu discurso adequadamente (*Retórica*, 1359 a ss.).

Mais adiante, Aristóteles precisa que a *amplificatio* é marcadamente característica nos discursos epidíticos, uma vez que constitui forma de elogio, “pois consiste em superioridade, e a superioridade é uma das coisas belas”⁵⁷². Essa comparação só seria proveitosa quando estabelecida com “pessoas de renome”, uma vez que a melhor amplificação é aquela que vence o que houver de melhor entre os virtuosos (*Retórica*, 1368 a):

Entre as espécies comuns a todos os discursos, a amplificação é, em geral, a mais apropriada aos epidíticos; pois estes tomam em consideração as ações por todos aceitas, de sorte que apenas resta revesti-las de grandeza e de beleza (*Retórica*, 1368 a).

Cícero aproveitou os usos de Aristóteles, acrescentando à *amplificatio* a qualidade de embelezamento do texto (*amplificare rem ornando*). No *De Oratore* (I, 94; I, 221; II, 80; II, 292; 2, 312;), o embelezamento assume posição central frequentemente. O sentido de Cícero ultrapassa o aristotélico (arma persuasiva mais especificamente empregada no epidítico), tornando-se o próprio núcleo de todo exercício retórico⁵⁷³.

A *amplificatio* poderia levar o orador a alcançar quaisquer efeitos. Seu mecanismo de funcionamento seria a captura patética do auditório, preferivelmente empregada ao fim dos discursos (*De Oratore*, I, 143; II, 332), mas

⁵⁷¹ Montefusco, Lucia Calboli. Stylistic and Argumentative Function of Rhetorical “Amplificatio”. *Hermes*, Nº 132, 2004. P. 69-81.P. 69-70.

⁵⁷² O que não impede a ocorrência de generalizações quanto à *amplificatio* no interior da técnica aristotélica. “Além disso, há um tópico comum a todos os discursos: o que diz respeito à grandeza, dado que todos os oradores fazem uso da diminuição e da amplificação, quando deliberam, elogiam ou censuram e quando acusam ou defendem.” (*Retórica*, 1391 b).

⁵⁷³ Montefusco, Lucia Calboli. Stylistic and Argumentative Function of Rhetorical “Amplificatio”... P. 74.

útil noutras partes, desde que a matéria tenha sido previamente exposta ou fosse de conhecimento geral. O fato de Cícero exigir que a concordância sobre o assunto tenha sido firmada antes do emprego da *amplificatio* é o cordão umbilical que liga sua teoria àquela de Aristóteles. Montefusco afirma que a *amplificatio* é própria do discurso que esgotou os demais pontos de vista, uma vez que elogia aquilo que por (e a) princípio não pode ser vituperado, nem mesmo pelos inimigos do orador⁵⁷⁴.

O *ethos* do especialista construído na carta de Góis ao infante amplifica todas as virtudes da matéria, e, variando engenhosamente o procedimento empregado quando envergava o ethos do *intérprete*, arrola os próprios sucessos. É desse modo que Góis afirma, inicialmente, que as novidades militares não culminaram no trabalho da escrita, uma vez que ele já tratara de embates semelhantes anos antes – algo que decidiu frisar “não por jactância de engenho, senão para testemunho do labor”. É apenas a luz do “Príncipe ilustríssimo” que o demovera dessa ideia⁵⁷⁵.

A seguir, Góis fez notar não apenas seu livro anterior, mas todos os outros que escreveu em anos anteriores na forma de “pequenos tratados”. Eles, contudo, não poderiam conter seu desejo de narrar os feitos recentemente apresentados pelos portugueses, pois a repetição das vitórias significava, em termos técnicos, oportunidade indispensável para amplificação do efeito geral de sucesso da empresa ultramarina:

Não obstante, defeso a bem dizer com estes pequenos tratados, jus me assistisse de para mim exigir dispensa, quando não perpétua, ao menos temporária, todavia, como nova glória da nossa gente, alcançada contra os turcos, outra vez houvesse acendido o meu ânimo, a mesma novidade me insuflou novo e végeto anseio de escrever⁵⁷⁶.

Neste passo, Góis chamou à atenção para a tópica do *Pro Archia*, argumentando que “se ao entusiasmo nosso correspondesse igual força de engenho e cópia de eloquência, melhor aos homens se patenteara a vastidão destas façanhas heróicas, o que outrem, por certo, noutra ocasião conseguirá.⁵⁷⁷” A seguir, aparece a elaboração da *fides*, quando diz que, quanto a ele, dava-se por satisfeito “em relatar com suma fidelidade este caso, de modo a que o leitor, se de nós não ouvir quanto em esplendor e grandeza avulta essa vitória, ao menos no espírito o conceba e de alguma forma o imagine.⁵⁷⁸” De resto, o *ethos* do especialista compunha a afetação

⁵⁷⁴ Montefusco, Lucia Calboli. Stylistic and Argumentative Function of Rhetorical “Amplificatio”... P. 75-76.

⁵⁷⁵ CLG A XXXIII, P. 123.

⁵⁷⁶ CLG A XXXIII, P. 123.

⁵⁷⁷ CLG A XXXIII, P. 123.

⁵⁷⁸ CLG A XXXIII, P. 123.

de vulnerabilidade perante um superior por meio de incessantes elogios ao infante, elo entre os sucessos do ultramar, que encomendou, e os das Letras, que recebeu. É assim que, despedindo-se, Góis encenou a necessidade da “benignidade” do infante em acolher seu livro, a qual, rogava, não seria negada⁵⁷⁹. A amplificação, ressaltando os feitos e o benfeitor, não poderia, decerto, abandonar os favores do letrado, cuja *autoritas* haveria de acompanhá-los enquanto vivesse o domínio dos feitos portugueses, isto é, eternamente.

Portanto, trabalhar para o reino significava também trabalhar para si – para a imagem-de-si, e a expectativa de reconhecimento não era negligenciada por Góis. Na carta-prefácio da *Vrbis*, remetida ao cardeal Infante d. Henrique, Góis prescreveu aquilo que era necessário ao gênero histórico. Inicialmente, dizia, “[...] deve conceder-se tempo livre e vago; em seguida, quietude de espírito e isenção de todos os cargos; logo em pós, o favor dos grandes Príncipes, com cujas recompensas se estimulem o empenho e labor dos estudos”⁵⁸⁰.

Em suma, as recompensas almejadas não se limitavam à glória e honra adquiridas em vida, mas compreendiam em certa medida a expectativa de rememoração por parte dos vindouros. No texto de Cícero sobre os ofícios (*De Officiis*, II.9.31), ele anotou que “[...] a glória suprema e perfeita consta destas três coisas: ser amado pela multidão (*gloria*), ter a sua confiança (*fides*), ser admirado e julgado digno de honrarias (*honor*)”⁵⁸¹. Essas características, somadas à imortalização pelas Letras, consistem no pano de fundo das correspondências analisadas. Daí a necessidade de reavaliar a posição de Damião de Góis como um “patriota” exclusivamente voltado à defesa de seu reino. Este livro não pretende discutir as noções de nacionalismo na época moderna⁵⁸², mas é preciso fazer ao menos uma consideração.

Miguel Rosado Fernandes situou André de Resende no centro de um debate sobre as origens do nacionalismo em Portugal. Fernandes sustenta que Resende havia efetivamente dedicado sua carreira à pátria “[...] e é à sua especificidade que vai dedicar o seu afinado sentido histórico e político”. De fato, desde Afonso Henriques estariam instalados no reino os “germes” do nacionalismo – provados, por exemplo, pelas tentativas de Cataldo Sículo de distinguir Portugal do restante da península Ibérica⁵⁸³. Contudo, para o autor, apenas Resende ou

⁵⁷⁹ “Aceitareis, pois, com sereno e plácido semblante, este preito do nosso devoto afecto; o que, por vossa benignidade, nem um momento duvido de que ireis fazer. Adeus!” CLG A XXXIII, P. 125.

⁵⁸⁰ CLG A XXXIV, P. 124-127, cit. à P. 124-125.

⁵⁸¹ Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana...* P. 76.

⁵⁸² Uma contribuição no campo foi construída por Huizinga, Johan. Patriotism and Nationalism in European history. In: *Men and Ideas...* P. 97-155. Mais recentemente, cf. Hirschi, Caspar. *The origins of nationalism: an alternative history from Ancient Rome to Early Modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

⁵⁸³ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português. In: *Em busca das raízes do Ocidente*. Vol. 1. Lisboa: Alcalá/Calouste Gulbenkian, 2006. P. 299.

Cataldo não garantiriam o necessário fomento à constituição de uma sociedade nacionalista. Seria preciso emergir uma verdadeira *vanguarda* intelectual⁵⁸⁴, uma comunidade capaz de acumular fatos reais e imaginar mitologias que concorressem a essa finalidade. Dessa forma, propõe Fernandes:

Parece ser inegável que no século XVI já haveria uma consciência colectiva ligada a uma ideia e sentimento de pátria, mesmo que estes só existissem por contraposição à patente ameaça de perda de soberania que as ligações dinásticas e, portanto, políticas, efectivamente constituíam⁵⁸⁵.

A resistência a tais ameaças teria se difundido com a produção de opúsculos laudatórios ao reino Português noutras regiões da *Respublica Christiana*, como a Flandres por onde Resende, Góis e tantos outros passaram. “Misturadas com referências elogiosas ao seu país nas obras publicadas na Flandres começava Resende deste jeito a colocar a primeira pedra de um edifício nacional e português [...]”⁵⁸⁶. Retomando a famosa oração de d. Garcia de Meneses em 1481, Resende partirá da busca pelo ideal da Lusitânia para solidificar a defesa da pátria. Ideia “mítica” apoiada por evidências históricas que remontavam a Luso – também Viriato será trazido à tona⁵⁸⁷, Resende acrescentará ao elogio de um fundador o elogio da Ulisseia⁵⁸⁸. A própria cidade guardaria segredos de suas origens fabulosas, como a ocorrência de fecundação de éguas pelo vento, mesmo procedimento laudatório empregado por Góis na *Vrbis Olisiponis descriptio*.

Além disso, os escritos de Góis e Resende não foram únicos no esforço de relatar as maravilhas e feitos de cidades para ilustrar a história do reino. É preciso situá-los na corrente de descrições de cidades, na qual figuram títulos como *Summario em que brevemente se contem algumas cousas, (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, por Cristóvão Rodrigues de Oliveira – editado no mesmo ano da *Vrbis* (1554); o *Tratado da magestade e grandeza e abastança da cidade de Lisboa*, por João Brandão de Buarcos (1552) e a própria *História da Antiguidade da cidade de Évora*, de Resende (1555)⁵⁸⁹. No percurso da *laudes urbium*, ainda pode-se contar o poema *Vlyshbonae regiae Lusitaniae urbis Carmen*, de 1546; acrescente-se, por fim, o *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, por Francisco de Holanda (1571)⁵⁹⁰. Vejamos algumas características do texto de Góis.

⁵⁸⁴ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português... P. 302.

⁵⁸⁵ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português... P. 304.

⁵⁸⁶ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português... P. 305.

⁵⁸⁷ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português... P. 307.

⁵⁸⁸ Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português... P. 306.

⁵⁸⁹ Garcia, João Carlos. *As descrições de Portugal no século XVI*. In: Leão, Duarte Nunes do. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História, 2002.

⁵⁹⁰ Nascimento, Aires A. *Damião de Góis e o Elogio da cidade de Lisboa*: in: Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa... maxime* P. 57-63.

Góis estuda os principais pontos da localidade no opúsculo, descrevendo as ruas movimentadas, o porto, as praças de abastecimento e circulação de produtos, a vida lisboeta em seu ritmo frenético; dedica – o que nos interessa aqui – a parte inicial do texto aos esclarecimentos necessários sobre a história e as origens da capital do reino. Desenvolve a hipótese de a região ter sido descoberta por Ulisses, no regresso à Ítaca. Alerta que tal juízo pode ser incorreto, sem, todavia, abandoná-lo. Sua preferência pelos testemunhos antigos sobressai em comparação aos entendimentos que outros, “sem qualquer argumento, intentam criar suspeitas sobre ele”⁵⁹¹.

Dotada de um passado tão glorioso, fundada pelos gregos, herdeira dos romanos, Lisboa contaria com resquícios vivos da era que a viu nascer. A prodigalidade de suas terras fertiliza a vida, com o apoio dos ventos fortes que cercam a região. Além de soprarem as naus e caravelas rumo ao oriente, estes, como dito, fecundam as águas⁵⁹². Góis coloca o argumento precedente em disputa com a avaliação dos físicos, retomando a carga com o apoio do arcebispo de Toledo, na sua *História*, que verifica a *fides* do relato.

Góis também apresenta as localidades de Sintra e Colares. Nobilitados desde a antiguidade, os locais ainda abrigariam os ecos (ouvidos pelo choque das águas nas rochas) de um tritão encontrado nos tempos de Tibério César, segundo o “povo julga”⁵⁹³, esclarecendo, ainda, que todos aqueles que o leem são capazes de visitar a região e, se a fortuna permitir, ouvi-lo.

Por outro lado, “nos nossos dias, em muitos lugares próximos daquela praia, damos com um tipo de pessoas que os habitantes do local começaram a tratar pelo nome de homens marinhos”⁵⁹⁴. Aqueles homens teriam escamas “por quase todo o corpo”, que ostentavam sob signo da honra de outrora, originados como eram dos tritões. Tudo isso ocorrera porque alguns dos tritões vinham à praia para comer e descansar, tendo sido capturados por marinheiros habilidosos, e, finalmente, “amansados e habituados a um gênero de vida doméstico”⁵⁹⁵. Góis, para mais, mobiliza a *ekphrasis*⁵⁹⁶ para pintar o retrato de um tritão visto por um pescador – “barba desalinhada, cabelos compridos, peito escamoso”. Ao ser avistado, ele teria fugido, com medo. Mas não apenas a evidência da testemunha ocular comparece em seu argumento; Góis também lança mão dos arquivos do reino, “à frente dos quais me encontro”, dando conta de que outrora houve um imposto da pesca de tritões e sereias a ser pago

⁵⁹¹ Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 103.

⁵⁹² Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 105.

⁵⁹³ Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 111.

⁵⁹⁴ Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 113.

⁵⁹⁵ Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 113.

⁵⁹⁶ Cf. Hansen, João Adolfo. Categorias epídíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, São Paulo, n.71, p. 85-105, setembro/novembro 2006.

ao rei. “Daí deduz-se facilmente que, se foi constituída uma disposição legal sobre elas, as sereias teriam sido frequentes em nossas águas”⁵⁹⁷. Memória, presente, história unidas para o elogio de Portugal, com fins “profundamente nacionais”, no dizer de Fernandes⁵⁹⁸.

À luz das técnicas retóricas comentadas, os argumentos de Fernandes merecem reavaliação. Afinal, a escrita em defesa da pátria é um mecanismo de imortalização que remete às prescrições antigas *independentemente* dos anseios, vontades ou intenções primeiras do redator dessas histórias e cartas. O *ethos* do especialista é consequência de práticas culturais que compunham o reino para uma audiência específica, letrada e cortesã, que ignorava categorias como do “pertencimento” comum a uma “nação”; em seu rigor hierárquico, fica patente o lugar absolutamente subalterno daqueles que estão fora desse círculo estreito, e mesmo dentro dele, pois tudo gira em torno da figura monárquica⁵⁹⁹. Logo, o sistema de analogias fortes⁶⁰⁰ vincula o letrado, a monarquia (vista como corpo místico) e as palavras que emulam *exempla* antigos.

É válido explicar melhor esse princípio. A analogia funcionava como um instrumento inferencial de medida das coisas do mundo. Instrumento que, a bem dizer, procurava relações substanciais a comparar, e não apenas acidentais⁶⁰¹ – daí a menção que anteriormente fizemos às analogias fortes. A analogia visava a concertar as mudanças nos tempos e nas pessoas, as naturais implicações da Fortuna. O prudente saberia discernir e perceber que eventos aparentemente desconexos apresentam vinculações profundas, às vezes vinculadas à influência da ordem lunar, dotada de certa regularidade, sobre a sublunar, mais propícia à variância.

Que tipo de analogias Góis terá estabelecido? Vejamos mais um exemplo tirado de seu epistolário. Escrevendo ao cardeal Bembo, Góis procurou reatar laços após um período de silêncio, quando se dedicou à escrita do opúsculo

⁵⁹⁷ Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa...* P. 119.

⁵⁹⁸ Fernandes, Miguel Rosado. *Raízes do Nacionalismo Português...* P. 308.

⁵⁹⁹ Contudo, como salientou António Manuel Hespanha, as doutrinas teológico-políticas enxergariam no exercício de um poder puro, não compartilhado, um monstro inconforme aos desígnios divinos. Assim, a “cabeça” também existe em função do corpo que se submete a ela. “Tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade em que todo o poder estivesse concentrado no soberano. O poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica dos corpos sociais”. Hespanha, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*. Lisboa: Almedina, 2012. P. 109.

⁶⁰⁰ Como sustenta Pedro Cardim, essa combinação, muito presente naquela cultura retórico-teológico-jurídica, subsidiava uma máquina formidável, no interior da qual “as palavras [...], para além de designarem as ações, eram elas próprias, também, geradoras de ações, de condutas e de normas, classificando e instaurando distinções e hierarquias”. Cardim, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998. P. 12.

⁶⁰¹ Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros...* P. 50-53.

Fides, religio moresque Aethiopum. Como explica: “[...] encontrava-me eu então de parto e não parecia bem a vossos eloquentíssimos escritos responder senão dado à luz este que por companheiro queria associar à minha carta [...]”. Em primeiro lugar, notemos que Góis enfatiza a demora em escrever por não ter tempo de preparar uma epístola à altura das expectativas do amigo. Além disso, oferece o opúsculo como escudo para a carta e justificativa para seu atraso. A partir daí, passa a considerar o mencionado projeto de uma história das coisas ocorridas nas Índias:

Quanto a admonirdes-me a relatar os feitos dos nossos portugueses, não o fazeis embalde, pois desde há muito me anda isso no ânimo. Se Deus servido for nos conceder vida um pouco longa, tentaremos mostrar que as gestas dos nossos não são inferiores às façanhas dos gregos nem romanos, e que mais diferença existe entre os talentos dos seus redactores do que grandeza nos próprios factos sucedidos⁶⁰².

A diferença entre o talento dos antigos e dos modernos pressupõe a *humilitas*, mas, indiretamente, também significa um convite à analogia. Góis deixa os louros da comparação aos “lusos”, que teriam agido com tanto valor que poderia se colocado ao lado dos antigos. Caberia aos leitores substituir o uso da humildade do emissor pela exaltação laudatória do receptor. Basta lembrar aqui o depoimento de João Rodrigues de Sá de Meneses a Góis. “Mas ora tu – a quem, por assim dizer, Deus isto outorgou – abalançaste-te a um serviço que te honra, quais as grandiosas empresas de teus compatriotas, vingadoras do espaço e do tempo, e esses altos feitos, inumados até hoje em ciméria obscuridade”⁶⁰³. A operação epistolográfica goisiana, amparada pelo princípio analógico e pela reflexão calcada na *auctoritas*, põe diante dos olhos do leitor a nobreza de espírito dos justos e comedidos, a sinceridade retórica, esperando receber, com isso, a glória e honra legada ao império. A recorrência de suas táticas indica sua tentativa de figurar-se como *auctoritas*, imprimindo seu nome na forma de uma memória de papel.

Nesse sentido, seria oportuno não ver em Góis um personagem comprometido com uma agenda da “nacionalidade”, mas, antes, a com a defesa de um Estado organizado em bases datadas, de tipo teológico-político. O supracitado Miguel Rosado Fernandes pensa a questão assim:

Damião de Góis é uma personagem importante no meio desta grande revolução mundial que preparou a Idade Moderna e a nossa Idade Pós-Moderna, como para aí se diz. Nunca conheceremos verdadeiramente o que pensava:

⁶⁰² CLG A XXVI, P. 108-109.

⁶⁰³ CLG B LXXX. P. 307.

se pensava o que dizia ao serviço de Portugal, ou se dizia o que verdadeiramente não pensava para defender o prestígio e o poder de seu país. Tendo em linha de conta o seu pensamento altamente objectivo e pragmático e lembrando a queixa de que o “Rei não lhe dava orelhas”, inclinamo-nos mais para o seu papel de político que tem de esconder o que sente para levar a cabo o que interessa⁶⁰⁴.

Se temos de dar razão ao argumento, já o sabemos. Como sustentamos, não há contradição entre defesa do reino e autorrepresentação, e os critérios em que se formulavam diferem sensivelmente do ambiente em que se forjou a ideia de nação. O que falta ao argumento, por outro lado, também está claro: ao lado do político a serviço do império, é indispensável considerar o persuasivo retor prestes a confirmar um destino glorioso que se afigurava nas estrelas.

⁶⁰⁴ Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império. Damião de Góis. In: *Em busca das raízes do Ocidente...* P. 259-294.

OS USOS DA INIMIZADE: DAMIÃO DE GÓIS CONTRA PAOLO GIOVIO E SEBASTIAN MÜNSTER

Nem sempre as armas da concórdia eram as únicas a utilizar na República das Letras. Tão proveitosas quanto elas, as lanças da discórdia e da polêmica com que se armavam os letrados poderiam consolidar seu prestígio público. A despeito de o cultivo da amizade ser essencial no comércio epistolar, era por vezes imperativo colher alguns adversários, sob pena de esmorecer na irrelevância. A inimizade, assim como a amizade, deve ser compreendida por meio das técnicas retóricas. Não se trata, efetivamente, de buscar aqui puramente o conflito que poderia levar um letrado a veicular ácidos comentários sobre outrem. Mas, muito antes, de perceber que a polêmica como instância de produção de *auctoritas*⁶⁰⁵. No capítulo 2, pudemos indicar a relevância desses dispositivos, e sugerimos que Góis pode ter tirado lições significativas de seus usos, empregando-os posteriormente. Ele, de fato, participou de polêmicas urdidas em nome da defesa de Portugal, fomentando, desse modo, o louvor a suas virtudes.

Finisterra do continente e último entreposto diante de um mar infinito e assustador, o reino de Portugal nos últimos anos da vida de D. João I de Avis poderia parecer à primeira vista um recôndito espaço no mundo mediterrânico, local desprovido de interação com outros potentados e de onde não poderia deslançar qualquer movimento de vanguarda, ou onde tardaria a fazer-se presente qualquer inovação vinda doutras terras. Igualmente, poderia soar aos ouvidos de um estrangeiro como um reino carente da fé católica, povoado que seria por muçulmanos desgraçados e judeus corrompidos. Mesmo com os novos ventos da expansão marítima, com a ascensão do Venturoso d. Manuel e a solidificação da política de elogio ao com d. João III – falamos aqui da atuação de Resende, Góis e muitos outros –, não se diluiu de todo a sensação de que Portugal estava longe do centro do mundo.

Erasmus, convidado por Cisneros para auxiliar nos trabalhos da Bíblia Poliglota de Alcalá, declinou educadamente; contudo, em confiança epistolar ao grande amigo Morus, admitiu suas desconfiças em relação à inóspita

⁶⁰⁵ Recorremos, aqui, às considerações de Adriano Scatolin. Scatolin, Adriano. Estratégias polêmicas de persuasão nos scriptores artium no século I a.C. In: Martins, Paulo; Cairus, Henrique F; Neto, João Angelo de Oliva. *Algumas visões da Antiguidade*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Sete Letras, 2011. P. 211-220.

“Ibéria”⁶⁰⁶. O cosmógrafo Sebastien Münster, já bastante adentro no século XVI, ainda veiculava tais desconfianças, argumentando que os reinos da península, especialmente Portugal, estavam mergulhados nas trevas, conspurcados pela mancha imposta pela presença dos inimigos da *Respublica Christiana*, gentes incapazes de produzir grandes homens de gênio, sendo, para mais, desonestos, rudes, estultos, pobres, vulgares à mesa, gananciosos na aventura ultramarina, carentes, enfim, de uma alma profundamente cristã⁶⁰⁷.

Essas imagens, em tudo distantes do império universal elevado pelas mãos da Providência que a doutrina da *translatio imperii* preconizava, não eram cunhadas somente por estrangeiros. No fim de 1475, Juan de Salzburgo e Paulo de Constança buscavam a arte da *imprimissam* como saída para que o reino aragonês deixasse sua tosca compleição intelectual rumo à sabedoria mais elevada⁶⁰⁸. Letrados como Juan de Maldonado consideravam que apenas fora da península, sobretudo na Itália, seria possível encontrar mestres sábios o bastante para introduzir o estudante à língua latina adequadamente. No opúsculo *Paraenesis* (1529), o professor de Burgos afirmou de forma categórica que os hispânicos estavam em enorme desvantagem tanto em termos de eloquência quanto de conhecimento dos antigos⁶⁰⁹. Juan de Valdés apostava no entendimento de que apenas os italianos eram capazes de dominar plenamente o latim⁶¹⁰. Mesmo Nebrija, considerado por Maldonado como o principal responsável pelo definir dos estudos na península, sugeria aos estudantes o modelo italiano no que se refere à pronúncia correta do latim⁶¹¹.

Assim, a noção de que os ibéricos se achavam à margem na regeneração do humanista das Letras antigas esteve bastante presente ao longo do século XVI. Elas acarretavam, de um lado, a possibilidade de críticas aos idiomas vernáculos ibéricos, à medida que seriam manipulados por gentes que não exibiam maestria no uso do latim; de outro, a propaganda de uma terra inóspita povoada por gentios levava a crer que portugueses e espanhóis dificilmente seriam os melhores soldados de Cristo na luta contra os turcos.

Dentre os críticos que lançavam mão de tais estratégias, encontrava-se um polemista importante, o célebre Paolo Giovio, bispo de Nocera. Giovio pregava

⁶⁰⁶ Fernández Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos. *Península, Revista de Estudios Ibéricos*. Nº 2, 2005. P. 45-46.

⁶⁰⁷ Góis, Damião de. *Descrição da Espanha*. In: Carvalho, Dias de. *Opúsculos Históricos*. Porto: Civilização editora, 1945. [1542] P. 111-122.

⁶⁰⁸ Fernández Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos... P. 49.

⁶⁰⁹ Asensio, Eugenio. Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560)... P. 292.

⁶¹⁰ Camillo, Ottavio di. Interpretations of Humanism in recent Spanish Renaissance studies. *Renaissance Quarterly*, vol. 50, nº 4 (Winter, 1997). P. 1198.

⁶¹¹ Fernández Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos... P. 52.

que o comércio de especiarias tornara-se refém do monopólio português; também insistia que os súditos de D. João III vendiam produtos deteriorados como se fossem novos, inflacionando injustamente os preços:

Estava sobretudo furioso para além do que é normal com a desfaçatez dos Portugueses, que depois de terem subjugado grande parte da Índia pelas armas, bem como depois de ocupados todos os empórios comerciais, compraram a totalidade das especiarias e desviaram-nas para a Hispânia e habituaram-se a vendê-las a retalho a todos os povos da Europa a preços mais altos do que anteriormente e com exagerado lucro⁶¹².

Alguns dados interessantes podem ser ressaltados a partir da leitura desse texto de Giovio, o *Libellus de legatione Basili magni principis Moschouiae ad Clementem VII* (Roma, Francesco Minizio Calvo, 1525⁶¹³). Paolo Giovio, valendo-se dos conhecimentos que adquiriu em visita diplomática a Moscou, decidiu abrir discussão com os portugueses, dirigindo-se, para tanto, ao papa Clemente VII.

Amadeu Torres sustenta que suas acusações são oriundas da pouca atenção dada a Giovio quando encaminhou à corte portuguesa uma proposta de redigir trabalhos sobre as suas vitórias no além-mar. Ignorado por D. João III, retribuiu deixando de narrar diversos feitos dos navegadores lusos na Índia em seu *Historiarum sui temporis libri XLV*⁶¹⁴.

As ambições da polêmica suscitada por Giovio são medidas pela dedicatória a um dos homens mais poderosos da *Respublica Christiana*. Ainda que não houvesse resposta, a carta ao papa chamaria a atenção de outros letrados, o que de fato ocorreu, muitos anos após o aparecimento do livro. A resposta de Góis às críticas de Giovio nos deixa curiosos em razão de sua “demora”. Enquanto Giovio atacara Portugal em 1525, apenas quatorze anos depois Góis viria a recomendar as discussões. O mesmo ocorreu com o *Ciceronianus* de Erasmo, para o qual surgiram respostas que podem nos parecer tardias, veiculadas dez ou quinze anos depois da publicação. Todavia, esse procedimento não era excêntrico no âmbito daquelas práticas letradas. Fazia sentido aguardar a recepção dos textos e avaliar o estado da reputação do letrado que o escreveu antes de dar início a uma resposta. Além disso, a escrita de um livro em particular exigia que o letrado buscasse objetos de emulação, descobrindo, assim, escritos que de outro modo não lhe pareceriam dignos de nota. Pode ter sido este o caso de Góis quando redigiu os *Commentarii rerum gestarum*, de 1539.

⁶¹² Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império. Damião de Góis... P. 279.

⁶¹³ A citação anterior foi tirada por Fernandes precisamente dessa obra.

⁶¹⁴ Torres, Amadeu. Noese e crise na epistolografia latina goisiana... P. 320.

O livro ataca a suposta fonte do bispo, “[...] um certo Paulo Centurião, genovês”, dizendo que “[...] não merece esse Paulo a honra de se dar crédito às suas palavras”⁶¹⁵. Prossegue assegurando seus leitores de que o genovês apenas falava por seus próprios interesses, “[...] porque as nações prezam as nossas viagens marítimas mais pelas suas vantagens materiais, que pela expansão da nossa fé”⁶¹⁶. Justifica, a seguir, a margem de lucro das atividades, sob a proposição de que ela é necessária para suplantar as enormes despesas que se acumulavam no paço régio. Góis traça, nesse sentido, uma relação dos territórios para os quais a fé cristã tem sido levada pelos portugueses, sobretudo os postos africanos, como a Etiópia, Sofala, Guiné, Mombaça, entre vários outros.

Retoma, a seguir, as vitórias em Cambaia, onde o “Vice Rei D. Francisco de Almeida venceu uma grande armada do sultão de Babilônia...”⁶¹⁷ Às praças da Índia já sob comando português, adiciona que até mesmo nos confins da China não mais se ignora a lei de Cristo. “Não é lícito acusar-nos de ganância”, por fim aduz, nem de injustiça, pois “[...] por decreto real, e aprazimento de todo o reino, estas [especiarias estragadas] são queimadas, como sempre vi fazer em Lisboa quando servia de moço de Câmara do prudentíssimo Rei D. Manuel”⁶¹⁸. A menção ao decreto real vigente desde o reinado de D. Manuel I reforça sua postura de apoio ao reino. O opúsculo se encerra com a típica *captatio benevolentiae*, lembrando aos leitores que “acidentalmente acrescentei este comentário ao ‘Cercos de Dio’...”⁶¹⁹.

À primeira vista, resposta a Giovio aparecia casualmente. Mas, da quarta edição em diante (Louvain, dezembro de 1544), vem separada do restante do texto principal, nos moldes de uma carta-posfácio, intitulada *De rebus et Imperio lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a Goes disceptatiuncula*. Para mais, o texto foi reeditado em 1574, 1602, 1603, 1791, em latim, o que indica seu sucesso do tratado; há uma versão para o italiano em 1539, outra para o alemão, raríssima hoje, de 1540. Uma versão em português só surgiu em 1945⁶²⁰.

Também aqui, Rosado Fernandes enxerga nas ações de Góis caráter mormente político, “[...] ainda que com laivos económicos à mistura”. Ainda que o caráter político esteja premeditado desde a primeira página do trabalho de

⁶¹⁵ Góis, Damião de. Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia. In: Carvalho, Dias de. *Opúsculos Históricas*. Porto: Civilização, 1945. [1539] P. 85.

⁶¹⁶ Góis, Damião de. Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia... P. 86.

⁶¹⁷ Góis, Damião de. Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia... P. 87.

⁶¹⁸ Góis, Damião de. Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia... P. 89.

⁶¹⁹ Góis, Damião de. Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia... P. 89.

⁶²⁰ Faria, Francisco Leite de. *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*... P. 18.

Góis – a carta prefácio ao cardeal Bembo não apenas refere à amizade epistolar por eles construída, mas, ainda, ao fato de que Bembo era um grande personagem de Veneza, então detida em enfrentamentos com a Gênova de Paulo Centurião, aquele responsável por haver instruído Giovio⁶²¹ – podemos perceber o uso da polêmica como instrumento de ganho de prestígio. Ora, sendo Giovio personagem respeitado na República das Letras⁶²², vencer uma contenda contra ele auferiria recompensas não negligenciáveis a Góis, deixando-o, para mais, em posição confortável diante do rei.

Jean Aubin reforça esse argumento, lembrando, para mais, que Giovio era um adversário de Buonamico, com quem Góis havia feito laços em Pádua⁶²³. *A Relação do cerco de Diu* impõe-se, portanto, como instrumento de defesa dos aliados de Góis na mesma medida em que se coloca como voz de Portugal, enaltecendo a *fides* do relato em meio à guerra de difamações vigente.

O epistolário de Góis apresenta elementos que indicam a difusão da controvérsia com Giovio. Embora não tenhamos a correspondência ativa em questão, sabemos que Góis alertou ao menos Buonamico quanto ao caso. O italiano, apesar dos muitos elogios feitos ao texto do amigo português, dizendo que “a história é tal que, diligentemente composta como está, pode na sua leitura cativar a qualquer”, evitou, contudo, maiores comentários a Giovio. “A respeito de Giovio nada tenho a apresentar, uma vez que ainda não li os seus escritos”⁶²⁴. A crer em Jean Aubin, a ausência de resposta de Buonamico pode ter se devido à vontade de preservar seu nome em relação o bispo de Nocera, já que eles seriam, como dissemos, desafetos à altura da publicação do opúsculo de Góis.

As rugas entre Giovio e os portugueses não terminaram com os relatos de 1525. Após a resposta de Góis, Giovio deixou os letrados portugueses de lado nos *Elogia doctorum uirorum* (Basileia, 1542 e 1545; Ferrara, 1546, entre outras edições que se seguiram). Dessa vez, coube a Diogo Pires (1517-1607) discutir com o italiano. Pires nasceu em Évora, e era de origem judaica; “estudou em Lovaina e Paris, tendo sido poeta afamado e médico. Deixou Portugal em 1535 e morreu na Iugoslávia, em Duvrovnik”, segundo Torres⁶²⁵. Manifestou seu descontentamento por Giovio em carta de 1547, quando Góis já havia regressado a Lisboa.

O principal problema dos escritos de Giovio, para Pires, era não terem mencionado os “varões ilustres” de Portugal, como se nesse reino não houvesse

⁶²¹ Devemos essa explicação a Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império. Damião de Góis... P. 281.

⁶²² Para uma breve biografia de Giovio, cf. Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance*... P. 170.

⁶²³ Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique... P. 221.

⁶²⁴ CLG B LXVII, P. 274-275.

⁶²⁵ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana*... P. 443.

algum; “[...] e não faltam hoje varões dignos do maior louvor cuja memória a posteridade um dia celebrará”. Além dos portugueses de outrora, Henrique [Caiado], [Luís] Teixeira e [Diogo] Pacheco, homens doutíssimos, há que mencionar Resende, Pinheiro, Coelho, Cardoso, António Luís, “[...] todos notáveis por obras literárias”. Mesmo Góis é citado, em termos ambíguos: “Quanto a Damião de Góis, se bem que as musas não lhe desagradem, todavia se lho tivessem permitido os franceses violadores de alianças, antes devera ser colocado entre os mecenas da nossa época”⁶²⁶.

Curiosamente, Góis não fora colocado entre os “grandes doutores”, cabendo-lhe espaço entre os mecenas, não fosse a intervenção dos franceses em sua vida no cerco de Louvain – veremos a questão em pormenor adiante. Não obstante, a natureza da polémica de Pires tem alvo certo. Se no compêndio dos homens ilustres não contassem os portugueses, sua imagem diante dos vindouros seria diminuída. Do modo análogo, podemos pensar que Góis, ao atuar firmemente em defesa de seu reino, protegia sua memória, pois seus destinos estariam atrelados. A polémica, portanto, além de estimular o prestígio no presente (Góis, como se vê, ainda tinha um longo caminho pela frente se quisesse ser visto como mais do que um “mecenas”), podia salvaguardá-lo no futuro.

Vejamos agora as alterações com Münster.

Em 1542, já vivendo em Louvain, Góis recorreu às impressoras de Ruggerus Réscius para publicar o opúsculo *Hispania*. Essa obra ganhou algumas reedições, em 1544, Louvain; 1574, ano da morte de Góis, em Colônia; 1602, novamente em Colônia; 1579 e 1603 em Frankfurt. A única edição latina editada em Portugal remonta a 1791, em Coimbra⁶²⁷.

Além da carta-prefácio dedicada a Pedro Nânio, professor na Universidade de Louvain, o opúsculo inclui a resposta deste a Góis, na qual se elogia sua sapiência – “ao sapientíssimo cavaleiro Damião de Góis, ilustre pela erudição e nobres ações”. Diz, ainda, sobre a obra, que “os dons dos antípodas – por dobrada razão pertença dos espanhóis – já por haverem descoberto este mundo, já por serem eles quem os traz para os seus celeiros, também ali são divulgados...”. Suas últimas palavras são reveladoras: “O que outrora eu lia destes reinos suscitava mais a minha admiração que meu crédito; tu, porém, tornas-me crédulo também e não já mero admirador”⁶²⁸.

Fiel servo da “verdade” das terras mais conhecidas por lendas e mitos nada comprovados. É desse modo que se apresenta o letrado, pronto a debater o passado da península de modo a clarificar todos os aspectos obnubilados pelo

⁶²⁶ CLG B CI, P. 352-353.

⁶²⁷ Faria, Francisco Leite de. *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época...* P. 28.

⁶²⁸ Góis, Damião de. Descrição da Espanha. In: Carvalho, Dias de. *Opúsculos Históricas*. Porto: Civilização-editora, 1945. [1542] P. 93-94.

manto do fantástico e do inverossímil, características que, noutros momentos (lembremos da *Vrbis*) viriam a ser levantadas com o mesmo propósito.

A defesa dos interesses “hispânicos” não correspondia, para Nânio, à desqualificação do argumento de que Damião de Góis escrevia pensando no bem maior de Portugal. Neste caso, era necessário, por razões históricas, situar o passado de um mesmo conjunto civilizacional. Além disso, as críticas que motivaram a redação do livro direcionavam-se, como veremos, aos “ibéricos”. Cumpre lembrar, para mais, que Góis, diplomaticamente, aproveitou-se para estreitar laços com o império de Carlos V, cuja influência sobre territórios flamengos deveria lhe interessar, por razões familiares.

O opúsculo consiste basicamente de levantamentos quantitativos e enumerações das “coisas da Hispânia” que comprovassem o valor de seu passado e a proeminência de seu presente.

Ao descrever as igrejas e os diversos montantes que elas eram capazes de arrecadar – e é oportuno destacar que suas listas separam a situação de Portugal daquela de Espanha – , Góis afirma, por exemplo, procurando reforçar a tradição cristã na região, e em clara oposição ao período muçulmano: “de tudo isto resulta claramente que os povos hispanos sempre foram crentes e devotados ao culto divino, pois tão liberalmente contribuem com as suas esmolas para as igrejas de Cristo”⁶²⁹.

Essas informações não foram, contudo, recolhidas originalmente por Góis. Ele diz tê-las retirado da obra de Lúcio Marineu Sículo, *Opus de rebus hispaniae memorabilibus*, de 1533. Tratava-se de um texto que, como o de Góis, assentava-se “numa tarefa que os monarcas de ambos os lados da fronteira procuraram incrementar: a elaboração de textos que apoiassem a difusão internacional, isto é europeia, de uma literatura de propaganda em latim...”⁶³⁰.

Mais uma vez, encontramos um documento que permite questionar se Góis não teria sido exclusivamente um ativista da política de d. João III, para além da busca das Letras nos moldes do ócio humanista. A publicação desse livro não deixa de ser uma espécie de continuidade de sua vida diplomática, como articulador de um discurso epidítico para o reino de Portugal. É plausível, ainda, que assim tenha agido no intuito de facilitar um eventual retorno ao reino, com a franca possibilidade de obtenção tenças e cargos.

A hipótese não é nova. Havia sido aventada, em suas linhas mais gerais, por Antônio José Saraiva, para quem Góis era efetivamente um porta-voz dos propósitos de D. João III na Europa. Joaquim Veríssimo Serrão, por sua vez, rebate a ponderação de Saraiva. Vejamos como.

⁶²⁹ Góis, Damião de. Descrição da Espanha... P. 99.

⁶³⁰ Osório, Jorge A. Reflexos de Tordesilhas numa nota antiportuguesa de Pedro Mártir de Anghiera. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Porto: v. IX, 1994. P. 192.

A negativa de Serrão firma-se sob três aspectos principais, a saber. O primeiro deles depreende-se da ausência de aporte documental que comprove a relação entre Góis e D. João III. Quanto a esse ponto, nada se pode dizer em contrário, a não ser que Góis poderia agir, como afirmamos, na linha dos interesses chancelares no intuito de se posicionar melhor no jogo de posições inerente ao reino e a seu próprio prestígio. Mesmo que não desejasse retornar a Lisboa, investiria em panegíricos e estudos elogiosos sobre Portugal como uma oportunidade de expandir seu nome ao lado dos feitos que tanto defendia, o que implica que a comprovação de um contato ou ordem de D. João III era desnecessária.

Em segundo lugar, Serrão põe em causa a questão do valor de “oficialidade” das ações de Góis:

Não há dúvida de que o comércio das especiarias com a Europa era uma das fontes do erário de D. João III; também não se põe em causa a depressão verificada nesse comércio pelos anos de 1531 a 1535 e que se fez sentir na economia portuguesa; e não se discute que houvesse satisfação da Coroa joanina perante o trabalho escrito de Góis em louvor da expansão ultramarina. Mais difícil, porém, se torna admitir que o nosso humanista continuasse a ser, depois de abandonar a feitoria da Flandres, um representante oficial da política de D. João III⁶³¹.

Sobre esse ponto, pode-se dizer o mesmo. Ter a anuência oficial ou agir sem ela não muda a constatação de que Góis usou sua experiência diplomática para assistir seus propósitos.

Por último, mesmo admitindo que Flandres e Itália fossem dois centros vitais para a economia da corte, Serrão pretende que Góis não era o mais capaz dos súditos de D. João III à época para difundir a propaganda adequada. A razão seria sua pouca prática com o latim, que só teria começado a aprender aos vinte e nove anos. Esta tese foi derrubada por Amadeu Torres em 1982, que demonstrou remontar o aprendizado de Góis aos seus tempos como pajem de D. Manuel. Ademais, seu envolvimento com a controvérsia ciceroniana permite-nos concluir que a questão da qualidade da expressão em prosa não era negligenciada por ele.

A rivalidade com a França, a cada instante acentuada por Góis no *Hispania* – e temos de aqui vislumbrar a disputa que envolvia Francisco I e Carlos V, de quem Góis, supomos, queria se aproximar –, terra que dependeria da Ibéria no que tange ao abastecimento de grãos, e que lhe seria secundária no esforço de expansão, reforça a tese da orientação política daquilo que escreveu.

⁶³¹ Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia portuguesa: doutrina e crítica...* P. 58-59

O mesmo se diga para as páginas finais do texto, onde se encontra a resposta a Sebastian Münster. Em sua *Geographia uniuersalis uetus et noua complectens Claudii Ptolomaei Alexandrini Enarrationis libros VIII*, de 1540, Münster apontou a “infecundidade do solo e das mentes, a verbosidade sofisticada a esconder a ignorância, a ostentação externa em contraste com a frugalidade familiar logo mudada em avidez e gula nos banquetes de convite, [...] a subalternização comercial em relação à França.”⁶³²

Mais uma vez, o embate se dá pelo expediente da comprovação de que as fontes usadas pelo interlocutor estavam enganadas. Münster teria tão-somente imitado seu predecessor, Miguel Villanovano (Miguel Servet), “pobre relator” das coisas da França. Desse modo, Góis evita o ataque direto a um letrado poderoso. Para mais, demonstra que os autores selecionados para o *Hispania* são mais válidos que os levantados por Münster. Também sustenta que sua experiência pessoal, tanto pelos serviços diplomáticos e comerciais quanto pelo fato de ser um ilustre português colocavam-lhe em posição privilegiada para discutir o assunto. Münster, por outro lado, jamais teria pisado em Portugal ou em Espanha, de modo que qualquer argumento que utilizasse partiria de fontes de segunda mão, sujeitas, persuadia Góis, a distorcer as notícias.

Rosado Fernandes defende que Góis atuou por “patriotismo”, “[...] mas também por motivos políticos com a finalidade de afirmar o bom nome de Portugal e da sua coroa”. A seguir, o professor esgrima outro argumento para a intervenção. Ouçamo-lo: “como havia Góis de ficar indiferente, embora tivesse de envergar a nacionalidade hispana e não a portuguesa, numa época em que Resende e tantos outros protestavam contra o *Todos somos hispanos* [...]?”⁶³³. A ideia de “*todos somos hispanos*” havia sido de fato discutida por Resende nas *Antiguidades da Lusitânia*⁶³⁴, uma vez que lhe interessava sondar as especificidades portuguesas. Por que Góis, então, valeu-se dessa definição? Dada a situação periférica de Portugal, talvez fosse essa a forma mais adequada de propagandear o opúsculo. Ao envolver a Espanha em sua defesa contra a Gália (saudada por Münster), Góis procurava trazer um aliado poderoso à polêmica. Além disso, Fernandes lembra que Góis não poderia ter deixado de lado os debates. Numa época em que *tantos outros* digladiavam-se na defesa de Portugal, como um português outrora ligado aos círculos diplomáticos poderia se esquivar? Junto da necessidade de defender a terra natal encontrava-se, ademais, a oportunidade de autorrepresentação.

⁶³² Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 347.

⁶³³ Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império. Damião de Góis... P. 287.

⁶³⁴ Fernandes, Miguel Rosado. Introdução. In: Resende, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009. P. 1-38

Precisamente como no caso de Giovio, Góis colocou-se contra um letrado dos mais notáveis. A trajetória epistolar do português mostra-nos que eles se cruzaram algumas vezes, indiretamente, antes e depois das críticas veiculadas no *Hispania*. Perscrutar esses encontros pode ajudar a clarificar alguns pontos.

Ainda que tenha se encontrado com Münster em Basileia por volta de 1532⁶³⁵, mesma época em que mantinha contato com Bonifacius Amerbach nos círculos eruditos do Colégio Trilíngue, a primeira referência ao cosmógrafo no epistolário ocorreu em 1536. Na ocasião, Góis solicitava a Erasmo cópia de uma mapa da Suíça que havia visto em sua casa⁶³⁶. O mapa em questão veio a ser publicado por Münster pouco tempo depois⁶³⁷, e é bastante possível que Góis o tenha adquirido.

Em 1542, ano de publicação do *Hispania*, Góis discutiu as opiniões de Münster com Johan Fugger⁶³⁸. Ao amigo, membro da prestigiada família Fugger de Augsburg⁶³⁹, Góis procura se explicar – a carta parece de fato uma intervenção de Fugger no sentido de questionar os porquês do embate com um conterrâneo seu. “Quanto a dizeres que me atirei pouco amigavelmente contra Münster, em todo o caso o homem meu conhecido, instituo-te juiz nesta questão”⁶⁴⁰. Contudo, diante das críticas de Münster, Góis qualifica sua reação de “natural”. Afinal, assim como era papel de Münster prestigiar os germânicos com seus textos, também a Góis competiria louvar os seus. Apesar de se equiparar ao cosmógrafo no que diz respeito às tarefas que lhes cabiam, Góis frisa que seus argumentos partiam de ponto completamente diverso. Em vez de criticar o reino como um todo, seus comentários voltavam-se a indivíduos em particular.

⁶³⁵ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 383-384. No depoimento aos inquisidores, Góis ponderou que o encontro com Münster dera-se de forma casual na porta de uma livraria. Na altura, ele sequer teria sabido que tratava-se do célebre cosmógrafo. A afirmação pode ocultar o fato de que Münster aproximara-se dos círculos protestantes, assim como Simão Grineu, outro personagem com quem Góis manteve contato naquela região. Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 72.

⁶³⁶ CLG A XIII, P. 66-67.

⁶³⁷ “Segundo Hartmann, trata-se da carta geográfica traçada por Gilg Tschudi von Glaurus (1505-1572), aluno de Glareano em 1516-17 em Basileia, historiador, cartógrafo e antiquário, publicada em 1538 por Sebastião Münster”. Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 397.

⁶³⁸ Carta enviada de Louvain em 11-IV-1542. CLG A XXIX, P. 112-115.

⁶³⁹ “João Diogo Fugger (1516-1575), filho de Raimundo Fugger e trineto de João Fugger, o continuador desta família de ricos mercadores alemães de Augsburg [...]” Mantiveram profundas relações com o reino português desde 1503-1504, quando fecharam contrato para comerciar diretamente com a Índia com seus navios. Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 349.

⁶⁴⁰ CLG A XXIX, P. 112-113.

Pelo contrário, ao defender os nossos que é que eu fiz ou cometi? Em boa verdade aos alemães e franceses não os agravo a todos em geral, conforme ele aos hispanos, mas tão-só a alguns; e, dessas nações, unicamente contra os servos e parasitas apresentei, *como que gracejando*, a minha *humilde* defesa⁶⁴¹.

Logo adiante Góis demonstra que não perdeu de vista as convenções retóricas da amizade, mesmo nos momentos de enfrentamento. “Ao próprio Münster o proclamo uma pessoa de bem, com a advertência apenas de que para o futuro escreva mais cautelosamente e não mande aos prelos senão o que conhecer averiguado”⁶⁴². Pouco depois, como que liberado pela menção às qualidades de espírito de Münster, Góis volta a atacá-lo diante de Frugger. As mentiras de Münster, que estariam presentes em outros livros – inclusive em textos que discutiam a vida germânica –, não seriam salutares, diz Góis, nem às conversas entre homens doutos nem tampouco à dignidade cristã.

Tendo estabelecido seu caso, Góis aproveita-se para elogiar a terra natal de Frugger, sustentando que o ataque emendado a Münster no *Hispania* poderia ter sido ainda pior, e que só não o foi porque prezava o povo e o território germânicos, “[...] que sempre venerei qual a uma divindade e onde conto amigos preclaros cuja estima só quero santissimamente inviolada, como outrossim conservada perpetuamente”⁶⁴³.

A resposta de Fugger, remetida em 8 de maio de 1542⁶⁴⁴ indica a eficácia da estratégia de Góis. Fugger afirmou ter considerado justificada a atitude de Góis diante das palavras de Münster. Na verdade, não sabia que ele havia falado de maneira tão indigna de terras que desconhecia, “[...] de maneira que, aclarado assim o caso, não só te desculpo, senão também o odeio abertamente pelo seu insigne destempero [...]”⁶⁴⁵.

Essa correspondência indica que os insultos de Góis dirigidos a Münster em sua réplica devia ser controlados mediante a atividade epistolar. Dever-se-ia atingir certo equilíbrio entre a força da crítica nos opúsculos destinados ao elogio e defesa do reino e o intercâmbio epistolar com letrados que tivessem relação com o agredido.

Em epístola ao germânico Beato Renano⁶⁴⁶, Góis novamente procura se explicar valendo-se de um gracejo: “[...] ousarei remeter-vos a Hispania, que há pouco publiquei por brincadeira. Quando a lerdês, não fiqueis a pensar que guardo ressentimentos contra a Alemanha”. Sigamos mais alguns passos do texto:

⁶⁴¹ CLG A XXIX, P. 112-113. Grifos nossos.

⁶⁴² CLG A XXIX, P. 112-113.

⁶⁴³ CLG A XXIX, P. 114-115.

⁶⁴⁴ CLG B XCI, P. 330-333.

⁶⁴⁵ CLG B XCI, P. 330-331.

⁶⁴⁶ CLG A XXX, P. 114-117.

É esta uma terra que sempre exaltei com os maiores elogios, na qual conto grande número de amigos selectos a quem, como a uma divindade, venero e respeito, e cuja amizade com toda a pureza e constância desejo e quero ininterruptamente manter. Eu não ataco a Alemanha, como vereis, mas apenas tagarelo e brinco divertidamente a propósito dos parasitas e criados dela e da França. E fi-lo não porque alguma vez pretenda repreender os defeitos de ambas, mas para obviar ao juízo erróneo de Münster sobre as coisas da Hispânia e admoestar o homem, aliás meu conhecido e amigo, a fim de que futuro divulgue suas obras com mais cautela⁶⁴⁷.

Diversos pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, a atenção aos amigos germânicos, uma vez que graças a eles Góis selou acordos importantes para o reino de Portugal. Sem atacar as terras germânicas, o que poderia ter causado reações em cadeia, Góis insiste que apenas “tagarelou” e “brincou” para educar Münster, também ele, *amigo* seu. O jogo desenvolvido por Góis, nas sombras do *Ciceronianus* de Erasmo, presta-se a manter todas as amizades em chave retórica, inclusive a de Münster, defendendo o rei e ilustrando a si mesmo sem perder de vista o decoro da disputa. Adular o seu adversário era parte da *performance* do letrado que agisse dignamente diante de um igual. Terá Münster voltado a Góis semelhantes procedimentos?

Oito anos após a publicação de *Hispania*, Münster o menciona em cartas anexadas a sua *Cosmographia Vniuersalis Libri VI*, dedicada, estrategicamente, a Carlos V. Góis figura como personagem principal do prefácio, o que sinaliza sua relevância e reputação na República das Letras.

Münster começa desculpando-se pelo atraso na finalização do livro, argumentando que as dificuldades aumentam muito quando se trata de falar de homens ainda vivos. “É que se alguma glória se atribui, torna-se como adulação; se algo se condena, como má vontade”. Diz não ligar para as críticas de “Damião”, sobretudo aquelas que dizem estar Münster errado em descrever terras remotíssimas sem nelas ter estado. Para ele:

Publique Münster quando se lança a escrever os costumes dos povos, apenas aquilo que tenha visto de que de possua notória certeza. Mudam-se todos os dias as cidades, as fortalezas, os hábitos e modos de vida dos homens; e a própria Alemanha e França já não são aquelas que César descreveu nem tão bárbaras⁶⁴⁸.

Ao rebater as críticas de Góis, Münster aduz informação notória, qual seja, a de que o português o havia criticado por ignorar a mudança das condições dos tempos. Mais uma vez, percebemos ecos do *Ciceronianus* – e não só, já que

⁶⁴⁷ CLG A XXX, P. 116-117.

⁶⁴⁸ CLG B CII, P. 354-355.

a ideia de adaptação estava disseminada – nos procedimentos de Góis. Mas, prossigamos com as palavras de Münster:

Damião julga que ignora isso quem, mesmo muito antes de ter lido a sua admonição, algo deu já à estampa acerca dos costumes de velhas e recentes nações depois de muitos outros escritores. Quanto mais correctamente Damião procederia se, posta de lado a contestação, antes ajudasse o nosso empreendimento e fornecesse dados [...] sobre as gestas orientais.

Não é possível uma só pessoa percorrer e observar todas as regiões do mundo, nem a idade humana se estende, como antigamente, por um milhar de anos [...]. Servem-nos de auxílio os velhos monumentos abandonados e bem assim os contributos daqueles que na nossa época chegaram a diversas paragens e aprenderam por experiência quanto a mim e a inúmeros outros não sucedeu presenciar.

Nós também acreditamos em Damião quanto ao que escreveu sobre os costumes dos etíopes que sob o Preste João vivem, mas a cuja região ele nunca foi nem alguma vez irá. Plínio, Estrabão, Ptolomeu, Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Eneias Sívio, João Boemo, etc., escreveram sobre muita coisa que não viram mas receberam de varões fidedignos⁶⁴⁹.

Diante da mudança dos tempos, Münster retoma o igualmente justo argumento do valor da autoridade dos antigos. “Assim eu registro muitos elementos não vistos, no entanto referindo as experiências alheias [...]”⁶⁵⁰. Não obstante serem extremamente relevantes, as “experiências alheias” representadas pelos antigos anulavam-se em depoimentos contraditórios, tornando difícil a atividade de seleção e entendimento do escritor de história.

Münster foi bastante engenhoso⁶⁵¹ em sua digressão contra as críticas de Góis. Em primeiro lugar, apontou os próprios livros do “amigo” como prova de que estar presente e ter efetivamente visto os lugares de que se fala não é absolutamente indispensável à composição da *fides*. Se assim não fosse, os escritos de Góis sobre Diu, por exemplo, seriam dignos de suspeita. Por outro, elogiou vigorosamente modelos antigos, tornando qualquer contra-ataque difícil, já que agredir a força de um Plínio ou de um Solino indiscriminadamente forçaria Góis a abandonar sua *humilitas*. Por fim, endereçou seu texto ao homem mais poderoso da Hispânia, Carlos V, protetor que Góis não poderia desacreditar sem pesados custos.

O aspecto da presença nos locais de estudo foi reforçado na carta-posfácio do texto, endereçada “ao leitor”:

⁶⁴⁹ CLG B CII, P. 354-355.

⁶⁵⁰ CLG B CII, P. 354-357.

⁶⁵¹ É o que também pensa Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império... P. 292.

Descrevemos-te até aqui, amigo leitor, os povos e nações do orbe inteiro, os seus estudos, seitas, costumes, comportamentos, leis, religiões, ritos, reinos, principados, mercadorias, antiguidades, terras, regiões, novas, animais, montes, rios, mares, lagos, lugar e outras matérias deste género [...]⁶⁵².

Apesar de admitir que muitas matérias foram tratadas parcamente por falta de material de leitura, sente-se satisfeito com o resultado, apesar dos olhares desconfiados

[...] de Damião [...] segundo a qual [...] nem isso devia ser publicado, apesar de dentro do possível registrado por ilustrados varões, excepto se eu houvesse visitado tais províncias e terras. Como Góis fizera uma descrição dos costumes etíopes, divulgada pelo mundo a partir dos depoimentos que ouviu na corte lusa, [...] permita a mim também, com Estrabão, Pompónio, Plínio, Cúrcio, Justino, etc., e na companhia de muitos escritores mais recentes, relatar o que não vi mas tirei desses varões dignos de crédito⁶⁵³.

Ora, apesar de tudo, Münster não deixou de considerar o valor de Góis, mantendo-se no decoro da escrita epistolar. Anos antes, em sua primeira resposta às críticas de Góis, chegou a admitir o valor de *Hispania*. A menção ocorreu em 1545, no momento de reedição de seu Ptolomeu. Damião de Góis, “um hispano”, o teria “obrigado a anotar” os pontos incorretos de seu argumento⁶⁵⁴. A resposta posterior, de 1550, ganha então cores diferentes, já que o distanciamento temporal indica que as críticas de Góis continuaram a ser discutidas nos círculos eruditos pelos quais se movia Münster. Mesmo tendo admitido as correções em 1545, ele viu-se impelido a responder à altura. Retomar a polémica foi a única forma que encontrou de restaurar seu prestígio e o equilíbrio das relações. A ver por outro ângulo, o *mea culpa* de Münster em 1545 correspondente à ação prudente e discreta esperada de um letrado. Reagir furiosamente em quaisquer instâncias produziria, provavelmente, efeitos deletérios à sua imagem.

Quanto à Góis, em sua tentativa de conciliar ilustração pessoal e defesa do reino e do “povo hispano”, talvez procurasse fundir a glória do letrado e glória do homem de ação, uma vez que esta, em geral, era considerada superior àquela⁶⁵⁵. “Há, nesse sentido, uma associação entre ambição pela busca das honras civis e o reconhecimento público do bom serviço à pátria”, como pensa Felipe Charbel. “Não existe glória sem reconhecimento público”, prossegue, “[...] e este parece voltar-se com mais força e louvor àqueles empenhados na condução dos assuntos

⁶⁵² CLG B CIII, P. 356-357.

⁶⁵³ CLG B CIII, P. 356-357.

⁶⁵⁴ Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império... P. 292.

⁶⁵⁵ Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros*... P. 154.

de Estado ou de religião”. O esforço de Góis poderia ser lido, portanto, não apenas como o digno exercício do ócio, mas a tentativa de se manter próximo da glória mesmo depois de ter abandonado os negócios do reino. Apenas os dois esforços somados poderiam alçá-lo ao reconhecimento que almejava.

OS USOS DA POSTERIDADE: DAMIÃO DE GÓIS, BONIFACIUS AMERBACH E O ESPÓLIO DE ERASMO

Quando a sombra da morte de Erasmo se avizinhava – era ele mesmo quem o pressagiava a Góis⁶⁵⁶ – não poucos intuíram oportunidades de a partir dela estabelecer reconhecimento. Góis esteve entre eles. Consciente da firme amizade epistolar e pessoal estabelecida com o “príncipe” da República das Letras, não tardou a externar sua vontade de ligar-se ao antigo mestre por meio de amarras permanentes. Em carta que respondia a última mensagem de Erasmo, Góis relevou suas pretensões: “E a tal modo me sinto preso de afeição por vós, que almejo em tudo a vossa memória permaneça íntegra e imaculada”⁶⁵⁷.

As razões, Góis as expõe com clareza, descortinando a “natural” busca pela glória por meio da vida e dos escritos de Erasmo:

Com efeito, como ninguém há descobiçoso da glória, ardo outrossim no anseio incrível de enarrar a vossa vida, o que possível me não é executar senão mediante o auxílio de algum varão douto, e até doutíssimo, por isso que exará-la quero num estilo tal que não só a vida mesma deva ser no futuro recomendada, mas de igual jeito o próprio fio e urdidura do discurso, coisa esta que calculo não vos ser desonrosa, na verdade. A enucleação de tal currículo afixá-la-ei no princípio dos vossos escritos⁶⁵⁸.

A proposta de Góis é evidente. Buscaria a sua própria autorrepresentação a partir da *bios* de Erasmo, a que se seguiria a impressão de suas obras completas, que levariam os nomes de ambos aos vindouros. A imortalidade letrada, afinal, era mais provável entre aqueles já reconhecidos como *auctoritas*, de modo que a associação a Erasmo era absolutamente fundamental. As prescrições antigas corroboravam esses usos da amizade. Cícero lembrava que um dos maiores impactos da “boa amizade” era justamente permitir que amigos se vissem como “imagens de si mesmos”, e que a memória de seu entrelaçamento persistisse de forma duradoura:

⁶⁵⁶ Conforme atestamos ao ler a última carta enviada ao português por ele. “Passa já de um mês que me encontro invariavelmente de cama, numa tortura incrível, de facto intolerável, e sem esperança de enxergar restabelecimento desta saúde, devido ao rude inverno que faz. Não tenho horror à morte, antes até a desejo, se essa é a vontade do senhor”. CLG B XLVI, P. 230-231

⁶⁵⁷ CLG A XIII, P. 64-65.

⁶⁵⁸ CLG A XIII, P. 64-67.

Mas tirando-se tantos e tão grandes proveitos da amizade, o maior de todos é o que faz conceber belas esperanças, para tudo que possa sobrevir, e não deixa que desfaleçam ou se acovardem os ânimos. Porque o verdadeiro amigo vê o outro como a uma imagem de si mesmo. E assim, se fazem presentes ou ausentes, fartos ou necessitados, poderosos ou fracos, e o que é mais difícil de crer, vivos ou mortos. Tal é a honra, o desejo, a memória que sempre os acompanha dos seus amigos. Deste modo, a morte de uns parece ditosa e a vida dos outros digna de louvor⁶⁵⁹.

Góis mostrou-se preparado para a tarefa de editor dos escritos erasmianos, solicitando ao amigo um catálogo de tudo o que escrevera, instrumento que facilitaria a publicação das obras completas:

Por isso, já bastas vezes tenho matutado comigo mesmo e ainda dia a dia cismo em, se Deus me facultar vida bastante, imprimir, depois de vosso passamento e a expensas minhas, todas as vossas obras conjuntamente, - objectivo para cuja mais feliz assecução creio que muito vos interessava, caso esse incômodo aceitar quisésseis, arranjardes-me um catálogo ordenado dos vossos livros, tanto profanos como religiosos; além que, se alguns tendes que desejeis suprimir ou editar em separado, poderíeis também significar-mo⁶⁶⁰.

Góis tinha plena consciência de que o espólio de Erasmo seria disputado com outros – afinal, muitos eram os amigos dele, e muitas mais deviam ser as cartas de solicitação nesse sentido. Daí pedir, “[...] em último lugar, [...] que ninguém disto se aperceba, porque, se o negócio chegar a seu termo, não quero que a natureza do nosso propósito tenha sido revelada a pessoa alguma”⁶⁶¹.

As palavras e preocupações de Góis foram certas. De fato, Erasmo veio a falecer pouco tempo depois – Góis chegou a escrever-lhe após sua morte, ocorrida entre 11 e 12 de julho de 1536⁶⁶² –, pois não havia recebido as notícias em Pádua – e o catálogo que tanto pretendia utilizar para organizar a edição das obras completas caíra nas mãos de Bonifacius Amerbach, seu executor testamentário e herdeiro universal, que o publicou em 1537 sob o título *Catalogi Duo Operum Des. Erasmi Roterodami ab ipso conscripti et digesti: cum praefatione D. Bonifacii Amerbachii*⁶⁶³. Para entendermos mais essa tentativa de construir seu prestígio na República das Letras e de enredar sua memória em papéis alheios, façamos uma leitura do epistolário Góis-Amerbach, dimensionando a extensão

⁶⁵⁹ *De Amicitia*, 7.

⁶⁶⁰ CLG A XIII, P. 64-65.

⁶⁶¹ CLG A XIII, P. 66-67.

⁶⁶² A última carta de Góis a Erasmo data de 15-VII-1536, Nuremberg. CLG A XIV, P. 68-73.

⁶⁶³ Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 283.

de sua amizade retórica e as condicionantes que os levaram a romper relações posteriormente. Antes disso, contudo, vejamos a última carta de Góis a Erasmo, uma vez que ela contém detalhes relevantes à análise sugerida aqui.

Góis diz a Erasmo que, havendo percorrido as “restantes cidades” das Germânia, decidira visitar Nuremberg “[...] antes de seguir para a vossa casa, no intuito de, concertado o negócio que aí me levava, estar de regresso directo a Itália [...]”⁶⁶⁴. Estava, aparentemente, pronto para resolver com Erasmo os últimos detalhes da edição e da biografia a preparar, mas transtornos militares entre os exércitos de Francisco I e Carlos V na região o impediam de prosseguir até Basileia – Góis evoca os amigos que tinha na região para justificar seu atraso, demovido de viajar em virtude de seus conselhos. Inviabilizado o contato direto, Góis esperava ao menos manter o comércio epistolar: “[...] resarcamos isto, na ausência, com a amizade e laços mútuos com que Cristo estreitissimamente nos uniu e epistolarmente compensemos este sacrifício”⁶⁶⁵.

A seguir, Góis comenta cartas anteriores, de que não dispomos, nas quais Erasmo teria confirmado que ele seria o encarregado de preparar o catálogo. “[...] querdes entregar-me, ordenado, o catálogo dos vossos livros, pelo que vos confesso o maior reconhecimento Se isso fizerdes, praticareis acção digna de vós e proveitosa à posteridade”⁶⁶⁶. Proveitosa à posteridade de ambos e dos leitores, que beneficiariam de relação tão profunda e amistosa. Apenas este escudo contra os detratores, a execução de uma biografia e a publicação das obras completas por alguém legitimado para tanto orquestraria a boa passagem da fama de Erasmo às gerações seguintes. Era, ao menos, o que sugeria Góis:

Ser-vos-á por certo vantajoso aceitar este trabalho, porquanto não duvido de que, porventura chegado o vosso dia de nos deixar, muitos amigos vossos e até inimigos irão diligentemente descrever-vos a vida. Ora tais escritos, supondo que saíam fora do que é conveniente e necessário, poderemos nós rebatê-los através dos que me confiardes, preparados por vós com aquela arte e ornato de estilo que sempre empregastes em todas as outras obras⁶⁶⁷.

Diante das variações da Fortuna, sem estar vivo para defender-se, Erasmo contaria com o então jovem humanista Damião de Góis, cuja nome estaria gravado ao dele, como um selo a proteger uma carta de olhares vulgares. Além de organizador das obras e da biografia, Góis punha-se a postos para batalhar a favor da memória do célebre amigo que, se aceitava a confecção do catálogo, parecia discordar da biografia:

⁶⁶⁴ CLG A XIV, P. 68-69.

⁶⁶⁵ CLG A XIV, P. 68-69.

⁶⁶⁶ CLG A XIV, P. 70-71.

⁶⁶⁷ CLG A XIV, P. 70-71.

Quanto à recusa da biografia própria, não há que exarar tudo no papel: escreveis aquilo que vos honra, deixando de lado o resto. Podereis alongar-vos no relato da vida e dos costumes, tocando ao de leve no da progenitura⁶⁶⁸.

Góis tinha mira certa ao pensar submeter os textos e vida do amigo ao controle da *conveniência* e da *necessidade*. Para atingir esse objetivo, de redigir decorosamente a vida de um homem de letras elevadíssimo, estava pronto a recomendar omissões e correções de curso, como o fato de os pais de Erasmo não terem se casado. Desde então, aliás, se dispunha a enfrentar discussões e polêmicas por sua memória, conforme explicita na mesma carta:

Em Ingolstadt, onde permaneci dois dias, ouvi de alguns estudantes meus amigos, desde tempo atrás comigo familiarmente relacionados, haver uns túmidos doutores que de vós proferem mirabolâncias diante do povo e dos estudiosos, nas tribunas, nas assembleias e em conversas particulares. Dizem que mudastes para Basileia a fim de mais à vontade poderdes seguir a seita de Zuínglio, acrescentando que sempre nela estivestes. [...] Quis encontrar-me com eles para lhes explicar quanto vos achais alheio a seitas e mostrar-lhes a sua estultícia e insânia⁶⁶⁹.

Plenamente ciente das consequências que esse tipo de boato podia trazer – ele próprio teria deixado a companhia de Erasmo por conta de certos rumores que o ligariam aos protestantes, como veremos a seguir –, Góis mostrava-se disposto a discutir com cada amigo seu a respeito da consciência católica de Erasmo e sua irrestrita rejeição aos cismáticos.

As cartas nos indicam, portanto, a existência de um acordo adiantado entre Góis e Erasmo, ao menos do ponto de vista do catálogo. Passemos à leitura das cartas trocadas com Amerbach, na esperança de encontrar motivos para a dissolução daquela parceria.

O epistolário Góis-Amerbach contém 19 cartas. Trata-se do mais recorrente dentre os missivistas de Góis. A primeira das cartas remonta a 1533 (18-V-1533), e foi enviada pelo português. Ela nitidamente foi preparada para sedimentar uma amizade estabelecida por meio de encontro anterior. Vemos Damião de Góis tratar com alguém que lhe era superior, como é sintoma esta cláusula de abertura: “Embora, pelas tuas atenções para comigo, eu devesse começar preferivelmente por um serviço em vez de por uma carta [...]”⁶⁷⁰. Ao salientar dever-lhe um serviço, Góis já estabelece o nível das discussões. A sabedoria e

⁶⁶⁸ CLG A XIV, P. 70-71.

⁶⁶⁹ CLG A XIV, P. 70-71.

⁶⁷⁰ CLG A III, P. 43-45.

préstimos de Amerbach justificariam a deferência⁶⁷¹. Ademais, ele informa que o motivo de envio da carta é dar conta de sua saúde ao amigo e por querer “[...] te recordasses da grande amizade que te consagra este Damião”⁶⁷². Por fim, solicita maiores informações sobre conversa que tiveram em Basileia, despedindo-se. Naquele momento, Amerbach já mantinha amizade estreita com Erasmo; essa amizade pode ser percebida, aliás, desde a data da edição das obras de S. Jerónimo, em que Amerbach trabalhou ao lado de Froben⁶⁷³.

Tendo em vista essa relação e os interesses de Góis por Erasmo, é preciso retomar a primeira aparição de Amerbach na correspondência goisiana, ocorrida em carta enviada a ele por Erasmo pouco antes (5-V-1533). Ali, Erasmo faz menção a Góis, a quem evitara indicar Amerbach. “Lamento se o português vos foi molesto. Para que o não fosse, é que não quis recomendá-lo, embora pareça homem bom⁶⁷⁴ e liberal”⁶⁷⁵.

Poucos meses depois, Erasmo e Góis engajaram-se na primeira de diversas conversas epistolares. Ali, Erasmo mencionou Amerbach em termos mais nobres do ponto de vista das relações deste com Góis:

Na carta para Amerbach não sucedeu qualquer menção de vós; e a razão foi que tinha sido escrita e selada antecedentemente à vossa passagem por cá. Este, porém, mais sagaz que eu, logo se advertiu dos dotes do vosso espírito, protestando-me o seu agradecimento por lhe ter enviado tal homem, e acrescentando que lhe parecera um bom e íntegro cavalheiro⁶⁷⁶.

Podemos supor que a opinião positiva de Erasmo sobre o jovem português tenha motivado a aproximação de Amerbach, que, a princípio, havia se incomodado com a presença dele. Mesmo Erasmo procurou justificar seu distanciamento inicial, alegando que recebia muitas cartas (até 20 em um mesmo dia) e muitas solicitações de amizade suspeitas. “Daqui nasce a causa de por vezes ser um pouco retraído, ao acolher os forasteiros saudadores”⁶⁷⁷. Porém, depois de conhecê-lo melhor⁶⁷⁸ e receber dele uma bela taça de prata,

⁶⁷¹ “Mas em primeiro lugar sou de parecer que não pode haver amizade senão entre homens de bem, e isto não vamos desfiar muito, como costumam fazer os que discorrem sobre subtilezas. Que isso será a verdade, mas não é o que se encontra regularmente na vida humana. Dizem que não há homem de bem senão o sábio”. (*De Amicitia*, 5)

⁶⁷² CLG A III, P. 43-45.

⁶⁷³ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 383.

⁶⁷⁴ Erasmo usa aqui elogios que retomaria na própria correspondência com Góis. Em 25-VII-1533, chamou-o de “[...] qual outrora observaram os romanos, varão probo, livre e amante do bem e da virtude”. CLG B X, P. 152-153.

⁶⁷⁵ CLG B VII, P. 144-145.

⁶⁷⁶ CLG B X, P. 152-155.

⁶⁷⁷ CLG B X, P. 154-155.

⁶⁷⁸ Em Cícero repousa a atenção à amizade inicial. A concessão dos afetos deve seguir

passou a protestar afeto e dedicação a Góis⁶⁷⁹ – talvez essa aproximação tenha impulsionado Erasmo a escrever, já que esta é a carta mais longa enviada a ele⁶⁸⁰.

Por fim, Erasmo aproveitou a oportunidade para recomendar Góis a Amerbach. “Bonifácio Amerbach tem a vossa carta. Proponho-vos este imutável e eterno amigo – que também servidor leal e diligente, a algo quererdes por seus ofícios”⁶⁸¹. Como notamos, Erasmo utilizava seu prestígio para aproximar membros da República das Letras, fomentando um círculo erudito que se constituía ao seu redor. A ação ainda se respaldava pelas prescrições antigas, uma vez que, havendo poucos dentre os “bons”, aqueles capazes de formar amizades verdadeiras, seria conveniente mantê-los próximos uns dos outros. A definição do homem virtuoso, para Cícero, partia da mútua benevolência – lembrada por Góis em sua carta inicial – e dependia, para mais, destes termos:

Porque em primeiro lugar, como pode ser suportável (como diz Enio) a vida que não repousa na mútua benevolência de um amigo? Que coisa tão doce como ter um com quem falar de todo tão livremente como consigo mesmo? Seria porventura tão grande o fruto das prosperidades, se não tivéssemos quem delas se alegrasse tanto quanto nós mesmos? E se poderiam sofrer as adversidades sem alguém que as sentisse ainda mais que aqueles mesmos que as experimentam? Finalmente tantas quantas coisas se apetezem, cada uma tem o seu uso particular: a riqueza, para o uso; o poder, para a veneração; as honras, para o aplauso; os prazeres, para o gozo; a saúde, para não sentir dores e ser expedito nos exercícios corporais; a amizade, abarca muitas coisas; para qualquer parte que nos volvamos a encontramos solícita, em todos tem lugar, nunca é impertinente, jamais molesta. De modo que não usamos mais da água e do fogo, como dizem, que da amizade. E não falo agora de uma amizade vulgar ou mediana (embora também esta deleite e aproveite), mas da verdadeira e perfeita, como foi a daqueles poucos que são tão afamados.

à confiança nos homens prudentes, como podemos ler neste trecho: “É próprio de um homem prudente conter o primeiro ímpeto de seu afeto, como o de um coche, que usamos, e experimentar os amigos, como se experimenta um cavalo novo, afim de conhecer seu caráter por todas as faces. Comumente um pouco de ouro basta para mostrar como é frágil a amizade de alguns; outros, que puderam resistir a um pouco de ouro, sucumbem diante de uma soma considerável. Se encontrarmos quem prefira a amizade ao dinheiro, onde achar aquele que não prefira as honras, as magistraturas, os comandos, o poder, a autoridade? Colocai de um lado todos esses bens, do outro os direitos da amizade, e contai os que se declaram por estes. A natureza humana é fraca para resistir à tentação do poder e, se para obtê-lo, precisarmos sacrificar um amigo, acreditamos que a falta se justifica pela grandeza do interesse”. *De Amicitia*, 17. Mais adiante, Cícero volta à exortação no mesmo sentido. “Assim, não será demais insistir, é preciso conhecer antes de amar e não amar antes de conhecer. A negligência, funesta em tantas circunstâncias, é-o sobretudo na escolha e no comércio dos amigos”. *De Amicitia*, 22.

⁶⁷⁹ CLG B X, P. 154-155.

⁶⁸⁰ CLG B X, P. 152-161.

⁶⁸¹ CLG B X, P. 158-159.

Esta faz mais abundantes as prosperidades e as adversidades, rompendo-as e unindo-as, tornando-as mais suportáveis⁶⁸².

Ainda em 1533, Amerbach escreveu resposta à primeira missiva de Góis. Tendo sido elogiado e admirado na epístola anterior, Amerbach responde: “[...] reconheço a vossa bondade, que dum pulga faz um elefante, como sói dizer-se; bondade a que, por minha parte, cousíssima nenhuma recuso, se no meu exíguo préstimo puder ser útil em algo digno dos dois”. A fórmula final deixa aberta a possibilidade de maiores diálogos. “Meu ilustre Damião, a nalguma coisa mais adregar de poder servir-vos, crer-me-eis vosso dedicado de todo o coração”⁶⁸³. Àquele que o importunara, agora encomendava os maiores préstimos. Engendrava-se a amizade epistolar e dissolvia-se, ao menos em teoria, a hierarquização inicial⁶⁸⁴.

Depois de abandonar – ou ser afastado do – o serviço régio, com o malogro das negociações para assumir a Casa da Índia de Lisboa, Góis dirigiu-se para a casa de Erasmo, não sem antes alertar Amerbach de sua chegada, convidando-o para a ceia na estalagem onde se hospedara⁶⁸⁵ – Erasmo havia indicado Amerbach como um amigo fiel, de modo que é lícito imaginar que Góis quisesse ter com ele antes de adentrar a casa do *germanus*. No dia seguinte, Bonifacius comunicou a chegada de Góis ao parente Basílio: “O facto de não receberes agora o de Erasmo *Acerca da morte*, deve-se ao Senhor Damião de Góis, tesoureiro do monarca português, que hoje me deteve durante o dia inteiro, de sorte que a custo é que escrevo estas coisas [...]”⁶⁸⁶. De Friburgo, Bonifacius recebeu missiva de Erasmo também informando da chegada de Góis⁶⁸⁷.

A missiva seguinte foi redigida meses depois, quando Góis já havia fixado residência em Friburgo. De Basileia, Amerbach envia epístola solicitando ducados hispânicos para câmbio, pedido feito em nome de seu sogro⁶⁸⁸. Outra carta data de julho de 1534, quando Góis avisa a Amerbach que tem disponibilidade financeira para dar prosseguimento ao empréstimo⁶⁸⁹.

⁶⁸² *Da amicitia*, 6.

⁶⁸³ CLG B XII, P. 162-165.

⁶⁸⁴ Evidente que, do ponto de vista social, as hierarquias continuavam a fazer sentido, como podemos notar nas cartas enviadas por Góis aos cardeais. Contudo, também é de se recordar que a amizade nos moldes tulianos equivalia à exclusão de qualquer distinção entre eles. Cf. *De Amicitia*, 19, 20. “Assim como, no trato íntimo da amizade, os superiores devem igualar-se aos inferiores; assim, os inferiores não se devem preocupar de ver-se sobrepujados pelos amigos em gênio, riqueza e dignidade [...]. Não basta, porém, na amizade, que os superiores se diminuam; é preciso que elevem, por assim dizer, os inferiores à sua altura”. (20).

⁶⁸⁵ CLG A V, P. 50-51.

⁶⁸⁶ CLG B XVII, P. 172-173.

⁶⁸⁷ CLG B XVIII, P. 172-175.

⁶⁸⁸ CLG B XXII, P. 178-181.

⁶⁸⁹ CLG A VI, P. 50-51.

Poucos dias depois, Góis volta a entrar em contato com Amerbach, insistindo na possibilidade de empréstimo. Ademais, é essa a carta em que ele anuncia ao amigo que terá de se separar de Erasmo (a conselho de outros amigos, aliás), “[...] não sem a mais profunda mágoa. Escrevem que a Alemanha é suspeita por toda a parte, razão por que me irei daqui para Pádua [...]”⁶⁹⁰. Passados mais alguns dias, Amerbach retorna; cumpre as fórmulas protocolares de agradecimento pela gentileza: “Se, na verdade, em meus poucos préstimos, algo posso ou valho, em nada faltarei com igual dedicação e vontade”⁶⁹¹.

Até aqui, como podemos notar, a comunicação entre Góis e Amerbach é distinta daquela travada pelo português com outros humanistas. Não há propriamente um diálogo douto, com a discussão de livros antigos ou as circunstâncias religiosas correntes. Apenas se dá a troca de notícias e solicitações corriqueiras de parte a parte. De certo modo, o epistolário Góis-Amerbach é exemplar da formalidade estrita requerida pelas regras da boa amizade. Há certo distanciamento da leveza e aparência de despreparo prescritas por Erasmo. A correspondência continua protocolar por algum tempo. Amerbach agradece pelos ducados e se compromete a ajudar Góis a transportar seus pertences para Pádua⁶⁹². Góis, por seu turno, se oferece para entregar uma carta de Amerbach para Alciato⁶⁹³.

Já em 1535, Góis escreve para alertar a Amerbach que se encontrava bem de saúde e na melhor disposição para atender a qualquer pedido⁶⁹⁴. Essa carta parece indicar a tentativa de retomar as conversas com Amerbach. As suspeitas são confirmadas pela carta seguinte, em que Góis abertamente se indis põe com o silêncio de Amerbach:

Embora delongado silêncio houvesse talvez imposto à tua carta, estou sempre na persuasão de que isto não aconteceu de teu lado em prejuízo da amizade nossa, que, assim como é sagrada e incontestável, não requer, de ordinário, nem blandícias nem artificialismo de palavras. Tenho efectivamente a certeza de que de todos os modos me és delicadíssimo. Esta garantia da tua benevolência para comigo anda-me no coração e no espírito, nesses escaninhos onde nos acostumámos a guardar aquelas coisas que nos são mais caras⁶⁹⁵.

As certezas externadas por Góis se devem exclusivamente ao decoro. Ora, não é possível considerar algo diferente, se levarmos em conta as evidências fornecidas por cartas anteriores. O “delicadíssimo” Amerbach havia interrompido

⁶⁹⁰ CLG A VII, P. 52-53.

⁶⁹¹ CLG B XXVI, P. 183-185.

⁶⁹² CLG B XXVII, P. 185-187.

⁶⁹³ CLG A IX, P. 56-57.

⁶⁹⁴ CLG A X, P. 56-57.

⁶⁹⁵ CLG A XI, P. 58-59.

o contato sem explicações, e sua amizade “sagrada e incontestável” devia parecer a Góis, com efeito, ameaçada.

Uma justificativa é proposta em carta enviada no fim de setembro de 1535. “Não foi por esquecimento, senão por haverem rareado os correios”, diz, “que deixei sem resposta aquela vossa anterior carta”; ademais, incita-o a compreender a difícil posição de um amigo obrigado a enviar cartas para lugares diferentes: “[...] isto para de modo algum vos não lançar culpa a vós também, que de tempos a tempos mudais de pouso”⁶⁹⁶.

Amerbach reitera as fórmulas esperadas. Diz-se sempre disposto a tudo que o português lho solicitar; mostra-se pronto a uma “dedicação suma”. Os mútuos protestos de dedicação, que se multiplicam nos dois lados do diálogo epistolar, também encontra sentido nas formulações de Cícero. O arpinate sugeria que a única forma de a necessidade⁶⁹⁷ exercer impacto na amizade era por meio de decoroso embate de virtudes. Leiamos novamente o *De Amicitia*:

Deixemos tais homens fora do nosso discurso, e acreditemos que naturalmente sem engendrar a inclinação de amar e o amor da benevolência, quando se manifesta a bondade, e os que a querem se aplicam e aproximam mais a gozar do trato e costumes daquele a quem começaram a amar, a ser iguais neste amor, e mais inclinados a servir ao seu amigo do que a ser gratificados por ele. Esta honrosa concorrência é que há de existir entre os amigos. Assim se tirarão da amizade grandes utilidades, e será mais ilustre e mais certo sua origem da natureza que da necessidade. Por que se fosse o interesse que unisse as amizades, quando viesse a faltar, desfá-las-ia. Mas, porque não se pode trocar a natureza, por isso são eternas as verdadeiras amizades. E fica explicado com isto a origem da amizade, se não quereis outra coisa⁶⁹⁸.

Não obstante os elogios, Amerbach frisa, indiretamente, que é melhor para Góis afastar-se de diálogos desnecessários: “Reservai-vos”, ele conclui, “[...] se acaso vos trato mais reservadamente”⁶⁹⁹. Caso único em seu epistolário, Góis vê-se distanciado por um amigo com quem não havia se indisposto de alguma maneira.

⁶⁹⁶ CLG B XLI, P. 216-217.

⁶⁹⁷ “Nossa amizade não nasceu pois, da utilidade, mas a utilidade a seguiu”, ponderaria Cícero. *De Amicitia*, 14. Ademais, Cícero ressalta que a amizade não deve buscar um equilíbrio exato de favores de parte a parte. Isso equivaleria a “[...] fazer da amizade uma ideia bem limitada e mesquinha, sujeitá-la, assim, a um balanço entre a despesa e a receita. Parece-me que a verdadeira amizade é mais rica e mais generosa; não calcula com exatidão com medo de oferecer mais do que recebeu. Não se deve temer na amizade que se vá dar demais ou que se vá perder alguma coisa”. *De Amicitia*, 16.

⁶⁹⁸ *De Amicitia*, 9.

⁶⁹⁹ CLG B XLI, P. 216-217.

Um ano se esvai sem maiores contatos – ao menos que tenham chegado até nós. Góis volta a falar com Amerbach devido à notícia da morte de Erasmo, que celebra ao colocá-la em patamar superior de importância às mortes dos pais e irmãos – a amizade perfeita, segundo a analogia de Cícero⁷⁰⁰, era mais necessária e relevante que a água e o fogo⁷⁰¹. Diante de Amerbach, Góis revela confidências de suas relações epistolares com Erasmo, mostrando a estatura que granjeara na República das Letras. Cita, afetando intimidade, que Erasmo havia lhe contado que não lhe dava pena morrer, preparado que estava para a passagem⁷⁰². Também faz menção aos seus negócios com Erasmo, mas, seguindo seu próprio pedido ao holandês, nada diz de específico:

Tínhamos combinado um com o outro acerca de determinados assuntos, que depois epistolarmente confirmámos e em consequência dos quais eu acordava em voltar a Basileia. Tal plano e decisão, porém, reputo-os perdidos, uma vez que só Erasmo, julgo eu, me poderia neles ser útil⁷⁰³.

Talvez inseguro quanto ao ponto em que estava sua amizade com Amerbach, Góis recorre à memória de Erasmo para interpelá-lo:

Aqui contam-se miríficas coisas a respeito da sua morte e teor do testamento. Sabemos, entretanto, que foste seu universal herdeiro. Por isso, rogo-te em nome da nossa amizade e daquela que, *em razão de Erasmo, me debes agora*, te dignes em carta pôr-me ao corrente de tudo⁷⁰⁴.

O tom é incisivo e direto, e não indireto e discreto, como no restante de seu epistolário. Talvez isso se deva à declaração seguinte, que ignora a omissão anterior e revela a Amerbach as verdadeiras intenções de Góis quanto à herança de Erasmo:

Na última [carta] que dele recebi, escrevia, a exortação minha, querer remeter-me o catálogo dos seus escritos, tanto os eclesiásticos como os profanos, acrescentando que pretendia ele próprio seleccioná-los e pôr de parte respectivamente os que lhe aprouvesse ou não lhe agradassem. Por tal motivo, peço que examines diligentemente se levou a cabo este trabalho (sei que o começou). É que a derradeira, carta dele, por mim recebida, fora escrita no princípio de abril, tendo o mesmo morrido, segundo consta, 11 de julho.

⁷⁰⁰ “[...] De modo que não usamos mais da água e do fogo, como dizem, que da amizade”. *De Amicitia*, 6.

⁷⁰¹ CLG A XV, P. 72-73.

⁷⁰² CLG A XV, P. 72-73.

⁷⁰³ CLG A XV, P. 72-73.

⁷⁰⁴ CLG A XV, P. 74-75. Grifos nossos.

E nada mais tenho a dizer, caríssimo Amerbach, salvo que bem conheces a minha profunda estima para contigo⁷⁰⁵.

Góis envia outra epístola um mês adiante. Nesta, omite a questão do catálogo, limitando-se a solicitar informações detalhadas sobre a morte de Erasmo⁷⁰⁶. Contudo, a resposta de Amerbach foi remetida antes disso, não tendo, por alguma razão, chegado às mãos de Góis. Amerbach discorre sobre a perda de Erasmo, “ornamento de nosso século”, e enfatiza a sobrevivência da boa memória do amigo, contra o juízo de alguns homens que ainda viviam, críticos dele “[...] absolutamente iníquos que, como lembra o provérbio, dão em retorno um escorpião por uma perca”. Quanto à impressão dos escritos de Erasmo, Amerbach lembra a Góis que Froben levantara proposta semelhante; Góis pagaria os custos do trabalho junto de outros amigos “[...] a que Erasmo querem bem”⁷⁰⁷, enquanto Froben cuidaria da empresa de edição. “No entanto, dado que este resolveu propor-vos epistolarmente todo o desígnio do seu espírito, não há por que adiante mais convosco”⁷⁰⁸. Infelizmente, a carta de Froben a Góis se perdeu.

Amerbach decide incentivar Góis a proceder a favor de Froben, associando-se à sua edição das obras de Erasmo. Mais uma vez, impera a promessa de glória futura e permanente, garantida pela associação do nome do português ao de Erasmo:

De uma coisa apenas, varão ilustríssimo, vos advirto, e é que não pouca glória admirá se vos apresentardes como editor das obras de tão importante varão. E não somente ficais, por essa razão editor de Erasmo, mas outrossim os eruditos e estudiosos, onde quer que seja, vos ficarão devendo muitíssimo; mais ainda, todas as pessoas pias e rectas aplaudirão até aos astros, cada um por si às mãos cheias, o gesto tão tocante e pleno de simpatia em relação ao amigo defunto. E agora, pelo que a mim respeita, sou aquele mesmo de antes, isto é, vosso do coração. Passai bem, Damião nobilíssimo e generosíssimo”⁷⁰⁹.

De editor, Góis passaria a financiador dos escritos de Erasmo, ficando patente que Amerbach o instigou no sentido de glória com a clara intenção de seduzi-lo a perseguir essa ideia. Os aplausos das pessoas pias e retas haveriam de atingi-lo, propunha Amerbach, ainda que de modo mais indireto do que esperado. O adjetivo “generosíssimo”, empregado na fórmula de despedida, também é

⁷⁰⁵ CLG A XV, P. 74-75.

⁷⁰⁶ CLG A XVI, P. 76-77.

⁷⁰⁷ CLG B LII, P. 242-243.

⁷⁰⁸ CLG B LII, P. 242-243.

⁷⁰⁹ CLG B LII, P. 244-245.

digno de nota. Jamais havia aparecido na correspondência⁷¹⁰, e provavelmente foi utilizado no intuito não somente de elogiar essa qualidade em Góis, mas, antes, de persuadi-lo a exercer o papel de mecenas.

A interrupção do contato epistolar com Góis parece ter de fato ocorrido, pois Amerbach se repete ao escrever ao português, na qual remete “generosíssimo” Góis as notícias sobre o momento da morte de Erasmo. Contudo, inclui nessa carta uma informação que abalou os projetos do amigo:

A “[...] outra informação é que, quanto a catálogo dos seus livros, como rogáveis, depois de examinados todos os papéis nada se encontrou capaz de satisfazer ao que pretendíeis. Nem mesmo há vestígio de trabalho começado; aliás, varão óptimo entre os demais e para mim digno de especial atenção, com prazer me teria empenhado em seu envio.

Fechadas as portas da organização do catálogo, a acreditar na sentença de Amerbach, restava a Góis apenas pagar pela edição. Amerbach demonstrava ansiedade em ter notícias a respeito disso. “Peço-vos, se sem incómodo próprio o podeis fazer, que não punhais dificuldade em responder à minha primeira carta sobre a edição geral das obras de Erasmo. Passai bem, generosíssimo, prestantíssimo e nobilíssimo Damião”⁷¹¹.

O “generosíssimo, prestantíssimo e nobilíssimo” Damião logo retornou, e deu mostrar de haver notado que Amerbach furtara-lhe toda possibilidade de honra e glória a retirar da edição das obras de Erasmo:

Lamento Erasmo não ter podido, antes da morte, enviar-me o catálogo das suas obras, qual em cartas me prometera, assim como as notas que eu muitíssimo desejava sobre a sua vida. A havê-lo feito, não faltaria por minha parte ao prometido: a expensas minhas próprias me encarregaria de dar à estampa tudo o que no seu catálogo incluísse. Uma vez falecido, porém, sem tal levar a cabo, *não acho que viesse a ser-me honroso o imprimi-las à minha custa.*⁷¹²

A honra de pagar pelas despesas de impressão não faria sentido sem a ela se juntar à honra da edição. Góis, impedido pelas guerras que varriam a região germânica, perdeu a oportunidade de visitar Erasmo e assumir a tarefa que epistolarmente haviam combinado. A partir daí, com sua morte, aqueles que eram mais próximos do *germanus*, liderados pelo executor testamentário, afastaram Góis da posição central do projeto, oferecendo-lhe, como compensação,

⁷¹⁰ Em cartas anteriores, as despedidas eram em geral dependiam da fórmula “varão ilustríssimo”, sem outros acréscimos significativos.

⁷¹¹ CLG B LIII, P. 246-247.

⁷¹² CLG A XVII, P. 78-79. Grifos nossos.

a oportunidade de participar indiretamente. Essa participação, contudo, não lhe proviria com o elogio de sua memória enquanto *homem de letras*, mas apenas enquanto o de mecenas – e vimos que, anos depois, seria exatamente assim que Diogo Pires viria a recordar o papel de Góis na República das Letras.

A última carta de Góis, escrita em dezembro de 1536, precede de perto a publicação do catálogo das obras de Erasmo por Amerbach. Quanto à biografia de Erasmo, acabou nas mãos de Beato Renano, com quem Góis trocou algumas epístolas. Também foi Beato Renano quem supervisionou as edições completas de Froben, publicadas em 1540⁷¹³. Ao contrário de Amerbach, porém, Renano continuou mantendo contato com Góis⁷¹⁴.

Amadeu Torres pensa que os contatos entre eles se finalizaram com esse episódio, uma vez que teria ficado claro para Góis que Amerbach ocultou-lhe a informação de que Erasmo havia preparado o catálogo – Amerbach, recordemos, diz não haver encontrado qualquer catálogo, muito embora os tenha publicado em seguida. Trata-se de uma afirmação plausível, mas é válido fazer a ressalva, já sugerida alhures, de que o exíguo número de cartas sobreviventes no epistolário pode nos induzir ao engano. De todo modo, dadas as fontes disponíveis, pode-se dizer que a amizade epistolar entre os dois foi quebrada. O fim da correspondência Góis-Amerbach, para além dos motivos citados, poderia ter partido também da prescrição? Vejamos o que Cícero prescrevia do ponto de vista dos limites da amizade:

Eis aqui os limites nos quais creio poder encerrar a amizade. Que os costumes dos amigos sejam sempre puros, que uma inteira comunhão de bens, de pensamentos, de vontade, exista entre eles. E mesmo se, por infelicidade, um deles necessita de auxílio do outro, em alguma empresa de justiça duvidosa, mas de onde dependa sua vida ou sua honra, pode-se, neste caso, desviar um pouco o caminho certo, contanto que daí não resulte a desonra. A amizade, com efeito, condescende até um certo ponto. Todavia, não se deve negligenciar o desvelo de sua reputação; a estima pública não é um medíocre instrumento de sucesso para a gestão de negócios e é vergonhoso obtê-la por condescendências e adulações; contudo, deve-se procurar o apoio da virtude, que segue sempre o afeto⁷¹⁵.

E, mais adiante:

Sucede, também, como por calamidade, que algumas vezes é necessário romper uma amizade: porque passo agora das amizades dos sábios às ligações

⁷¹³ Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 441.

⁷¹⁴ CLG B XC; CLG B XCII.

⁷¹⁵ *De Amicitia*, 17.

vulgares. Muitas vezes quando vícios se revelam num homem, seus amigos são suas vítimas como todos os outros: contudo é sobre eles que recai a vergonha. É preciso, pois, se desligar de tais amizades —, afrouxando o laço pouco a pouco e, como ouvi dizer a Catão, é necessário descoser antes que despedaçar, a menos que se não haja produzido um escândalo de tal modo intolerável, que não fosse nem justo nem honesto, nem mesmo possível, deixar de romper imediatamente. Mas se o caráter e os gostos vierem a mudar, o que acontece muitas vezes; se algum dissentimento político separar dois amigos (não falo mais, repito-o, das amizades dos sábios, mas das afeições vulgares), é preciso tomar cuidado em, desfazendo a amizade, não a substituir logo pelo ódio⁷¹⁶.

Ora, do ponto de vista das prescrições éticas, Góis poderia ser levado a caracterizar um desequilíbrio nas relações a partir desse conflito. Ainda que a amizade possa condescender até certo ponto, a desconsideração que terá percebido em Amerbach representaria uma queda no nível de virtude oferecido naquela discussão. O “sempre seu de coração”, “teu em todas as circunstâncias” Amerbach teria faltado na hora mais decisiva. Diante de tamanha perda de prestígio potencial, Góis preferiu passar a evitar a amizade de Amerbach, sem, contudo, declarar-lhe guerra. “Afrouxar os laços pouco a pouco”, eis a sugestão de Cícero, e, ao que parece, o caminho tomado por Góis. Não se encontra em seu epistolário qualquer menção de agravo a Amerbach – e sabemos que Góis não hesitava em recorrer à polêmica, se esta fosse decorosa. Assim, é provável que Góis tenha se precavido para não tornar a amizade destruída em ódio declarado. Mantendo contato com tantos germânicos de prestígio – o próprio Beato Renano, por exemplo – Góis poderia causar grande estrago a tais relações se forçasse esses mesmos amigos a escolher entre ele e Amerbach. Diante de alguém melhor posicionado, terá sido melhor recuar e pensar noutras maneiras de construir sua *auctoritas*.

A insistência em produzir a memória de Erasmo se relaciona intimamente a essas questões. Espelho de virtudes⁷¹⁷, Erasmo necessitaria de defesa constante, embora seus escritos fossem universalmente respeitados. Os inimigos, fosse por disputas letradas ou pelas circunstâncias religiosas vieram a inscrever os textos erasmianos no *Index*, pouco a pouco desapareceriam e, passada a poeira dos tempos, apenas sobreviveria o amor pela viva memória de seu engenho. Quem com ele estivesse, virtuoso também seria, por fornecer aos vindouros imagem tão bela. Agir na edição das obras e da biografia de Erasmo equivaleria, portanto,

⁷¹⁶ *De Amicitia*, 21.

⁷¹⁷ “Porque nele parece que olhamos como em um espelho certo resplendor de bondade e de virtude. Pois não há coisa mais amável que a virtude, nem que mais concilie o amor dos homens, pelo qual amamos também em certo modo ainda aos que nunca vimos, Quem se recordará sem uma espécie de carinho e benevolência de M. Curio e G. Fabricio, a quem jamais se viu?” *De Amicitia*, 8.

a ser-lhe, de certo modo, “cronista”. E, ao escritor das gestas históricas, recordemos, caberiam os louros de tê-la tornado imortal⁷¹⁸. O fracasso na empresa demonstra como as *performances* retoricamente elaboradas remetiam a ambições às vezes malogradas. Podemos apenas imaginar o quão duramente Góis recebeu essa perda, e, em meio aos polidos conselhos de Cícero, o quanto praguejou o nome de Amerbach. Ao ler os fragmentos restantes de sua vida, podemos dizer que a derrota ao menos levou Góis a outros caminhos e, dentre os diversos escritos que passou a elaborar, houve um que transformou-se em emulação do projeto fracassado. Em 1544, transformou suas cartas em obra epistolar.

⁷¹⁸ Cf. Teixeira, Felipe Charbel. *Timoneiros...* P. 165.

Os *Aliquot Opuscula* saíram dos prelos de Rutgerus Rescius em 1544, quando Góis ainda vivia em Louvain. Ele retornou àquela região depois de passar quatro anos em Pádua e contrair matrimônio. O casamento de Góis, assim como seus opúsculos, foi objeto de discussão nas cartas latinas. Dirigiu-se a Sadoleto em 1540 para aventar a possibilidade de contrair matrimônio⁷¹⁹. Também correspondeu-se com o cardeal Buonamico, que atestou que Johanna van Hagen era de nobre estirpe e capaz de gerar virtuosa prole: o elogio de Buonamico recupera passagem de *Os trabalhos e os dias*: “os fortes geram-se dos fortes, e, como rectamente cantou aqueloutro velho poeta, ‘os filhos saem aos pais’”⁷²⁰.

O casamento recolocou Góis no percurso de seus anos de diplomacia⁷²¹. Em junho de 1539, ele abriu vínculos com a Universidade de Louvain, e foi a partir desse fato que começou a trabalhar nos opúsculos que viriam a trazer-lhe prestígio⁷²². Contudo, um acontecimento importante se interpôs à até então tranquila estadia em Louvain. Em 1542, os exércitos franceses passaram a ameaçar a região, naquele momento sob o controle de Carlos V, e Góis imediatamente se colocou ao lado deste, em prol da defesa da cidade. Instaurado um cerco, Góis tornou-se um dos negociadores a deixar os muros da cidade e tratar com os comandantes do exército inimigo. Enquanto decorriam as negociações, contudo, Louvain retomou o ataque⁷²³, e Góis acabou sendo feito prisioneiro, sendo levado para a Picardia⁷²⁴. Os cidadãos de Louvain recusaram-se a pagar o resgate requerido pelos franceses, e apenas a intercessão de d. João III restituiu a liberdade

⁷¹⁹ Em 25 de agosto de 1540, Sadoleto trata do casamento de Góis nestes termos: “Aprovo inteiramente a resolução vossa de contrair matrimônio, desde que a mesma tenha sido livre e não estejas sob qualquer vínculo de religião, como, por vossa virtude e honestidade, firmemente espero. E já que, nesta tamanha confusão dos tempos, tal estado vos pareceu mais acomodado e mais santo, evidentemente que nada agora há a discutir sobre o assunto, porquanto tenho para mim que, sem quebra das leis, cada um deve ser o autor e senhor do seu destino. Como quer que seja, que Deus vos afortune a vossa deliberação”. CLG B LXXI, P. 291-293.

⁷²⁰ CLG B LXII, P. 265-267. Sobre a passagem, cf. Torres, Amadeu. *Correspondência latina goisiana...* P. 437.

⁷²¹ Para uma breve relação dos contatos humanistas de Góis naquela região, cf. Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 144-51

⁷²² Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 151-152.

⁷²³ Uma carta do epistolário goisiano dá versão diferente para o ocorrido. Splinter van Hagen, sobrinho de Góis, contou a Madruzzi que foram os franceses quem tentaram invadir a cidade sorrateiramente enquanto Góis negociava e, uma vez repelidos, motivaram os líderes da tropa a levar o português cativo. CLG B XCVI, P. 339-341.

⁷²⁴ Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 152-153.

de Góis, com a condição de que ele retornasse a Portugal⁷²⁵. A conjuntura, por evidente, teve reflexos epistolares.

Em 1543, já livre, Góis remeteu carta ao cardeal Madruzzo, comunicando sucintamente os acontecimentos. Apesar de haver “recuperado sua honra”, Góis continuava com uma dívida de oito mil coroados de ouro referentes ao seu resgate⁷²⁶. Tendo em vista a suposta traição dos cidadãos de Louvain, passou a redigir um opúsculo, o *Lovaniensis obsidio*, exclusivamente voltado a relatar os fatos passados na batalha. O opúsculo foi dedicado, era de se esperar, a Carlos V⁷²⁷, e foi impresso em 1546 por Luís Rodrigues, em Lisboa, embora os planos de sua redação tivesse iniciado logo após o cerco. Em algumas edições, como a da Biblioteca Nacional de Portugal, o livro vem com uma gravura de Dürer que supostamente⁷²⁸ representa Góis⁷²⁹.

É nesse contexto que se inserem os *Aliquot Opuscula*. O compêndio de opúsculos escritos por Góis, cartas importantes e elogios em forma de poesia de amigos como Grapheus foi provavelmente preparado para coroar a trajetória do humanista português. Mas também é possível que o risco que correu em Louvain o tenha levado a se confrontar com a perspectiva de falecer sem organizar seus escritos. Considerando-se o malgrado projeto de Erasmo, que, aos olhos de Góis, fora retirado das mãos certas para ele, não é impensável que a reunião de todos os elogios significativos feitos à honra de Góis cumprissem o papel de garantia de sua *auctoritas*. Foram reunidos, portanto, com o objetivo de compor uma *etopeia*, um “retrato epidítico do caráter”⁷³⁰.

Aliquot Opuscula, como a folha de rosto anuncia, resulta da organização dos seguintes opúsculos: *Fides, religio moresque Aethiopum; Lappiae descriptio, Bellum Cambaicvm e Hispania*; além deles, todos os apêndices de monta, como as críticas a Giovio (intitulada *Paulum Iouium disceptatiuncula*) e Münster (*Pro Hispania aduersus Munsterum defensio*), ganharam espaço destacado no frontispício dos *Opuscula*, o que reforça a capacidade da polêmica de capturar a atenção dos leitores. Todos os textos foram coligidos e reconhecidos por Góis. As seguir, anunciam-se as cartas de Sadoletto e Bembo, bem como outras, de doutores ilustres, além dos textos poéticos em homenagem a Góis.

⁷²⁵ Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana...* P. 358-359.

⁷²⁶ CLG A XXXI, P. 119.

⁷²⁷ CLG G A XXXII, P. 119-121.

⁷²⁸ Panofsky discordava dessa atribuição. Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis...* P. 38, nota 12.

⁷²⁹ Francisco Leite de Faria aponta que a imagem foi adicionada apenas na edição disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, em data não demarcada. De fato, o outro exemplar que consegui analisar, o da biblioteca da Universidade de Munique, não conta com essa gravura. Faria, Francisco Leite de. *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época...* P. 34-35.

⁷³⁰ Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 385.

As cartas aparecem após a colagem dos opúsculos. Cumpre mencionar, contudo, que uma delas abre o livro, e é capital para a representação de sua honra. Trata-se da missiva enviada ao papa Paulo III e que fora utilizada no prefácio da *Fides religio moresque Aethiopum*, primeiro opúsculo compendiado nos *Aliquot*. Na seção voltada ao epistolário, a primeira carta foi enviada por Paulo Speratus em 1531, época em que, ainda a serviço régio, Góis o conhecera⁷³¹. A seguir, foi inserida carta de Luís Vives. Vives oferece a Góis a certeza de que o comércio epistolar seria mais frequente entre eles, e a amizade, mais equilibrada: “[...] e nesta questão de amizade corro parelhas contigo, não correspondendo com frouxa dedicação a quem tanto me quer”⁷³². A inclusão da carta, para além de enaltecer uma importantíssima e valiosa amizade do ponto de vista do prestígio público, talvez tivesse propósito pelos cumprimentos que Vives envia a Góis em razão da conquista do posto régio em Lisboa. A seguir, carta de Amerbach – demonstrando os benefícios de um rompimento sem conflito –, seguida de outra remetida por Conrado Goclênio. A carta de Goclênio, datada de 1534, corresponde a uma crítica amistosa pelo fato de Góis ter trocado Erasmo pelas cidades italianas:

Então tu, meu bondosíssimo Damião, escapulires-te de Friburgo que nem um cão no Nilo? Mete-se-te na cabeça desamparar assim de repente o nosso Erasmo, que ganharia prover-te de uma cultura de todas as ciências não inferior ao mesmo Nilo, que fecunda o Egito inteiro, e tanto mais quando não havias saciado ainda a tua sede de aprender? Que alcançará dar-te a Itália toda que Erasmo, sozinho, não consiga e em muito maior abundância?⁷³³

O exame de Goclênio, externado nas páginas seguintes, reforça a ideia de que Góis teria abandonado a casa de Erasmo unicamente por haver quem suspeitasse de que suas ligações com ele recendiam a heresia. Os comentários de Goclênio servem, ademais, ao elogio de outro tutor de Góis, “Lívio de nosso tempo”, isto é, Pietro Bembo⁷³⁴.

É de Pietro Bembo a próxima carta. Curiosamente, não se trata de uma epístola enviada a Góis, mas, antes, de carta escrita a Erasmo. A carta de Bembo visava a informar sobre os desdobramentos de seu encontro com Góis, jovem português interessado em “frequentar a universidade”. A carta seguramente foi incluída nos *Aliquot* por seu conteúdo laudatório:

De boamente estive já com ele: é na verdade, segundo frisastes e de dois encontros e conversas suas depreendi, dotado de ótimas maneiras, de

⁷³¹ CLG B V, P. 142-143.

⁷³² CLG B IX, P. 150-151.

⁷³³ CLG B XXIV, P. 182-183.

⁷³⁴ CLG B XXIV, P. 182-183.

toda a elegância e lhaneza; pelo que se me afigura haver eu lucrado da vossa epístola, a qual a conhece me trouxe um homem admirável. E também lhe ofertei já, liberalmente, meus serviços, rogando-lhe dispusesse, por seu direito próprio, de mim mesmo e de todos os meus préstimos [...] ⁷³⁵.

Datada de 1535, a carta seguinte traz novamente Amerbach. Longe de ser uma das missivas de cobrança quanto ao catálogo, a carta de Amerbach selecionada reportava-se a notícias que Góis pedira de Erasmo, ainda vivo ⁷³⁶, constituindo uma ponte entre o prestígio póstumo de Amerbach e aquele de Góis.

Passa-se ao ano de 1536, e novamente lemos Goclênio. Ele lamenta não ter podido intervir para que o sobrinho de Góis, Splinter van Hagen, obtivesse entrada no Colégio Trilíngue. Os numerosos elogios que seguem (“a nenhum dos mortais anseio tanto dar gosto”, sua “amizade costume recordar entre os maiores bens”, etc.) pintam um belo retrato do português:

Nada podia sobrevir, caro Damião, nem mais desejável nem mais complacente do que a tua carta, a qual como que me avultou diante dos olhos a beleza, há muito manifesta, do teu espírito, em cuja comparação não sei se alguma vez na vida descobri coisa mais digna de ternamente se oscular.

[...]

Da tua gravidade, circunspeção e singular inteligência espero lhes advirá, com a intimidade e exemplo teus, não mediano incremento no zelo da sua índole e da cultura, com o que eles caminham para tudo que há de melhor. Escrever-lhes-ei também [Rescius e outros amigos de ambos], caso o correio venha com intervalo bastante; de contrário, suplico-te a atenção de exerceres o ofício dessa carta, recomendando-me aos amigos ⁷³⁷.

Ao que tudo indica, Góis satisfez o desejo do amigo ao incluir essa carta nos *Aliquot Opuscula*. Inserido ao lado de Amerbach, Bembo e outros, Goclênio aureolava-se de prestígio no compêndio de Góis, pois ocorria, como ele mesmo salientara em sua epístola, a aproximação entre semelhantes ⁷³⁸.

Jacopo Sadoletto surge a seguir. Uma carta sua contendo elogios a Góis realizados em 1536 sublinha “[...] vossa experiência, humanidade e prudência, que não só me convenceu a sua pregação cheia de autoridade, como ainda me impeliu a afeiçoar-me a vós”. Sadoletto confirma com sua carta uma vigorosa amizade velozmente construída. “[...] nesta única finalidade de a conhecer vos

⁷³⁵ CLG B XXXV, P. 200-201.

⁷³⁶ CLG B XLI, P. 216-217.

⁷³⁷ CLG B L, P. 240-241.

⁷³⁸ “Como sempre, junta Deus, o semelhante, ao semelhante”. CLG B L, P. 240-241.

dar o que menos esperáveis certamente: que eu estou tornado amigo vosso, antes de tal saberdes ou suspeitardes”. Ao fazê-lo, logo passou à fórmula de equilíbrio: “e até há-de outrossim devir para entre os dois e mútua esta nossa estima de tal modo iniciada, porquanto não creio em que na presente vontade minha vos vades descomprazer”⁷³⁹.

A resposta de Góis a essa carta é o primeiro uso do epistolário goisiano ativo no âmbito dos *Aliquot*. Menciona o pedido de ajuda de Sadoleto – recordemos, aqui começaram as tratativas para a negociação com Melanchton –, entrando, inclusive, nos detalhes relativos ao envio de carta ao luterano:

A homem tão fraco para tamanha empresa e indigno de tal honra, pedis e implorais auxílio para a Cristandade, como podendo até nós atender com medicamento privado na míngua de remédios públicos. Pois, eminentíssimo prelado, eu, conquanto retirado me tenha, há três anos, da corte do meu Príncipe, advertindo que lá não podia ocupar-me senão de meu ofício, e totalmente abdicado, na medida do possível, de tratar de negócios palacianos, no entanto, visto como esta tarefa respeita à integridade da nossa Fé e à salvação das almas, em tudo o que fazer se logre sem qualquer disfarce, dolos ou cavilações, de boa vontade oferto meu contributo por diminuto que seja, esperançado que fico na ajuda de Cristo Jesus. [...] A carta que me requereis remeta para Filipe Melanchton [...].⁷⁴⁰

O homem de letras, aliado dos negócios públicos por intrigas – agravadas pelo fato de que Góis externa certo desnível entre a vida letrada e o serviço público, dizendo ser este mais valioso que aquele –, espera poder fazer valer suas habilidades, dentro do espírito de *humilitas* que sempre o acompanha, em questões que exigiam máxima diplomacia.

A seguir, relacionam-se cartas a Clenardo – aquela em que Góis felicita-o pelos boatos de que em breve poderia alcançar o cardinalato e em que discute aspectos da tradução de *De Senectute*⁷⁴¹ –, Diogo Pires⁷⁴², uma de Sadoleto a Góis⁷⁴³ e outra de Buonamico a Góis⁷⁴⁴. Nesta, Góis é elogiado graças à qualidade de pessoa “[...] ótima e liberalíssima, e o meu maior amigo, se acaso não temesse que isso te fora molesto, porquanto costumás, graças à magnanimidade da tua alma, apreciar em pouco as coisas mesmas que parecem grandes”⁷⁴⁵. Tais louvores prosseguem nas demais cartas, compondo um total de 40, sendo quatro da lavra de Góis.

⁷³⁹ CLG B LVI, P. 250-251.

⁷⁴⁰ CLG A XVIII, P. 82-83

⁷⁴¹ CLG A XIX, P. 84-87.

⁷⁴² CLG A XX, P. 88-91.

⁷⁴³ CLG B LX, P. 260-263.

⁷⁴⁴ CLG B LXVI, P. 270-273.

⁷⁴⁵ CLG B LXVI, P. 272-273.

Analisemos o conjunto. As cartas, evidentemente, perfazem um grande elogio às qualidades de Góis, seja enquanto o solícito letrado que volta à diplomacia em nome de Cristo, seja como diplomata a divulgar as grandes obras de sua pátria. Os depoimentos a seu favor vêm de todas as partes da *Respublica Christiana*, e se alinham ao tom conciliador que adotara na controvérsia ciceroniana. Elas compõem, com efeito, o espelho de uma vida de sucessos fora de Portugal, coroada pelo contato mantido com alguns dos maiores e mais ilustres letrados de seu tempo em diferentes âmbitos e modalidades que procuramos descrever sob os *etbe* do intérprete, do diplomata e do especialista.

Resta-nos discutir uma ausência fundamental. Não há uma carta sequer de Erasmo a Góis na coletânea. Já se aventou que Góis preferiu ignorar as cartas de Erasmo em razão de este ter se tornado um personagem demasiado próximo das seitas luteranas ao redor do ano de 1544. Assim, qualquer demonstração de amizade profunda com ele causaria suspeitas graves diante do Santo Ofício⁷⁴⁶. Mas essa explicação, pertinente, pode ser complementada por um fato específico. Referimo-nos a um episódio importante, ao qual temos acesso no processo inquisitorial de 1571-1572. A divulgação da *Fides* em Portugal havia sido proibida pelo cardeal infante D. Henrique⁷⁴⁷, de modo que não seria impossível que Góis estivesse preocupado com a proximidade de Erasmo quando foi salvo pelo monarca português e estava prestes a retornar a Lisboa.

Lembremos que, se até 1540 a censura às atividades letradas era bastante restrita em Portugal, essa situação modificou-se sensivelmente nos anos seguintes. Poucos anos após a instalação do Santo Ofício (1536), o trabalho da censura saiu das mãos dos bispos, e as publicações começaram a ser chanceladas por membros da “Santa Inquisição”, que concediam licenças de impressão. Os dois primeiros volumes aprovados nesse regime saíram dos prelos de Luís Rodrigues, um *Insino Christão* e a *Grammatica* de João de Barros⁷⁴⁸.

No momento de publicação dos *Aliquot*, as regras citadas estavam, portanto, em funcionamento, e aqueles que publicassem livros sem a devida licença poderiam ser objeto de excomunhão, e os livros seriam apreendidos e queimados. Poucos anos mais tarde, a esses esforços viriam a se somar “Índices” de livros proibidos (o primeiro, manuscrito, data de 1547, e bania quatro livros de Erasmo)⁷⁴⁹, particularmente voltados ao banimento de escritores cismáticos, como Lutero e Melanchton, e aqueles que eram tidos por seus simpatizantes e

⁷⁴⁶ Torres, Amadeu. *Damião de Góis e o erasmismo...* P. 77.

⁷⁴⁷ Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição...* P. 87-90. Torres, Amadeu. *Damião de Góis e o erasmismo...* P. 81.

⁷⁴⁸ Marccoci, Giuseppe; Paiva, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos livros, 2013. P. 91.

⁷⁴⁹ Marccoci, Giuseppe; Paiva, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa...* P. 92.

asseclas. Erasmo, claro está, veio a se tornar *persona non grata* no âmbito desse esforço e, embora Góis só tenha sofrido impacto mais direto da presença do Santo Ofício em 1545, com a primeira denúncia de Simão Rodrigues (refreada pela proteção do cardeal d. Henrique), decerto tinha ciência das discussões que preparavam o ambiente contrarreformista.

Torres insiste que a criação dos *Aliquot Opuscula* tem mais a ver com a tentativa de restabelecimento do prestígio de Góis após sua captura pelos exércitos franceses:

Naquele ano de 1544, justamente malferido pelo comportamento ingrato da cidade de Lovaina e nomeadamente da Universidade, creio que a máxima preocupação de Gois era, através de qualquer gesto que transcendesse em cheio a sua Oração de esclarecimento e defesa perante o senado académico, desenganadamente coroada pela apatia e pela intriga, dar uma resposta mestra que lhe restaurasse a honra e o prestígio localmente diminuídos e ficasse aí como uma espécie de padrão rememorativo, agora que estava em vésperas de abandonar a Flandres e regressar à pátria⁷⁵⁰.

Os *Aliquot Opuscula*, portanto, teriam funcionado como a “suprema réplica” de Góis diante de sua situação. Os aliados da República das Letras, acumulados ao longo de mais de uma década, uniam-se em sua defesa pela via epistolar. Quanto à ausência de Erasmo, em que pese a preocupação com perseguições religiosas, é necessário propor outras razões que a expliquem. Afinal, se esse motivo não impediu que fossem incluídas as cartas trocadas com o cardeal Sadoletto, cuja reputação também ficara abalada com a divulgação das tentativas de negociar com Melanchton.

A crer em Torres, e também pelos argumentos construídos por este livro, podemos supor que Góis procurou juntar ao opúsculo um conjunto de cartas cujo conteúdo fosse fortemente laudatório, as que melhor atendessem à *dignidade* buscada. As cartas trocadas com Erasmo, ainda que contivessem os elogios de se esperar em tal tipo de diálogo, não eram particularmente cobertas por louros de parte a parte. Não há, no epistolário Góis-Erasmo, cartas de elogio às obras do português, nem tampouco protestos exacerbados de apoio⁷⁵¹. Se Erasmo tivesse de se ausentar completamente dos *Aliquot*, por outro lado, menções a ele – como na carta em que Bembo diz a Erasmo das qualidades de Góis – teriam de ser escondidas. No fim, talvez seja lícito concluir que a edição de uma obra de conjunto, a unir os opúsculos em elogio ao reino e às cartas em elogio ao escritor fossem a mais perfeita lembrança de Erasmo. Talvez Góis estivesse inspirado, como sugerimos, pelo projeto

⁷⁵⁰ Torres, Amadeu. Damião de Góis e o erasmismo... P. 78.

⁷⁵¹ Torres, Amadeu. Damião de Góis e o erasmismo... P. 79-82.

frustrado das obras completas do antigo amigo, recuperado agora para sua própria trajetória.

Se não há um escrito de gênero *bios* nos *Aliquot* – a não ser aquele que se depreende do conjunto epistolar, organizado cronologicamente para enfatizar o caráter evolutivo de sua trajetória –, há, a invenção de um retrato poético para Góis, que se vale dos escritos coligidos para ficcionalizar uma *persona* adequada ao *ethos* que pretendia firmar.

O tutor de língua latina e amigo Cornelius Grapheus compôs um retrato poético (baseado nas tópicas de pessoa disponibilizadas por Quintiliano) tanto das feições do rosto desenhado por Dürer quanto de sua fisionomia moral, criada de amor aos valores antigos e especular das glórias eternas de um tempo já remoto. Citemos excertos de dois dos 47 dísticos publicados nessa homenagem presente nos *Aliquot*.

Primeiro, o dístico do corpo:

De quem, leve na cor, é este vulto plácido?
 Nas feições há um rubor suave a purpureá-las.
 Alongada, jovial, risonha em sua doçura,
 É de coração límpido um indício à fronte.
 Olhos brandos, bem negros, coma de igual tom
 E cabelos um tanto encrespados; a barba
 Outrossim de cor preta. Mui graças as faces,
 [...]
 Tudo, enfim, de tal modo que a nenhuma arte
 Caberia em direito algo tirar nem pôr.⁷⁵²

Depois, o dístico da alma:

Ninguém mais franco do que ele e humano e cortês,
 Nem ainda mais gentil; a todos agradável,
 A ninguém duro, cavalheiro em toda a parte
 [...]
 E glória dos amigos. Leal, sincero, aberto,
 Sem refolhos; alheio a qualquer fraude ou dolo
 Ou disfarce; constante, obsequiador, longânime,
 Prazeiteiro, de rosto nobre sempre airoso
 Sem sombras de tristeza; com todos sociável,
 Benigno, liberal, afável, observante
 Da verdade, inflexível na fé. E tudo isto
 De tal forma que a cada passo este Damião

⁷⁵² Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis... P 207.

Anda de boca em boca e falam no seu nome.⁷⁵³

Os dois últimos versos do dístico 47 encerravam as tamanhas qualidades do retrato elaborado pela mão certa de Grapheus num invólucro que haveria de perdurar para sempre:

É aquele cuja fama, glória e honra imortais
Respeitarão os séculos – Damião de Góis.⁷⁵⁴

Damião de Góis, no conjunto de suas epístolas, tornadas obra epistolar no interior dos *Aliquot Opuscula*, deixou-nos um vestígio verossímil da *persona* que o artifício lhe permitiu inventar. Esses esforços permaneceram em suas crônicas, redigidas na condição de guarda-mor do Tombo, e constam até mesmo epitáfio que mandou preparar em sua cidade natal, Alenquer, em 1560. Mais de uma década antes da morte, ele mais uma vez procurou se prevenir das peripécias da Fortuna, que quase o havia levado no cerco de Louvain, tentando sintetizar os inúmeros depoimentos epistolares dos *Aliquot* com estas palavras:

A Deus, todo poderoso:
Damião de Góis, cavaleiro lusitano
outrora fui. Peregrinei por toda a Europa,
em negócios de Estado. Entreguei-me a vários acidentes
e trabalhos de Marte.
A musa, os príncipes e os doutos
amaram-me por meus méritos.
Repouso, neste sepulcro, em Alenquer,
Onde nasci, até o revificar das cinzas⁷⁵⁵.

Talvez Góis tivesse em mente um adágio de Erasmo (*Proverbia*, 1317), célebre entre todos. *Tempus omnia revelat*, “o tempo revela tudo”, compila *exempla* que propõem a duração como maior prova de autoridade. Em Tertuliano, consta que “o tempo revela tudo”; em Aulo Gélcio, lemos uma admoestação: “não escondas nada, pois o tempo, que tudo vê e tudo ouve, tudo iluminará”. Sêneca (*De ira*), salienta que “devemos dar sempre tempo ao tempo, pois o tempo descobre a verdade”. O evangelho de Mateus complementa: não há nada de secreto que não será conhecido”. *Veritas, filia temporis*, a verdade é filha do tempo, figura como um entendimento de máxima *auctoritas*, porque ajuizado pelo consenso dos sábios, chancelado por pagãos e cristãos. A autoridade afigura-se, portanto,

⁷⁵³ Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis... P 207.

⁷⁵⁴ Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis... P 208.

⁷⁵⁵ Hirsch, Elizabeth Feist. *Damião de Góis*... P. 263.

como filha do tempo, seu corolário⁷⁵⁶.

Mas essa conquista não era apenas espera paciente. Salústio, “merecedor de todo o louvor”, conforme o comentário de Glareano em uma carta enviada a Góis⁷⁵⁷, dizia que o único caminho para glória consistia na devoção de todas as energias para o teste do tempo. A força do corpo, conquanto afortunadamente poderosa em alguns, perece e decai; já a alma, se bem cultivada e preparada, seria eterna conselheira dos vindouros (*Bellum Iugurthinum*, 1,5; 2,1; 2,3). “Sempre ouvi”, quem fala é Salústio, “que Quintus Maximus, Publius Scipio e outros homens ilustres diziam que seus corações se inflamavam pelo desejo de atingir a virtude das máscaras de seus ancestrais, que contemplavam.” Suas máscaras de cera constituíam uma memória invejável, muralha que nem mesmo a destruição naturalmente provocada pelo tempo poderia soçobrar (4, 5-6).

Risco e fortuna, morte e vida, ruína e virtude. Se a verdade era de fato a filha do tempo, era necessário cuidar para que suas garras não tragassem os escritos menos preparados. Essa ameaça perene e potencialmente imediata – como anteviam as representações de São Jerônimo, que, à luz de tudo o que se argumentou, deviam ser dignas do máximo respeito – está na origem da decisão, para nós excêntrica, de confeccionar uma retórica da imortalidade através de um epistolário, e do fato, mais importante, de que esta era uma prática recorrente e necessária entre os humanistas.

Em suas andanças pela Flandres e pela Itália, é possível que Góis tenha visto uma tela de Hermanus Posthumus [**Figura 11**], pintor que trabalhou a serviço de Carlos V, concluída em 1536. Trata-se de uma vasta paisagem, repleta de ruínas. À primeira vista, o abandono e o silêncio predominam, mas logo notamos a presença de alguns homens, que examinam e copiam os vestígios. Há uma inscrição no canto inferior esquerdo, e ela, aliada aos personagens, revela os riscos do esquecimento enfrentado por aqueles que deambulam pelas ruínas e o *labor* que os impele a resgatá-las: *Tempus edax rerum*, eis uma menção à conhecida passagem das *Metamorfoses*, “Ó tempo devorador de todas as coisas, e tu, invejosa velhice, que tudo destróis...” (*Metamorphoses*, XV, 234-235).

Abrigado por esforços mundanos e pelo calor da providência, o epitáfio de Góis apresentava-o como uma coluna a ser inserida no panteão dos letrados antigos e modernos, homem de letras e de negócios imperiais, cuja memória, mesmo em ruínas, permaneceria intocada pelo esquecimento absoluto, tal como Beatriz, imune à “fatal miséria” de uma morte lenta e certa:

I'son fatta da Dio, sua mercè, tale,
che la vostra miseria non mi tange,

⁷⁵⁶ Hartog, François. L'autorité du temps. *Études*, 2009/7, T. 411.

⁷⁵⁷ CLG B LXIX, P. 280-281.

nè fiamma d'esto incendio non m'assale.

Tal fui feita por Deus, sua mercê, que esta
vossa fatal miséria não me afeta,
nem chama deste incêndio me molesta.

Commedia, Inferno, II, 91-93.

A excelência da emulação e a observância dos desígnios divinos terão dado a Góis, senão a certeza, ao menos a esperança de se salvar dos incêndios do esquecimento por meio de um exercício constante de técnicas retóricas que forjavam autoridade como invenção da imortalidade. Sua recorrência em escritos difundidos ao longo de décadas revela-nos um saber tácito em ação, normas absorvidas e reiteradas sistematicamente pelo coletivo que denominamos “República das Letras” em registro outrora evidente, e hoje esquecido. Por detrás do acervo quase inesgotável de técnicas e tópicos, desta paisagem muda que tentamos reconstituir, costurava-se uma trama providencialista, calcada na crença de que os labores e acidentes, as virtudes e fortunas, orientavam-se na reta direção de um destino que o “revificar das cinzas” viria a cancelar.

Um dos principais elementos constitutivos desse saber tácito eram as prescrições de Quintiliano. O primeiro livro da *Instituição oratória* volta-se à educação das crianças, regrando aspectos formativos, tais como os preceptores mais adequados, os conhecimentos mínimos de que as amas deveriam dispor e os melhores escritos a ensinar àqueles cuja capacidade de aprender é singularmente eficaz: “os passos iniciais das letras se dão pela memória apenas”, dizia, “que não só está presente nos pequenos, mas então é também muito persistente” (I, 1, 19). Os instrumentos mais decisivos na formação de homens tecnicamente extraordinários e bons⁷⁵⁸ seriam a rivalidade e a circulação. Embora momentos de solidão fossem imprescindíveis à maturação dos conhecimentos adquiridos, apenas o convívio, o diálogo e a contínua comparação impediriam o entorpecimento da mente:

Antes de tudo, o futuro orador, a quem cabe viver ao máximo na movimentação social e em meio às luzes centrais do Estado, já na tenra idade se acostume a não temer muito os homens nem ter receio de uma vida solitária e como que ensombrecida. A mente precisa ser sempre estimulada e espicada, pois em retiros inadequados ou se entorpece ou leva a uma condição de obscuridade ou, ao contrário, se enche de vã presunção: realmente é inevitável que se exalte

⁷⁵⁸ “Segundo minha opinião, porém, essas coisas estão unidas e são inseparáveis: realmente não considero orador a não ser o homem bom” (I, 1, 3).

demais quem não tem um termo de comparação. Depois, quando o resultado dos estudos deve ser apresentado, fica cego em pleno sol e esbarra em tudo novo, como quem tivesse aprendido sozinho o que deve ser feito no meio de muitos (I, 2, 18-19).

A competição era imediato corolário do desenvolvimento das relações sociais, e prestava-se a aguçar as capacidades de emulação. Esta seria “incentivada pelo elogio” que se originaria na comparação entre iguais e no alcance de excelência capaz de rivalizar com os superiores, uma vez que seria “desonroso ceder aos da mesma idade e bonito ter superado os mais velhos” (I, 2, 23). Jovens provenientes de famílias *lautas* eram, assim, educados para pensar que “a competição alimenta avanços mais firmes nas letras” (I, 2, 26), e que um lento trabalho de imitação, ao que se seguia a cuidadosa emulação dos iguais, e, mais tarde, a dos excelentes, levaria a sucessos imortais. Feliz o mestre que se deparasse com essa audácia prudente, rapidamente vagarosa, que alguns eram capazes de envergar: “Que me seja entregue um menino a quem o louvor incentive”, rogava Quintiliano, “a quem a glória seja um estímulo, que chore quando vencido” (I, 3, 6).

A disciplina e perspicácia necessárias à educação nas Letras quinhentistas mostram-nos que, para além das delícias da sátira, dos furores do diálogo e da sociabilidade epistolar, a “retórica da imortalidade” consistia, acima de tudo, no cumprimento de uma tarefa disciplinada desde a mais tenra idade e com o maior rigor.

Pensar no epistolário latino de Góis como resultado dessa educação levamos, por um lado, a lê-lo para além das reelaborações modernas que forjaram sua singularidade ao chamá-lo “português mais cosmopolita dos Quinhentos”, à medida que suas cartas refletem dispositivos típicos calcados nas circunstâncias específicas dos letrados que os empregavam. Afinal, todos os praticantes da arte epistolar visavam a estabelecer um caráter virtuoso a partir de saberes coletivos destinados a produzir, como sustenta Adma Muhana, uma “fala ausente, de ausentes, para ausentes”⁷⁵⁹. Por outro, serve de alerta para que não examinemos as cartas nos moldes de um projeto meticulosamente arquitetado em todos os detalhes ao longo de décadas; na verdade, vimos como os *ethe* de Góis surgiram em *performances*⁷⁶⁰ destinadas a situações específicas: tropeços e fracassos como

⁷⁵⁹ Muhana, Adma Fadul. O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*. *Discurso*, Nº 31, 2000. P. 331.

⁷⁶⁰ É crucial insistir, com Herman Paul, que qualquer *self-fashioning* (categoria pensada a partir dos trabalhos de Stephen Greenblatt) resulta da combinação de *performances* e *personae*, isto é, a combinação de modelos forjados pela memória cultural e seus usos concretos na forma de virtudes e habilidades condizentes com repertórios “nem sempre manifestadamente visíveis”, mas sempre capazes de emergir em situações que os demandem. Paul, Herman. Sources of the self: scholarly *personae* as repertoires of scholarly selfhood. *Low Countries Historical Review*. Vol. 131-4, 2016. P. 143; 147.

a perda da posição na Casa da Índia, as hesitantes tratativas em torno do luteranismo e do ciceronianismo, o protagonismo assumido no decurso de um cerco militar, a mudança repentina do prestígio de Erasmo... Desse modo, embora leituras posteriores procurem recompô-las em um todo coerente, isso se deve tanto à necessidade de organizar o *corpus* a partir de uma questão – isto é, de um imperativo analítico – quanto das próprias rotinas de escrita então vigentes, que originavam escritos calcados na rivalidade e na semelhança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas latinas de Damião de Góis foram escritas a partir dos marcos da instituição retórica. O “renascimento” do passado greco-latino e o engenho de seus interlocutores deram-lhe a motivação e os meios para constituir sua autorrepresentação na República das Letras. Atuando no sentido de conjurar “aquisições para sempre”, conforme a orientação de Tucídides, transitou entre Cícero e Erasmo, Bembo e Melanchton, e muitos outros, ora com maestria, ora de modo vacilante, mas sempre sinalizando a típica preocupação humanista com a fortuna do nome na forma de *auctoritas*.

Perpassando o livro, que denominou retórica da imortalização aquilo que a escrita epistolar de Góis permite interpretar no que diz respeito aos sentidos principais de sua *performance*, está um aspecto que deve ser lembrado. O passado, sabiam-no bem os letrados daquela época, só pode ser instituído como *presença da ausência*. É o que estabelece Pedro Madariaga quando afirma que “lo pasado no tiene ser, y la memoria *parece* que torna en ser lo que ya dexó de ser”. A transfiguração da ausência em presença por meio da sobrevivência dos escritos na posteridade confirmava uma expectativa algo *maravilhosa*, a saber, a constatação dos sinais da substância divina, fermento capaz de vincular os entes do mundo a partir de suas afinidades. A sintonia entre a *auctoritas* antiga e os humanistas que a emulavam, aquilo que, em suma, tornava Erasmo e Jerônimo, Cícero e Longueil essencialmente *semelhantes*, consistia, enquanto durou a instituição retórica, no sentido ético e místico⁷⁶¹ de um regime escriturário que se inscrevia no interior de um juízo providencial não mais imediatamente visível aos leitores contemporâneos.

Qualquer experiência com o passado obriga-nos a confrontar alteridades mais ou menos familiares, mas frequentemente radicais. Elas são a via de acesso à contemplação de fragmentos caóticos em que investimos nossos dispositivos intelectuais, que impõem o olhar distanciado como compromisso de uma ética de trabalho, e também afetivos, à medida que nos dedicamos a questões específicas do passado graças ao envolvimento que nutrimos pelos materiais que decidimos monumentalizar⁷⁶². As afinidades biológicas detectáveis na percepção

⁷⁶¹ Madariaga, Pedro. *Arte de Escribir Ortografia de la Pluma y Honra de los Profesores de Este Magisterio*. Madrid: Antonio de Sancha, 1777. P. 75-76. Essa passagem foi-nos sugerida pela leitura de Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 92.

⁷⁶² Foi certa nostalgia que levou muitos de nós em direção a Góis e a Erasmo, mas, contidos pelo juízo, limitamo-nos (com que sucesso?) a apenas contemplá-los pelo prisma da descontinuidade, pelas ruínas das máscaras que vestiam.

dos letrados quinhentistas (e também nas nossas) de que a memória “natural” é perecível sem os variados suportes discursivos da imortalização foram lidas através desses pressupostos.

Correndo o risco da banalidade, ressaltemos que, embora o texto aponte com frequência para escolhas, anseios e processos de decisão, estes foram hipoteticamente configurados a partir da retórica normativa que então constituía a “matriz das produções de representação”⁷⁶³, isto é, dos modelos culturais que viabilizavam uma escrita pública e anonimamente compartilhada. Portanto, o interesse pelas “intenções” foi calcado numa história das práticas culturais, mediante a leitura das expectativas engendradas pela retórica humanista em correlação com dados acumulados pela historiografia que se debruçou sobre Damião de Góis e a partir de usos de nossa imaginação. Quando o mundo era cinco séculos mais jovem, não se pensava em discurso sem forma e, por força disso, a investigação tentou rastrear os sentidos verossímeis daquele epistolário, talhado em um regime no qual o desejo transmitia-se como artifício. Como era então comum dizer, dos *efeitos* nascem os *afetos*, e assim se devia escrever para não morrer numa época em que a memória correspondia ao destino. Foi precisamente esse conjunto de ordenamentos e precariedades que nos levou a conjurar fantasmas ora mais, ora menos verossímeis.

⁷⁶³ Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra...* P. 12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

- Alberti, Leon Battista. *Da pintura*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. Campinas: UNICAMP, 1992.
- Alighieri, Dante. *A Divina Comédia: Inferno*. Edição Bilíngue. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: 34, 2010 [1998].
- Allen, P. S. *Opus epistolarum Des. Erasmi Roterodami*. Oxonii [Oxford]: Typographeo Calendoniano [Oxford University Press], 1906.
- Aristóteles. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- Aristóteles. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011.
- Aristóteles. *Metafísica*. Trad. Tomás Calvo Martínez. Madrid: Gredos, 1994.
- Barros, João de. *Ásia de João de Barros: Primeira Década (fac-símile)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Bell, Audrey F. G. *Um humanista português: cartas portuguesas de Damião de Góis*. Trad. António Álvaro Dória. Lisboa: Editorial Império, 1942.
- Breen, Quirinus. *The Observations in M. T. Ciceronem of Marius Nizolius. Studies in the Renaissance*. Vol. 1. University of Chicago Press, 1954.
- Calcagnini, Celio. *Super imitatione commentario*. In: Dellaneva, Joann (ed.). *Ciceronian controversies*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- Calvino, João. *Respuesta al cardenal Sadoletto*. Barcelona: Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1990 [1539].
- Cardano, Girolamo. *The book of my life*. New York: NYRB, 2002
- Cícero, Marco Túlio. *Catão Maior ou da velhice*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. [1538].
- Cícero, Marco Túlio. *De Oratore*. In: Scatolin, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad familiares, I, 9, 23*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (tese de doutorado).
- Cícero, Marco Túlio. *Defesa de Árquias*. Trad. Carlos Alberto Louro Fonseca. In: Ramalho, Américo da Costa (org.). *Cícero*. Lisboa: Verbo, 1974.
- Clenardo, Nicolau. *Carta a Joaquim Polites (Évora, 27-XII-1536)*. In: Cerejeira, Gonçalves. *O Renascimento em Portugal: Clenardo e a sociedade portuguesa*. Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1974 [1926].
- Dellaneva, Joann (ed.). *Ciceronian controversies*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

- Epístola do muito *poderoso e invencível Manuel rei de Portugal e dos Algarves etc...* trad. Nair de Nazaré Castro Soares. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979. [1513]
- Góis, Damião de. *Chronica do serenissimo senhor rei D. Manuel*: escrita por Damião de Goes, e novamente dada a luz, e offerecida ao illustrissimo senhor D. Rodrigo Antonio de Noronha, e Menezes... Lisboa: Universidade de Coimbra, 1749.
- Góis, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa*: versões latina e portuguesa. Trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães, 2002. [1554]
- Góis, Damião de. *Hispania*. In: Carvalho, Dias de. *Opúsculos Históricos*. Porto: Civilização-editora, 1945. [1542]
- Góis, Damião de. *Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia*. In: Carvalho, Dias de. *Opúsculos Históricos*. Porto: Civilização, 1945. [1539]
- Henriques, Guilherme J. C. *Inéditos goesianos*. v. 2. Lisboa: 1896-1898.
- Hipona, Agostinho. *O De Excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma*. Tradução, introdução e notas por Carlota Miranda Urbano. Coimbra: CECH, 2010.
- Homero. *Iliada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. 2.ed. v.1 Lisboa: s/ed., 1930 [1741].
- Maquiavel, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010.
- Migne. *Patrologia Latina*. Paris: Garnier e J.P.Migne Sucessores, 1878.
- Nizolius, Marius. *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus, omnia Ciceronis verba, omnemq; loquendi at que eloquendi varietatem complexus, nunc iterum, eruditi hominis herculeo labore atque industria, quarta parte auctior...* Veneza: Ex Officina Aldina, 1570.
- Nunes, Pedro. *Obras*: Tratado da Sphera – Astronomici Introductorii de Spaera Epitome. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1537].
- Pereira, Maria Helena da Rocha. *Romana*: antologia da Cultura Latina. 6. Ed (aumentada). Lisboa: Guimarães, 2010.
- Petrarca, Francesco. Lettera ai posteri o autobiografia. In: SOLERTI, Angelo (org.). *L'autobiografia, il segreto e dell'ignoranza sua e d'altrui di messer Francesco Petrarca*. Florença: Sansoni, 1904.
- Plutarco. *Vidas paralelas*: Demóstenes e Cícero. Trad. Marta Várzeas. Coimbra: Centro de estudos clássicos e humanísticos, 2010.
- Quintiliano, M. F. *Instituição oratória*. 4 vols. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2017.

- Rêgo, Raul. *O processo de Damião de Góis na Inquisição*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. [1571-1572]
- Resende, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009.
- Resende, André. *Elogio de Erasmo (Erasmii Encomium)*. Trad. Walter de Sousa Medeiros e José Pereira da Costa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961 [1531].
- Rotterdam, Erasme. Le Ciceronien. In: Mesnard, Pierra. *Erasme - La philosophie Chrétienne*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1970.
- Rotterdam, Erasme. *Les Adages*: sous la direction de Jean-Christophe Saladin. Paris: Belles Lettres, 2013.
- Rotterdam, Erasmo, *Ciceronianus sive de optimo genere dicendi – Ciceronianus: a dialogue on the best style of speaking*. Trad. Izora Scott. Toronto: University of Toronto, 2002 [1908].
- Rotterdam, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar. Trad. Emerson Tin. In: Tin, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas: UNICAMP, 2005. [1521]
- Rotterdam, Erasmo. *De duplici copia verborum ac rerum*. In: Knott, Betty I (ed.). *Opera Omnia*. Amsterdam: North-Holland, 1988.
- Rotterdam, Erasmo. *Diálogo Ciceroniano*. Trad. Elaine Sartorelli. Franca: UNESP, 2013.
- Sêneca, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2007.
- Tácito, C. Diálogo dos oradores. Trad. Júlia B. C. Avellar & Antônio M. de Rezende. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Torres, Amadeu (org.). *Damião de Góis: correspondência latina*. Trad. Amadeu Torres. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- Vives, Juan Luís. *El arte retórica / De ratione dicendi*: edición bilingüe. Trad. Ana Isabel Camacho. Barcelona: Anthropos, 1998. [1532]
- Zurara, Gomes Eanes. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Europa-América, 1992.

REFERÊNCIAS:

- Alessio, Gian Carlo. The Rhetorical Juvenilia of Cicero and the artes dictaminis. In: Cox, Virginia; Ward, John O (orgs.) *The rhetoric of Cicero and its medieval and early Renaissance commentary tradition*. Leiden/Boston: Brill, 2006.
- Anselmo, Artur. Reflexões sobre o adágio erasmista “Dulce bellum inexpertis”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº 16. Lisboa, Colibri, 2003.

- Answaarden, Robert van. O testamento de Rui Fernandes de Almada. *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 7. Lisboa, (1) 1992.
- Asensio, Eugenio. Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560). In: Asensio, Eugenio. *De fray Luis de León a Quevedo y otros estudios sobre retórica, poética y humanismo*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005.
- Asensio, Eugenio. Juan de Maldonado (c. 1485-1554) y su Paraenesis o el humanismo en la época de Carlos V. In: Asensio, Eugenio. *De fray Luis de León a Quevedo y otros estudios sobre retórica, poética y humanismo*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005.
- Aubin, Jean. Damião de Góis dans une Europe évangélique. *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vols. XXXI-XXXII, 1979-1980.
- Aubin, Jean. Une frontière face au péril Ottoman: La terre d'Otrante (1529-1532). In: *Le latin e l'astrolabe*. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. V. II. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2000.
- Auerbach, Erich. Sacrae scripturae sermo humilis. In: *Ensaio de Literatura ocidental*. São Paulo: Duas cidades; editora 34, 2007. [1941]
- Auerbach, Erich. Sermo humilis. In: *Ensaio de Literatura ocidental*. São Paulo: Duas cidades; editora 34, 2007. [1952]
- Barata, Maria R. de Sampaio Temudo. *Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI*. Lisboa: s/ed., 1971.
- Bataillon, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1966 [1937].
- Baumgarten, Jens. Os discursos econômicos e a arte flamenga nos séculos XV e XVI: reflexões sobre o mercado de luxo a partir do tríptico de Jan van Dornicke do MASP. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Nº 06. São Paulo, dez. 2006.
- Berchtold, Alfred. *Bâle et l'Europe: une histoire culturelle*. Lausanne: Payot Lausanne, 1990.
- Black, Robert. The renaissance and humanism: definitions and origins. In: Woolfson, Jonathan (org.). *Renaissance Historiography* (Palgrave advances). New York : Palgrave Macmillan, 2005.
- Bonilla, Adolfo. *Luis Vives y la filosofía del Renacimiento*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón e Jesús, 1903.
- Bouza Alvares, Fernando. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Sociedad española de historia del libro, 1999.
- Breen, Quirinus. Celio Calcagnini (1479-1541). *Church History*. Vol. 21, No. 3 (Sep., 1952).

- Burke, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: Burke, Peter; Hsia, R. Po-Chia (orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da época moderna*. São Paulo: UNESP, 2009.
- Burckhardt, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1867].
- Camillo, Ottavio di. Interpretations of Humanism in recent Spanish Renaissance studies. *Renaissance Quarterly*, vol. 50, nº 4 (Winter, 1997).
- Canfora, Luciano. *O mundo de Atenas*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Cardim, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- Celenza, Christopher S. The revival of Platonic philosophy. In: Hankins, James (org.). *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Chartier, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004 [1987].
- Couto, Dejanirah. Spying in the Ottoman Empire: sixteenth-century encrypted correspondence. In: Bethencourt, Francisco; Egmond, Florike. *Cultural Exchange in Early Modern Europe: Correspondence and cultural exchange in Europe – 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Curto, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XIX)*. Campinas: UNICAMP, 2009.
- D'Allones, Myriam Revault. *Le pouvoir des commencements: essai sur l'autorité*. Paris: Seuil, 2006.
- D'Angelo, Frank J. The dialogue. *Rhetoric Review*, vol. 1, nº 01 (set. 1982).
- Daher, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- Davies, Martin. Humanism in script and print in the fifteenth century. In: Kraye, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996].
- De Sá, Artur Moreira. *Humanistas portugueses em Itália: subsídios para o estudo de frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda, 1982.
- Descola, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.
- Deswarte-Rosa, Sylvie. Il “perpetto cortegiano” D. Miguel da Sikva. Roma: Bulzoni, 1989.
- Deswarte-Rosa, Sylvie. Le Portugal et la Méditerranée. Histoires mythiques et images cartographiques. In: Bethencourt, Francisco (dir). *Arquivos do centro cultural Calouste Gulbenkian: Le Portugal et la Méditerranée*. V. XLIII. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

- Deswarte-Rosa, Sylvie. *Les enluminures de la Leitura Nova – 1504-1502: étude sur la culture artistique au Portugal au temps de la Renaissance*. Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1977.
- Dias, J. S. da Silva. O conflito dos antigos e dos modernos. In: *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982.
- Dias, J. S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Porto: Presença, 1982.
- Dória, Antônio Álvaro. *Damião de Góis*. Lisboa: Clássica, 1944.
- Dupont, Florence. *L'invention de la littérature: de l'ivresse grecque au texte latin*. Paris: La Découverte, 1998.
- Earle, T. F. Introdução. In: Salomão. *O livro de Eclesiastes*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. [1538]
- Elliott, J. H. A Europe of composite monarchies. *Past & Present*, n. 137, Nov. 1992.
- Enenkel, Karl. In search of fame: self-representation in Neo-Latin. In: Gersh, Stephen; Roest, Bert. *Medieval and Renaissance Humanism: Rhetoric, Representation and Reform*. Leiden/Boston: Brill, 2003.
- Faria, Francisco Leite. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e sua época*. Lisboa: Secretaria de estado da Cultura, 1977.
- Febvre, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Fernandes, Miguel Rosado. Raízes do Nacionalismo Português. In: *Em busca das raízes do Ocidente*. Vol. 1. Lisboa: Alcalá/Calouste Gulbenkian, 2006.
- Fernandes, Miguel Rosado. Um político a serviço do império. Damião de Góis. In: *Em busca das raízes do Ocidente*. Vol. 1. Lisboa: Alcalá/Calouste Gulbenkian, 2006.
- Fernández Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos. *Península, Revista de Estudios Ibéricos*. Nº 2, 2005.
- Ford, Andrew. The beginnings of dialogue: Socratic discourses and fourth-century prose. In: Goldhill, Simon (org.). *The end of dialogue in Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Francastel, Galienne; Francastel, Pierre. El retrato en el Renacimiento: siglo XVI. In: *El retrato*. Madrid: Cátedra, 1978.
- Fumaroli, Marc. Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque à Juste Lipse. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Vol. 78, Nº 6, 1978.
- Fumaroli, Marc. *La République des Lettres*. Paris: Gallimard, 2015.
- Garcia, João Carlos. As descrições de Portugal no século XVI. In: Leão, Duarte Nunes do. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História, 2002.

- Garin, Eugenio. A história no pensamento renascentista. In: *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994.
- Garin, Eugenio. As fábulas antigas. In: *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994.
- Garin, Eugenio. *History of the Italian Philosophy*. Vol. I. Nova Iorque: Rodopi, 2008.
- Ginzburg, Carlo. Ainda a flagelação. In: *Indagações sobre Piero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1981].
- Ginzburg, Carlo. Estilo: inclusão e exclusão. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [1998]
- Godinho, Vitorino de Magalhães. *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar*. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel, 1990.
- Goulemot, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: Ariès, Philippe; Duby, Georges (orgs.). *História da Vida Privada*. Vol 3, da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1986].
- Grafton, Anthony. A sketch map of a lost continent. The Republic of Letters. In: *World made by words: scholarship and community in the modern west*. Cambridge: Harvard University Press, 2011 [2009].
- Grafton, Anthony. *What was history? The art of history in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. [2007]
- Gray, Hanna H. Renaissance Humanism: the pursuit of Eloquence. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 24, Nº 4 (Oct-Dec.). University of Pennsylvania Press, 1963.
- Grendler, Paul F. The Universities of the Renaissance and Reformation. *Renaissance Quarterly*, Vol. 57, nº01 (Spring 2004).
- Guérin, Charles. Cicero as User and Critic of Traditional Rhetorical Patterns: Structural Authority from De inuentione to De oratore. In: Galewicz, Cezary (org.). *Texts of Power, the Power of Text: Readings in Textual Authority across History and Cultures*. Cracóvia: Homini, 2006.
- Hamilton, Alastair. Humanists and the Bible. In: Kraye, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996].
- Hankins, James. *La riscoperta di Platone nel Rinascimento italiano*. Pisa: Edizioni della Normale, 2009 [1990].
- Hansen, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. *Floema Especial*. Ano II, Nº 2, 2006.
- Hansen, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. *Revista USP*, São Paulo, n.71, p. 85-105, setembro/novembro 2006.

- Hansen, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, rio de janeiro, v.20, n.33, jul./dez. 2013.
- Hansen, João Adolfo. O discreto. In: Novaes, Adauto (org.). *Libertinos Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Hansen, João Adolfo; Moreira, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra*: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- Hartog, François. *Evidência da História*: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 [2005].
- Hartog, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacynto Lins Brandão Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- Hartog, François. L'autorité du temps. *Études*, 2009/7, T. 411.
- Harvey, Paul (org.). *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987 [1937].
- Henderson, Jeffrey. *Jerome: select letters*. Translated by F. A. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1933.
- Henderson, Judith. Language, race and Church Reform: Erasmus's De recta pronuntiatione and Ciceronianus. *Renaissance and Reformation*, Vol. 30, Nº 2 (Spring 2006).
- Hespanha, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*. Lisboa: Almedina, 2012.
- Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1967].
- Hirschi, Caspar. *The origins of nationalism: an alternative history from Ancient Rome to Early Modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- Huizinga, Johan. *Erasmus*. Barcelona: Ediciones del Zodíaco, 1946 [1924].
- Huizinga, Johan. In commemoration of Erasmus. In: *Men and Ideas: essays by Johan Huizinga – History, The middle Ages, The Renaissance*. Nova Iorque: Meridian Books, 1959 [1936]
- Huizinga, Johan. Patriotism and Nationalism in European history. In: *Men and Ideas: essays by Johan Huizinga – History, The middle Ages, The Renaissance*. Nova Iorque: Meridian Books, 1959 [1936]
- Joly, Fábio Duarte. Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores e a concepção de História em Tácito. *Anos 90*, Porto Alegre, Vol. 16, Nº 30, dez. 2009.
- Kamtecar, Rachana. *A companion to Socrates*. Londres: Blackwell, 2006.
- Kirk, G. S; Raven, J. E; Schofield, M; *Os filósofos pré-socráticos*. 7. Ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010 [1983].

- Kivistö, Sari. *The vices of learning* : morality and knowledge at Early Modern universities. Leiden: Brill, 2014.
- Koselleck et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- Kristeller, Paul Oskar. The European diffusion of Italian humanism. *Italica*. Vol. 39, nº 01 (março de 1962).
- Levi, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo* (UFF), vol. 20, 2014.
- Lopes, Maria José Ferreira. *Damião de Góis e os clássicos*: vestígios culturais e literários latinos nos *Commentarii* de Góis. (texto cedido pela autora)
- Luz, Guilherme Amaral. *Flores do desengano*: poéticas do poder na América portuguesa. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013.
- Macedo, Jorge Borges de. Damião de Góis et l'historigraphie portugaise. In: Martins, José Vitorino de (org.). *Damião de Góis*: humaniste européen. Braga: Barbosa e Xavier, 1982.
- Mack, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric*: 1380-1620. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Mahoney, Edward P. Marsilio Ficino and Renaissance Platonism. In: Celenza, Christopher S; Gouwens, Kenneth. *Humanism and creativity in the Renaissance*: essays in honor of Ronald G. Witt. Leiden: Brill, 2006.
- Maillard, J. F; Kecskeméti, J; Portalier, M. *L'Europe des Humanistes* (XIVe– XVII e siècles). Paris: CNRS-Brepols, 1995.
- Maingueneau, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: Amossy, Ruth. *Imagens de si no discurso*: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.
- Mann, Nicholas. The origins of humanism. In: Kraye, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996].
- Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa*: 1536-1821. Lisboa: Esfera dos livros, 2013.
- Margolin, Jean-Claude. Apologie pour l'Humanisme: de la globalisation à la sectorisation d'un concept socio-historique. *Península – Revista de Estudos Ibéricos*. v. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2004.
- Marques, A. H. de Oliveira. Damião de Góis e os mercadores de Danzig. In: *Portugal Quinhentista* (ensaios). Lisboa: Quetzal, 1987.
- Martins, José V. de Pina. A *Commedia*. In: *Cultura italiana*. Lisboa: Verbo, 1971.
- Martins, José Vitorino de Pina. Introdução. In: Nunes, Pedro. *Obras*: Tratado da Sphera – *Astronomici Introductorii de Spaera Epitome*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.
- Martins, José Vitorino de Pina. O humano e o divino na obra de Dante Alighieri. In: *Cultura Italiana*. Lisboa: Verbo, 1971.

- Martins, José Vitorino de. Avant-propos. In: Martins, José Vitorino de (org.). *Damião de Góis: humaniste européen*. Braga: Barbosa e Xavier, 1982.
- Martins, Paulo; Cairus, Henrique F; Neto, João Angelo de Oliva. *Algumas visões da Antiguidade*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Sete Letras, 2011. P. 211-220.
- Matos, Luís de. Le milieu universitaire. In: *Les portugais en France au XVIème siècle: études et documents*. Coimbra: Imprensa da universidade, 1952.
- Matos, Manuel Cadafaz de. Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543). *Humanitas*, v. LXVII, 1995.
- Mattoso, José. Os antecedentes. In: COXITO, Amândio; Ramalho, Américo da Costa; Castro, Aníbal Pinto de et al. *História da Universidade em Portugal*. Vol. I. Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra, Calouste Gulbenkian, 1997.
- Mesnard, Pierre. Discussion de la deuxième journée. In: Mesnard, Pierre et al. *Individu et société à la Renaissance: colloque international*. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1967.
- Mesnard, Pierre. Le commerce épistolaire comme expression sociale de l'individualisme humaniste. In: Mesnard, Pierre et al. *Individu et société à la Renaissance: colloque international – 1965*. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1967.
- Montefusco, Lucia Calboli. *Exordium narratio epilogus: studi sulla teoria retorica greca e romana delle parti del discorso*. Bologna: CLUEB, 1988.
- Montefusco, Lucia Calboli. Stylistic and Argumentative Function of Rhetorical “Amplificatio”. *Hermes*, Nº 132, 2004.
- Moulin, Charles. *Érasme: introduction et choix de lettres par Charles Moulin*. Paris: L'enfant poète, 1948.
- Muhana, Adma Fadul. O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*. *Discurso*, Nº 31, 2000.
- Nascimento, Aires A. (coord.). *Pedro Nunes e Damião de Góis: dois rostos do humanismo português (actas do colóquio)*. Lisboa: Guimarães, 2002.
- Nascimento, Cristiane. Da Pintura Antiga de Francisco de Holanda: o encômio como gênero de prescrição e da arte. In: Marques, Luiz César. *A constituição da tradição clássica*. SP: Hedra, 2004.
- Nauert, Charles G. *Historical Dictionary of the Renaissance*. Oxford: Scarecrow Press, 2004.
- Neiva, Saulo. *Em nome do ócio e da amizade: Retórica e moral na carta em versos em língua portuguesa no século XVI*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- Nisard, Charles. *Les gladiateurs de la République des Lettres*. II vols. Paris: Michael Lévy Frères, 1860.
- Osório, Jorge A. Cícero traduzido para português no século XVI - Damião de Góis e o Livro da Velhice. *Humanitas*, 37-38. Coimbra: Faculdade de Letras, 1985-1986.

- Osório, Jorge A. Reflexos de Tordesilhas numa nota antiportuguesa de Pedro Mártir de Anghiera. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Porto: v. IX, 1994.
- Osório, Jorge. Humanismo e História. *Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.
- P. Cardoso, Arnaldo Pinto. *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal, 2001.
- Paul, Herman. Sources of the self: scholarly *personae* as repertoires of scholarly selfhood. *Low Countries Historical Review*. Vol. 131-4, 2016.
- Panofsky, Erwin. Albrecht Dürer e a antiguidade clássica. In: *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1955].
- Pantin, Isabelle. La querelle savante dans l'Europe de la Renaissance: éthique et étiquette. *Enquête*, N° 05, 1997. P. 9.
- Parks, George B. Did Pole Write the “Vita Longolii”? *Renaissance Quarterly*, Vol. 26, n° 3 (Autumn), 1973.
- Parshall, Peter W. Albrecht Dürer's St. Jerome in his study: a philological reference. *The art Bulletin*, Vol. 53, N° 03 – Set. 1971.
- Pécora, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- Pécora, Alcir. *Teatro do sacramento: A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. Campinas, SP: EdUNICAMP, EdUSP, 2008.
- Pereira, António dos Santos. *Portugal: o império urgente (1475-1525)*. Quadros mentais e aspectos do quotidiano. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.
- Pérez, Pedro Ruiz. Sobre el debate de la lengua vulgar en el Renacimiento. *Criticón*. N°38, 1987.
- Pigman III, G. W. Versions of the Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, Vol. 33, N° 01 (Spring). University of Chicago Press, 1980.
- Pinho, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal: Estudos II*. Lisboa: INCM, 2006.
- Pires, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.
- Ramalho, Américo da Costa. Cícero nas orações universitárias do Renascimento. *Separata da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*. V. I Porto: FLUP, 1985.
- Ramalho, Américo da Costa. Duas opiniões sobre os Germani no Portugal Quinhentista. In: *Para a história do Humanismo em Portugal*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Ramalho, Américo da Costa. *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: INCM, 1983.
- Ramalho, Américo da Costa. Humanismo na corte de d. Manuel: Damião de

- Góis e o testemunho de Cataldo. In: Academia Portuguesa da História. *Damião de Góis e seu tempo (1502-1574): actas do colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2002.
- Ramalho, Américo da Costa. O Humanismo (depois de 1537). In: COXITO, Amândio; Ramalho, Américo da Costa; Castro, Aníbal Pinto de et al. *História da Universidade em Portugal*. Vol. I. Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra, Calouste Gulbenkian, 1997.
- Ramalho, Américo da Costa. Origem e início do Humanismo em Portugal: in: *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Ramalho, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. *Humanitas*. Coimbra: 1991-1992.
- Raminelli, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercê”. In: *Viagens Ultramarinas*. Monarcas e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.
- Raele, Giovanni (org.). *Platone: tutti gli scritti*. Milão: Bompiani, 2000.
- Reeve, Michael D. Classical scholarship. In: Kraye, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010 [1996].
- Rico, Francisco. *El sueño del humanismo: de Petrarca a Erasmo*. Barcelona: Ediciones Destino, 2002. [1993].
- Rodrigues, Rui Luís. Dissimular para expandir as conquistas: o império ultramarino português em Damião de Góis. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- Rodrigues, Rui Luís. Retratos de Erasmo: sobre os enraizamentos sociais do humanismo erasmiano. *Cadernos de pesquisa do Cdbis*, Uberlândia, v.27 n.2, jul./dez. de 2014.
- Rossi, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: UNESP, 2010 [1991].
- Rummel, Erika. Marineo Sículo: a protagonist of Humanism in Spain. *Renaissance Quarterly*. Vol. 50, nº 3 (Autumn 1997).
- Sabbadini, Remigio. *Storia del Ciceronianismo e di altre questioni letterarie nell'età della Rinascenza*. Torino: Ermanno Loescher, 1885.
- Santos, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004.
- Scatolin, Adriano. A invenção no *Do Orador* de Cícero: um estudo à luz de *Ad familiares*, I, 9, 23. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (tese de doutorado).

- Schlosser, Julius von. I teorici dell'Italia settentrionale. In: *La letteratura artistica*. Milão: La Nuova Italia, 2000 [1924].
- Sellink, Manfred. *The new Hollstein Dutch & Flemish etchings, engravings and woodcuts – 1450-1700*. Vol. IV, parte IV – Philips Galle. Rotterdam: Sound & Vision, 2001.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1972.
- Sinkevisque, Eduardo. *Historiarum copia*, história seleta: o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita. In: Sebastião da Rocha Pita: *Tratado Político* (1715). São Paulo: EdUSP, 2014.
- Solerti, Angelo (org.). *L'autobiografia, il segreto e dell'ignoranza sua e d'altrui di messer Francesco Petrarca*. Florença: Sansoni, 1904.
- Sutcliffe, E. F. Jerome. In: Lampe, G. W. H. (org.). *The Cambridge History of the Bible*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1969].
- Teixeira, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da História. *Varia Historia*, v. 24. Belo Horizonte: Jul./Dez. 2008.
- Teixeira, Felipe. *Timoneiros: Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Rio de Janeiro: PUC, 2008 (tese de doutorado).
- Teixeira, Felipe. *Timoneiros: Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998. [1994].
- Tommasino, Pier Mattia. Otranto and the self. *I Tatti Studies in the Italian Renaissance*, Vol. 18, Nº 01, 2015.
- Torres, Amadeu. *Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao ecletismo*. Arquivos do centro cultural português – XVII - Separata. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Torres, Amadeu. *Noese e crise na epistolografia latina goisiana: as cartas latinas*. v. 1. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.
- Torres, Amadeu. Traços prosopográficos de Damião de Góis. In: Rodrigues, Sónia Maria Correia (org.). *Damião de Góis e o seu tempo (1502-1574)*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002.
- Vickers, Brian. Epideictic and Epic in the Renaissance. *New Literary History*, Vol. 14, No 3, Spring 1983.
- Viterbo, Sousa. *A livraria real: especialmente no reinado de d. Manuel – memória apresentada à Academia real das ciências*. Lisboa: Academia real das ciências, 1901.
- Vos, Alvin. *The Vita Longolii: additional considerations about Reginald Pole's Authorship*. *Renaissance Quarterly*, vol. 30, nº 3 (Autumn), 1977.

Referências bibliográficas

- Wind, Edgar. *Aenigma Termini*. El emblema de Erasmo de Rotterdam. In: *La elocuencia de los símbolos*. Madrid: Alianza Forma, 1993.
- Witt, Ronald G. “*In the footsteps of the ancients*”: the origins of humanism from Lovato to Bruni. Leiden: Brill, 2001.
- Witt, Ronald G. Kristeller’s humanists as heirs of medieval dictators. In: Mazzocco, Angelo. *Interpretations of Renaissance Humanism*. Leiden: Brill, 2006.
- Yates, Frances. *A arte da memória*. Campinas: UNICAMP, 2007.

ANEXO – CORRESPONDÊNCIA LATINA GOISIANA

CORRESPONDÊNCIA ATIVA:

- A I - Damião de Góis a João Magno Gothus – Antuérpia, c. XI-1531 [carta-prefácio da *Legatio*]
- A II – Damião de Góis a João Magno Gothus – Antuérpia, 1-XII-1531, Casa da Feitoria lusa [carta-posfácio da *Legatio*]
- A III – Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Louvain, 18-V-1533
- A IV – Damião de Góis a Erasmo de Rotterdam – Antuérpia, 20-VI-1533
- A V – Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Basileia, 09-IV-1534
- A VI – Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 04-VII-1534
- A VII – Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 18-VII-1534
- A VIII - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 21-VII-1534
- A IX - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 31-X-1534
- A X - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 23-VI-1535
- A XI - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 28-IX-1535
- A XII - Damião de Góis a Erasmo de Rotterdam – Pádua, 22-XII-1535
- A XIII - Damião de Góis a Erasmo de Rotterdam – Pádua, 26-I-1536
- A XIV - Damião de Góis a Erasmo de Rotterdam – Nuremberg, 15-VII-1536
- A XV - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 31-VIII-1536
- A XVI - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 24-IX-1536
- A XVII - Damião de Góis a Bonifácio Amerbach – Pádua, 14-XII-1536
- A XVIII - Damião de Góis a Jacopo Sadoletto – Pádua, 1-VII-1537
- A XIX - Damião de Góis a Nicolau Clenardo – Pádua, 19-VIII-1537
- A XX - Damião de Góis a certo amigo seu – Pádua, 27-VIII-1537
- A XXI - Damião de Góis a Pietro Bembo – Louvain, c.-IX-1539 [carta-prefácio do *Commentarii rerum gestarum...*]
- A XXII - Damião de Góis a Pietro Bembo – Louvain, 13-IX-1539
- A XXIII - Damião de Góis ao Papa Paulo III – Louvain, c.-VIII-1540 [carta-prefácio de *Fides, religio moresque Aethiopum*]
- A XXIV - Damião de Góis ao Papa Paulo III – Louvain, 01-IX-1540 [carta-posfácio de *Fides, religio moresque Aethiopum*]

- A XXV - Damião de Góis a Reginald Pole – Louvain, 12-X-1540
A XXVI - Damião de Góis a Pietro Bembo – Louvain, 14-X-1540
A XXVII - Damião de Góis a Bild Rheinauer [Beato Renano] – Louvain, 24-X-1540
A XXVIII - Damião de Góis a Pedro Nanninck [Nânio/Nannio] – Louvain, c.20-XI-1541 [carta-dedicatória de *Hispania*]
A XXIX - Damião de Góis a João Diogo Fugger – Louvain, 11-IV-1542
A XXX - Damião de Góis a Beato Rhenanus [Beatus/Bild Rheinauer/Renano] – Louvain, 01-VI-1542
A XXXI - Damião de Góis a Cristóvão Madruzzo – Louvain, 05-VII-1543
A XXXII - Damião de Góis ao imperador Carlos V – Lisboa, c.-VI-1546 [carta-prefácio do *Vrbis Lovaniensis obsidio*]
A XXXIII - Damião de Góis ao Infante d. Luís – Lisboa, c.-XI-1548 [carta-prefácio do *De bello cambaico ultimo commentarii tres*]
A XXXIV - Damião de Góis ao Cardeal Infante d. Henrique – Lisboa, c.-X-1554 [carta-prefácio de *Vrbis Olisiponis descriptio*]
A XXXV - Damião de Góis a Jerónimo Cardoso – Lisboa, c.-XI-1554
A XXXVI - Damião de Góis a Cristóvão Madruzzo – Lisboa, 02-III-1555
A XXXVII - Damião de Góis ao senado de Danzig – Lisboa, 24-VI-1567

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA:

- B I - Cornélio Grapheus a Damião de Góis – Antuérpia, 01-VII-1529 [carta-prefácio do *Terentii...*]
B II - Cornélio Grapheus a Damião de Góis – Antuérpia, 19-XII-1530
B III - Cornélio Grapheus a Damião de Góis – Antuérpia, c. 1531
B IV - Erasmo de Rotterdam a André de Resende – Friburgo de Brisgóvia, 08-VI-1531.
B V - Paulo Speratus a Damião de Góis – Marienwerder, 12-IX-1531.
B VI - Cornélio Grapheus a João Grapheus – Antuérpia, 13-VIII-1532.
B VII - Erasmo de Rotterdam a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 05-V-1533.
B VIII - João Driedo ao rei d. João III – Louvain, 09-VI-1533.
B IX - Luís Vives a Damião de Góis – Bruges, 17-VI-1533
B X - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 25-VII-1533.
B XI - Conrado Goclénio a Erasmo de Rotterdam – Louvain, 26-VII-1533.

- B XII - Bonifácio Amerbach a Góis – Basileia, 01-IX-1533
B XII - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 23-I-1534
B XIII - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 11-III-1534
B XIV - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 11-III-1534
B XV - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 13-III-1534
B XVI - Bonifácio Amerbach a Basílio Amerbach – Friburgo, 10-IV-1534
B XVII - Erasmo de Rotterdam a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 11-IV-1534
B XVIII - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 11-IV-1534
B XIX - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 23-IV-1534
B XX - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 11-V-1534
B XXI - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, c. 04-VI-1534
B XXII - Gilberto Cognato a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 04-VI-1534
B XXIII - Conrado Goclénio a Damião de Góis – Louvain, 10-VI-1534
B XXIV - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 11-VI-1534
B XXV - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, 17-VII-1534
B XXVI - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, 19-VII-1534
B XXVII - Ulrico Zásio a Erasmo de Rotterdam – Friburgo, 27-VII-1534
B XXVIII - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 30-VII-1534
B XXIX - Erasmo de Rotterdam a Pietro Bembo – Friburgo, 16-VIII-1534
B XXX - Luís Ber a Jerónimo Aleandro – Friburgo, 16-VIII-1534
B XXXI - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 25-VIII-1534
B XXXII - Gilberto Cognatus a Bonifácio Amerbach – Friburgo, 11-IX-1534
B XXXIII - Erasmo de Rotterdam a Filipe Melanchton – Friburgo, 06-X-1534
B XXXIV - Pietro Bembo a Erasmo de Rotterdam – Pádua, 11-XI-1534
B XXXV - Segismundo Gelénio a Damião de Góis – Basileia, 01-I-1535
B XXXVI - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 11-I-1535
B XXXVII - Erasmo de Rotterdam a Erasmo Scheto – Friburgo, 21-II-1535
B XXXVIII - Filipe Melanchton a um certo amigo – Witemberg, 21-III-1535
B XXXIX - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Friburgo, 21-V-1535
B XL - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, 31-VII-1535
B XLI - Erasmo Scheto a Erasmo de Rotterdam – Antuérpia, 17-VIII-1535
B XLII - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Basileia, 18-VIII-1535
B XLIII - Certo inglês a Damião de Góis – c. X-1535

- B XLIV - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Basileia, 15-XII-1535
B XLV - Erasmo de Rotterdam a Damião de Góis – Basileia, 15-XII-1535
B XLVI - Filipe Melanchton a Damião de Góis – Witemberg, c.-XII-1535
B XLVII - Erasmo de Rotterdam a Gilberto Cognato [Gilbert Cousin] – Basileia, 11-III-1536
B XLVIII - Nicolau Clenardo a Joaquim Polites – Évora, 22-IV-1536
B XLIX - Conrado Goclénio a Damião de Góis – Louvain, 12-VII-1536
B L - Beato Rhenanus [Bild Rheinauer] a Bonifácio Amerbach – Sélestad, 20-VIII-1536
B LI - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, 29-VIII-1536
B LII - Bonifácio Amerbach a Damião de Góis – Basileia, 12-XI-1536
B LIII - Nicolau Clenardo a Francisco Hovério – Évora, 15-XII-1536
B LIV - Nicolau Clenardo a Joaquim Polites – Évora, 27-XII-1536
B LV - Jacopo Sadoletto a Damião de Góis – Roma, 17-VI-1537
B LVI - Jacopo Sadoletto a Filipe Melanchton – Roma, 17-VI-1537
B LVII - Nicolau Clenardo a Joaquim Polites – Évora, 08-VII-1537
B LVIII - Splinter van Hargen a Adriano Marius – Pádua, 01-XI-1537
B LIX - Jacopo Sadoletto a Damião de Góis – Roma, 30-XII-1537
B LX - Pietro Bembo a Damião de Góis – Veneza, 05-IV-1539
B LXI - Lázaro Buonamico a Damião de Góis – Pádua, 17-IV-1539
B LXII - Pedro Nanninck/Nannius/Nânio a Nicolau Olah/Olahus – Louvain, 06-V-1539
B LXIII - Pedro Nanninck/Nannius/Nânio a Nicolau Olah/Olahus – Louvain, 12-V-1539
B LXIV - Segismundo Gelénio a Damião de Góis – Basileia, 23-VI-1539
B LXV - Lázaro Buonamico a Damião de Góis – Pádua, 09-VII-1539
B LXVI - Lázaro Buonamico a Damião de Góis – Pádua, 29-X-1539
B LXVII - Cristóvão Madruzzo a Damião de Góis – Trento, 05-XI-1539
B LXVIII - Glareano a Damião de Góis – Friburgo, 06-XI-1539
B LXIX - Tidemano Giese a Damião de Góis – Löbau, 16-XI-1539
B LXX - Jacopo Sadoletto a Damião de Góis – Carpentras, 24-XII-1539
B LXXI - Pietro Bembo a Damião de Góis – Roma, 31-XII-1539
B LXXII - Jacopo Sadoletto a Jorge Coelho – Carpentras, 03-V-1540
B LXXIII - Jacopo Sadoletto a Damião de Góis – Carpentras, 25-VIII-1540

- B LXXIV - Jorge Coelho a Damião de Góis – Lisboa, 26-VIII-1540
- B LXXV - Adão Carolus [Adam Karolyi] a Damião de Góis – Neustadt, Áustria, 28-X-1540
- B LXXVI - Nicolau Clenardo a todos os cristãos – Fez, c. 1540-1541
- B LXXVII - Justo Velsius a Damião de Góis – Antuérpia, 01-I-1541
- B LXXVIII - Pietro Bembo a Damião de Góis – Roma, 11-I-1541
- B LXXIX - João Rod [João Rodrigues de Sá de Meneses] a Damião de Góis – Roma, 11-I-1541
- B LXXX - Reginald Pole a Damião de Góis – Roma, c. inícios de 1541
- B LXXXI - João Magno Gothus a Damião de Góis – Roma, 01-IV- 1541
- B LXXXII - Pietro Bembo a Jorge Coelho – Roma, 09-IV- 1541
- B LXXXIII - Cristóvão Madruzzo a Damião de Góis – Trento, 21-V- 1541
- B LXXXIV - João Magno Gothus a Pietro Bembo – Roma, 07-VII- 1541
- B LXXXV - João Magno Gothus ao cardeal Santa Cruz [Marcelo Cervini] – Roma, 13-VII-1541
- B LXXXVI - João Vaseu a Damião de Góis – Évora, 18-X-1541
- B LXXXVI - Pedro Nanninck a Damião de Góis – Louvain, c. inícios de dezembro - 1541 [resposta à dedicatória de *Hispania*]
- B LXXXVII - Jorge Coelho a Damião de Góis – Lisboa, 13-XII-1541
- B LXXXVIII - Beato Rhenanus/Renano [Bild Rheinauer] a Damião de Góis – Sélestad, 21-III-1542.
- B LXXXIX - João Diogo [Jakob] Fugger a Damião de Góis – Augsburg, 08-V-1542
- B XC - Beato Rhenanus/Renano [Bild Rheinauer] a Damião de Góis – Sélestad, 21-V-1542
- B XCI - Guilherme Zenocaró Agripa [Wilhelm Snoeckart Agrippa] a Damião de Góis – Bruxelas, 12-VII-1542
- B XCII - Viglio van Zuichem [Viglio Aytta van Zwichem] a Jorge Hermann [João Georges Hermann] – Bruxelas, 05-VIII-1542
- B XCIII - Tidemano Giese [Tidemano Gysius] a Damião de Góis – Löbau, 22-X-1542
- B XCIV - Splinter van Hargen a Cristóvão Madruzzo – Haia, 03-III-1543
- B XCV - João Magno Gothus a Damião de Góis – Roma, 21-III-1543
- B XCVI - João Diogo [Jakob] Fugger a Damião de Góis – Augsburg, 04-XII-1543
- B XCVII - Guilherme Bernartius Tiletanus a Damião de Góis – Louvain, 08-VIII-1544

- B XCVIII - Pietro Bembo a Damião de Góis – Roma, 03-X-1546
- B XCIX - Diogo Pires a Paolo Giovio – Ferrara, ?-III-1547
- B C - Sebastien Münster ao Imperador Carlos V – Basileia, 25-III-1550 [carta-prefácio de *Cosmographia uniuersalis lib. VI*]
- B CI - Sebastien Münster ao leitor – Basileia, III-1550 [carta-posfácio de *Cosmographia uniuersalis lib. VI*]
- B CII - Jerónimo Cardoso a Manuel de Góis – Lisboa, 04-V-1551 [carta nuncupatória do *Dictionarium iuuentuti studiosae*]
- B CIII - Jerónimo Cardoso a Damião de Góis – Lisboa, c.XI-1554
- B CIV - A cidade de Danzig a Damião de Góis – Gdansk [Gedani], 27.III-1566
- B CV - Johann von Pelken [Ioannes a Pelken] para a cidade de Colônia – Lisboa, c.Julho-1566/Abril-1567 [Embora incluída na CLG, a carta de Pelken foi redigida em alemão]
- B CVI - A cidade de Danzig a Damião de Góis – Gdansk [Gedani], 23.IV-1567
- B CVII - A cidade de Danzig a Damião de Góis – Gdansk [Gedani], 08.I-1570
- B CVIII - Jerónimo Osório ao cardeal D. Henrique – Silves, antes de setembro de 1571 [carta-prefácio do *De rebus Emmanuelis gestis*].

INDEX LOCORVM

- Alcalá 49-51, 126, 169, 188
Amsterdam 42
Antuérpia 15, 35, 37, 40, 42-45, 48-49,
58, 65, 67, 85, 106, 166
Augsburgo 42, 197
Avlona 38
Basileia 15, 30, 49, 51, 67, 69, 79, 86,
116, 124, 175, 192, 197, 205-209,
212
Brindisi 38
Bruges 42
Bruxelas 51
Colônia 193
Corfu 39
Danzig 59
Évora 37, 66, 192
Ferrara 147, 192
Frankfurt 124, 193
Friburgo 14-15, 31, 69, 72, 77, 81, 83,
85, 108, 113, 116-117, 209, 220
Genebra 124
Lisboa 13, 27, 35, 42-42, 55, 60, 62,
66, 67, 71-72, 82, 85, 105, 165,
172, 183-184, 191-192, 195, 209,
219, 220, 223
Londres 42
Louvain 27, 51, 65, 67-68, 120, 126,
166, 168-169, 191, 193, 218-219, 226
Lyon 124
Nápoles 37, 39, 168
Nuremberg 42, 78-79, 205
Pádua 27, 70, 84, 95, 99, 103, 105-106,
108-110, 113, 116-117, 147, 154,
161, 163, 169, 175, 192, 204, 210,
218
Paris 30, 68, 99, 123-126, 192
Roma 30, 35, 46, 66, 69, 99, 100, 103,
112, 127, 129, 136, 149
Trento 164
Veneza 38-39, 42, 61, 78, 109, 119,
124, 163, 192
Witemberg 106

INDEX NOMINVM

- Agostinho 19, 31, 49, 131-132, 144
Albrecht Durer 45-48, 50-52, 78, 155-156, 219, 255
André de Resende 69, 70, 102, 172, 182
Antonio de Nebrija 49-50, 53-54, 63, 101, 168, 189
Aristóteles 59-61, 89, 141, 174, 179-181
Beato Rhenanus [Beatus/Bild Rheinauer/Renano] 105, 198, 215-216
Bonifácio Amerbach [Bonifacius Amerbach] 14, 51, 65, 69, 105-6, 116, 168, 175, 197, 203-217
Cardeal D. Henrique 27, 182, 223-224
Cícero 13, 22-23, 25-27, 31, 46, 62, 64-65, 70, 72, 75-77, 88-92, 95, 97-98, 100-102, 104, 112, 114-115, 117-118, 122-130, 133, 135-137, 143-144, 146-151, 153-154, 161, 170-171, 178, 180-182, 203, 208, 211-212, 215-217, 231
Conrado Goclénio 65, 69, 126, 220-221
Cornélio Grapheus 14, 31, 52-56, 65, 67, 72-73, 77, 83, 95, 106-107, 119, 170, 219, 225-226
Cristóvão Madruzzo 14, 119, 164, 218-219
D. João III 13, 26, 31, 35-36, 40-43, 55, 65, 68, 72, 82, 85, 106, 119, 122, 188, 190, 194-195, 218
Diogo Pires 172, 192, 215, 222
Erasmus de Rotterdam 14-15, 27, 29, 31-32, 43, 48-56, 59, 65, 67, 69-72, 75, 78-92, 95-96, 97-104, 105-118, 120-126, 129-138, 143-156, 161-162, 168-169, 188, 190, 197, 199, 203-217, 219-226, 230-231
Erasmus Scheto [Schets] 84-85, 107
Filipe Melancton 14, 26, 31, 106-111, 114, 119-121, 168, 172, 222 - 224, 231
Francesco Petrarca 43, 46, 74, 76, 102
Francisco Jiménez de Cisneros 49-51, 188
García Matamoros 126
Gilberto Cognato [Gilberto Cognatus/ Gilbert Cousin] 105
Glareano 197, 227
Imperador Carlos V 36-40, 43, 53-54, 84, 102, 167, 194-195, 199-200, 205, 218-219, 227
Infante d. Luís 173-174
Jacopo Sadoletto 14, 27, 31, 76, 84-86, 99, 105, 110, 114, 117-121, 153, 172, 218-219, 221-224
Jerônimo 31, 45-50, 53-55, 129-130, 155, 227
Jerónimo Aleandro 108

- Jerónimo Cardoso 48, 193
João Diogo [Jakob] Fugger 197, 198
João Driedo 68, 72
João Magno Gothus 58, 62, 64 -65,
67, 73
João Rod [João Rodrigues de Sá de
Meneses] 170, 175, 186
Joaquim Polites 126-127
Jorge Coelho 154
Juan de Maldonado 53-54, 101, 189
Justo Velsius 166
Lázaro Buonamico 14, 27, 76, 95, 99,
112 -113, 116, 161, 163-164, 192,
218, 222
Luís Ber 108
Luís Vives 14, 27, 68-69, 105, 138-139,
149, 182, 220
Martinho Lutero 26, 54, 84, 102, 106-
107, 109, 111, 115, 119, 120, 223
Nicolau Clenardo 14, 126-129, 153-
154, 222
Paolo Giovio 188-202, 202
Papa Paulo III 27, 112, 220
Papa Sisto IV 37, 66
Paulo Speratus 220
Pedro Nanninck [Nânio/Nannio] 193-
194
Pietro Bembo 14, 27, 70, 76, 84-85,
95-96, 99, 100, 105, 108, 112-114,
116, 119, 121, 129, 135, 152-153,
161, 163-165, 169, 170, 172, 178,
185, 192, 219-220, 224, 231
Platão 140 - 172, 171
Quintiliano 59, 64, 77, 83, 89, 146-
147, 181, 174, 176, 225, 228-229
Reginald Pole 99-100, 103-104, 119
Rui Fernandes de Almada 26, 41, 44-
45
Sebastien Münster 67, 188-202, 219
Segismundo Gelénio 111-112, 117
Tidemano Giese [Tidemano Gysius]
164-165

INDEX RERVM

- Aemulatio* / Emulação 14, 18, 23-24, 47, 55, 74, 76, 88, 96, 114, 143-147, 151- 155, 163, 171-174, 178, 190, 217, 228-229
- Amplificatio* / Amplificação 64, 86, 91, 117, 125, 148, 179-182
- Ars Dictaminis* 74-75
- Auctoritas* / Autoridade 14, 20, 23, 26, 28, 31-32, 47, 53-54, 60, 62, 65, 82, 89, 104, 110, 112, 117, 130, 146, 149-150, 153, 161-162, 165-166, 169-172, 175, 179, 182, 186, 188, 200, 203, 216, 219, 221, 226, 228, 231
- Ciceronianismo 91, Cap. II, 230
- Deliberativo 89-90, 176
- Epidítico 62, 176-180, 194, 219
- Ethos* 15, 25, 48, 58, 60-61, 63, 65, 72, 116, 154-155, 170, 172-173, 175, 177-179, 181, 185, 225
- Humanismo 49, 57-58, 74, 79, 121, 134, 144, 166-169
- Imitatio* / Imitação 14, 18, 23-24, 52-53, 56-57, 87-89, 91-92, 197, 101, 103, 114, 116, 121, 123, 137, 143-144, 146-154, 171, 229
- Imortalidade 13-14, 20-21, 23, 25-26, 28, 31, 63, 72, 81, 128, 152, 161, 164-165, 173-174, 177-178, 203, 227-229
- Instituição Retórica 14, 19, 28, 64, 231
- Judiciário 89-90
- Logos* 48, 102, 139, 141
- Memória 18-26, 28, 37-38, 47, 52, 55-56, 58, 61, 63, 65, 71-72, 75-76, 115, 124, 128, Cap. III, 227-229, 231-232
- Pathos* 47
- Performance 91, 146, 199, 217, 229, 231
- Querela/ Controvérsia/ Polêmica 14, 31, 36, 81-82, 91-92, Cap. II, 188, 190, 192-193, 195-196, 201, 206, 216, 219, 223
- Renascimento 13, 77, 101, 231
- República das Letras 14, 28-32, 55, 58, 66, 77, 79-82, 86-87, 91-92, Cap. II, 161-162, 172, 188, 192, 199, 203-204, 208, 212, 215, 224, 228, 231

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronoia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

15. Carlos A. Martins de Jesus, Cláudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hipólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violença e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).

30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume I (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
31. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume II (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
32. Pilar Gómez Cardó, Delfim F. Leão, Maria Aparecida de Oliveira Silva (coords.), *Plutarco entre mundos: visões de Esparta, Atenas e Roma* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
33. Carlos Alcalde Martín, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *O sábio e a imagem. Estudos sobre Plutarco e a arte* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
34. Ana Iriarte, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *Idades e género na literatura e na arte da Grécia antiga* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
35. Ana Maria César Pompeu, Francisco Edi de Oliveira Sousa (orgs.), *Grécia e Roma no Universo de Augusto* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
36. Carmen Soares, Francesc Casadesús Bordoy & Maria do Céu Fialho (coords.), *Redes Culturais nos Primórdios da Europa - 2400 Anos da Fundação da Academia de Platão* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
37. Claudio Castro Filho, *“Eu mesma matei meu filho”: poéticas do trágico em Eurípidés, Goethe e García Lorca* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
38. Carmen Soares, Maria do Céu Fialho & Thomas Figueira (coords.), *Pólis/ Cosmópolis: Identidades Globais & Locais* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
39. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção I* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
40. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção II* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
41. Gabriele Cornelli, Maria do Céu Fialho & Delfim Leão (coords.), *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento antigo* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
42. Nair de Nazaré Castro Soares, Cláudia Teixeira (coords.), *Legado clássico no Renascimento e sua recepção: contributos para a renovação do espaço cultural*

- européu*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
43. Françoise Frazier & Olivier Guerrier (coords.), *Plutarque. Éditions, Traductions, Paratextes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 44. Cláudia Teixeira & André Carneiro (coords.), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 45. Aldo Rubén Pricco & Stella Maris Moro (coords.), *Pervivencia del mundo clásico en la literatura: tradición y relecturas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 46. Cláudia Cravo & Susana Marques (coords.), *O Ensino das Línguas Clássicas: reflexões e experiências didáticas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 47. Breno Battistin Sebastiani, *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume 2017).
 48. Christian Werner, *Memórias da Guerra de Troia: a performance do passado épico na Odisseia de Homero*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 49. Paola Bellomi, Claudio Castro Filho, Elisa Sartor (eds.), *Desplazamientos de la tradición clásica en las culturas hispánicas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 50. V.M. Ramón Palerm, G. Sopena Genzor, A.C. Vicente Sánchez (eds.), *Irreligiosidad y Literatura en la Atenas Clásica*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
 51. Luiz César de Sá Júnior, *Escrever para não morrer: retórica da imortalidade no epistolário de Damião de Góis*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).

O livro trata do epistolário de Damião de Góis a partir da constituição retórica de seu prestígio público e da representação de sua *auctoritas*, avaliando a dimensão das relações sociais por ele estabelecidas desde sua estadia na Flandres a serviço da coroa até seu retorno a Portugal, cerca de duas décadas mais tarde (1525-1545). Nesse período, investiga-se como pode ter desenvolvido os aspectos técnicos de sua escrita epistolar, assim como seu uso na interação com importantes dignitários e homens de letras de seu tempo. Demonstra-se que sua imagem pública foi formulada a partir de diferentes *ethes* compostos diante das necessidades específicas dos diferentes contextos em que atuou. Representando-se ora como o obsequioso intérprete das gestas ultramarinas de seu reino, ora como o persuasivo diplomata pronto a interferir nas querelas letradas e religiosas de então, e, ainda, como o especialista capaz de se apresentar como *auctor* digno de imitação e emulação futura, Góis procurou entrelaçar o louvor à coroa ao reconhecimento de seu próprio prestígio, esperando, com isso, atrelar seu destino à imortalidade então providencialmente associada ao reino português.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

